TAMIRIS DE OLIVEIRA MACHADO

TIPOLOGIAS ECLIPSADAS: VESTÍGIOS DE RACIALIZAÇÃO NA CASA BELO-HORIZONTINA DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Belo Horizonte

2025

Tamiris de Oliveira Machado

TIPOLOGIAS ECLIPSADAS: VESTÍGIOS DE RACIALIZAÇÃO NA CASA BELO-HORIZONTINA DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Dissertação apresentado(a) ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Orientadora: Prof. Dra. Celina Borges Lemos

Belo Horizonte

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

M149t Machado, Tamiris de Oliveira.
Tipologias eclipsadas [recurso eletrônico] : vestígios de racialização na casa belo-horizontina do início do século XX / Tamiris de Oliveira Machado. - 2025.

1 recurso online (191 p. : il.).
Orientadora: Celina Borges Lemos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Arquitetura - Teses. 2. Arquitetura de interiores - Teses. 3. Arquitetura - detalhes - Minas Gerais - Teses. I. Lemos, Celina Borges. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 720.98151

Ficha catalográfica: elaborada por Fernanda Pereira - CRB 6/2927

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Tipologias Eclipsadas: Vestígios de Racialização na Casa Belo Horizontina do Início do Século XX"

TAMIRIS DE OLIVEIRA MACHADO

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia **onze de julho de dois e mil e vinte e cinco**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

David Prado Machado

PUC-MG

Patricia Thome Junqueira Schettino

UFOP

Mateus Rosada

UFMG

Celina Borges Lemos- Orientadora

UFMG

Belo Horizonte, 11 de julho de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Celina Borges Lemos**, **Subcoordenador(a)**, em 15/07/2025, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Mateus Rosada**, **Professor do Magistério Superior**, em 15/07/2025, às 19:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **David Prado Machado**, **Usuário Externo**, em 16/07/2025, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Thomé Junqueira Schettino**, **Usuária Externa**, em 17/07/2025, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4372082** e o código CRC **94DDEB7A.**

Referência: Processo nº 23072.242713/2025-67 SEI nº 4372082

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

DEDICATÓRIA

Para minhas avós, Apparecida, Jandyra e Maria Catarina,
por toda a garra ao enfrentar os desafios da vida.

Para minha mãe, Vera Lucia,
fonte de inspiração e insurgência.

Para meu pai, Emerson Augusto,
que sempre me ensinou a voar alto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e à espiritualidade, que foram guias nesta jornada. Agradeço também ao AUEA, espaço que me manteve alinhada espiritualmente e energeticamente durante a elaboração deste trabalho. Agradeço, ainda, por ter mantido a minha fé em pé. Fé nesta pesquisa. Fé no que ainda não tinha forma. Fé na ideia que ainda está sendo moldada.

Aos meus antepassados, especialmente à Apparecida, Jandyra (*in memoriam*) e Catarina (*in memoriam*), por toda a força, dedicação e resiliência para com a vida e suas famílias. Aos meus pais, Vera e Emerson, por serem fonte inesgotável de amor, carinho e dedicação. A eles, que me deram todo o apoio necessário para que eu pudesse trilhar este caminho. Por acreditarem nos meus passos e por serem amparo, acolhimento e suporte em todos os momentos. A eles, que não mediram esforços para que eu chegasse até aqui. Ao Pedro, pelo companheirismo, respeito, paciência e proteção.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Celina Borges Lemos, por acolher a pesquisa desde o primeiro momento dessa trajetória, ainda na banca de avaliação. Agradeço-lhe pela sensibilidade nas palavras e no carinho concedido em cada conversa. Agradeço pela paciência em todo o meu processo de estudo e pela ampliação do olhar e abertura de horizontes sobre a historiografia da arquitetura, durante esta caminhada.

Agradeço ao David Prado Machado pela presença, contribuições e saberes sobre a história de Minas Gerais, tão extensa e complexa, que me abriu outros caminhos para pensar e tensionar a temática. Pela escuta atenta e leituras críticas desde o projeto de pesquisa embrionário, quando tudo não passava de ideias dispersas. Agradeço aos demais membros que aceitaram compor a banca de mestrado, e pelas valiosas contribuições durante a banca de qualificação: Mateus Rosada e Patrícia Junqueira.

Agradeço, ainda, à minha família, pelos momentos de descontração, acolhimento e aquilombamento.

À Ana Paula, Círlei Aparecida, Raquel Duarte e aos demais funcionários do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e do Museu Histórico Abílio Barreto, cujo trabalho e solicitude foram fundamentais para o acesso à documentação utilizada nesta pesquisa. Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG (NPGAU) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por me oferecerem as condições necessárias para o desenvolvimento da pesquisa.

Ele disse que não chamavam a mesinha de criado-mudo no tempo da escravidão, mas fiquei pensando que, independentemente de quando deram o nome para o móvel, com certeza foi pensando nos empregados e nas empregadas que inventaram esse "criado-mudo". Eu, de certa forma, fui criada-muda. Não seria mais (Cruz, 2022, p. 122).

[...] quando a história não é compreendida e quando a história não é contada devidamente, a barbaridade repete-se (Kilomba, 2024).

[...] a história do Brasil foi uma história escrita por mãos brancas. Tanto o negro quanto o índio, quer dizer quanto os povos que viveram aqui juntamente com o branco não têm a sua história escrita ainda e isso é um problema muito sério porque a gente frequenta universidade frequenta as escolas e não se tem uma visão correta do passado da gente do passado do negro então ela não foi somente omissa e foi mais terrível ainda porque ela na parte que ela não foi omissa ela negligencia fatos muito importantes e deforma muito a história do negro [...] (Nascimento, 2018, p. 195).

RESUMO

A presente pesquisa estuda a arquitetura residencial através de uma visão social, procurando investigar a relação entre o espaço doméstico e as questões raciais. Entende-se que, por sua construção tratar-se de um fenômeno cultural, sua forma e sua organização se encontram diretamente influenciadas pelo meio ao qual pertencem. Após 388 anos de escravidão no Brasil compreende-se que o sistema deixa vestígios, que se configuram no espaço residencial brasileiro, a partir da percepção de um pacto de legitimidade dessa arquitetura. Questiona-se se em que medida o programa da tipologia da casa foi reeditado, com o fim da abolição da escravidão e a instalação da República, à luz de uma nova modernidade, em Belo Horizonte, no início do século XX. Dessa forma, esta dissertação busca analisar um conjunto de arquiteturas da América Portuguesa e do Brasil Imperial, seus respectivos projetos (bem como materiais de acabamentos, fluxos, fator de inserção de terrenos, localização, etc.), e como os vestígios da segregação racial estão presentes na arquitetura residencial de Belo Horizonte do início do século XX, até meados de 1930. Esta pesquisa se posiciona criticamente em relação à história da produção arquitetônica brasileira dos séculos XVI ao XIX, com destaque para a produção arquitetônica civil nas Minas Gerais setecentistas e oitocentistas, a partir das interfaces entre arquitetura e segregação racial. A partir dessa visão, pretende-se avançar nas discussões acerca do racismo, porém, agora, pelas lentes da arquitetura, recolocar questões pertinentes que ainda não haviam sido propostas e, finalmente, propor um novo olhar acerca do tema.

Palavras-chave: Arquitetura; História; Racialidade; Tipologia; Espaço residencial.

ABSTRACT

The present research examines residential architecture from a social perspective, seeking to investigate the relationship between domestic space and racial issues. It is understood that, as its construction is a cultural phenomenon, its form and organization are directly influenced by the environment to which it belongs. After 388 years of slavery in Brazil, it is observed that the system leaves traces that are reflected in Brazilian residential space, based on the perception of a pact that legitimizes this architecture. The study questions to what extent the typological house program was redefined after the abolition of slavery and the establishment of the Republic, in the light of a new modernity in Belo Horizonte at the beginning of the 20th century. Thus, this dissertation seeks to analyze a set of architectures, of Portuguese America and Imperial Brazil, their respective design projects (as well as finishing materials, flows, land insertion factor, location, etc.), and how the traces of racial segregation remain present in the residential architecture of Belo Horizonte from the early 20th Century to the mid-1930s. This research takes a critical position in relation to the Brazilian historiography from the 16th to the 19th centuries, with emphasis on the civil architectural production of Minas Gerais in the seventeenth and eighteenth centuries, from the interfaces between architecture and racial segregation. From this perspective, the aim is to advance discussions on racism, but now through the lens of architecture—by raising new pertinent questions that had not yet been raised and ultimately propose a new approach to the topic.

Keywords: Architecture; History; Raciality; Typology; Residential space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Frans Post: Casa-grande com torre, cerca de 1651. Óleo sobre madeira, 21,6 x 27,9 cm.....36

Figura 2 - Obra Praefecturae Paranambucae pars Borealis, uma cum Praefectura de Itâmaracâ, de Frans Post.....38

Figura 3 - Primeiro palácio e a residência de Maurício de Nassau, com destaque para a senzala na porção esquerda do terreno 40

Figura 4 - Engenho Água Boa Grande, município de Santo Amaro.....41

Figura 5 - Engenho Água Boa, em Terra Nova, atual distrito de Santo Amaro.....42

Figura 6 - Porão da casa grande do Engenho Freguesia.....43

Figura 7 – 1° pavimento da casa grande do Engenho Freguesia.....45

Figura 8 – 2° pavimento da casa grande do Engenho Freguesia e parte da capela 46

Figura 9 - 3° pavimento casa grande do Engenho Freguesia e parte da capela.....47

Figura 10 – A fábrica do engenho Freguesia, fotografado em 1945. 49

Figura 11 - Planta baixa da fábrica do Engenho Freguesia, 1988 50

Figura 12 - Pavimento térreo do Engenho Noruega, séc. XVIII 51

Figura 13 - Primeiro pavimento do Engenho Noruega, séc. XVIII.....51

Figura 14 - Casa Grande e Senzala - Engenho Noruega 52

Figura 15 - Cena 1.....53

Figura 16 - Cena 2.....53

Figura 17 - Cena 3.....53

Figura 18 - Cena 4.....54

Figura 19 - Cena 5.....54

Figura 20 - Planta da Casa-grande, capela e senzala do Engenho Coimbras, município Cabo de Santo Agostinho 55

Figura 21 - Vista da Senzala e da casa grande do Engenho Coimbras, município Cabo de Santo Agostinho 55

Figura 22 - Engenho Salto Grande, de Hércules Florence (1843) 58

Figura 23 - Fornalha Engenho Salto Grande, de Hércules Florence (1843) 59

Figura 24 - Foto da escada de serviço com portões em suas duas extremidades 60

Figura 25 - Planta baixa da casa-grande do Engenho Salto Grande.....60

Figura 26 - Casa grande do Engenho Salto Grande, Americana.....61

Figura 27 - Edificações anexas à casa grande do Engenho Santo Grande, Americana.....61

Figura 28 - Planta baixa da casa grande do Engenho Milhã 63

Figura 29 - Planta baixa da organização espacial do engenho 64

Figura 30 - Sobrado urbano de Cláudio Madureira Calheiros, séc. XIX 65

Figura 31 – Planta típica de uma casa de família 72

Figura 32 – Tipologia de edificação do início do séc. XIX em Vila Rica 74

Figura 33 - Fachada da edificação, sem data.....75

Figura 34 - Fachada da Casa de Gonzaga atualmente.....76

Figura 35 - Puxado em 1973 77

Figura 36 - Pátio Interno em 1973 77

Figura 37 - Puxado com acréscimos em 1983.....77

Figura 38 - Pátio Interno em 1983 77

Figura 39 – Puxado com acréscimos atualmente 77

Figura 40 - Pátio Interno atualmente.....77

Figura 41 - Planta Baixa Subsolo Casa de Gonzaga 79

Figura 42 - Vista do caminho até os fundos da edificação.....79

Figura 43 - Vista do caminho até os fundos da edificação.....79

Figura 44 – Sobrado em Vila do Ribeirão do Carmo (atual Mariana) - século XVIII.....80

Figura 45 - Evolução e arranjos semelhantes na arquitetura residencial.....81

Figura 46 – Planta de edificação em sobrado – 1° pavimento 82

Figura 47 - Planta de edificação em sobrado – 2° pavimento 82

Figura 48 - Obra Le dessous de la porte cochère d´un personnage de la cour (1839), de Jean-Baptiste Debret.....83

Figura 49 - Fachada da edificação.....84

Figura 50 - Esquema típico de um sobrado 84
Figura 51 - Cena de duas pessoas em navio 85
Figura 52 - Cena de pessoa trabalhando em pilão 86
Figura 53 - Painel completo localizado no porão da edificação 86
Figura 54 - Croqui da fachada principal da Casa dos Contos 88
Figura 55 - Planta baixa do primeiro pavimento da Casa dos Contos 89
Figura 56 - Ilustração do pátio da edificação, com destaque para o acesso à senzala 90
Figura 57 - Vista da fachada lateral da Casa dos Contos a partir da ponte do Horto dos Contos 91
Figura 58 - Fachada frontal e lateral do Palácio do Ouro 93
Figura 59 - Vista da edificação 93
Figura 60 - Vista da edificação em Planta da Cidade de Ouro Preto em 1888 93
Figura 61 – Senzala destinada aos escravizados domésticos da edificação 95
Figura 62 - Cozinha fora do corpo da edificação, aos fundos 95
Figura 63 - Vista da edificação com senzala no primeiro pavimento 95
Figura 64 - Senzala para escravizados das atividades minerárias da edificação 95
Figura 65 - Planta da Casa Setecentista 97
Figura 66 - Vista da Casa bandeirista de Amarantina 98
Figura 67 - Planta baixa Fazenda do Manso 99
Figura 68 - Fachada principal da sede da Fazenda São José do Manso 100
Figura 69 - Planta baixa da edificação sede da Fazenda Pé do Morro 101
Figura 70 - Vista da entrada do porão, utilizado originalmente como senzala da Fazenda Pé do Morro 102
Figura 71 - Implantação do Conjunto da Fazenda Pé do Morro 103
Figura 72 - Planta baixa da sede da Fazenda Boa Esperança 105
Figura 73 - A sede, as sapucaias e a senzala da Fazenda Boa Esperança 106
Figura 74 - Iconografia do cotidiano na Boa Esperança 107
Figura 75 - Planta da edificação sede da Fazenda dos Martins 108

Figura 76 - Fachada posterior da edificação sede da Fazenda dos Martins. Destaque para o anexo posterior e escada de serviço 109

Figura 77 - Planta baixa da sede da Fazenda do Leitão 110

Figura 78 - Imagem da sede da Fazenda do Leitão entre 1935-1939 111

Figura 79 - Planta Geral da Cidade de Minas – em amarelo, a Zona Urbana, seccionada pela Av. do Contorno e em verde, a Zona Suburbana 122

Figura 80 - Vista da Rua de Sabará 124

Figura 81 – Casa n° 176 Arraial de Belo Horizonte 131

Figura 82 - Casas de funcionários públicos 132

Figura 83 - Fachada do projeto tipo A 133

Figura 84 - Planta baixa do projeto tipo A 134

Figura 85 - Fachada do projeto tipo B 135

Figura 86 - Planta baixa do projeto tipo B 136

Figura 87 - Fachada do projeto tipo C 137

Figura 88 - Planta baixa do projeto tipo C 138

Figura 89 – Plantas, cortes e fachada da edificação na Rua Bernardo Guimarães, 1200 em 1916 140

Figura 90 – Fachada, planta e corte da edificação na Avenida Afonso Pena, 1954 em 1908 142

Figura 91 - Plantas, cortes e fachada da edificação na Rua Espírito Santo, 1481 em 1917. 144

Figura 92 - Planta da edificação na Rua Espírito Santo, 1481 em 1921 146

Figura 93 - Fachada e planta da edificação na Rua Sergipe, n° 200 em 1898 147

Figura 94 – Planta e fachada de ampliação da edificação na Rua da Bahia, 1694 em 1897 149

Figura 95 - Fachada e plantas da edificação na Avenida João Pinheiro, 164 em 1897 151

Figura 96 - Plantas, corte e fachada da edificação na Rua Sergipe, n° 353 em 1924 153

Figura 97 - Fachada, plantas e cortes da edificação na Rua Bernardo Guimarães, 1226 em 1927 155

Figura 98 - Plantas e cortes da edificação na Rua Bernardo Guimarães, 1226 em 1931 159

Figura 99 - Fachadas, plantas e cortes da edificação na Avenida Afonso Pena, 164 em 1935 161

Figura 100 - Planta da edificação na Rua Espírito Santo, 1481 em 1939 162

Figura 101 - Planta da edificação na Rua Espírito Santo, 1481 em 1942 163

Figura 102 - Plantas, cortes e situação da edificação na Avenida Afonso Pena, 1954 em 1940 165

Figura 103 - Plantas e cortes da edificação da Rua Sergipe, 353 em 1954.....167

Figura 104 - Planta e corte da edificação na Rua Bernardo Guimarães, 1200 em 2000 169

Figura 105 – O cotidiano da casa-grande do Engenho Noruega – arquitetura rural 174

Figura 106 - O cotidiano do sobrado de Reis Filho – arquitetura urbana 175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCNC	Comissão Construtora da Nova Capital
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NPGAU	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG
MHAB	Museu Histórico Abílio Barreto
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17

2 O LEGADO ARQUITETÔNICO 28

2.1 Contexto geral da arquitetura residencial na América Portuguesa 28

2.2 A arquitetura e o modo de morar em Minas Gerais 67

2.2.1 Arquitetura residencial urbana 71

2.2.2 Arquitetura residencial rural 96

3 DE IMPÉRIO PARA REPÚBLICA 113

3.1 O lugar na dimensão social: a questão trabalhista 113

3.2 O lugar do Negro em Belo Horizonte 119

3.3 Arquiteturas da modernidade 128

4 O LEGADO DO RACISMO ESTRUTURAL NA ARQUITETURA 158

4.1 As contradições das modificações 158

4.2 Espaço como elemento constituinte da segregação racial 170

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 179

REFERÊNCIAS 182

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, vimos florescer uma vasta literatura historiográfica marcada por uma reviravolta na forma de ver e analisar o corpo negro, como sujeito social e agente cultural. Tal posição tem sido analisada dentro do sistema escravista e seus desdobramentos, e também dentro do escopo de sua participação no processo de conquista da liberdade no período pós-abolição. Antigos paradigmas, conceitos e teorias começaram a ruir sistematicamente à medida que um olhar contemporâneo, renovado pelas novas possibilidades abertas pela historiografia mais recente, passou a destacar, cada vez mais, o papel singular dos negros na história do Brasil. Nesse sentido, novas pesquisas surgem e passam assim a revelar uma série de condicionantes acerca do corpo negro e sua relação com a sociedade no geral, que até então havia sido negligenciado pela historiografia (Oliveira, 2015).

Partindo do princípio de que a escravidão foi uma prática de relação de poder, amparada em ampla ideologia[1] - que perpassava por critérios de pretensa superioridade civilizatória e pela nefasta justificativa religiosa de conversão dos infiéis - o povo africano foi subjugado e obrigado a cumprir uma mobilidade forçada em diáspora. A escravidão dos corpos negros, silenciados pela incapacidade de resistir fisicamente à conquista pela força, iria confirmar o alto preço a ser pago pela conquista e pela exploração do Novo Mundo.

Nesse sentido, as conquistas econômicas da colonização no Brasil e as relações de poder que aqui se estabeleceram delinearam um processo de subalternização, silenciamento e subordinação do corpo negro – grafado dessa forma pela noção de colonialidade - que se manteria e, em suas múltiplas camadas, se reinventaria mesmo com o fim formal desse período. Assim, o país se viu carregado de influências, nos mais diversos signos, com relação às estruturas de poder decorrentes do empreendimento colonial.

O decorrer do século XIX iria adicionar novas complexidades ao já amplo espectro das relações interraciais no Brasil, pautadas pela manutenção de antigas estruturas de poder. A abolição da escravidão, seguida pelo advento da República, iriam potencializar a instabilidade dessas relações e, por conseguinte, consolidar o racismo, assim como outras formas de opressão, que iriam se expressar nas mais distintas maneiras e nas mais variadas dimensões sociais (Santos, 2022). Não seria diferente, portanto, no campo da arquitetura e do urbanismo, seja no modo como as cidades se estruturam, ou na produção da arquitetura residencial (Pena, 2020). Isso porque a configuração dos espaços, do ambiente construído em geral, está permeada por símbolos que reafirmam a continuidade das supremacias e

[1] Segundo Pinheiro (2023), na modernidade europeia, a igreja católica, a filosofia e a ciência se constituíram como os três pilares fundamentais que retiraram da raça negra o elemento fundamental necessário para a constituição humana, que seria o marcador ontológico. Tais elementos serão mais fundamentalmente desenvolvidos no item 2.1.

hierarquias sociais (Berth, 2023).

A arquitetura residencial no Brasil, nesse sentido, tem sido estudada e analisada por estudiosos há algum tempo, desde arquitetos, historiadores, até sociólogos. Entre eles, destacamos as obras de Sylvio de Vasconcellos, Carlos Lemos, Nestor Goulart, GünterWeimer, entre outros. A maioria dessas pesquisas tem como base a necessidade de entender como viviam os antepassados, pautados por questões técnicas construtivas, estéticas e por questões socioculturais. Esta última deve-se ao entendimento do espaço residencial com base em seu valor simbólico e suas respectivas significações culturais e sociais (Leitão, 2014).

Dessa forma, a contribuição de Carlos Lemos (1978) se torna significativa para o desenvolvimento da pesquisa em razão de inovar os conceitos metodológicos na análise do espaço residencial, por meio da defesa de uma abordagem sociológica e, assim, englobar uma soma de dados ainda não bem interpretados e/ou compreendidos. Em sua obra, que serviu de referência para muitos outros estudos, o arquiteto enfatiza que o ato de morar é uma manifestação de caráter cultural, ou seja, o habitar se configura como um espaço que está relacionado com os usos e costumes tradicionais da sociedade.

Amos Rapoport nos fala da casa como uma instituição e não apenas como uma estrutura criada em função de um conjunto complexo de propósitos. O ato de construir uma casa torna-se, portanto, um fenômeno cultural e, por essa razão, sua forma e organização são fortemente influenciadas pela paisagem na qual se insere. A casa seria, portanto, um amálgama de respostas às atitudes e aos ideais de vida de uma sociedade, que variam de lugar para lugar em decorrência das interações de fatores sociais, culturais, ritualísticos, econômicos e físicos (Rapoport, 1969).

Assim, corroborando com o exposto por Lemos (1978) e por Rapoport (1969), a presente pesquisa estuda a arquitetura residencial através de uma visão social, procurando investigar a relação entre o espaço doméstico e as questões raciais. Entende-se que, por sua construção tratar-se de um fenômeno cultural, sua forma e sua organização se encontram diretamente influenciadas pelo meio ao qual pertence. Após 388 anos de escravidão no Brasil, compreende-se que o sistema deixa vestígios, que se configuram no espaço residencial brasileiro, a partir da percepção de um pacto de legitimidade dessa arquitetura. Entender a casa, e entender a sua relação com o racismo, necessariamente, implica entendê-la (e entendê-la a partir da) perspectiva das práticas de exclusão. Práticas essas que permeiam todo o trabalho e que permearam a minha trajetória até o desenvolvimento desta pesquisa.

Os caminhos, bem como os lugares de minha trajetória que atravessaram o curso de Arquitetura e

Urbanismo no IFMG Campus Santa Luzia[2], impuseram- me incômodos associados ao gênero, em uma primeira instância, mas sempre atravessados pela raça. Para Simone de Beauvoir (1980), nenhuma coletividade se definiria como **uma** sem colocar **outra** diante de si, de forma que a mulher foi construída como o **outro**, já que era vista, naquela conjuntura, constantemente, como objeto. Além disso, para a filósofa francesa, o mundo não é apresentado para as mulheres com todas as possibilidades. Já para Grada Kilomba (2019), partindo da pressuposição de Beauvoir, a mulher negra é apresentada como o **outro** do **outro**, posição que a coloca num local de mais difícil acesso (Ribeiro, 2020).

> As mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturpam nossa própria realidade: um debate sobre racismo onde sujeito é homem negro; um discurso de gênero onde sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre classe onde "raça" não tem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico, em teoria (Kilomba, 2019).

Em minha trajetória, percorria diariamente cerca de 40km entre a minha residência, o local de trabalho, e a universidade – por meio do transporte público – espaço e tempo em que pude me debruçar, para além das aulas teóricas e os trabalhos práticos desenvolvidos, por uma verdadeira cidade em constante movimento. Esse percurso rotineiro e repetitivo me fez pensar a cidade e suas relações intersubjetivas, com seus diversos atores urbanos, entendidos como o verdadeiro dissenso, sempre a partir do olhar das franjas[3] do urbano hierarquizado, da segunda metade do século XX, à margem de muitos processos.

Além disso, reconheço o meu lugar, que também se vincula à minha formação, enquanto arquiteta e urbanista, sendo este o campo em que tenho propriedade e recursos para trabalhar e construir uma análise crítica sobre a estreita relação – arquitetura e raça. Entretanto, entendo que aqui o meu papel possui um limite para me apropriar do tema: no estudo do espaço, minha vivência acadêmica e cultural. Reitero ainda que há um terceiro eixo, o lugar de pensadora social, não apenas em uma análise espacial, mas também em uma perspectiva crítica perante essa estrutura social, já que sou também participante dela como sujeita social, política e oprimida por esse sistema constituinte, ao mesmo tempo que velado, em nossa estrutura.

Investigo, desde 2019, o universo do patrimônio cultural, tendo como primeiro contato com o tema, ainda na graduação, por um estágio multidisciplinar na Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo

---

[2] Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados por meio da Lei n°11.892, de 29 de dezembro de 2008, cujo objetivo e finalidade dá ênfase ao desenvolvimento socioeconômico e cultural local e regional, bem como ao fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais cujos estudos têm o território local como foco privilegiado de atuação. Ressalta-se, ainda, que tais unidades seriam localizadas, de preferência, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes das capitais e dos centros urbanos mais ricos (Brasil, 2008). A unidade na qual me formei está localizada no município de Santa Luzia, fundada em 1962 e teve seu maior crescimento em função da capital mineira, em razão da política habitacional da década de 1980, do governo federal, financiada pelo BNH, que viabilizou a implantação de diversos conjuntos habitacionais na região metropolitana de Belo Horizonte.

[3] Lugar compreendido como: [1] bairro São João Batista, minha residência e [2] bairro londrina, distrito de São Benedito, no município de Santa Luzia, localização do IFMG Santa Luzia.

Horizonte – DPCA[4], que envolvia questões arquitetônicas e culturais, práticas e teóricas, para com o município. Em meio às atividades na DPCA, percebi uma problemática acerca da noção de como (e até que ponto) as configurações socioespaciais se refletem no espaço físico, competindo à arquitetura a materialização e reprodução dos valores e discursos da sociedade, em uma relação espaço-sujeito ou espaço-sociedade (Leitão, 2014). Tal problemática tinha como ponto de partida a não preservação das edículas, em casas unifamiliares, resultando apenas na preservação do corpo principal da edificação residencial. Uma questão que envolve a tríade arquitetura, raça e memória.

Assim, observou- se que a salvaguarda dos bens imóveis residenciais vai até um certo ponto da arquitetura da casa e, determinados pontos - cômodos e áreas - têm sido eliminados, de maneira unilateral, o que desconsidera plenamente o uso do espaço e, ainda, o modo de usá-lo em sua totalidade. Essas arquiteturas materializam, por meio de vestígios, muitas das referências do passado, de forma que a organização espacial traduz, de certa forma, a ocorrência das estruturas de domínio, do poder e da autoridade. Essa dinâmica serviu de inspiração para o desenvolvimento desta dissertação ao aprofundar e ampliar a discussão, tornando-se seu objeto de estudo, que consiste na segregação racial na solução arquitetônica das residências da primeira metade do século XX, em Belo Horizonte, oriunda do período colonial e imperial de base escravista.

> [...] o espaço a que se chama casa passa a materializar, qualquer que seja o tipo de organização social do qual ele [o espaço] provém – na forma, no programa, nos materiais e técnicas construtivas, no uso e na apropriação desses espaços, assim como na valorização simbólica que se dá a ele -, os valores que a sociedade partilha. É quando se tornam símbolos e, em assim sendo, assumem, como é próprio do símbolo, um sentido pessoal e coletivo muito além da função que sua materialidade expressa (Leitão, 2014, p. 50).

Segundo o pressuposto de Leitão (2014), a casa deve ser entendida como obra coletiva, ou seja, como expressão da cultura e, consequentemente, conforma- se também como elemento privilegiado de transmissão de valores socialmente partilhados. Nesse sentido, a função que o espaço residencial desempenha anuncia também acordos sociais previamente estabelecidos – seja consciente ou inconsciente. Assim, a casa se constitui como símbolo material com um significado muito mais complexo do que o ato de arquitetar, de construir uma edificação, sendo mais um elemento de enunciação de valores culturalmente estabelecidos.

No Brasil patriarcal e escravocrata, ambiente no qual os centros urbanos se desenvolveram, a arquitetura residencial se tornou uma expressão, tanto em relação à forma quanto às suas apropriações, dos modos de pensar e de viver que definiam a sociedade da época (Leitão, 2014). Essa expressividade da casa brasileira se tornou tão notória que o viajante Léger Vauthier, ao se referir às moradias brasileiras

[4] Hoje denominada Diretoria de Patrimônio Cultural – DIPC.

afirmou que “[...] se, afastando os olhos da beira-mar [o viajante] lerá nos traços dessa arquitetura que existem ali senhores e escravos” (Freyre, 1960, p. 807).

Nesse sentido, dentre os diferentes aspectos acerca das pesquisas que envolvem a arquitetura residencial em Minas Gerais, subsiste uma grande lacuna relativa à organização espacial das casas, que envolve diretamente as relações socio/raciais entre os proprietários e os responsáveis pelo serviço doméstico (Weimer, 2014). Em Minas Gerais, essas relações encontraram seu ponto de ebulição ainda no século XVIII, em um momento de economia pujante e diversificada, sedimentada, porém, em um sistema de mão de obra escravagista. Essas relações socio/raciais, materializadas pela arquitetura pela espacialidade da casa teriam encontrado forte continuidade nas décadas subsequentes à abolição da escravidão e reproduziram espacialmente as desigualdades sociais e a segregação racial em Belo Horizonte, nas primeiras décadas do século XX.

Nos últimos anos, esee tema tem se tornado o meu principal objeto de estudo, sobretudo em decorrência da escassez de maiores detalhes acerca das relações sociais entre senhores e indivíduos escravizados na então Capitania das Minas Gerais, posteriormente Província de Minas Gerais e seus desdobramentos nas residências dos primeiros tempos de Belo Horizonte. Essa carência de reflexões mais aprofundadas, capazes de criar uma interface entre arquitetura, história e sociologia me instigou a realizar, então, esta pesquisa, que parte da mudança do olhar tradicional de base eurocêntrica, para um novo olhar. Essa perspectiva se conforma à luz de um pensamento que vem sendo produzido por pesquisadores comprometidos com a tomada de consciência da importância da população negra para a consolidação da sociedade brasileira. Surge, então, uma nova dimensão para o patrimônio intangível, entendido como um caminho singular para descrever o surgimento e a consolidação da sociedade brasileira, marcada pelo preconceito e pela desigualdade.

Esta pesquisa se reveste de especial importância quando busca entender como a arquitetura, em seu complexo processo de produção do espaço nas Minas coloniais, criou áreas menos privilegiadas destinadas aos indivíduos escravizados e, posteriormente, já em plena República, reproduziu essa mesma dinâmica de racialidade. Mesmo que a casa brasileira seja considerada como um espaço arquitetônico híbrido, formada por uma mescla de referências, ainda é possível perceber as fraturas nas relações humanas e um forte sentido de segregação racial.

Tais edificações ainda guardam significativa parte de sua materialidade arquitetônica que, através de seus vestígios, consegue referendar o passado e contribuir para a reconstituição da vida cotidiana e das relações entre a área social/íntima e as zonas de serviço daquelas residências. Dessa forma, esta pesquisa se posiciona criticamente em relação à produção arquitetônica civil nas Minas Gerais setecentistas e oitocentistas, assim como nos primeiros anos da República, fundamentada nas interfaces entre arquitetura e segregação racial.

Por esse posicionamento, pretendo avançar nas discussões sobre o racismo, porém, agora, pelas lentes da arquitetura, ao recolocar questões pertinentes que ainda não haviam sido elucidadas e, finalmente, propor um novo olhar acerca do tema. Acredito ser esse o caminho a ser trilhado por esta pesquisa científica pautado pela segregação racial na solução arquitetônica das residências das primeiras décadas do século XX em Belo Horizonte, oriunda do período colonial e imperial de base escravista, cuja historicização se faz necessária.

Belo Horizonte se destaca, nesse sentido, em razão de ter sido planejada e construída para sediar a nova capital de Minas Gerais, dentro do espírito de "ordem e progresso" trazido pelos ventos da República. A cidade se tornou, portanto, a primeira grande empreitada do período republicano e deveria materializar, na vida do mineiro, um sentido de modernidade que vinha conjugado com a tarefa republicana de construir uma nova nação (Pereira, 2015). Por se tratar de uma cidade planejada, Belo Horizonte não estaria isenta de enfrentar os dilemas de um traçado urbano, típico do século XIX, imposto a um determinado sítio. Teria o plano da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) contemplado todos os estratos sociais, condensados dentro dos limites da Avenida do Contorno? Ou os menos favorecidos teriam se fixado nas colônias agrícolas criadas fora dos limites do núcleo ortogonal? Questões como essas demonstram que ainda há algumas lacunas a serem preenchidas acerca da história da arquitetura em Belo Horizonte. Segundo Pereira (2015, p. 4), o "[...] próprio silêncio aponta para a eloquência e a relevância dos 'não ditos', quando confrontado com a existência de fontes que atestam a existência de uma população de 'pretos' e 'mestiços' na cidade, desde o período de sua construção".

Ainda, o desafio relacionado a tal questão se mostra relevante uma vez que Belo Horizonte tem como marca um apagamento sistemático sobre heranças diversas, em sua maioria de negros e indígenas, cujas narrativas não são reconhecidas por aqueles que produzem a existência simbólica da capital mineira (Pereira, 2012). Dessa forma, surge como ponto de partida, a opção pela mudança da capital, ou seja, a opção pela não transformação de Ouro Preto, mas pela implantação de uma nova cidade em local em que já havia a implantação do Arraial Belo Horizonte, antigo Arraial Curral Del Rey. Há um paradoxo estabelecido entre o silêncio acerca da existência da população preta em ambos os territórios e a existência de indícios desse patrimônio, história e memória desconhecidos a partir dos conceitos de necromemória[5] estabelecidos por Camilo (2020). Influi-se a cidade, bem como o tecido urbano, as relações que se instituem entre o modelo de cidade moderna e o outro, entendendo-a em seu sentido mais amplo, não apenas como lugar, mas como sociedade, raça, gênero e território.

O conceito de necromemória emerge no trabalho ao problematizar tal questão no campo das ciências

[5] Segundo Camilo (2020), necromemória é a expressão do poder e a capacidade de determinado Estado manipular as construções, as representações e os destinos políticos de determinado grupo, com base nas interações do passado ao qual esse grupo terá acesso, mantendo constante a mortificação de determinadas memórias.

sociais, de forma que há esquecimentos que são operados na forma de memória manipulada, por agentes responsáveis pelas narrativas oficiais que buscam enquadrá-las de forma hegemônica. Ao se concentrar sobre a história da arquitetura residencial, assim como qualquer outra, são assumidos partidos e lados, de forma que "[...] sem a distinção entre o que é e o que não é assim, não pode haver história" (Hobsbawn, 2013, p. 6). Desse modo, ao se considerar uma única história, ou seja, um único ponto de vista, reforçam-se ideias que sustentam a dominação, ditam-se padrões e distinguem-se conhecimentos legítimos e não legítimos.

É o que preconiza o pensamento de Chimanda Ngozi Adichie (2019) quando critica a história única, contada pela ótica do colonizador, já que muitas informações são ocultadas. Quando apenas uma versão é apresentada, constroem-se estereótipos parciais da realidade, o que reduz a complexidade de múltiplas experiências e perspectivas a um único ponto de vista. Dessa forma, amparada pelo pensamento de Joice Berth (2023), questiona-se como pode uma nação, que foi construída sobre as bases do racismo enquanto sistema de sustentação colonial, com amplo arcabouço empírico e científico, não ter impresso tais marcas dessa construção histórica em seu território? Ainda segundo a autora:

> Não é um acinte colocar em primeiro plano a perspectiva racial que foi varrida para debaixo do tapete da história. A prática do apagamento é um dos elementos da morte simbólica da população negra. Ao ocultar que o espaço físico que dividimos está "exalando" as consequências dos processos históricos que culminaram com uma divisão racial do território, oculta-se também parte fundamental da história da população negra e indígena na construção da nação brasileira (Berth, 2023, p. 110).

Assim, entende-se que a história também causou danos que alteram toda a vivência de pessoas não brancas – especialmente pessoas negras – que perduram até os dias atuais. Destaca-se nesse sentido o arcabouço de medidas, posturas e políticas adotadas com o fim da era escravista e, no caso deste trabalho, a mudança da capital mineira, que impediram a inserção da negritude na sociedade brasileira - como sujeitos – ao consolidar, dessa forma, o padrão de marginalização. No âmbito da arquitetura e urbanismo não seria diferente, já que,verifica-se que tais modificações sociopolíticas, no decorrer da história da casa, principalmente da casa mineira, não foram capazes de romper com a lógica *casa-grande e senzala*.

Sendo assim, questiona-se em que medida o programa da tipologia da casa foi reeditado, com o fim da abolição da escravidão e a instalação da república, à luz de uma nova modernidade, nos primeiros anos da nova capital mineira. E, quais aspectos da arquitetura dos períodos da América Portuguesa[6] e do Brasil Imperial são reproduzidos no projeto residencial desse novo período a ser analisado por meio, dentre outras fontes, das plantas modelos elaboradas pela Comissão Construtora da Nova Capital –

[6] Definiu-se neste trabalho o termo América Portuguesa como uma temporalidade que vai do início da colonização portuguesa do território brasileiro, em meados de 1500 até a independência do território, em 1822.

CCNC e pelas plantas por ela influenciadas. A hipótese central desta pesquisa é que, mesmo com o fim da escravidão e a adoção pela República dos ideais positivistas de "ordem e progresso", é possível perceber, nos primeiros tempos de Belo Horizonte, a permanência de uma separação espacial no cotidiano do espaço doméstico, proveniente das relações socio/raciais estabelecidas no período colonial.

Hipóteses Secundárias

- As relações trabalhistas, estabelecidas para o espaço doméstico no início da República, reinterpretaram, dentro de um novo contexto, as relações de trabalho advindas do sistema escravista;
- Essas relações trabalhistas, de forte caráter segregatício, tornaram- se responsáveis pela criação das edículas, nas áreas menos privilegiadas dos terrenos, ou das áreas de serviço, igualmente setorizadas nas áreas menos privilegiadas das residências;
- A transferência da sede do governo de Minas Gerais para Belo Horizonte, dentro de um novo espírito de modernidade, não implicou o esquecimento das práticas cotidianas típicas do sistema colonial e escravista de Ouro Preto.

Assim, o objetivo principal é entender como os espaços ocupados pelos negros escravizados e as senzalas, com todas as suas complexidades sociais, reverberaram na criação de zonas menos favorecidas e nas edículas das residências construídas nas primeiras décadas do século XX em Belo Horizonte.

Objetivos Secundários:

- Recompor as lacunas da história da produção arquitetônica da casa no Brasil, com destaque para os domicílios construídos nas Minas Gerais, sobretudo em Belo Horizonte, o que envolveria a concepção da casa, sua solução formal e a hierarquia de seus espaços.
- Entender em que medida as edículas das novas edificações residenciais do período republicano reproduziram a lógica espacial do conjunto arquitetônico das propriedades rurais e dos domicílios urbanos da América Portuguesa; e
- Entender se a lógica das relações trabalhistas no espaço doméstico em Belo Horizonte, nas primeiras décadas do século XX, até meados de 1930, são provenientes das relações entre senhores e indivíduos escravizados que marcaram o período colonial e imperial brasileiro.

Ao propor esses objetivos, esta dissertação busca na história da arquitetura do Brasil, em sua dimensão residencial, as forças geradoras da segregação racial, materializadas na organização espacial da casa e na implantação do conjunto arquitetônico das propriedades rurais. Levam-se em consideração as soluções construtivas, os fluxos de circulação e a hierarquização dos espaços. Pretende-se conduzir essas análises sob um novo olhar, moldado à luz das perspectivas contemporâneas da população negra. Essa

intenção não implica, entretanto, cair nas armadilhas do anacronismo, mas propor novas chaves de leitura acerca da presença negra na produção do espaço da casa brasileira, em perspectiva cultural tangível e intangível, e levando-se em consideração as ideias de contradições, permanência e ruptura.

Assim sendo, esta dissertação busca analisar um conjunto de arquiteturas da América Portuguesa e do Brasil Imperial, seus respectivos projetos (bem como materiais de acabamentos, fluxos, fator de inserção de terrenos, localização, etc.), e como os vestígios da segregação racial estão presentes na arquitetura residencial da Belo Horizonte do início do século XX, até meados de 1930. Assim, será feita uma revisão das análises e dos conceitos sobre essas arquiteturas, com foco na conformação da organização do espaço residencial – o intangível - a partir de uma mudança do olhar, à luz das perspectivas da população negra.

O símbolo da mitologia africana de Sankofa contribui para a definição da matriz teórica e ainda incorpora, nesse sentido, o seu valor simbólico neste estudo - o pássaro que voa para frente com a cabeça voltada para trás, símbolo da relação entre estar no presente e seguir em frente, mas dando a devida atenção ao passado. Nesse mito, articulam-se passado, presente e futuro, ao questionar-se que "[...] para transformar positivamente o futuro, é preciso no presente revisitar, de forma crítica o passado para que o que foi apagado, possa emergir e ser considerado" (Simas, 2021).

> O pássaro do passado só pode ser alcançado com a pedra que lançamos hoje; seu voo é incessante. Exu não vai ao ontem porque sabe que (nas espirais do tempo) é no presente que a pedra é lançada em busca do pássaro que, em seu voo incerto, pousará no futuro (Simas, 2021).

Por conseguinte, este trabalho firma o compromisso de rever o passado, não apenas como uma sequência de acontecimentos distantes, mas como um processo, cujas ações e materialização ainda reverberam no presente. Ao corroborar a ideia de Sankofa, este trabalho também volta ao passado da arquitetura residencial, do período colonial e imperial após a colonização do território, com foco na configuração mineira referendada em Vila Rica, capital da então Capitania das Minas Gerais, atual município de Ouro Preto.

Essa volta ao passado tem o intuito de revisitar as realidades habitacionais do período da América Portuguesa e Brasil Imperial, posteriormente às realidades mineiras, e propor uma análise crítica dos esquemas construtivos e funcionais das casas que, em certa medida, repetiam- se em soluções com maior ou menor grau de sofisticação. Essa semelhança construtiva teria impressionado o viajante francês Léger Vauthier que chegou a afirmar que "[...] quem viu uma casa brasileira, viu quase todas" (Vauthier, 1934, p. 143). A análise dessa arquitetura seria o ponto de partida para perceber as continuidades e rupturas da organização dos espaços e suas dependências com as questões raciais o que, inevitavelmente, estaria ligado à trajetória social dos seus ocupantes.

Quanto à metodologia utilizada, parte da coleta e a análise de dados foram feitas por meio da pesquisa documental iconográfica nos arquivos da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), Diretoria de Patrimônio Cultural (DIPC), Arquivo Público Mineiro (APM), Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Pretende-se ampliar a compreensão da tipologia da casa, comparando as edificações residenciais da América Portuguesa e do Brasil Imperial, sobretudo na então Vila Rica, atual Ouro Preto, com as das primeiras décadas de Belo Horizonte. Essa comparação será feita por meio de uma análise qualitativa, considerando sempre quem produziu as referidas plantas, para quem e com qual propósito.

A estrutura deste trabalho conta com cinco seções: a primeira, a introdução e a quinta as considerações finais. A segunda seção é dedicada a uma revisão bibliográfica acerca do tema da habitação no Brasil, com foco na então Vila Rica, atual Ouro Preto e seus arredores, pautadas pela lógica de zoneamento do programa de atividades e necessidades e suas espacializações, cujos dados ainda não são interpretados e compreendidos em sua totalidade. A revisão bibliográfica tratará da complexidade que envolve a desigualdade racial e como encontrar aspectos da racialidade por meio de sua construção e estruturação, relacionados à tipologia das edificações residenciais.

Pautado pelo pensamento de Chimanda Ngozi Adichie (2019) o ponto de vista adotado, neste caso, será crucial para definir a perspectiva segundo a qual analisaremos a questão. Reconheço que, para chegar ao ponto que almejo, será necessário fazer escolhas sobre o que será enfatizado e, inevitavelmente, outras informações serão deixadas de lado, consciente de que parte da complexidade histórica e social será ocultada nesse processo. Ressalta-se que não será feita uma revisão extensa sobre as configurações das moradias de todo o território brasileiro – espaço – nem mesmo durante toda a sua existência – tempo. Interessa-nos aqui saber como a nação brasileira, construída sob as bases do racismo como sistema de sustentação colonial, com amplo arcabouço empírico e científico de discriminação racial, imprimiu tal ideologia na configuração espacial das moradias.

A terceira seção trata de entender a transição do regime imperial para a instalação da República ao abordar a transição do regime de trabalho escravizado para o livre, com foco na posição social, destinado aos corpos negros e negras no pós-abolição. Discorre-se, ainda, sobreo processo da mudança da capital mineira, de Ouro Preto para Belo Horizonte, com foco na arquitetura residencial dos primeiros anos da recém-capital mineira. Trata-se de um conteúdo descritivo que abrange as relações e conflitos estudados nas seções anteriores, de forma sintetizada e desenvolvida, agora no espaço geográfico da capital. Ao final, apresenta-se o que foi denominado como ‘arquiteturas da modernidade’, um conjunto de projetos arquitetônicos dos primeiros anos da nova capital mineira e analisam-se seus fluxos, a implantação dentre outros fatores.

Denominam-se arquiteturas da modernidade neste trabalho, em razão da própria etimologia da palavra, ao abarcar em si uma relação paradoxal: ao mesmo tempo que pretende expressar uma afirmação do presente, em oposição ao passado, desmente a mesma intenção ao se comportar como um retorno histórico e cíclico. A modernidade presume uma relação com épocas anteriores, que opõe a si mesma. É um conjunto de práticas estéticas e doutrinas agrupadas que operam a partir da interseção de diferentes temporalidades históricas (Laks, 2016). Neste trabalho, as arquiteturas da modernidade, representadas pelas tipologias da CCNC e pelas edificações por ela influenciadas, estão dispostas entre o período da América Portuguesa e do Brasil Imperial (passado) e pelo modernismo (futuro).

A quarta seção aborda as contradições por meio da permanente renovação e perpetuação das práticas racistas em Belo Horizonte, com base na perspectiva da produção arquitetônica residencial do início do século XX. Constitui uma perspectiva analítica das modificações realizadas nos projetos arquitetônicos apresentados no item anterior, assim como o apagamento no patrimônio cultural. Por fim, destina-se à proposição de uma linha de interpretação da racialização desse conjunto de projetos arquitetônicos belo-horizontinos do início do século XX, a partir da interrelação entre raça e espaço. Essa forma de releitura do objeto arquitetônico, como exploramos no título, foi constituída em primeira instância pela discussão fomentada pelos aspectos encontrados na revisão bibliográfica da arquitetura residencial feita na seção 2. Indica-nos que a segregação racial espacializada, advinda do período da América Portuguesa, esteve integrada ao *modus operandi* da tradição da produção residencial belo-horizontina e seguiu um percurso de reprodução nos anos subsequentes.

Pelo exposto, compreende-se que esta pesquisa tem caráter teórico, analítico, descritivo, qualitativo e multidisciplinar, podendo ser classificada, de acordo com Gil (2002), como qualitativa e bibliográfica. Além disso, acrescenta-se a essa estrutura elementos gráficos como fotografias, desenhos, plantas arquitetônicas e diagramas, com o intuito de elucidar o pensamento e para esclarecer a teia de teorias, dinâmicas e relações trabalhadas ao longo da pesquisa.

2 O LEGADO ARQUITETÔNICO

2.1 Contexto geral da arquitetura residencial na América Portuguesa

O espaço residencial representa um ambiente onde se desenrola a vida privada e se entende como um lugar de profundas implicações para as pessoas e as atividades que abriga. A moradia se configura como um elemento essencial da organização social que, ao longo dos anos, incorpora diversos significados relacionados ao indivíduo que a ocupa. Seu sentido fundamental está ligado à ideia de abrigo, refúgio, lugar de proteção e defesa, entre outros. No entanto, ao longo do tempo, novos significados passaram a ser incorporados a esse conceito (Correia, 2004).

Segundo Batista (2018), a relação do indivíduo e o espaço se traduz no ritmo das transformações sociais, na maneira como as pessoas se relacionam entre si e como utilizam o espaço. É através da experiência do "morar", dentre outras, que se aprendem comportamentos, normas e hábitos de uma determinada cultura. Dessa forma, quando o indivíduo se fixa em algum lugar, ele transforma, de alguma maneira, a sua acomodação em um espaço de habitação (Batista, 2018).

A habitação também pode ser entendida com uma territorialidade, de controle, do estabelecimento de um domínio que visa estabelecer e permitir a elaboração de uma ordem indispensável à formulação de identidade e ao sentimento de segurança. A moradia se constitui como espaço destinado a acolher e permite uma existência saudável para o seu morador. Ao longo dos anos, o indivíduo se vincula a essa moradia no sentido do habitar como um sentimento de pertencimento. Nesse contexto, observa-se que a materialidade da arquitetura se revela, no dia a dia, relevante para a constituição desse sentimento (Batista, 2018).

De acordo com Soares (2011), a edificação do espaço aponta para uma lógica racional que propicia, ao longo dos anos, que o indivíduo o transmute em um espaço singular, individualizando-o, de modo a torná-lo único. Para Lemos (1978), o ato de morar se conforma como uma manifestação de caráter cultural, de forma que as técnicas construtivas e os materiais utilizados se encontram em um segundo plano. Assim, por meio de um pequeno percurso das tipologias arquitetônicas residenciais elaborado neste trabalho, acredita-se que a disciplina e prática arquitetônica, para além de um simples dado das condições sociais, pode ser entendida como um produto dos agentes sociais, com alvos socialmente definidos (Reis Filho, 1970).

Para além de categorias sociais e culturais, em algumas regiões do país, a casa pode ser interpretada, nas palavras de Freyre (1936, p.17) como um "[...] campo do qual irradiam-se modelos de comportamento, comandos, símbolos e, sobretudo, relações sociais. Todo um sistema de vida e de dominação". Nesse contexto é que surgem as hierarquias básicas do sistema e conjectura-se a importância da distribuição e fluxos internos da vida privada doméstica no Brasil, já que é nesse espaço que o sistema se materializa

e que as polaridades irreconhecíveis se mantêm e são, a todo o momento, reconfiguradas (Freyre, 1936).

A casa no Brasil, entendida a partir da presença e do domínio português na América, apresenta algumas especificidades regionais, em razão da extensão do território brasileiro, mas podem ser identificados elementos comuns entre edificações de diferentes regiões. Com a chegada dos europeus, segundo Santos (2011), estabeleceram- se diferentes modos de viver, que não eram produto unicamente dos portugueses, dos indígenas, nem dos africanos. Assim, as casas voltadas para os setores privilegiados se caracterizavam pela combinação de um conjunto de referências nacionais e internacionais, para além ainda, dos condicionantes do território como o clima, materiais e técnicas construtivas (Santos, 2011).

Tipologia é aqui entendida como uma categoria de análise crítica, desde o tempo neoclássico quando, a partir so séc. XVIII, tornaram- se comuns os levantamentos de edificações e estas passaram a ser agrupadas pela função comum e/ou pela recorrência a um mesmo padrão formal. Portanto, o tipo foi considerado uma composição característica de projeto para Durand[7], já que concentrava uma tradição, acima do campo histórico e geográfico. Dessa forma, a ideia de 'tipo' se ancorou em agrupar características comuns de certos projetos, em termos de função e partido, por meio de uma tradição arquitetônica em que, mais que imitar as técnicas do passado, trata de aproveitar a sua notável experiência (Pereira, 2005).

Antes mesmo do início da colonização do território brasileiro, a economia pautada pela produção de açúcar já era bastante difundida por portugueses e espanhóis, tendo sido primeiramente cultivada na Península Ibérica desde o tempo da conquista dos mouros, no séc. XIV. No século XV, o açúcar permaneceu como especiaria de alto valor, até que chegou nas Ilhas Atlânticas – Açores, Canárias, Cabo Verde, São Tomé e Madeira. Todas elas passaram por períodos de intensa atividade da indústria, em maior ou menor grau, ao longo do século XV, de forma que o açúcar foi ganhando, à medida do tempo, o controle econômico da região (Schwartz, 1999).

Com relação ao sistema escravagista, segundo Schwartz (1999, p. 23). "[...] até o século XV, a escravidão em Portugal foi primordialmente uma forma de servidão associada a trabalhos domésticos e ocupações urbanas", assim como em outros países da Europa. Ela era proveniente das contínuas guerras que criavam prisioneiros e cativos para ambos os lados, ou seja, uma fonte tradicional e constante de escravizados. A posição social perante a lei e os termos para descrevê-los foram originados a partir de uma base de precedentes urbano-domésticas, já que as primeiras atividades exercidas pelos escravizados eram desta natureza. Entretanto, com a nova fonte de escravizados na porção ocidental do continente

[7] Durand, Jean-Nicholas-Louis. Précis des leçons d'architecture donnés à l'École Polytechnique. Paris, 180-1805.2v. Jean-Nicolas-Louis Durand foi um arquiteto, professor e teórico francês, amplamente reconhecido por suas contribuições ao racionalismo na arquitetura e pelo desenvolvimento de métodos sistemáticos de projeto arquitetônico.

africano e a nova demanda de cativos para o impulsionamento da produção do açúcar, alterou-se a natureza da escravidão em Portugal (Schwartz, 1999).

Essa nova prática deu origem a novas atribuições de trabalhos de mão de obra, associada à grande propriedade açucareira, que se tornou a unidade produtiva básica no comércio que caracterizou a expansão europeia. As funções urbano-domésticas permanecem, mas em menos expressividade. Observa-se que foi nas ilhas atlânticas que a escravidão africana, na forma de organização do trabalho como base da economia açucareira, se consolidou – o que vai se transformar em um complexo da grande lavoura (Schwartz, 1999).

Esse modelo econômico vai resultar em manifestações arquitetônicas nítidas, sobretudo nas construções residenciais, denominadas como engenhos, ainda nas Ilhas Atlânticas. Esta tipologia englobava o conjunto de edifícios que compunham as unidades produtivas da cultura da cana-de-açúcar, ou seja, a propriedade rural onde se desenvolviam as atividades necessárias para a produção do açúcar (Gomes, 2006). No caso das Ilhas Canárias, tem-se o exemplo do engenho de Cristóbal Garcia del Castilho[8], registrado em 1518, composto de, segundo Schwartz (1999, p. 27), "[...] uma moenda movida a água, uma casa de moenda, uma residência, uma casa de fornadas e caldeiras, um curral, um galpão para lenha, uma senzala e uma residência para trabalhadores pagos". Ainda segundo o historiador, apesar da escala – já que havia vinte e dois escravizados - tal descrição poderia se aplicar à maioria dos engenhos brasileiros.

Apesar de o açúcar já ter sido produzido e comercializado nas ilhas atlânticas, o seu declínio foi tão rápido quanto a sua ascensão nesses territórios, de forma que vai ser no Brasil que tal sistema atingirá novos níveis de eficiência e êxito. Há de se considerar, entretanto, que foram em tais ilhas que se verificaram e consolidaram as técnicas de produção, organização interna da indústria açucareira, a transferência de tecnologia, e a prefiguração do que estava para acontecer no território brasileiro (Schwartz, 1999). Segundo o historiador,

> Existiram em São Tomé todos os elementos do sistema capitalista de grande lavoura - um sistema econômico orientado para a produção de uma cultura altamente comercializável e, não obstante, capaz de valer-se de uma forma social arcaica, a escravidão, para fornecer a mão-de-obra necessária. O sistema de grande lavoura, ou regime dos engenhos, havia amadurecido nas latitudes meridionais, e podia, agora, cruzar o Atlântico com trágica desenvoltura (Schwartz, 1999, p. 30).

Quando pensamos em como se deu a conquista do território na colonização, para Gomes (2006) e

[8] Também conhecido como Engenho de Los Picachos, é um dos poucos vestígios da arquitetura industrial açucareira do século XV-XVI em Gran Canaria que reúne valores singulares do patrimônio histórico da ilha datado do início da colonização em uma das Ilhas Canárias da Espanha.

Azevedo (1990) iniciou-se pelo litoral da América Portuguesa. Assim, o primeiro sucesso econômico foi a comercialização do pau brasil, nessa região litorânea, seguida então pela produção açucareira, especiaria considerada de alto valor no mercado europeu, e que já estava sendo desenvolvida nas Ilhas Atlânticas (Schwartz, 1999). Esta representou a base econômica do território brasileiro nos dois primeiros séculos da ocupação portuguesa, atividade que se exercia predominantemente no ambiente rural, caracterizada pela sua autossuficiência, ou seja, independência do ambiente urbano (Gomes, 2006).

Após a instituição das capitanias hereditárias e a divisão do então território, poucas delas realmente tiveram êxito, devendo-se à atividade açucareira, a submissão de povos originários, aldeados segundo o regime da Igreja Católica e da Coroa, e a mão de obra de negros escravizados (Andrade, 2002). Conforma-se então a região açucareira, território mais propício para a produção do açúcar, na qual se destacam as capitanias de Pernambuco e da então Bahia de Todos os Santos. Nestas se consolidou uma cultura arquitetônica, que ficaria conhecida no futuro como "arquitetura do açúcar", uma expressão cultural marcada pela soberania do conjunto arquitetônico dos engenhos, com suas casas-grandes, suas fábricas, capelas e senzalas. O grande fomento econômico gerado pela produção açucareira contribuiu de forma significativa para a construção de grandes habitações privilegiadas urbanas, igrejas, conventos e colégios (Gomes, 2006).

Durante os dois primeiros séculos da colonização, a ocupação do litoral se equilibrava entre o ambiente urbano, que sediava os edifícios administrativos e grande parte da vida religiosa e do mundo rural, território da produção açucareira. Os núcleos urbanos e os engenhos de açúcar poderiam estar localizados à beira mar ou nas margens de rios e poderiam se interconectar por meio de longos caminhos, onde poderia surgir, eventualmente, esparsa ocupação. Segundo Gomes (2006), grande parte da população se encontrava no campo, envolvida no projeto econômico do açúcar que, não raramente, envolvia grandes propriedades, muitas vezes autossuficientes, fato que minimizava a dependência do campo com a cidade.

Apesar de haver essa diferença entre os territórios, nos centros urbanos da região açucareira havia uma estrutura administrativa pequena e com pouca autoridade com relação às normas edilícias. Os comerciantes e os próprios senhores de engenho serão os definidores das configurações dos edifícios, tanto na zona rural quanto na urbana. Desde o século XVI, o plantio da cana de açúcar foi experimentado em diferentes localidades do litoral. Entretanto, seria na porção territorial localizada a nordeste da América Portuguesa, com seu clima e solo favoráveis, que a produção açucareira cresceria e prosperaria nesse primeiro momento. Por conseguinte, o açúcar seria o produto final de um complexo processo de produção que envolvia desde o plantio e o transporte da cana, às vezes executado por empreiteiros vizinhos, até a aquisição de tecnologia de produção e a definição de estratégias de venda (Gomes, 2006).

Com relação ao conjunto arquitetônico dos engenhos, alguns pareciam grandes povoados, com uma série de edificações que relacionavam habitação e trabalho. Entretanto, para Gomes (2006, p. 61),

> [...] os edifícios mais notáveis dos engenhos de açúcar eram a fábrica, também chamada de moita; a residência do proprietário, que veio a se chamar casa-grande, a partir do século XIX; a capela; e **a senzala**, como era nomeada a habitação dos escravos (Gomes, 2006, p. 91, grifo nosso).

Apesar de a configuração de engenhos se considerar como conjunto, concentrado nas regiões onde hoje se localizam os estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, Gomes (2006) afirma que não se registrou apenas uma casa-grande genérica, ou seja, uma mesma morfologia no tempo e no espaço. Em outras palavras, a nomenclatura casa-grande, assim como as senzalas[9] e os demais edifícios que compunham o conjunto, variam conforme as regiões da América Portuguesa, o poder administrativo, o momento em que foi implantado, a tecnologia, entre outros fatores. Assim, atentar-se-á a uma organização dessa configuração, que se consolida no período da América Portuguesa, marcado pela força de trabalho escravizada – primeiro dos povos originários e, posteriormente, de africanos e seus descendentes.

Distante dos centros urbanos, cada engenho se caracterizava pela unidade, ou seja, uma entidade completa em si mesma, com o intuito de garantir o seu perfeito funcionamento. A configuração então referenciada por Freyre (1933) *casa grande-senzala* representava uma configuração habitacional e sobretudo todo um complexo sistema econômico, social e político de exploração. Assim, a casa grande[10] se conformou como centro de coesão patriarcal e religiosa, por meio do apoio à organização das demais edificações, caracterizada primordialmente pela separação física nítida de ambientes no interior da habitação (Freyre, 1933).

> A casa grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater familias, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o"tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo) (Freyre, 1933, p. lxiii).

Em trabalho ímpar sobre a produção arquitetônica na Bahia, Esterzilda Azevedo nos revela que a própria organização espacial do complexo de edifícios, que incluía a casa-grande, a capela, senzala e fábrica,

---

[9] A título de ênfase, observa-se que a nomenclatura para esse espaço – senzala – pode ser identificada na literatura com diferentes vocabulários, que remetem a diversas temporalidade e regiões, como 'casa para pretos', 'quarto de agregados', 'quarto de despejo', dentre outros.

[10] Importante salientar que, neste trabalho, o termo *casa grande* se escreverá com a letra minúscula, diferente da bibliografia mais proeminente sobre o tema, como uma forma de mudança de perspectiva de análise. Pretende-se assim, inverter a lógica hegemônica da narrativa ao não colocar essa edificação no primeiro plano, dentro de um conjunto de arquiteturas que, na visão da autora, tinha igualmente relevância.

estava diretamente relacionada com a produção do engenho, ou seja, com o processo de produção do açúcar. Nesse sentido, o enorme desenvolvimento do modo de exploração dos africanos e afrodescendentes, na condição de escravizados, se deu na América Portuguesa e também, diretamente relacionado com a economia açucareira, já que requeria enormes quantidades de mão de obra nas plantações e manufaturas. Considerados uma das fontes de energia da produção do açúcar por sua força muscular, moldaram e deram vida aos espaços do conjunto de edifícios (Azevedo, 1990).

Segundo Gomes (1998), a grande parte do trabalho refere-se à arquitetura do açúcar em Pernambuco. A quantidade de indivíduos e descendentes dos povos originários envolvidos na produção do açúcar diminuia à medida que os senhores de engenhos enriqueciam, e desta forma, podiam pagar pela escravização dos africanos (Gomes, 1998). A dinâmica ocorreu a partir da metade do século XVI, o que não era novidade para os portugueses colonizadores que já praticavam tal ato desde o século XV. Entretanto, segundo o pesquisador, "[...] a diferença entre a escravidão de africanos em Portugal e no Brasil é que lá a mão-de-obra escrava era empregada nos serviços domésticos e aqui nas tarefas de campo e manufaturas" (Gomes, 1998, p. 20). Há de se considerar essa modificação em razão de seu número expressivo já que, segundo Azevedo (1990, p. 81), "[...] nos maiores engenhos o número total de escravos ultrapassava os 150, ou duzentos"[11].

Com relação à organização espacial dos engenhos, a arquiteta e urbanista afirma que o arranjo, bem como os materiais utilizados em cada um dos edifícios, é definidor da hierarquia social e do sistema de valores da sociedade. Essa hierarquia se expressa pela dimensão e forma dos materiais e tratamento das edificações, com mais apreço para as casas-grandes e capelas, em detrimento das demais construções. Ainda, o número de edificações no engenho variava também com relação ao seu porte, ou seja, quanto maior o número da produção gerada, maiores seriam as edificações que o compunham (Azevedo, 1990). Segundo Azevedo (1990), com relação ao século XVIII,

> Num extremo, a casa-grande e a capela, geralmente construídas por especialistas em materiais nobres — pedra e cal -, situadas na parte mais alta do terreno; no outro, a senzala minúscula, construída em materiais precários — terra, madeira, cipó e palha —, localizada na parte mais baixa do terreno (Azevedo, 1990, p. 96)[12].

No século XVII, primeiro século em que tivemos informações acerca das edificações no território brasileiro suficientes para analisar, a implantação dos edifícios na paisagem obedecia à disposição,

[11] A autora retirou os dados do livro "O Açúcar nas Antilhas (1697-1755)" de Alice Piffer Canabrava, em que explora a história da produção e comércio de açúcar nas ilhas do Caribe entre 1697 e 1755, publicado em 1981.

[12] Importante salientar acerca da não simples precariedade dos materiais das senzalas. Entende-se neste trabalho que pedra e cal não são sinônimos de riqueza, e terra não é sinônimo de pobreza ou inferioridade de forma que, segundo Oliveira (2022), as origens e memórias das senzalas são afetadas, em maior parte, pela sua posição hierarquizada e subalternizada com relação ao poder político, econômico, social e simbólico dominante das casas grandes e das capelas católicas, dentro dos conjuntos arquitetônicos.

segundo Azevedo (1990, p. 106): “[...] casa e capela no ponto mais elevado da topografia ou a meia-encosta, a cavaleiro das demais construções, fábrica e casa de purgar em nível mais baixo, em área plana, quase sempre próxima a rio ou braço do mar”. Ainda, a dispersão dos edifícios pode se dar em razão da coexistência de indivíduos de classes e raças distintas, bem como interesses conflitantes (Gomes, 1998). A estrutura social dos seus ocupantes se materializa também no zoneamento, reflexo da estrutura social dos ocupantes, de modo que, segundo Azevedo (1990, p. 107), a “[...] casa-grande e a capela no alto, instalações fabris e moradas de trabalhadores na parte baixa”, forma essa, que se manteria ao longo do séc. XVIII e XIX.

Dessa forma, a ideia de dominação se verifica através da implantação privilegiada da casa-grande, com relação às demais edificações; por assim dizer, permitia ao senhor de engenho um maior controle de sua propriedade e a afirmação de sua autoridade (Azevedo, 1990). Sobre essa vigilância feita pelo proprietário, no período escravagista brasileiro, pode ser considerada por meio de caracteres táticos, ou seja, uma série de práticas discretas que esses senhores utilizavam por meio da (re)apropriação de espaços impostos e estruturados pela ordem ideológica opressora. Ainda nesse sentido, os objetos demarcavam fronteiras entre domínios, manipuladas como símbolos de distinção, de poder e com o propósito de vigiar as atividades dos escravizados. Esses mecanismos, segundo o autor, podem ser chamados de arqueologias da vigilância, entendido como uma forma de exercer um controle social dos escravizados (Klink, 2024).

As capelas domésticas dependiam de forma direta da escala das propriedades, bem como do poder aquisitivo de seus proprietários de forma que atendiam a todos os moradores da propriedade e, em algumas ocasiões, também aos vizinhos das imediações (Machado, 2019). Nas pinturas dos holandeses, construções em planta retangular, recobertas por telhados de duas águas, geralmente sem torres, mas com campanário, de forma que se diferenciam, na maior parte das vezes, pelo tamanho (Azevedo, 1990). Ainda com relação às capelas domésticas, para além da função de prática da fé religiosa, sua presença também se vê como um elo entre os escravizados e os senhores de engenho, já que se tornaram um elo significativo em relação às vivências socias de diversos atores (Machado, 2019).

Segundo o *Manual do Agriculor*, elaborado por Carlos Taunay (1893, p. 14), “[...] os senhores têm portanto obrigação, não menos como cidadãos do que como christãos, de lhes mandar ensinar e praticar a religião, sendo aliás o meio mais eficaz de os conservar obedientes, laboriosos, satisfeitos da sua condição [...]”. Ainda, tal elo estava relacionado com a função de reabilitação, de forma a moldar a relação entre os indivíduos, conforme pautado no manual, que indica

> A crença em hum Deos e nos seus santos, e entre estes alguns da sua côr, que não desdenhão o pobre escravo, entretem a alegria e a esperança no coração dos pretos. A religião rehabilita a sua condição, e consagra suas relações com os senhores, que não aparecem mais a seus olhos como proprietários, ou como tyrannos, mas sim como

> pais, como retratos do mesmo Deos, ao quaes devem amar e servir com o sacrifício de todos os seus trabalhos e suores, para merecerem a benção do Céo e huma eternidade de bem-aventurança. Por tanto, o emprego do domingo he reclamado pela religião, e este dia, á primeira vista sem utilidade, torna-se-há o mais útil para conservar a boa ordem, a subordinação e a atividade do serviço na familia (Taunay, 1839, p. 14).

Já a fábrica, destinada à produção do açúcar, localizava- se próximo à casa de purgar, em razão da relação e dependência existente no processo de produção, juntamente com outros espaços relacionados à produção, localizada próxima aos cursos d'água (Azevedo, 1990). Apenas um pavimento, sempre térreo, com despojamento decorativo e ausência de intenção plástica eram características mais comuns desses edifícios. De planta simples, muitas vezes retangulares, de grandes vãos, serão as edificações do conjunto que menos sofrerão modificações em sua construção ao longo dos séculos (Gomes, 1998).

Segundo as obras de pintores holandeses, como Franz Post, Albert Eckhout, dentre outros, que passaram pelo território brasileiro, à época da dominação holandesa, as casas grandes mais comuns desse período eram as de planta quadrada ou retangular, desenvolvidas em dois pavimentos e recobertas por telhados de quatro águas. Essas construções se organizavam a partir do térreo parcialmente vazado, composto de pilares de sustentação e abrigavam, muitas vezes, depósito da produção e escravizados. Já no primeiro andar, funcionava a vivenda propriamente dita, como mostra a figura abaixo, de Franz Post. Outra tipologia do século XVII apresentava a torre, que Gomes (1998) define como sendo do tipo nortenhas, devido a sua semelhança com as casas rurais do norte de Portugal, símbolo de poder econômico e civil. As casas com torre, segundo iconografia disponível, parecem ter sido comuns nesse período. Ressalta-se, ainda, que este era um dos elementos contidos no Regimento de Tomé de Souza[13], como condição para fundação de engenho, ou seja, a proteção por meio de torres ou casa forte.

[13] Segundo item 10 do Regimento de Tomé de Souza, de 17 de dezembro 1548, "[...] as águas das ribeiras que estiverem dentro do dito termo em que houver disposição para se poderem fazer engenhos d'açúcares, ou d'outras quaisquer cousas, dareis de sesmarias livremente, sem foro algum; e as que derdes para engenho d'açúcares, será a pessoas que tenham possibilidade para os poderem fazer (dentro no tempo que lhes limitardes), que será o que vos bem parecer. E para serviço e manejo dos ditos engenhos de açúcares, lhes dareis aquela terra que para isso for necessária, e as ditas pessoas se obrigarão a fazer, cada um em sua terra, **uma torre ou casa forte**, da feição e grandura que lhes declarardes nas cartas, e será a que vos parecer, segundo o lugar em que estiverem, que abastarão para segurança do dito engenho, e povoadores de seu limite. E assim se obrigarão de povoarem e aproveitarem as ditas terras e águas, sem as poderem vender, nem trespassar a outras pessoas, por tempo de três anos. E nas ditas cartas de sesmarias, que lhes assim passardes, se trasladará este capítulo". O documento está arquivado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) em Lisboa, mais especificamente no códice 112, nas folhas 1 a 9. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/90647204/1-3-Regimento-que-levou-Tome-de-Souza.

Figura 1 - Frans Post: Casa-grande com torre, cerca de 1651. Óleo sobre madeira, 21,6 x 27,9 cm

Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/94448-casa-grande com torre. Acesso em: 24 de maio de 2024. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

A figura acima representa uma casa-grande com volume compacto de dois pavimentos, coberta com telhado de quatro águas. As peças estruturais que aparecem no segundo pavimento sugerem, como sistema construtivo, a estrutura autônoma de madeira com vedação leve. A torre lateral, com altura equivalente a três pavimentos, foi coberta com telhado piramidal e apresenta janelas de rótulas em suas faces aparentes, possivelmente destinadas à vigilância da propriedade. No rés do chão, a vedação da fachada frontal, aparentemente, foi resolvida com tabiques de madeira e uma parede inacabada com vedação que se assemelha ao pau a pique. Com relação aos corpos, é possível notar pessoas no primeiro plano da cena, podendo notar cinco pessoas negras – sendo uma mulher e o restante homens - juntamente com duas pessoas brancas, um casal. A mulher negra tem vestimentas e aparenta carregar um objeto acima da cabeça. Os homens negros estão com vestimentas, com exceção da parte de cima do tronco.

Importante afirmar que a expressão “habitação de escravos” – ou termo semelhante – carrega uma leitura

distorcida e romantizada para qual a edificação era pensada e construída, pautada por condições subumanas impostas a pessoas negras escravizadas. O zoneamento, a forma de construção, os materiais utilizados e suas tipologias poderiam ser considerados incompatíveis com uma forma de habitar socialmente reconhecida como legítima, o que impedia a produção de pertencimento. Assim, pode ser nomeada, neste trabalho, como arquitetura histórica de confinamento da escravatura brasileira. Avé-Lallemant, em sua viagem ao Brasil, nesse período, registra:

> Quem, porém olha como os olhos europeus para esses palácios de verão dos nababos baianos, só pode sentir profunda indignação, vendo uma longa fila de estrebarias escuras, que não são para animais, e sim para os negros, a escravatura. **Aí permitem-lhe uma aparência de vida de família**, a fim de que esses ajuntamentos possam possivelmente produzir muitos novos escravos, para o que nos últimos decênios, se olha com tanto cuidado (Avé-Lallemant, 1980, p. 43, grifo nosso).

Gomes (1998) afirma que, na iconografia holandesa, não há representações de edificações que possam ser caracterizadas como senzalas, nos moldes das tipologias descritas por viajantes do século XIX. Para o autor, tal ausência indicaria que não haveria uma edificação própria para a senzala nos primeiros séculos da colonização. No entanto, essa leitura desconsidera os registros iconográficos produzidos por outros estrangeiros. Ademais, a ausência de representação não pode, por si só, ser tomada como evidência da inexistência material dessas estruturas. Assim, pode-se conjecturar acerca de sua presença em diversas pinturas e tipologias construtivas desse período, como a exemplo da Figura 2. Pode ter sido uma senzala, no canto superior esquerdo, uma construção linear, recoberta por telhado de palhas e vãos de portas?

Figura 2 - Obra Praefecturae Paranambucae pars Borealis, uma cum Praefectura de Itâmaracâ, de Frans Post

Fonte: Post, Frans. Praefecturae Paranambucae pars Borealis, uma cum Praefectura de Itâmaracâ, 1647. Disponível em: https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18306/praefecturae-paranambucae-pars-borealis-uma-cum-praefectura-de-itamaraca.

Segundo Gomes (1998), não há variedade de tipos de senzalas, de forma que, o que as diferenciavam, seria a distância com relação à casa grande. Ainda segundo Gomes (1998, p. 43) "[...] o único tipo encontrado se constitui de uma série de cubículos contíguos em linha com um alpendre comum ao longo de todo o edifício e cobertos com um mesmo telhado de duas águas", além de que, não são dotadas de cozinhas. Um dos primeiros registros dessas edificações é de 1812, feito pelo inglês Henry Koster, em que se observa, segundo Gomes (1998, p. 47), "[...] por detrás da casa de vivenda do proprietário, os negros haviam feito suas cabanas de barro e palha de coqueiros".

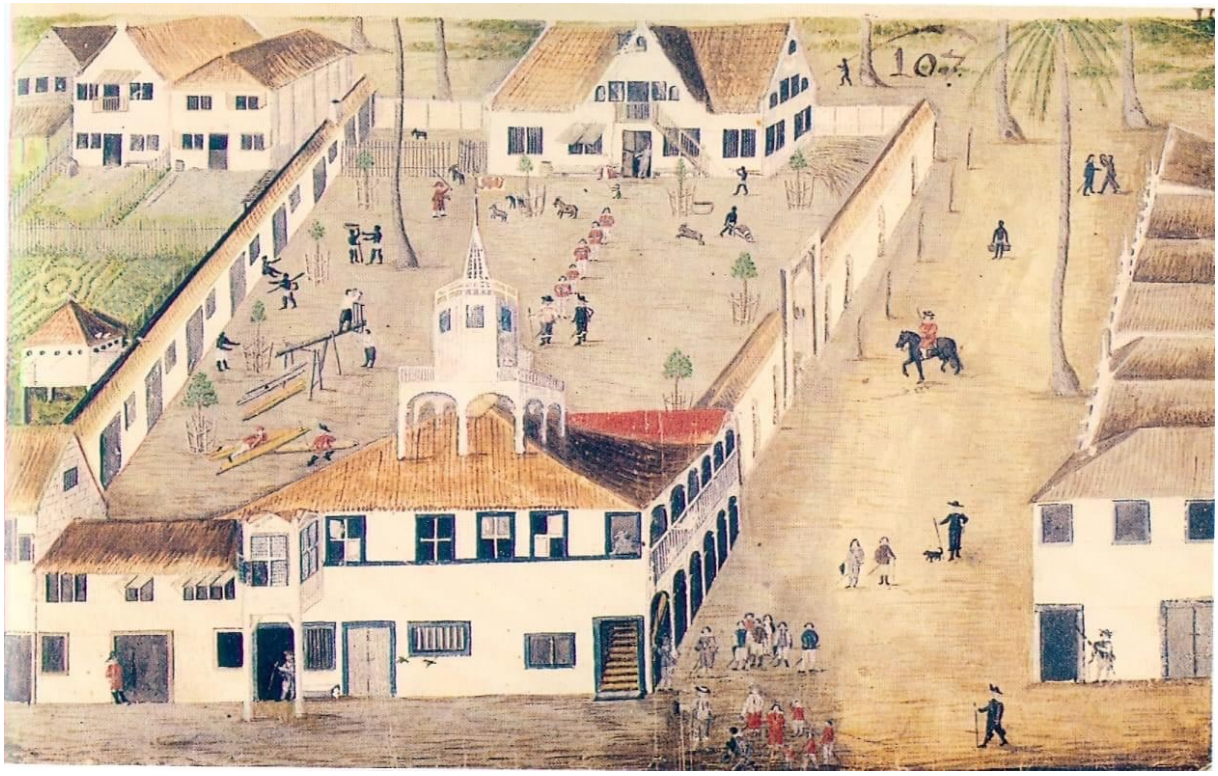
Com relação ao material utilizado e à técnica construtiva, estes dependem da destinação da edificação. De acordo com Gomes (1998, p. 47), "[...] se as senzalas eram concebidas como casas, depósitos ou prisões, sua construção deveria ditar a técnica construtiva a ser empregada". Para Weimer (2014), em pesquisas mais recentes sobre as inter-relações afro-brasileiras na arquitetura, tal conjuntura evidenciava uma completa submissão e precariedade de tais construções, em contraste com a monumentalidade das casas-grandes. Tais edificações eram prontamente identificadas pelos viajantes, como corrobora

Vauthier:

> Quanto ao comprido telheiro que se prende à casa, já sabeis o que é. Essa multiplicidade de portas baixas e estreitas, as paredes de barro, desmoronando-se aqui e acolá, trapos dependurados aos esteios que sustentam o telhado e formam, na frente da construção, uma pequena coberta, negrinhos pulando ao sol, uma ou outra cabeça encarapinhada que se mostra por instantes à sombra de uma porta, tudo vos dirá claramente que estas são as habitações dos escravos, e que é aqui que temos de procurar a cabana do Pai Tomás (Vauthier, 1943, p. 79).

Para Weimer (2014), as senzalas se caracterizavam por um conjunto de edificações diversificadas a depender de sua localização, seja em engenhos de açúcar, nas fazendas, nos arraiais de mineração e/ou nos conglomerados urbanos. Ainda segundo o autor, importante salientar que o termo refere-se ao conjunto de edificações, de uso coletivo. Em muitos casos existia mais que uma senzala, que segregava o uso com base na função do escravizado. Nesse sentido, havia edificação destinada aos encarregados pelas tarefas da casa-grande e outra para aqueles destinados às tarefas da produção do açúcar, como no Engenho Noruega que discorreremos adiante (Gomes, 1998). A imagem abaixo ilustra o primeiro Palácio e residência de Maurício de Nassau. Representa, entre as duas edificações, uma senzala, chamando a atenção para sua localização do terreno e a sua proporção com relação às demais edificações.

Figura 3 - Primeiro palácio e a residência de Maurício de Nassau, com destaque para a senzala na porção esquerda do terreno



Fonte: Wagener, Zacharias. Cidade Maurícia em Pernambuco, c. 1640. Disponível em: http://site.mast.br/exposicoes_hotsites/exposicao_observacoes_do_recife_holandes/observatorio.html.

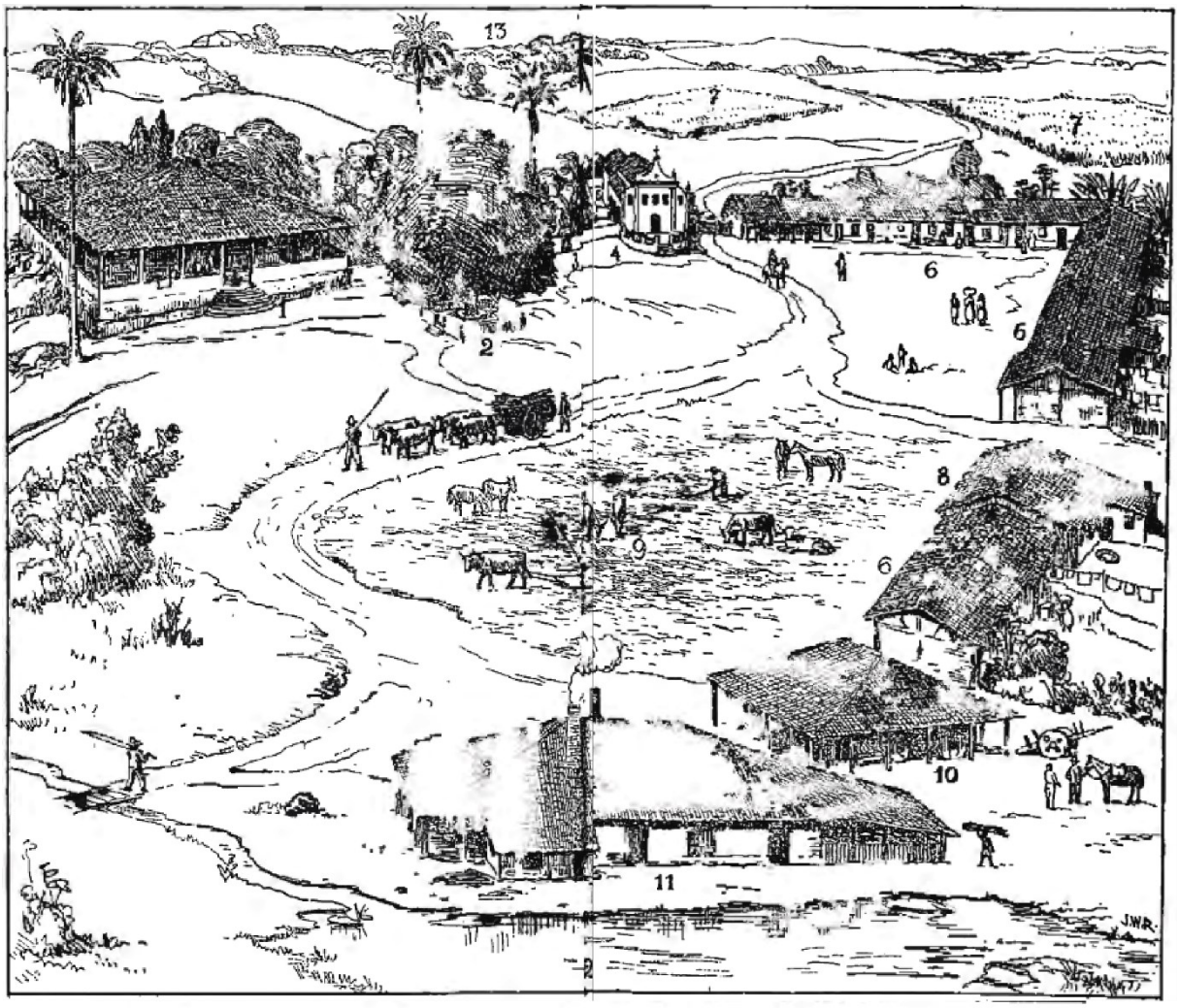
A qualidade da arquitetura alcançou ser uma das mais influentes da América Portuguesa, no século XVIII, apesar de a economia açucareira apresentar algumas dificuldades nesse período. De forma geral, esta conjuntura representou uma fase proeminente, momento em que se construíram as maiores casas grandes, engenhos e também as capelas. Esta última, passa a assumir o porte e feição das matrizes, como conhecemos atualmente, dada a suntuosidade e estabelecimento de uma maior aproximação dos templos urbanos (Machado, 2019). Com relação a implantação das edificações, não houve mudanças drásticas do século anterior para além de maior complexidade do programa, que vai refletir na quantidade das edificações, tais como oficinas, depósitos, estrebarias, senzalas, residência para trabalhadores livres, dentre outras (Azevedo, 1990).

> No inventário de Bento de Araújo Lopes Vilas-Boas, Barão de Maragogipe, e proprietário do Engenho Pimentel, aparecem, a respeito deste engenho, além das construções tradicionais, as seguintes edificações: arrecadação (depósito), enfermaria, estrebaria, carpintaria, estaleiro, depósito de bagaço, casa do feitor, **47 senzalas**, olaria, alambique e ferraria (Azevedo, 1990, p. 134, grifo nosso).

O engenho a que a arquiteta se refere, denomina-se Engenho Pimentel, localizado em São Sebastião do Passé, interior do estado da Bahia. Outro engenho, do mesmo proprietário, o Barão de Maragogipe, o Engenho Santo Antônio dos Vargas que, segundo Azevedo (1990, p. 134), tinha, para além das edificações já mencionadas neste trabalho "[...] casa de feitor, casa do cargueiro, enfermaria, 55 casas

de palhas e oito senzalas". Ainda, segundo a autora, neste século registra-se um maior número de edificações integrando o complexo do engenho, que vão aparecer de forma mais difundida, que é o caso dos aquedutos em arcaria de pedra, os viveiros de peixe e as senzalas (Azevedo, 1990), e do engenho Água Boa grande, no município de Santo Amaro, conforme demonstrado na Figura 4 abaixo.

Figura 4 - Engenho Água Boa Grande, município de Santo Amaro



Engenho "Água Boa Grande", no Município de Santo Amaro. Reconstituição de J. Wasth Rodrigues, segundo informações do autor: 1 — Sobrado; 2 — Pequeno terraço de recreio sob um tamarindeiro; 3 — Muro de proteção ao pomar ligando o sobrado à capela; 4 — Capela; 5 — Cemitério dos escravos e moradores; 6, 6, 6 — Senzalas; 7, 7 — Canaviais; 8 — Casa do feitor; 9 — Bagaceira; 10 — Estaleiro; 11 — Engenho; 12 — Tanque; 13 — Mato para tirar madeiras e lenhas para as fornalhas.

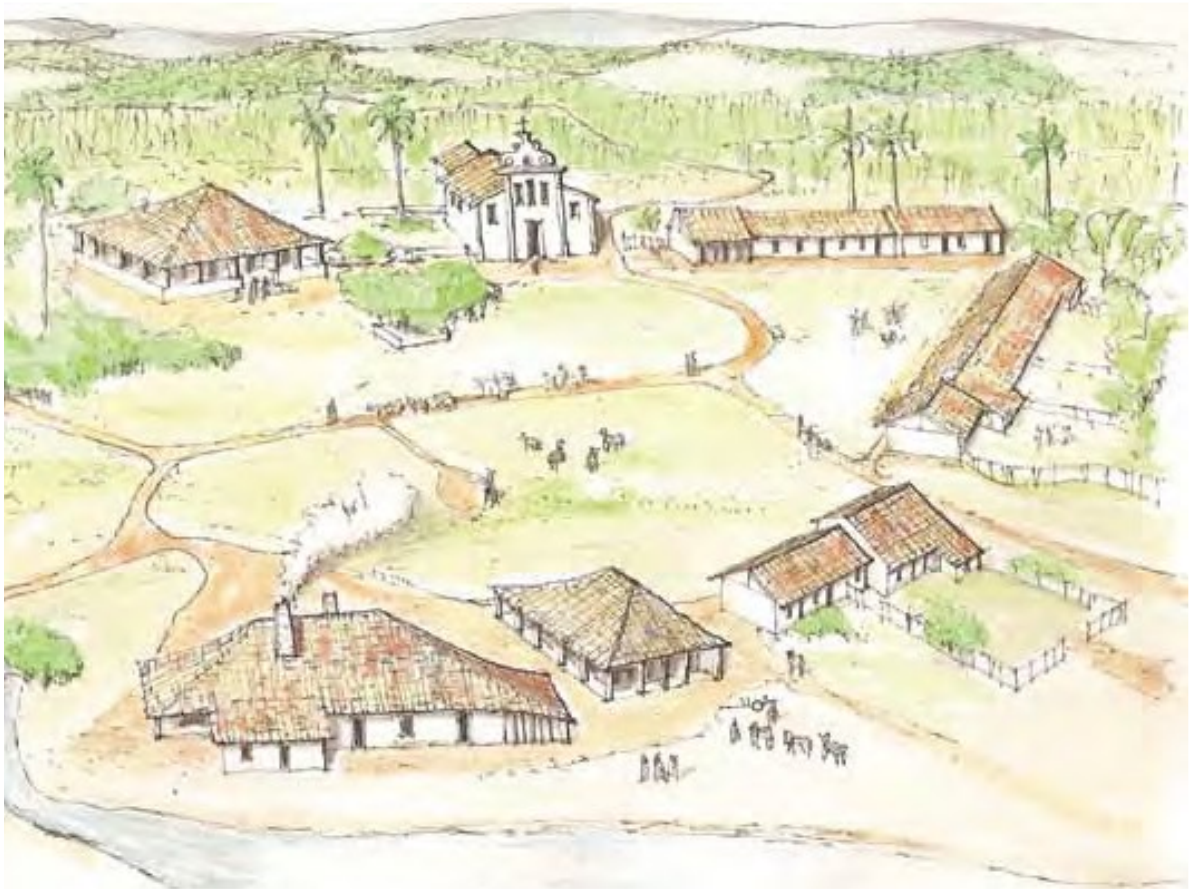
Fonte: Pinho, 1982, p. 456 e 457.

Na implantação do engenho, por meio de reconstituição feita por J. Wasth Rodrigues, havia sobrado, capela, cemitério, três edifícios de senzalas, canaviais, casa do feitor, bagaceira, estaleiro, tanque e o próprio engenho, ou seja, a fábrica (Pinho, 1982). Em terreno plano, o engenho Água Boa Grande se configura por um modelo de engenho centrado em torno de um pátio, de forma que a casa grande tinha vista para todo o conjunto. As construções dispostas, para além das funções de viver/produzir delimitavam um pátio central, observando uma proximidade entre as edificações com funções análogas.

A casa grande é separada da capela por um pátio lateral murado. As edificações da senzala, em forma de L, recobertas por telhado de duas águas, localizam- se ao lado da casa do feitor e do bagaço (Azevedo, 1990). Nota-se que, apesar de haver dois corpos de edifícios, há uma certa divisão entre eles, sugerindo uma divisão interna dos espaços.

O engenho também foi retratado por Azevedo (2009), em publicação referente ao Programa Monumenta[14], no sétimo volume, conforme Figura 5 abaixo. Segundo a arquiteta, a presença de um galpão com duas chaminés é indicativo de que as atividades produtivas relacionadas à produção do açúcar se desenvolviam, de forma concentrada, em um único ambiente. Esta, se localiza simetricamente à casa grande, mas ao lado oposto do pátio, ao lado do estaleiro, edificação composta de telhado de quatro águas apoiado sobre esteios de madeira (Azevedo, 1990).

Figura 5 - Engenho Água Boa, em Terra Nova, atual distrito de Santo Amaro



Fonte: Azevedo, 2009, p. 78.

Com relação à casa grande, em suas múltiplas configurações, nesse período e região, destacam-se três

[14] O Programa Monumenta é um programa federal executado pelo Ministério da Cultura do Brasil e patrocinado pelo BID. Consiste na reforma e resgate do patrimônio cultural urbano em todo o Brasil. Criado em 1997, o programa atende 26 cidades escolhidas de acordo com a representatividade histórica e artística, levando-se em consideração a urgência das obras de recuperação.

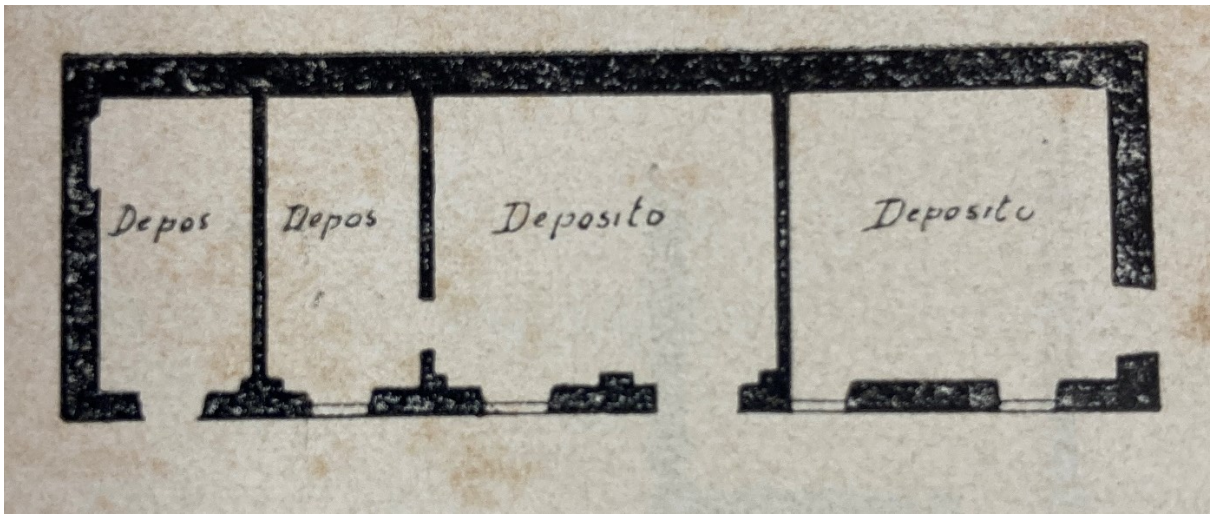
formas: (i) casas com pátio interno, com forma quadrada, de até quatro pavimentos, (ii) edifícios assobradados, de forma retangular e circulação interna transversal e (iii) casas térreas, em formato retangular, com corredor longitudinal e varandas que contornam alguns lados do edifício. A primeira configuração pode ser encontrada no Engenho Freguesia, localizado no município de Candeias, também no recôncavo baiano. Segundo Azevedo (1990, p. 142), a edificação se caracteriza por uma "[...] concepção e tratamento erudito do espaço arquitetônico, complexidade de seu programa funcional e robustez de sua construção". Ainda segundo a arquiteta:

> No porão, ficava a estrebaria; no térreo, uma sala e dez quartos; no andar superior, duas salas de frente, duas saletas, quatorze quartos, além da cozinha e pátio; finalmente, no sótão, ou segundo andar, uma sala e oito quartos. Convém lembrar que, devido à implantação deste tipo de casa, em encosta, o pavimento nobre, ou seja, o primeiro andar, tinha acesso externo direto. Note-se, ainda, que não existia escada interna ligando o porão e o térreo aos andares superiores. É provável que, no térreo, onde existia uma sala e dez quartos, alojavam-se, além de agregados da família, hóspedes do engenho (Azevedo, 1990, p. 143).

A edificação, ilustrada nas Figura 6 a 9 abaixo, transcende a simples funcionalidade da edificação, por meio da configuração de partido integrado, já que, conforme a organização funcional distributiva dos engenhos desse período, alguns de seus edifícios eram conjugados – nesse caso a casa grande com a capela. O primeiro pavimento, a vivenda propriamente dita, estava dividido em zonas, social e íntima, separadas assim, por meio do pátio anterior e de serviço. Conforme mencionado acima, o térreo estava destinado a cômodos de apoio, possivelmente para agregados da família e hóspedes (Azevedo, 1990).

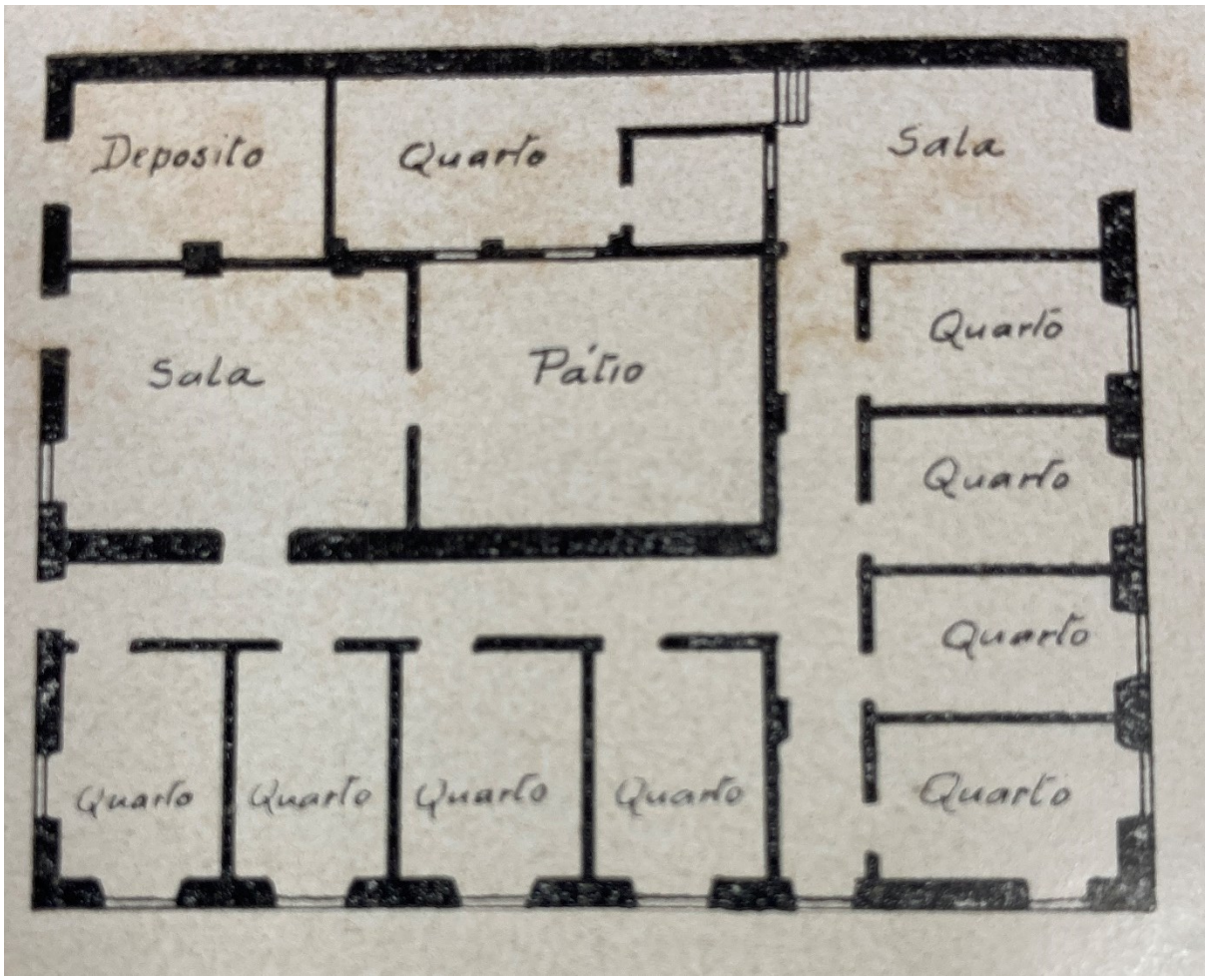
Além disso, abrigava o escritório do proprietário, onde recebia seus empregados e tratavam de negócios. Já o porão era destinado à estrebaria. Importante ressaltar sobre a ligação entre os pavimentos. Como a arquiteta menciona em seu depoimento, o primeiro pavimento, considerado nobre, ou seja, que servia de residência para o senhor de engenho e sua família, tinha acesso externo direto. Não havia, portanto, conexão entre esse pavimento, o térreo e o porão, onde funcionava a estrebaria, nem mesmo entre o térreo e o primeiro pavimento, destinado à moradia do proprietário (Azevedo, 1990).

Figura 6 - Porão da casa grande do Engenho Freguesia



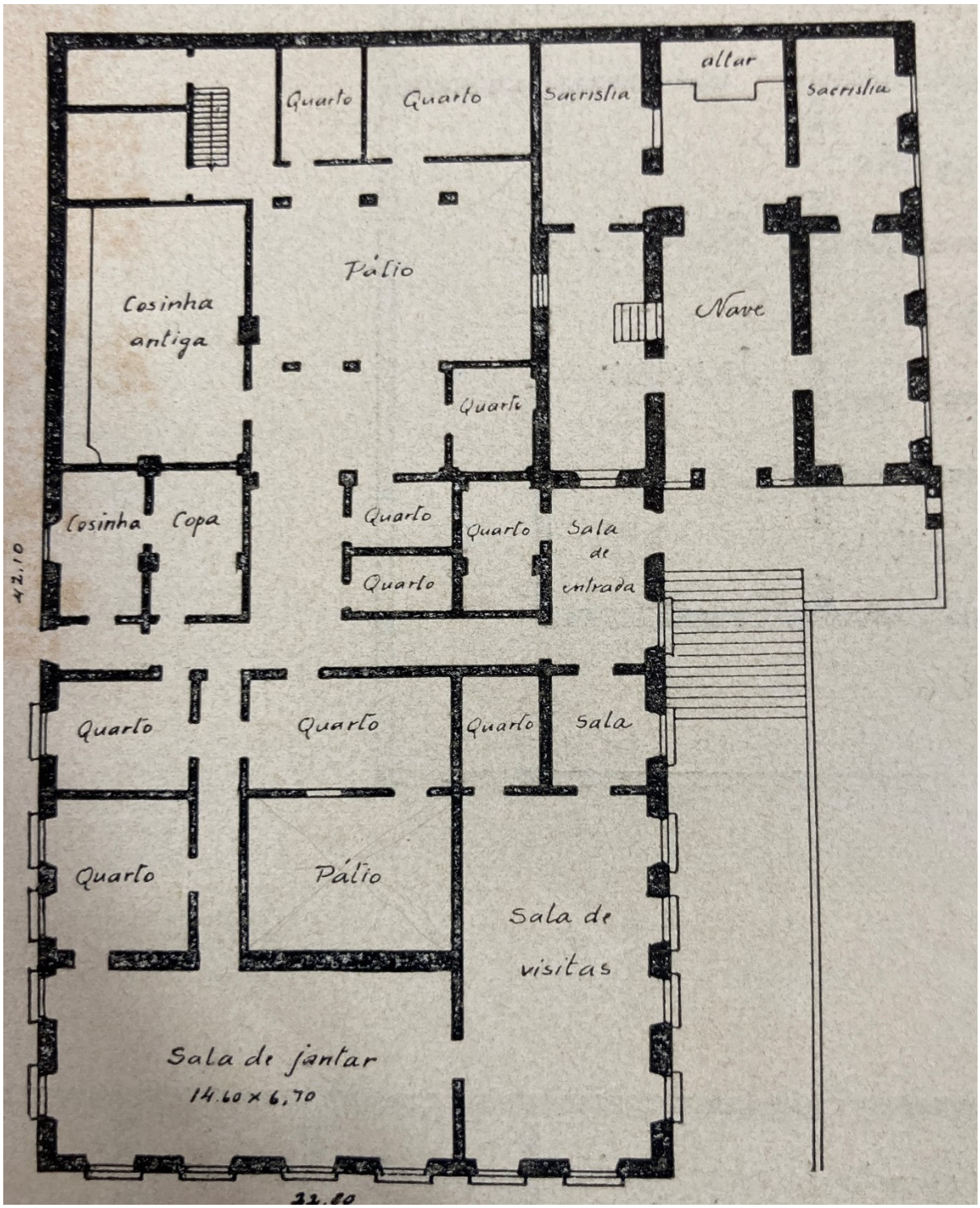
Fonte: Pinho, 1982, p. 517.

Figura 7 – 1° pavimento da casa grande do Engenho Freguesia



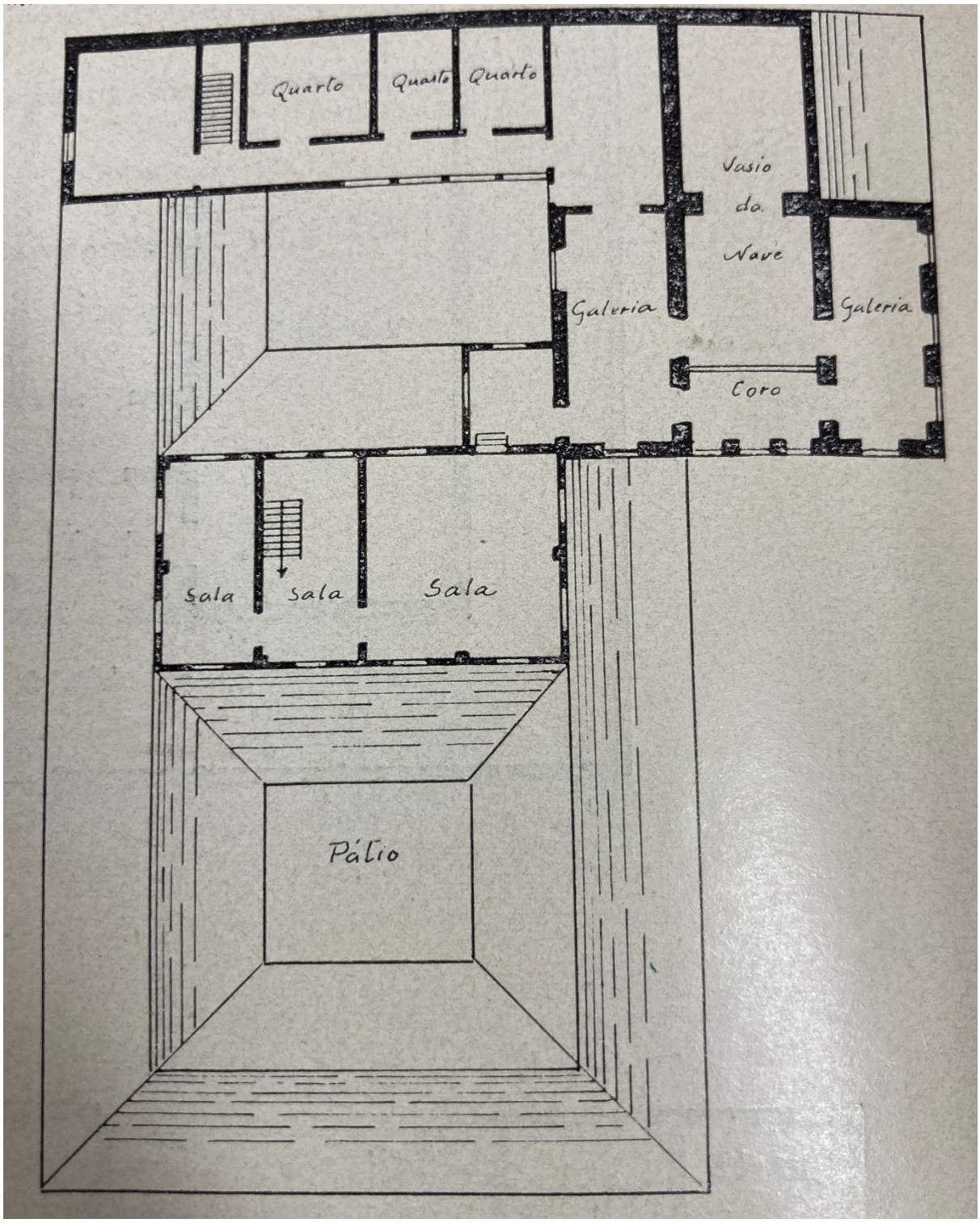
Fonte: Pinho, 1982, p. 517.

Figura 8 – 2° pavimento da casa grande do Engenho Freguesia e parte da capela



Fonte: Pinho, 1982, p. 517.

Figura 9 - 3° pavimento casa grande do Engenho Freguesia e parte da capela



Fonte: Pinho, 1982, p. 517.

Com relação às funcionalidades do porão, importante salientar que Gomes (1998) em pesquisa acerca da tipologia dos engenhos pernambucanos, afirma que, em muitos casos, o pavimento também era destinado à morada de negros. Segundo o pesquisador, mencionado por Tolenare (1978, p. 68.), "[...] o porão serve de estrebaria ou de morada de negro; uma grande escada com patamar dá acesso ao

pavimento habitado". Em outro momento, Vauthier (1975, p. 81.), ainda descreve que "[...] a parte de baixo é ocupada por armazéns e pelo pessoal de serviço". A informação também é confirmada por Azevedo (1990, p. 144), que ao se referir ao porão indica "[...] a existência de quatro pequenos cômodos (9m² casa) de portas e janela. Sugere tratar-se de cômodos destinados a escravos domésticos, frequentes nos sobrados urbanos da época".

Ainda referente ao Engenho Freguesia, não se sabe ao certo a localização das senzalas dentro do conjunto arquitetônico da propriedade, de forma que não é mencionado no inventário de 1877 do Conde de Passé, proprietário do referido engenho, assim como o de Pindobas, Matoim, dentre outros. Uma das hipóteses é de que à epoca seria grande a participação de mão de obra assalariada nesses locais e que as primitivas senzalas, como comentado anteriormente, fossem irrelevantes do ponto de vista do seu valor venal. Entretanto, outra hipótese a ser considerada tem o testemunho de Avé-Lallemant como principal fonte, quando, em meados séc. XIX, ao descrever tais edificações, dita sobre a semelhança arquitetônica e higiênica das senzalas com as estrebarias (Azevedo, 1990).

Tal análise pode ainda ser corroborada com a referida imagem abaixo, onde a estrebaria localizada no edifício da fábrica do Engenho Freguesia, anexa à casa de purgar, era formada por treze unidades de porta e janela (IPHAN, 2024). Tal situação revela que escravizados e animais eram colocados sob um só viés, ou seja, que suas moradas competiam com os animais de forma que eram assim interpretados também (Weimer, 2014). No texto de Barão de Lavradio, que aponta sobre a mortalidade no Rio de Janeiro, há uma citação referente as benfeitorias dos engenhos de açúcar, onde diz:

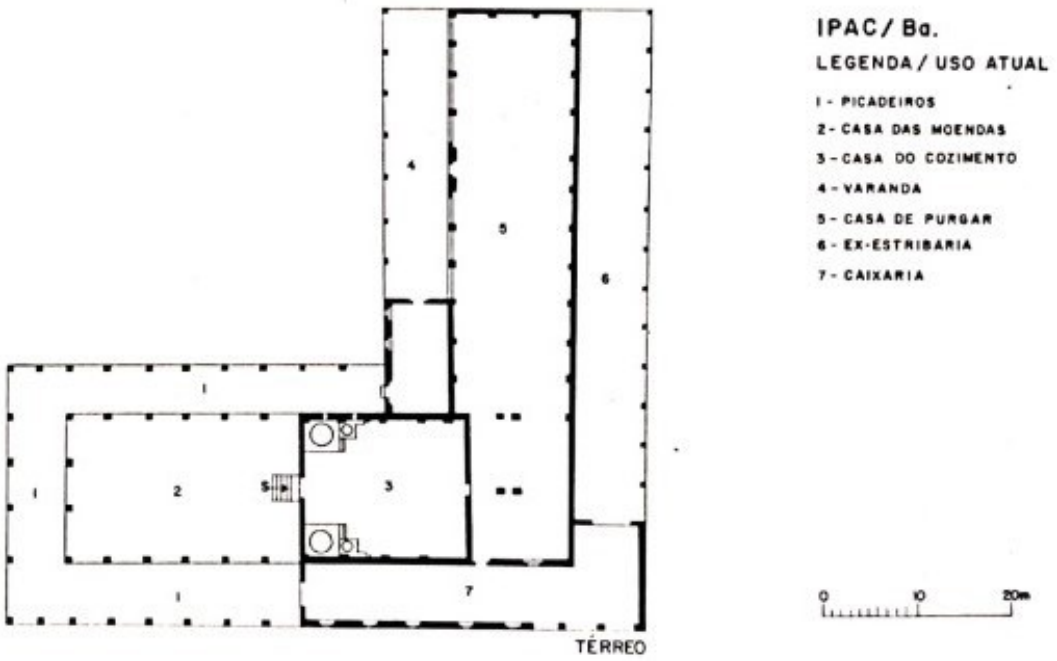
> [...] um pouco mais distante e, às vezes, em combinação à casa de morada, as estrebarias onde se recolhem os animais de montaria mais estimados e as choupanas ou casebres em que moram os escravos e trabalhadores, em comum com as galinhas, cães, porcos e outros animais que lhes pertencem, corrompendo o ar que nelas se respira, ar por demais viciado pelas exalações dos excretos de todos os animais espalhados no perímetro ocupado pelas edificações [...] (Freyre, 1960, p. 793).

Figura 10 – A fábrica do engenho Freguesia, fotografado em 1945.

Fonte: Acervo digital IPHAN, 1945.

Ressalta-se que o referido conjunto, incluindo suas edificações, sofreram diversas reformas ao longo dos anos, principalmente após o séc. XIX. Tal informação pode ser constatada com a planta baixa da edificação divulgada pelo IPAC-BA, no Inventário de Proteção do Conjunto (1988), em que mostra, no item 6, o referido cômodo, denominado assim como “ex-estribaria”. Dessa forma, pode-se inferir que tal conjunto de cômodos tenha sido demolido entre os anos de 1945 e 1988.

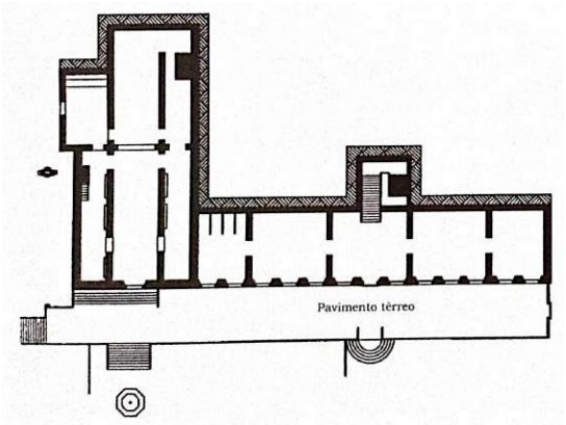
Figura 11 - Planta baixa da fábrica do Engenho Freguesia, 1988



Fonte: Acervo digital IPHAN, 1945.

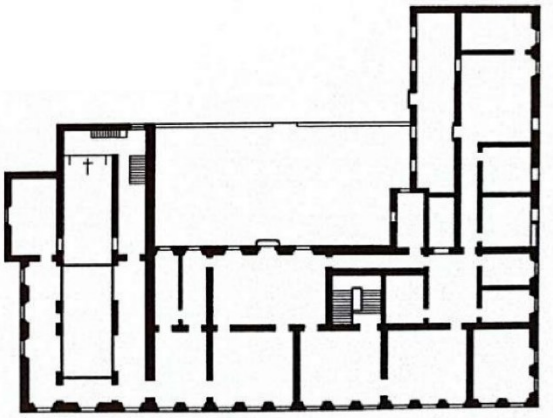
Outro tipo de engenho desse período, encontrado na região açucareira, pode ser representado pelo Engenho Noruega, localizado em Pernambuco. Com relação à edificação da casa grande em si, Gomes (1998) a inclui no grupo denominado “solares”, que seriam edificações de dois pavimentos, sistema construtivo de alvenaria e tijolos, planta retangular, estrutura de cobertura em madeira e telhas e eventuais prolongamentos destas para cobrir cômodos salientes do corpo principal da edificação. Há, no entanto, a variação, quando apresenta planta em L, cuja implantação em meia encosta faz com que apenas o segundo pavimento tenha o prolongamento posterior. Nessa porção da edificação havia, em sua maioria, a cozinha e demais dependências de serviços, o que demonstra uma fragmentação da cozinha com relação ao resto da edificação.

Figura 12 - Pavimento térreo do Engenho Noruega, séc. XVIII



Fonte: Gomes, 1998, p. 60.

Figura 13 - Primeiro pavimento do Engenho Noruega, séc. XVIII

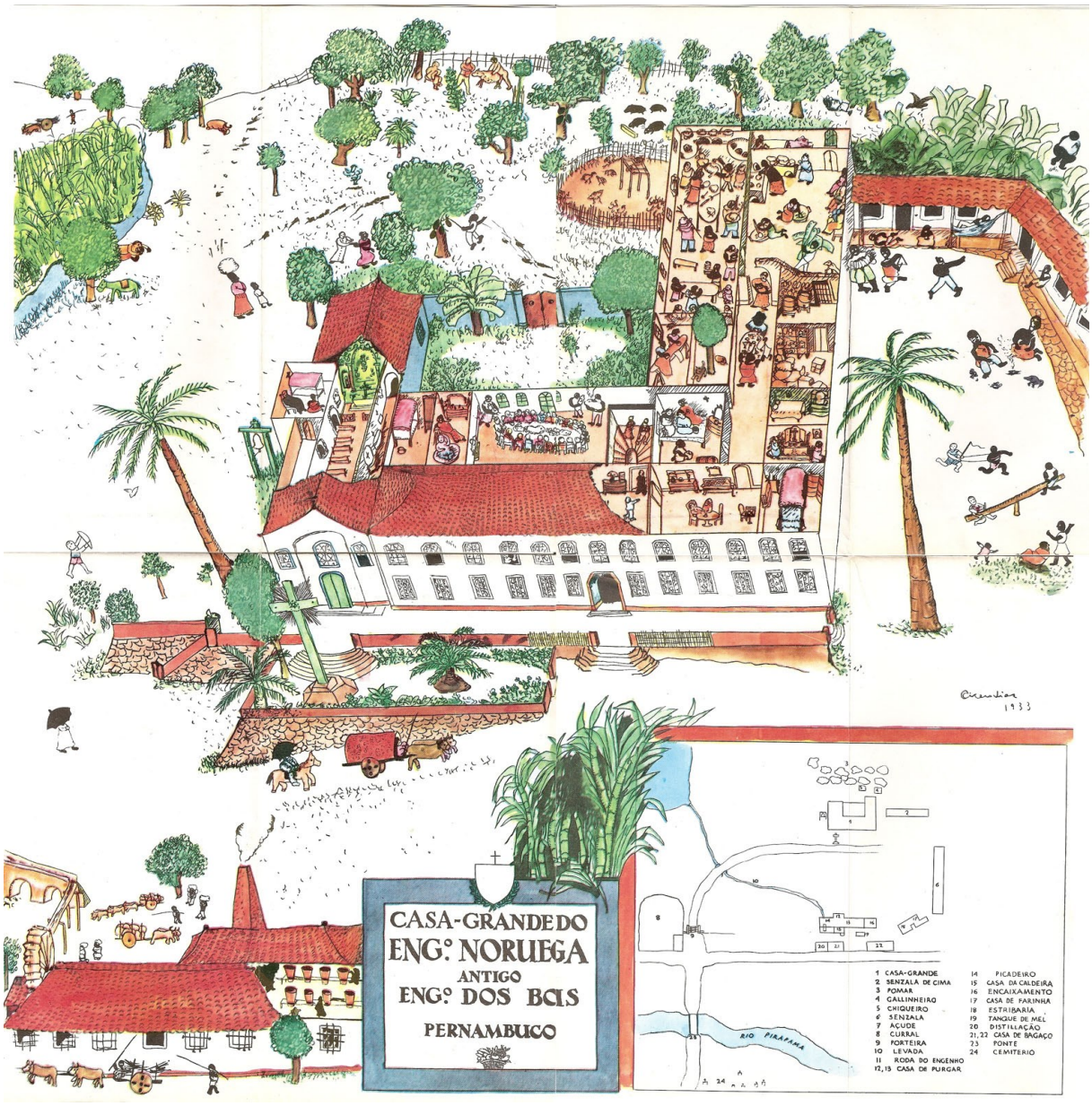


Fonte: Gomes, 1998, p. 60.

O primeiro pavimento da casa, que abriga a área social, comunica-se diretamente com as tribunas e o coro localizados no pavimento superior da capela — conexão que não se estabelece a partir do pavimento térreo da edificação. Já a zona de serviço, segundo Gomes (1998, p. 94), "[...] compreende as duas cozinhas, a adega, a dispensa e o engomado e é de 75% da área social, confirmando a intensidade das atividades ali realizadas". Tal proporção evidencia não apenas a centralidade funcional desses espaços no cotidiano da casa, mas também sua expressividade arquitetônica, relacionada tanto ao número de pessoas escravizadas que ali atuavam quanto à extensão física dedicada aos serviços. Importa destacar, ainda, que o pavimento térreo abriga os cômodos "[...] destinado, segundo a maioria dos viajantes da primeira metade do século XIX, a depósito ou alojamento de serviçais" (Gomes, 1998, p. 94).

A conhecida ilustração de Cícero Dias, capa do livro *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, em que representa a organização espacial do engenho, possui inúmeras pequenas narrativas visuais que demonstram o cotidiano da vida privada doméstica no séc. XVIII, na América Portuguesa. Chama a atenção o tamanho da propriedade, como pode ser visto no mapa-chave, composta pela casa grande, duas senzalas (conforme planta de situação), pomar, galinheiro, chiqueiro, açude, curral, engenho, casa de purgar, picadeiro, casa de caldeira, encaixamento, casa de farinha, estrebaria, tanque de mel, destilação, casa de bagaço, ponte e cemitério.

Figura 14 - Casa Grande e Senzala - Engenho Noruega



Fonte: Freyre (1933).

No território configurado como espaço doméstico no período colonial, tal como representado na imagem de capa da obra Casa-Grande & Senzala (1933), de Gilberto Freyre, é possível identificar a presença de corpos negros em diferentes cenas visuais, tanto no interior quanto no exterior da residência. No interior da edificação, a maior concentração desses corpos encontra-se na zona de serviço — cena 1 — representada como o pátio de apoio funcional da casa. Nessa área, observam-se utensílios de cozinha, o espaço destinado à lavagem e passagem de roupas, além do corredor que estabelece a conexão entre a parte social da casa e a zona de serviço.

A composição da cena reforça uma lógica espacial hierarquizada, em que os corpos negros são majoritariamente inseridos nos espaços destinados ao trabalho e à manutenção da casa. A iconografia, nesse sentido, atua como um dispositivo narrativo que demonstra a presença subalterna dos sujeitos escravizados, ao mesmo tempo em que invisibiliza sua complexidade. A imagem, portanto, não apenas ilustra uma organização doméstica, mas também reproduz um imaginário racializado do espaço, em que as fronteiras físicas correspondem, também, a limites sociais e simbólicos rigidamente definidos.

Figura 15 - Cena 1

Fonte: Freyre (1933).

Figura 16 - Cena 2

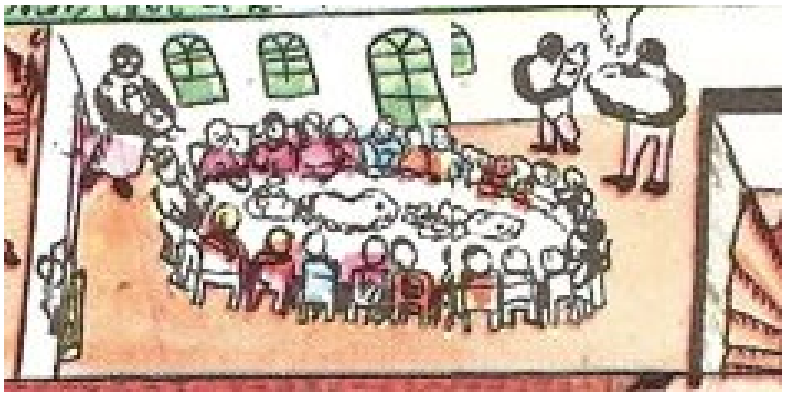
Fonte: Freyre (1933).

Figura 17 - Cena 3

Fonte: Freyre (1933).

Já na zona social também são visíveis corpos negros, entretanto em menor quantidade se comparada com a anterior. É possível ver, no primeiro cômodo, duas pessoas brancas sentadas na cama, enquanto uma pessoa negra arruma os cabelos de uma delas, e há uma segunda pessoa negra sentada no chão – cena 2. No segundo cômodo, há uma pessoa branca tomando banho enquanto uma pessoa negra a ajuda – cena 3. Já no cômodo ao centro é possível notar que ocorre uma refeição, onde há várias pessoas brancas sentadas à mesa enquanto há três pessoas negras em pé, nas extremidades do cômodo, segurando utensílios de apoio– cena 4. Por fim, ainda dentro da casa grande é possível notar a presença de uma capela, na extremidade esquerda da ilustração, em comunicação com o pavimento da casa. Apesar de não haver ninguém na nave da capela, é possível notar um cômodo à sua direita, onde se vê uma cama, um homem branco sentado na cadeira e uma pessoa negra, de frente, sentada no chão – cena 5.

Figura 18 - Cena 4



Fonte: Freyre (1933).

Figura 19 - Cena 5

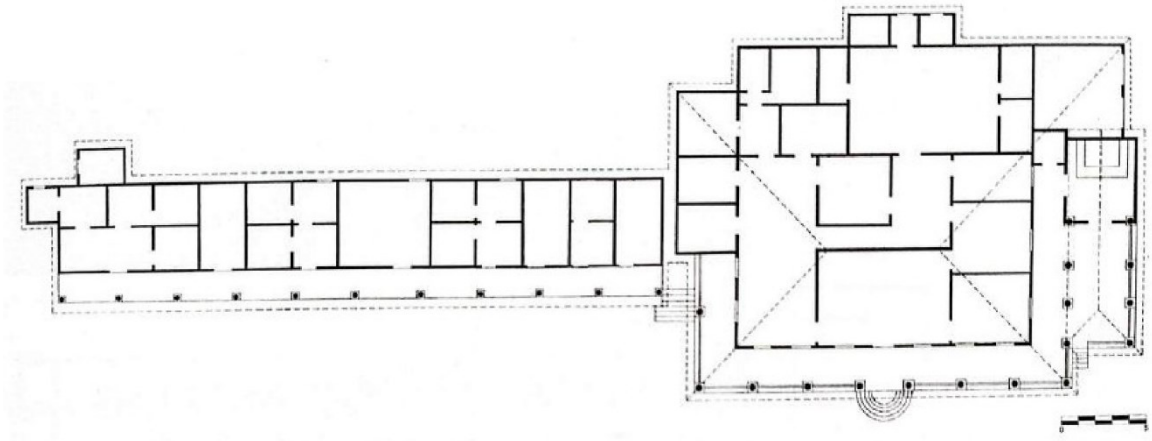
Fonte: Freyre (1933).

A ilustração não abrange todo o perímetro da configuração espacial do engenho. No lado de fora da edificação da casa grande é possível ver uma das senzalas da propriedade, na lateral direita, a casa de purgar, o picadeiro e a casa de caldeira. Há pessoas transitando nesse espaço, em sua maioria corpos negros, com exceção de crianças, algumas brancas, que parecem exercer atividades recreativas. Importante ressaltar ainda que, apesar de a edificação da casa grande ter dois pavimentos, a ilustração só mostra o segundo pavimento, de forma que não há como saber a função dos cômodos no pavimento inferior, nem mesmo que pessoas ocupam aquele espaço.

Por fim, com relação à região açucareira, ainda se tem como exemplo importante para a construção histórica deste trabalho, o grupo, elencado por Gomes (1998) como *bungalows*, construído no século XIX. Esse tipo de engenho se caracterizava pela edificação da casa grande em um pavimento, telhado de quatro águas de forma contínua, o que cobria o corpo principal da edificação e os alpendres. A construção apresentava planta retangular em U ou em L, com paredes periféricas mais grossas que as internas. Os alpendres laterais sempre terminavam em cômodos destinados à entrada e permanência de hóspedes e estranhos à família, de forma que, segundo Gomes (1998, p. 65) "[...] cômodos aparentemente destinados a barrar a curiosidade do estranho para as tarefas domésticas que estariam sendo executadas na zona posterior da casa onde, eventualmente, existe um alpendre de serviço".

O engenho Coimbras, localizado no Cabo de Santo Agostinho, apresenta tal configuração. Implantado em meia-encosta, a edificação não apresenta porão, mas foi construída sobre plataforma elevada, o que faz com que se tenha acesso ao patamar plano por escada construída com semicírculos concêntricos sobrepostos à alvenaria. Conjugada à casa grande, é possível identificar na lateral esquerda a senzala do engenho, e na lateral direita, a capela (Gomes, 1998). Importante ressaltar que, para além da escada principal, ainda há uma escada para cada uma das edificações, mesmo que compartilhem do mesmo alpendre. Apesar de a escada da casa grande ser em formato de semicírculo, as demais, que dão acesso ao pavilhão das senzalas e da capela, não apresentam tal formato.

Figura 20 - Planta da Casa-grande, capela e senzala do Engenho Coimbras, município Cabo de Santo Agostinho



Fonte: Gomes, 1998, p. 67.

Figura 21 - Vista da Senzala e da casa grande do Engenho Coimbras, município Cabo de Santo Agostinho

Fonte: Gomes, 1998, p. 67.

Importante salientar que, nesse grupo de edificação de casa grande, a técnica construtiva variava de acordo com os meios disponíveis sem, entretanto, mudar o seu partido arquitetônico. A configuração recebeu aprovação geral dos seus usuários, sendo ainda reconhecida oficialmente pelo *Royal Institute of British Architects*[15], considerado ideal para a habitação dos europeus nos trópicos e assim, recomendada como procedimentos normativos (Gomes, 1998).

Ao mudar o eixo de análise, da região açucareira para o Planalto de Piratininga e a Capitania das Minas

[15] O *Royal Institute of British Architects* é uma organização profissional de arquitetos do Reino Unidos, formado em 1834 que impulsiona a excelência no campo da arquitetura por meio da atribuição de diversos prêmios em distintas categorias.

Gerais, no momento que tinha como expoente a capitania de São Paulo, torna-se importante salientar a distinção constantemente realizada pela historiografia da América Portuguesa entre a "pobreza de São Paulo" e a "riqueza de Pernambuco". Tal contraste é compreendido neste trabalho como ponto de partida para decifrar papéis e costumes sociais dessas diferentes regiões, ao considerar que a América Portuguesa interliga muitas conjunturas e interesses conflitantes que se modificaram com o passar do tempo. Assim, considera-se que cada região tinha características diversas que marcavam certas particularidades, com identidades próprias que as diferenciavam entre si – especificidades que serão ponto de apoio para a pesquisa (Maranho, 2006).

Entretanto, tais especificidades podem também ser articuladas, tendo em vista alguns pontos em comum, já que se constitui de um mesmo sistema de colonização apesar de que o império português não ter estruturado um único modelo de administração em todas as capitanias. Dessa forma os territórios vão se diferenciar de acordo com as intenções e oportunidades de ocupação tanto com relação à política, aliados a questões sociais e econômicas, o que desvenda algumas das muitas facetas existentes sobre o "viver em colônia" (Maranho, 2006). Assim, é preciso reconhecer, tendo as especificidades da região Sudeste entre as capitanias São Paulo e Minas Gerais e a região açucareira em geral. Ao analisar as duas regiões, em momentos tão distintos que caracterizam importantes fases da sua economia, auxiliou-nos no intuito de compreender como o programa da casa foi editado em cada uma das regiões, tendo como escopo as diversas dinâmicas presentes no período da América Portuguesa.

Ainda sobre a arquitetura do açúcar, sem transpor para a região mineira, há de se considerar também o território paulista que, sobretudo na primeira metade do século XVIII, não teve uma arquitetura tão exuberante quanto da região açucareira do Nordeste. No território do planalto paulista, a modesta produção açucareira se dá em um momento marcado pelo esvaziamento populacional em razão das catas auríferas encontradas no território mineiro, de forma que a produção açucareira passou a ser significativa, concorrendo com a produção litorânea. Esse período, que pode ser chamado de tempo de açúcar no território paulista, vai de meados séc. XVIII até a instalação do café na região, por volta de 1840 (Lemos, 2015).

Segundo Saia (2012), o litoral norte de São Paulo, no século XVIII, recebeu um tipo de exploração extensiva para a economia colonial. Essa exploração deve-se à instalação de engenhos de açúcar na região e à revitalização e núcleos urbanos que centralizam essa atividade, onde foram construídas residências urbanas e edificações religiosas, com uma clara expressão rural, ou seja, proveniente do interior. Nesse sentido, vai haver, no complexo rural do território, a instalação de engenhos de açúcar cujo objetivo era o fomento da economia, com o abandono das rústicas moendas para o fabrico caseiro de açúcar e cachaça.

Segundo Saia (2012), a arquitetura encontrou o material mais adequado e a melhor forma de responder

às características da sociedade paulista, de modo que a articulação da capela, serviços e habitação foram organizados em sua implantação como esquema construtivo e, também, como expressão plástica. Entretanto, de acordo com Lemos (2015), não houve mudanças substanciais de demonstração e riquezas em comparação com a casa bandeirista, por isso as melhorias seriam em suma mais quantitativas em detrimento de sua relação à qualidade, das mesmas, ao culminar na não alteração do programa residencial. Diferentemente da arquitetura vista no litoral nordestino, o historiador afirma que haverá uma diferença do esquema arquitetônico, já que no território paulista já havia uma certa tradição com relação à construção das residências.

> O "engenheiro" paulista, ao contrário, carregava nas costas o peso de duzentos e tantos anos de práxis piratiningana e continuou morando apartado da azáfama diária em torno das moendas e fornalhas. E com o engenho veio a senzala organizada de modo definitivo, abandonados os antigos abrigos rústicos de palha (Lemos, 2015, p. 76).

Importante salientar, também, que alguns acontecimentos no âmbito sociopolítico iriam trazer certas mudanças na organização espacial das edificações, especialmente no que se refere às senzalas: a independência do território brasileiro de Portugal (1822) e a lei Eusébio de Queiroz (1850). A independência do Brasil, juntamente com sucessivas leis para evitar o comércio de escravizados fez com que os grandes senhores, de certa forma, atenuassem o rigor da exploração. No campo da arquitetura, os elementos se traduziram no melhoramento das condições de habitabilidade, conversão das coberturas de palhas em telhados, inserção de janelas e a substituição das paredes de taipa pela de alvenaria (Weimer, 2014).

Ainda, a presença mineira na região, o programa e o partido das edificações vão sofrer algumas alterações, bem como a manutenção da técnica tradicional local, de taipa de pilão, que agora será caracterizada pelo sobrado. Com o aproveitamento do desnível do terreno, vai haver uma série de edificações caracterizadas pela casa térrea aos fundos e sobrado à frente, e também pelo sobrado denominado “ortodoxo”. Este seria marcado pelo térreo mais o pavimento elevado, plantado no terreno, o que assume a forma de um paralelepípedo (Lemos, 2015). Ainda, no espaço exterior, nota-se a presença de locais de trabalho afastados da residência, em casos mais nobres (Saia, 2012). É o caso do Engenho Santo Grande, localizado hoje no município de Americana, construído pelo mineiro guarda-mor Manuel Teixeira Vilela, registrado em 1820, que remonta a edificação aos primeiros anos do século XIX.

O engenho foi retratado pelo francês Hercules Florence, em 1834, como pode ser visto na Figura 22 abaixo, que o mostra em pleno funcionamento. No primeiro plano da imagem é possível ver dois homens brancos, em terreno elevado e, aos fundos, as edificações que compunham o engenho. No conjunto arquitetônico, há em primeiro plano, as edificações relacionadas ao trabalho, ou seja, a fábrica do engenho e suas dependências. Ao lado esquerdo, pode-se ver uma série de edificações, de apenas um

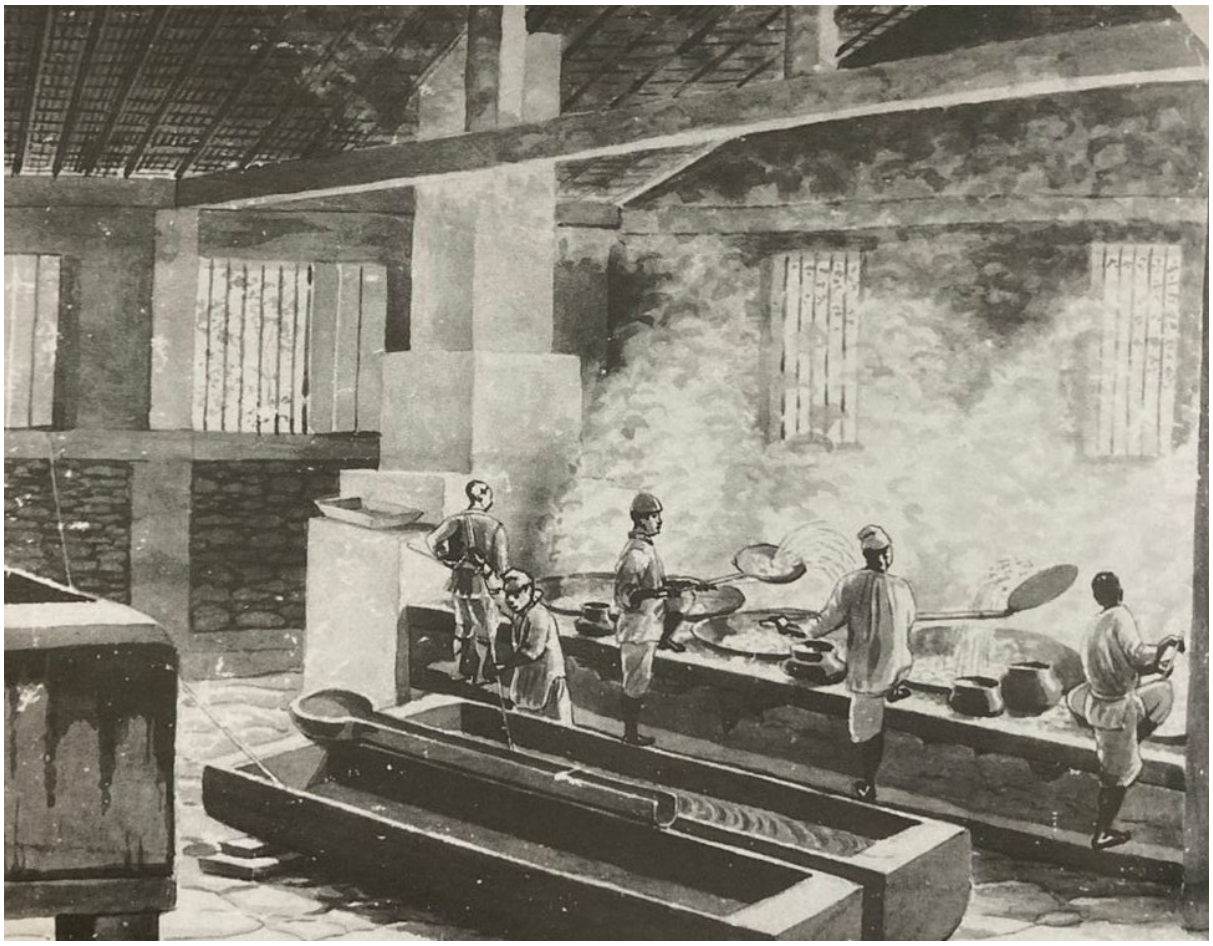
pavimento e telhado de duas águas, que juntas fazem um L, de encontro ao sobrado, edificação de dois pavimentos e telhado de quatro águas. A série de edificações diz respeito às senzalas, seguida das construções de serviço e a casa-grande.

Figura 22 - Engenho Salto Grande, de Hércules Florence (1843)

Fonte: Lemos, 2015, p. 85

Do mesmo autor há também a aquarela, demonstrada na Figura 23 abaixo, que mostra a fábrica do referido engenho. Nela é possível ver os escravizados que trabalham ao longo da fornalha para aquecimento e evaporação do caldo de cana. Em seguida, por meio de imagens recentes, em meados de 1999 das edificações do engenho – como pode ser visto na Figura 26 – é possível identificar a casa grande e as edificações de serviço, agora em vista frontal após reformas e restaurações.

Figura 23 - Fornalha Engenho Salto Grande, de Hércules Florence (1843)



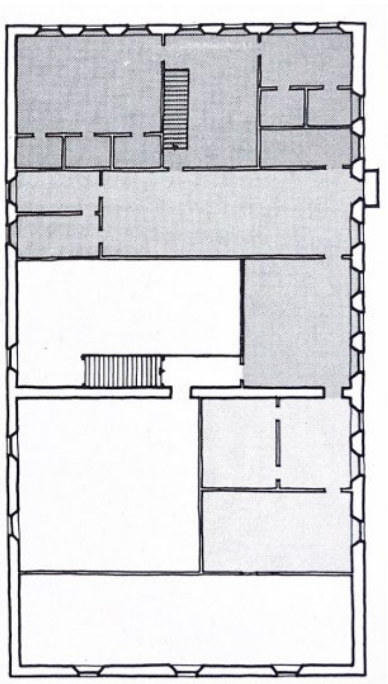
Fonte: Lemos, 2015, p. 86

Na casa grande, edificação de residência do senhor de engenho e sua família, abrigava no térreo as atividades de trabalho, principalmente com relação à vida doméstica do conjunto. A escada composta por portões em suas extremidades, dava acesso a um grande salão, no primeiro pavimento da edificação. Este, segundo Lemos (2015, p. 88) "[...] talvez fosse o local de permanência do proprietário, que estaria dentro de casa e, ao mesmo tempo, fiscalizando o movimento, o entra-e-sai lá embaixo". Ainda, este pavimento abrigava alcovas, sala de visitas e sala de jantar, também comumente denominado de varanda, além de cozinha.

Figura 24 - Foto da escada de serviço com portões em suas duas extremidades

Fonte: Lemos, 2015, p. 86

Figura 25 - Planta baixa da casa-grande do Engenho Salto Grande



Fonte: Lemos, 2015, p. 86

Ao lado da casa grande, na porção esquerda, tem-se as dependências de serviço, destinadas às atividades principais do engenho, tais como selaria, ferraria, depósitos, fábrica de farinha, quartos para hóspedes. Também abrigava os escravizados cujos trabalhos referiam-se à casa grande, ou seja, trabalhos domésticos. De acordo com Lemos (2015), essa característica de corpo de edificação ligada à casa grande se repetiu em muitas edificações da região, naquele período, o que proporcionou o aparecimento do quadrado, ou seja, vasto pátio formado a partir da disposição das edificações no seu entorno. Tal configuração espacial se repetiu, também, nas edificações do período cafeeiro da região. Com relação ao uso do pátio, rememora Lemos (2015, p. 88) que a "[...] própria Dona Maria Paes de Barro, em suas célebres memórias, fala de festas de São João celebradas pelos negros em torno da fogueira acesa naquele pátio, enquanto os patrões festejavam o santo dentro de casa em torno da mesa farta".

Figura 26 - Casa grande do Engenho Salto Grande, Americana

Fonte: Google Imagens. Todos os direitos reservados © 2024.

Figura 27 - Edificações anexas à casa grande do Engenho Santo Grande, Americana

Fonte: Google Imagens. Todos os direitos reservados © 2024.

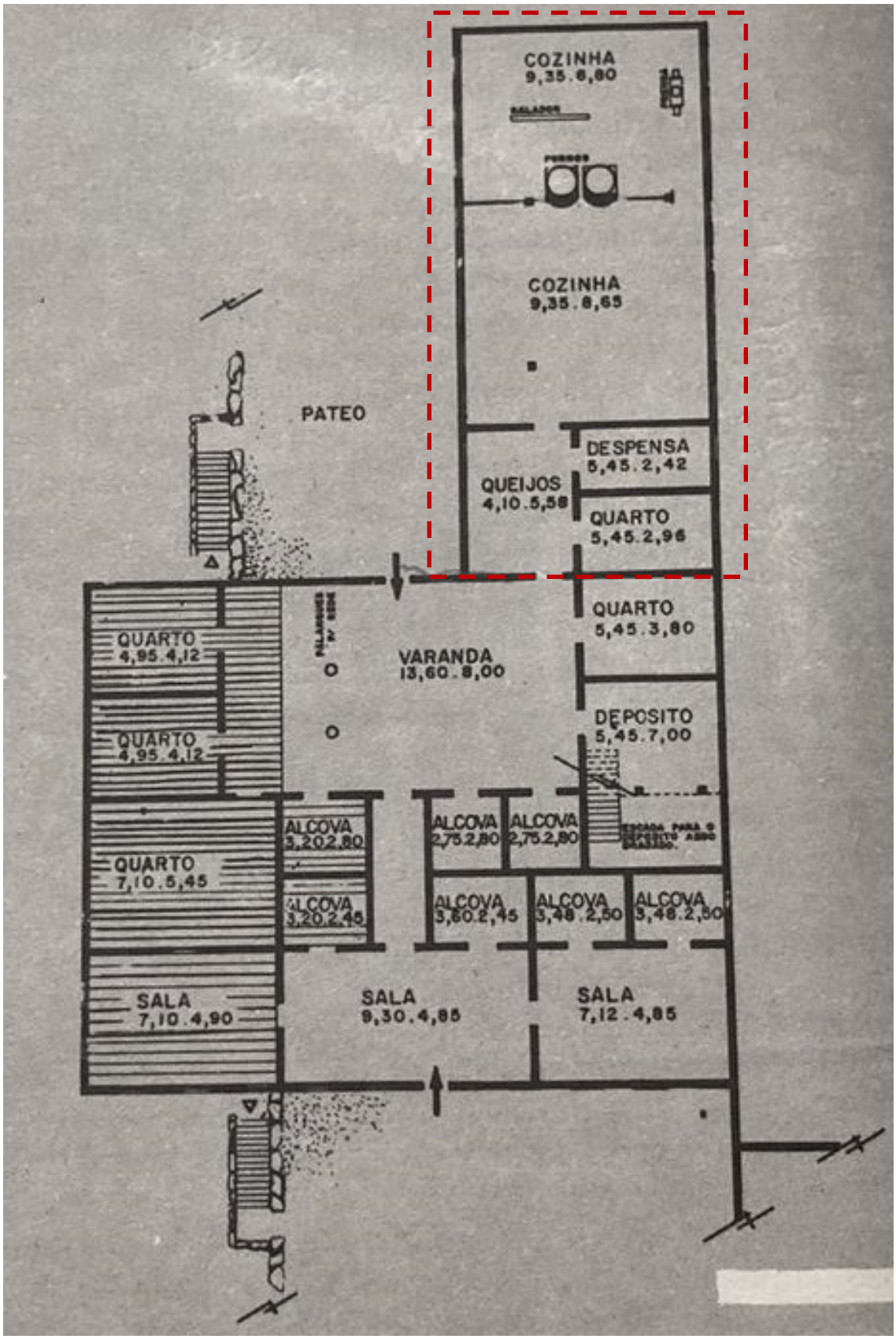
Dinamizadas em função do transporte marítimo e implantadas próximas ao litoral, as edificações dos engenhos paulistas também se caracterizavam por reunir, em um único volume construtivo, os setores de trabalho e moradia. Essa configuração resultava em soluções de intercomunicação entre os ambientes produtivos e residenciais, além de um aproveitamento mais direto da topografia, dispensando a organização vertical em pavimentos. Diferentemente dos engenhos nordestinos, essa disposição espacial corresponde a uma versão mais compacta, em que ambas as funções se articulam no mesmo plano construtivo. Ainda assim, mesmo sob o mesmo teto, foram incorporados mecanismos destinados a preservar a privacidade da moradia e da família senhorial (Saia, 2012). Destacam-se, nesse contexto, os dispositivos de vigilância presentes em áreas privativas da casa, como os alpendres — espaços que garantiam posições de comando tanto sobre a paisagem quanto sobre o entorno imediato da edificação e os dispositivos de filtro social, como o caso das varandas.

> O funcionamento da faixa fronteira da morada seiscentista de São Paulo fixa o caráter feudal da sociedade bandeirista e denuncia os elementos fundamentais da organização da família da época, separada do mundo e muçulmanamente enclausurada no interior da habitação de janelas gradeadas. Até a faixa fronteira chegam o hóspede, o agregado, o mameluco e o escravo, sendo-lhes entretanto vedado o acesso à parte mais íntima da residência (Saia, 2012, p. 132).

Outro tipo de espacialidade existente, que segue a lógica da configuração das edificações formando um pátio, pode ser observado no Engenho Milhã, no município de Piracicaba. Construída no final do período açucareiro, no século XIX, mas filiada à planta do final do século XVIII, apresentava a casa grande edificada em meia-encosta - casa assobrada na frente e térrea nos fundos. O engenho foi edificado em 1841, destinado à produção do açúcar e contou com duas casas grandes. A primeira, também chamada de palácio, não há fontes documentais para saber a sua localização no terreno, mas sabe-se que foi edificada próximo à fábrica. Entretanto, a segunda, edificada em 1850, foi construída longe da fábrica, ou seja, longe dos locais destinados ao trabalho.

Pela planta baixa da casa grande, que pode ser vista na Figura 28 abaixo, sabe-se que o pavimento inferior era destinado ao quarto de hóspedes, servia de depósito de mantimentos e ainda abrigava alguns veículos. O pavimento superior abrigava a residência do senhor de engenho e sua família. Era composta de salas de receber, alcovas ao centro, e varanda aos fundos. Importante é destacar o volume do anexo aos fundos, destinado às dependências de serviço, composta de duas grandes cozinhas, quarto para queijos, despensa e quarto. Pela implantação dos cômodos, chama-se a atenção para o quarto localizado na zona de serviço. É possível que seja um cômodo destinado aos escravizados que exerciam atividades domésticas?

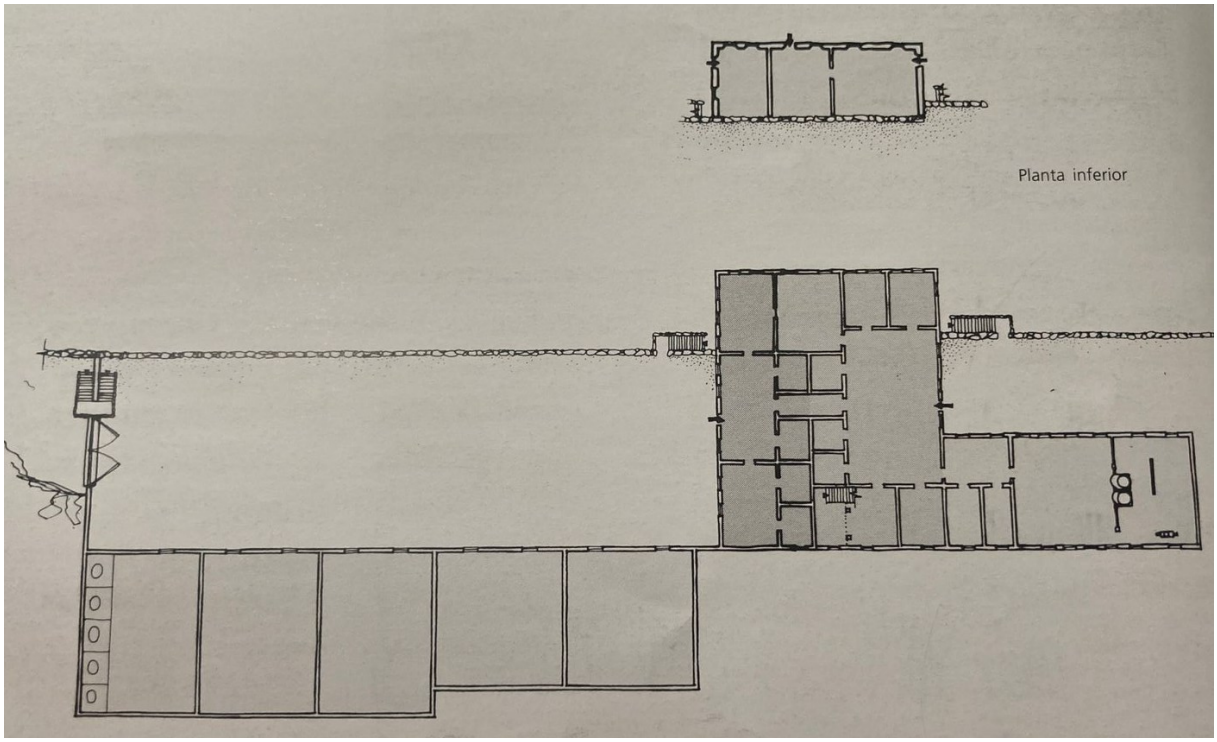
Figura 28 - Planta baixa da casa grande do Engenho Milhã



Fonte: Lemos, 1978, p. 98.

Havia ainda um grande anexo, sem comunicação com a casa grande, onde se desenvolviam as atividades diversas, vinculadas à manutenção de todo o engenho, ilustrado na Figura 29 abaixo. O cômodo mais próximo à edificação da casa grande era destinado aos castigos dos escravizados, nas palavras de Lemos (2015, p. 94): "[...] uma sala de recolhimento de negros faltosos". Em seguida havia depósitos de ferramentas e utensílios, paiol, trapiche/almanjarra– tocado a bois – e instalação sanitária dos homens. Ressalta-se que a instalação sanitária das mulheres se localizava em outro ponto do terreno, do outro lado da casa grande, próximo ao local de lavagem de roupas.

Figura 29 - Planta baixa da organização espacial do engenho



Fonte: Lemos, 2015, p. 93.

No contexto urbano, o morar não era farto de bens de consumo e poucos tiravam proveito de seus quintais, estreitos e compridos, com algumas árvores frutíferas e animais domésticos que, segundo Lemos (2015) não há muita diferença da casa urbana paulista do tempo de duzentos anos antes. Uma das poucas inovações desse período é o corredor que vai surgir fazendo o elo entre a rua e o quintal. Marcado pelo tráfego de escravizados, ir e vir de animais domésticos e a passagem da água trazida dos chafarizes, nas palavras do arquiteto, "[...] verdadeira rua ou beco interno ligando o mundo da cozinha e o quintal" (Lemos, 2015, p. 114).

Localizada em Taubaté e datada de 1819 há uma edificação térrea que ainda resiste ao tempo. Casa de vila, de apenas um pavimento em que a porta de entrada dá acesso à peça principal da edificação, a sala de estar que também funciona como sala de visita, contínuo à uma despensa ou quarto de hóspede. Aos fundos, localizavam-se os quartos da família, seguidos da varanda coberta que ocupa toda a extensão do

quintal. Por fim, a cozinha e o rancho dos escravizados, em geral um telheiro, no fundo do quintal, atrás da casa. Segundo o autor, com os quintais estreitos e compridos, havia ranchos "[...] para a lenha trazida pelos caipiras e para o sono de um ou outro escravo, com suas casinhas, naquele tempo também chamadas 'secretas'" (Lemos, 2015, p. 114).

A cidade de São Paulo, a partir do final do século XVIII, sofreu um processo de melhorias arquitetônicas, ou seja, uma série de intervenções superficiais em edificações e espaços públicos ou áreas urbanas, com o objetivo de melhorar a aparência – processo esse ocorrido de forma que as casas térreas sofreram acréscimos, transformando-se em sobrados. Nesse sentido, apresenta-se como exemplo o sobrado de Cláudio Madureira Calheiros, rico dono de engenho, cuja planta apresenta escada de acesso ao piso elevado, situado do meio da edificação. No térreo havia depósitos, senzalas e cozinha para os negros escravizados. No patamar superior havia salas de estar na frente seguidas de alcovas, no centro. Aos fundos, a sala de jantar seguida por alpendre ao lado da cozinha, onde havia uma escada para o quintal (Lemos, 2015). A edificação pode ser vista na imagem abaixo, com algumas modificações na segunda metade do séc. XIX.

Figura 30 - Sobrado urbano de Cláudio Madureira Calheiros, séc. XIX

Fonte: Lemos, 2015, p. 120.

Sendo assim, a herança da arquitetura dos engenhos paulistas, segundo Saia (2012), vai aparecer também

nas edificações urbanas, por meio da organização do espaço interno da residência. Esta refere-se às salas sociais na parte frontal, quartos e alcovas ao centro e à varanda posterior. Em uma das extremidades da fachada posterior, aos fundos, e no mesmo nível do solo, ficavam os compartimentos de serviço e a cozinha. Ao analisar a casa urbana do tempo da América Portuguesa, Lemos (2015, p. 124) resume que ela possui três faixas paralelas, sendo "[...] a da frente para receber, a do meio para dormir e a de trás para viver o cotidiano". O arquiteto ressalta, ainda, que as duas primeiras faixas são perpassadas pelo corredor central, elemento que liga o mundo exterior à vida doméstica.

2.2 A arquitetura e o modo de morar em Minas Gerais

Desde os primeiros anos da invasão portuguesa nas Américas, havia o desejo de explorar além das terras do litoral, com o intuito de se localizarem metais e pedras preciosas, que povoavam o imaginário dos europeus, ainda antes da efetiva colonização. Desde cedo, o mito do Eldorado tomou grande vulto na colônia, caracterizadas pelas "[...] montanhas de ouro puro, que se encontravam perdidos no coração da nova terra e que fariam a felicidade de quem os encontrasse" (Souza, 1981, p. 8). Segundo Silva (2022), diversas foram as tentativas de expedições ao território mineiro, de modo que se tornaram recorrentes durante quase dois séculos, o que não obteve sucesso em razão da presença significativa dos povos originários[16] ao longo do território mineiro, oferecendo resistência ao aparato colonial.

> Desse modo, quando da descoberta do ouro na região central da Colônia, território futuro da Capitania de Minas Gerais, houve uma "opção natural" pela escravidão negra, ainda que existisse uma parcela razoável de escravos de origem indígena nas primeiras décadas da empresa mineradora. A área inicial de mineração esvazia-se, em parte, de população autóctone, expulsa para suas margens ou aculturada ao longo das décadas anteriores, momento em que expedições paulistas a percorreram em busca de "**negros da terra**[17]" (Botelho, 2007a, p. 403, grifo nosso).

A decadência do pau-brasil e a economia açucareira foram mecanismos de suma importância para condicionar as tentativas de encontrar outras formas de giro para o capital mercantil, como as explorações. Dessa forma, em diferentes pontos do território, começaram a surgir as entradas, denominação dada aos empreendimentos realizados rumo às buscas de ouro e prata, em diferentes regiões como Bahia, Espírito Santo, Ceará, Sergipe, Pernambuco, entre outras. Entretanto, foi a atividade mameluca que constituiu o capítulo mais significativo da busca pelos metais preciosos, nas palavras de Souza (1981, p. 10) "[...] em busca do remédio para sua pobreza" que vão fazer desta, sua atividade dominante.

Desse modo, tais expedições marcaram o início da interiorização da América Portuguesa, bem como o início da ocupação do território mineiro, e posteriormente uma reação em cadeia. Isso porque houve um deslocamento populacional nunca antes visto na história da colônia devido à descoberta do ouro. Segundo Souza (1981), vão se deslocar ao território mineiro milhares de pessoas, provenientes de diversas regiões da colônia, bem como de Portugal e de outras partes do continente europeu. Entretanto, deve ser considerado que tal ocupação se deu, ao mesmo tempo, segundo o Regimento das Terras que

---

[16] Conforme Botelho (2007a), a região onde se implantou Minas Gerais se deu em um território esvaziado em razão do extermínio e expulsão dos povos originários que habitavam a região antes da chegada dos paulistas e portugueses.

[17] Segundo Monteiro (2022) "negros da terra" ou "negros brasis" eram, com efeito, expressões utilizadas pelos colonos luso-brasileiros desde o século XVI para designar genericamente as várias nações indígenas, diferenciando-as das africanas, principalmente aqueles que eram submetidos ao trabalho forçado. Essa denominação refletia a percepção dos colonizadores de que os indígenas, assim como os africanos escravizados, eram considerados "negros" devido à sua condição de trabalhadores forçados.

as distribuía da seguinte maneira:

> [...] a primeira de todas cabia ao descobridor do ribeiro, que tinha o direito de escolher o local que lhe aprouvesse; a segunda era destinada à Fazenda Real, sendo vendida pelo maior preço em hasta pública; a terceira também era dada ao descobridor, que deveria explorá-la e nela efetuar trabalhos de mineração; distribuíam-se as demais entre os pretendentes, conforme o número de escravos que cada um possuísse. Assim, ganhava maiores datas quem tinha mais escravos: os que tivessem 12 ou mais negros receberiam uma data de 30 braças em quadra (ou seja, o equivalente a 66 mª); no caso de lhes pertencerem menos de 12 escravos, os mineiros recebiam terra mineral na proporção de 2 braças e fundador meia (5,5 m²) por escravo (Souza, 1981, p. 32).

Dado o grande volume de ocupação no território, a criação de vilas e cidades figurou como principal estratégia para implantação de uma estrutura administrativa que possibilitava à Coroa Portuguesa garantir o controle sobre as riquezas produzidas (Moraes, 2007).É nesse sentido que se inicia a conformação da nova região, inicialmente sob a posse da Capitania de São Paulo, mas que em 1720 tem sua autonomia e se torna a Capitania de Minas Gerais com o estabelecimento de sua sede em Vila Rica (Souza, 1981). Apesar de as regiões das Minas se apresentarem como uma grande extensão de terra, as regiões que alcançaram o nível de desenvolvimento mais alto foram aquelas em que o ouro foi a primeira economia e assim, onde se concentraram as principais vilas e arraiais como Ribeiro do Carmo, Nossa Senhora da Conceição de Sabará, São José del Rei, Vila da Rainha, Vila do Príncipe e o Distrito Diamantino. Nasce assim um território urbano, marcado pelo rápido desenvolvimento de vilas e arraiais que, em pouco tempo, vai se tornar uma das mais ricas possessões de Portugal, bem como da América Portuguesa (Moraes, 2007).

Tais localidades eram articuladas comercialmente por dois principais centros: (i) Rio de Janeiro, de onde desembarcavam escravizados vindos do continente africano e artigos europeus considerados de luxo e (ii) Salvador, de onde também vinham escravizados tanto dos portos, provenientes de África, quanto das regiões açucareiras do nordeste (Souza, 1981). Pautadas pela presença de um mercado consumidor de grandes proporções, tais localidades também apresentaram diversificada base produtiva, ao longo do tempo, segundo uma estrutura hierárquica dinâmica e complexa. O duplo caráter – mercantil e escravista – configurou a economia baseada na mineração já que o prestígio social estava ligado à posse de terras e escravizados (Guimarães, Reis, 2007).

Ainda, o regime de mineração vai conviver simultaneamente com a economia de agricultura e criação de animais de modo a sustentar toda a população do território, sendo necessário reconhecer o papel deslas como mecanismos necessários ao processo de colonização desenvolvido no território mineiro. É a agricultura que irá permitir a instalação, expansão e a manutenção da atividade minerária, ou seja, uma retaguarda de produção alimentar, voltada para o consumo interno dos senhores e de seus escravizados - para que estes pudessem ser usados na mineração (Guimarães, Reis, 2007).

Com relação ao quadro social, o território acima elencado se mostrou como o mais rico e próspero dentro do território brasileiro, bem como o de mais altos índices de população, de base escravista e mercantil (Souza, 1981). Ainda segundo a autora, a base escravista se caracterizou fundamentalmente pelo privilégio para aqueles que possuíssem maior número de escravos, como foi o caso do regimento das terras. Com relação à raça, segundo Paiva (1996), havia baixa proporção de brancos e um percentual maior de mestiços, crioulos e africanos na província". A proporção se deve à atividade econômica, que culminou com a escravização forçada de africanos para mão de obra qualificada, já que eles detinham o conhecimento primordial que foi apropriado e figurou à base de toda a tecnologia de mineração utilizada (Nogueira; Passos, 2017). O encontro dos diversos atores em território mineiro se deu

> [...] de um lado, os fidalgos em busca de colocação na tessitura social brigantina, que vinham, a mando da Coroa, exercer cargos de governança, e, de outro, as centenas de milhares de homens e mulheres traficados através do Atlântico para servirem como força de trabalho e sustentáculo do sistema econômico aqui instalado (Nascimento, 2015, p. 12).

Dessa maneira, a população escravizada foi numerosa no território mineiro, de forma que o contingente foi alvo de grandes preocupações das autoridades coloniais, que temiam a repetição do conflito de Palmares, já que caracterizava-se como território onde, segundo Souza (1981, p. 69) "[...] o elemento branco se achava minoria flagrante". Era assim visto como "[...] lugar de revolta, refúgio de quilombolas, de vagabundos e bandidos, espaço à margem da lei e dos valores de uma vida civilizada, cenário da insubmissão e da resistência" (Moraes, 2007). Assim, em menos de um século, o território mineiro vai se configurar como a principal região escravista da América Portuguesa ao longo do século XVIII e do Brasil Imperial (Botelho, 2007b).

O caráter de uma sociedade estratificada, segundo Algranti (1997), na qual as suas qualidades e condições dividia os indivíduos, vai redefinir e reeditar certas práticas e costumes – e essas modificações não vão ser diferentes no campo da arquitetura e urbanismo. No campo do urbanismo, segundo Fonseca (2011), o território mineiro pode ser compreendido tanto a partir de suas divisões oficiais — estabelecidas pelos agentes da Coroa — quanto pelas práticas territoriais dos próprios habitantes, que muitas vezes não correspondiam aos recortes civis e eclesiásticos instituídos. Considerando a extensão e a diversidade interna do território das Minas Gerais, marcado por diferentes lógicas de ocupação e organização, este trabalho opta por delimitar sua análise à antiga sede de Vila Rica e seus arredores imediatos, compreendendo que essa região concentra elementos significativos para a investigação proposta.

De ocupação urbana voltada para o fluxo de ir e vir, assim nasceram os arraiais que se organizaram em torno das capelas e se estendiam pelos caminhos de acesso às áreas de mineração – fato que não vai ser diferente com o caso de Vila Rica. A região das Minas vai assim se compor espontaneamente à medida que a mineração, principal atividade econômica, se fortalece e cria novas interligações o que faz

surgirem os núcleos urbanos. Ressalta-se, entretanto, que a consolidação dessa população esteve vinculada à institucionalização do controle da terra, numa tentativa de domínio sobre as áreas de mineração que acompanhavam a lógica espacial da própria produção. Esse processo irá dar forma ao que se poderia chamar de 'núcleo urbano" (Monte Mór, 2001).

> A habitação individual, precária, surgiu a seguir, a partir dos clássicos quatro esteios cobertos de palhas, tão comuns ainda hoje em áreas de garimpo. O surgimento da rua se iniciou, pouco demarcada, caracterizada apenas pela seqüência de edificações. Sem edificações, o que seria rua era simplesmente estrada, caminho, e assim o espaço urbano virtual se estendia pelos baixios e encostas, livre do controle rígido sobre a terra (Monte Mór, 2001, p. 4).

Algranti (1997) propõe a vida doméstica como objeto central de análise da sociedade colonial, considerando o domicílio como espaço privilegiado de convivência da intimidade. Ao examinar casas de diferentes tipologias, delimitadas temporal e regionalmente, e habitadas por indivíduos de diversas origens sociais e étnicas, torna-se possível acessar aspectos do cotidiano e dos modos de vida de seus ocupantes. Mais do que refletir características demográficas da sociedade, o domicílio assume um papel estruturante na compreensão das dinâmicas sociais. Essa perspectiva é corroborada por Lemos (1989, p. 9), ao afirmar que "[...] a casa é palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários". Ainda segunda a autora, de forma geral,

> Importa nesse momento, no entanto, recuperar os espaços de intimidade – a morada sobretudo – e as atividades desenvolvidas no seu interior, a fim de nos aproximarmos de seus habitantes, das formas de convívio e sociabilidade doméstica na Colônia [...] É preciso, primeiro, entrar nesses domicílios e buscar fragmentos da intimidade dos indivíduos e da vida doméstica propriamente dita, muitas vezes impressos em resquícios da vida material e dos costumes domésticos, tecendo assim algumas relações entre domicílio e os indivíduos que ele abriga (Algranti, 1997, p. 64 e 65).

Nesse sentido, o estudo da arquitetura e do urbanismo, enquanto disciplina, em Minas Gerais, no período colonial, segundo Vasconcellos (1960), pode ser compreendido de vários ângulos de análise, difíceis de serem compreendidas em sua totalidade. Segundo o autor, foram os fatores sociais, os econômicos, políticos e culturais que caracterizaram as construções, com fisionomia peculiar dentro do quadro geral da arquitetura daquele período – elas seriam pistas de um modo de morar. Não sujeitos a rigidez escolásticas europeias, pode a população mineira dar livre características às suas edificações, aproveitando a multiplicidade de contribuições de seus imigrantes[18] (Vasconcellos, 1960).

Ressalta-se que a formação de Vila Rica ocorreu em função do povoamento impulsionado pela atividade mineradora, sendo posteriormente institucionalizada como 'vila', à semelhança de outros arraiais e

[18] Segundo o autor, o território mineiro vai ser caracterizado, ao longo dos anos, pela presença de imigrantes portugueses, indianos, espanhóis, chineses, dentre outros – caracterizado pelo autor, como uma das fases de civilização mineira: a de acomodação dos imigrantes (Vasconcellos, 1960, p 68).

povoações estruturados sob o controle régio do espaço urbano (Monte-Mór, 2001). Desde seus primeiros tempos, o termo de Vila Rica já apresentava uma vocação urbana, com as habitações inicialmente edificadas para esse fim. No entanto, para atender às demandas de abastecimento da população local, houve o desenvolvimento de atividades agropecuárias, o que levou à consolidação da ocupação rural. Essa forma de ocupação não ocorreu de maneira isolada, mas foi acompanhada pela expansão sobre as terras nos arredores do núcleo urbano. Diante disso, torna-se necessário distinguir essas duas categorias de assentamento — urbano e rural —, uma vez que suas formas de habitar, práticas cotidianas e paisagens associadas deram origem a conformações territoriais e espaciais distintas, como será discutido adiante.

2.2.1 Arquitetura residencial urbana

Distante dos recursos materiais encontrados no litoral brasileiro e pautadas pelo caráter transitório, as primeiras moradias urbanas foram marcadas pela simplicidade, nas palavras de Vasconcellos (1977, p. 121), "[...] simples abrigos provisórios destinados à proteção precária de seus habitantes, ainda inaptos ao estabelecimento de uma aglomeração humana estável". No caso mineiro, segundo Vasconcellos (1960), o aventurismo presidiu os primeiros povoamentos, em caráter de transitoriedade, caracterizados pelo rancho, tipologia habitacional que será o definidor da casa. Segundo o autor,

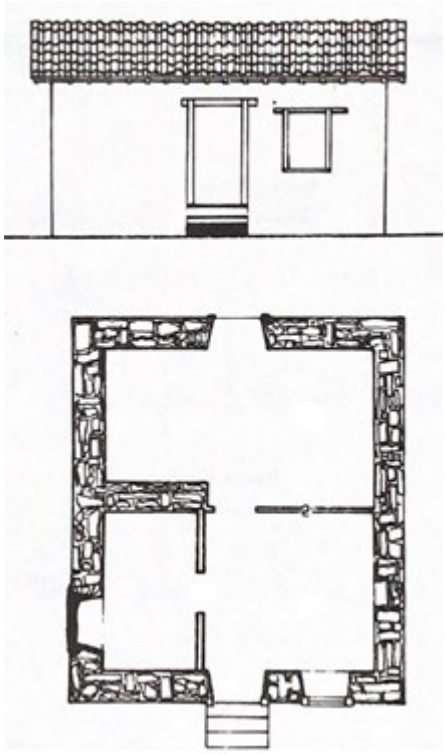
> Quatro esteios de paus roliços, quatro frechais e uma cumieira ao alto, roliços também os caibros que receberão as fibras vegetais da cobertura: sapê, folhas de palmeiras, etc. Paus com casca e tudo, sem qualquer desbaste que os beneficiasse. De princípio simples telheiros que acolhem o homem e seus trastes, seus animais, suas ferramentas; depois fechando-se na periferia, com tramas ainda de paus roliços e varas. Esqueleto que serviria para a sustentação do barro com que se acabam (Vasconcellos, 1960, p. 71).

Caracterizadas como moradias coletivas para senhores e servidores, as tipologias se resumiram em área coberta, e comportava ao centro "[...] trempe sobre o braseiro, enquanto pelos cantos colocam-se os jiraus para o merecido descanso de seus ocupantes" (Vasconcellos, 1977, p. 122). Ainda, o autor descreve sendo raras as suas aberturas – na maioria apenas uma porta e janela – dada a permeabilidade de suas vedações, construída, quase sempre, de vegetais como material de construção.

O cenário começa a mudar a partir da implantação de habitações definitivas, cobertas de telhas, reedificadas, plantadas, entretanto, nos mesmos lugares que as anteriores, sem haver ainda um ordenamento urbano. As residências vão ser construídas utilizando pedra e barro, de forma que o sistema construtivo de taipa e pilão, muito difundido no planalto paulista, não ganha a aderência em território mineiro. Assim, as técnicas construtivas irão se adequar ao terreno acidentado, bem como com a utilização de mão de obra local, construídas com técnicas mais adequadas à disponibilidade de materiais da região (Vasconcellos, 1960).

Com a estabilização das pessoas na região e o aumento dos recursos financeiros, a área construída das residências, que antes era constituída apenas por um cômodo único, vai se repartir, para melhor atender às necessidades familiares. Assim "[...] peça de dormir, peça de estar, peça de cozinhar" vai definir a planta quadrada, inicial e única, da casa mineira - divisão que vai receber, ao longo do tempo, melhores acabamentos, esquadrias, tábuas no chão, dentre outros elementos (Vasconcellos, 1960, p. 72). Ainda segundo o autor, a tipologia dessas primeiras residências vai se basear em "[...] plantas quadradas, cômodos quadrados, quadradas as janelas postas à meia altura exata das paredes" (Vasconcellos, 1960, p. 72).

Figura 31 – Planta típica de uma casa de família



Fonte: Vasconcellos (1977 p. 129).

Com o passar dos anos, as edificações de seção quadrada, de caráter transitório, passam a se constituir de construções mais sólidas sem, entretanto, haver modificações no programa. Consolidadas as povoações, ao longo dos anos, bem como pela constituição de família, a casa tende a crescer e multiplicar as peças, "[...] timidamente em puxados para trás, para os lados, para a frente, aproveitando a mesma cobertura" (Vasconcellos, 1960, p. 73).

A seção quadrada vai se dividir em formato de cruz, de forma que as plantas agora, não mais quadradas, se farão em formato 'U' ou 'L', com seus cômodos periféricos, de modo a sustentar o crescimento do território, bem como das famílias. Ainda, quando se acrescentam novos cômodos, mais largos, as casas configuram-se em 'C' ou mesmo em 'O', de forma que, com tais prolongamentos, sejam conformados

os pátios das construções. Em casos de lotes estreitos, tais apêndices se reduziram a simples peças de circulação, ligando, em muitos casos, dois corpos distintos da moradia (Vasconcellos, 1977).

Constroem-se, assim, novas casas, erguidas ao chão, em dois pavimentos, com embasamentos mais altos, tangenciando as ruas e com acabamentos mais sofisticados (em casas mais nobres). A tipologia das edificações torna-se mais complexa, em função das especificações exigidas pelas múltiplas funções que passam a integrar o espaço doméstico. Nesse sentido, também vão surgir outros cômodos, em razão das novas funções sociais estabelecidas na vida privada, como o quarto de hóspedes, a sala de receber e a varanda de trás de serviço. As cozinhas irão permanecer como puxados posteriores, contíguos aos pátios internos, dando à edificação o formato em L acima mencionado (Vasconcellos, 1977).

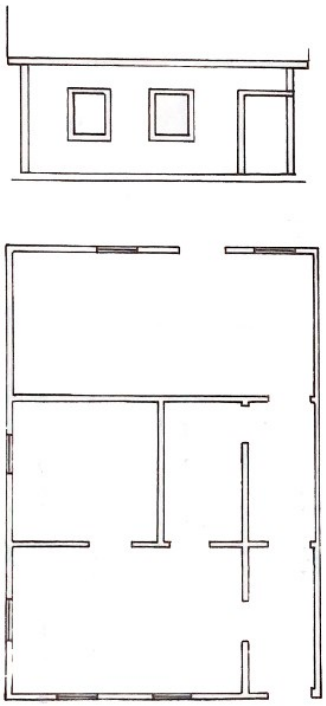
Quando há a presença de sótão, segundo Vasconcellos (1977), o seu acesso se dá por meio de escada, organizada entre as duas salas de receber, que não atinge dessa forma, nem as ruas, nem os quintais. Com essa configuração, os quartos sofreram alteração de forma que suas aberturas se davam direta e exclusivamente pelas salas, com o intuito de proteger do trânsito entre estas e as cozinhas (Vasconcellos, 1977).

Caracterizadas pelo terreno acidentado, grande número de casas térreas vai se aproveitar da declividade dos terrenos, que dispõe de porões na parte de trás, entretanto, sem acesso vertical interno. Isso porque nesses cômodos vão se instalar depósitos, cocheiras[19], pequenas indústrias, senzalas e cozinhas. Quando do contrário, em terreno de aclive, tais cômodos serão mais bem acabados, com melhor tratamento, com acesso à via pública, destinados a lojas ou vendas (Vasconcellos, 1977).

Vai surgir também o corredor de entrada ou o saguão lateral, cômodo de destaque, que atravessa toda a edificação, caracterizado assim como entrada (nobre), distribuidor (íntimo) e saída (serviço), a depender de seu comprimento. Segundo Vasconcellos (1977), quando não alcança o pátio traseiro, termina na cozinha, fazendo deste cômodo a saída de serviço da casa. O corredor pode ser entendido então como peça vital da casa nesse período, para dar acesso a várias zonas da casa, garantindo a circulação interna, bem como a relação entre rua-quintal.

[19] Casa onde se guardam carruagens ou cavalos.

Figura 32 – Tipologia de edificação do início do séc. XIX em Vila Rica



Fonte: In Vasconcellos (1977 p. 136).

A introdução do corredor vai se dar também enquanto instrumento ordenador da privacidade doméstica, caracterizado segundo Vasconcellos (1977, p. 133) como a "[...] espinha dorsal das moradias". Tratado com rusticidade, como uma via aberta – uma espécie de rua – vão ser trabalhados a partir da pessoa que as ocupa. Podem ser, segundo Vasconcellos (1977, p.133) "[...] peça de recepção, antessala por vezes, tornando-se a seguir íntima e, afinal, passagem de serviço", ou seja, é o elo entre a zona principal e a zona de serviço.

Essa característica da função do tratamento do corredor a partir da pessoa que a ocupa pode ser vista na Casa de Gonzaga, localizada na Rua Cláudio Manoel, no Largo da Coimbra. A edificação tinha características construtivas em meados do século XVIII e foi idealizada primeiramente como residência, mas atualmente abriga um edifício público. É assim denominada em razão de ter pertencido a Tomás Antônio Gonzaga[20] entre 1782 e 1788 quando, posteriormente, abrigou o último quartel do séc. XVIII e a Ouvidoria da Comarca de Vila Rica, dentre outros usos. Atualmente se configura como local público, apresentando espaços de memórias, além de abrigar setores da administração municipal ligados à

[20] Tomás António Gonzaga foi um poeta, jurista e político luso-brasileiro, amplamente reconhecido como um dos maiores representantes do Arcadismo na literatura brasileira e figura central da Inconfidência Mineira. Destacou-se como ouvidor em Minas Gerais, onde se aproximou de ideias iluministas e dos círculos conspiratórios contra o domínio português. Sua participação na Inconfidência Mineira resultou em sua prisão e exílio para Moçambique, onde viveu até o fim de sua vida.

Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio do município.

Na edificação, conforme pode ser vista na imagem abaixo, há dois pavimentos de forma que, na parte superior era disposta a residência e o primeiro pavimento ficavam as casas de despacho e no puxado, os escravizados. Há ainda um jardim aos fundos e um chafariz e é composta por um bloco em L, de três pavimentos (incluindo o subsolo). O bloco pode ser atualmente dividido em dois, sendo o primeiro a edificação original e, o segundo, um anexo construído posteriormente para abrir função do órgão público. A edificação principal possui telhado de duas águas com cumeeira perpendicular à rua e o anexo possui telhado de uma água voltada para pátio interno e jardim, ambos com telha cerâmica colonial (Ouro Preto, 2012).

A organização arquitetônica da fachada está disposta em três níveis, acompanhando o desnível da rua. No primeiro nível há uma porta e uma pequena janela na porção direita, que dá diretamente ao jardim dos fundos da edificação. No segundo nível é possível ver uma porta principal que, por meio de escada, se acessa o referido pavimento e cinco janelas. No terceiro e último nível, seis janelas de peitoril sacado com guarda corpo de ferro (Ouro Preto, 2012). É possível conjecturar que à época de sua construção, a porta do primeiro nível estava destinada à entrada de escravizados e demais serviçais, sem que estes necessitassem utilizar a porta principal e passar pelo interior da edificação.

Figura 33 - Fachada da edificação, sem data

Fonte: Ouro Preto, 2012.

Figura 34 - Fachada da Casa de Gonzaga atualmente

Fonte: Acervo da autora, 2025.

Ao longo dos anos, a edificação sofreu inúmeras reformas e restaurações, muitas sem qualquer registro técnico. Por meio de pesquisa histórica e por meio de fotografias realizadas por Ivo Porto de Menezes (1983), verifica-se que o puxado posterior encontrava-se em ruínas no ano de 1974. Em reforma, parte do puxado foi transformado em cozinha da então República Inferno, tendo seu pé-direito alteado. O porão da edificação também passou por modificações: tendo o alargamento de sua laje e acréscimo de instalação sanitária.

Figura 35 - Puxado em 1973

Fonte: Dávila Arquitetura, 2003.

Figura 36 - Pátio Interno em 1973

Fonte: Dávila Arquitetura, 2003.

Figura 37 - Puxado com acréscimos em 1983

Fonte: Dávila Arquitetura, 2003.

Figura 38 - Pátio Interno em 1983

Fonte: Dávila Arquitetura, 2003.

Figura 39 – Puxado com acréscimos atualmente

Fonte: Acervo da autora, 2025.

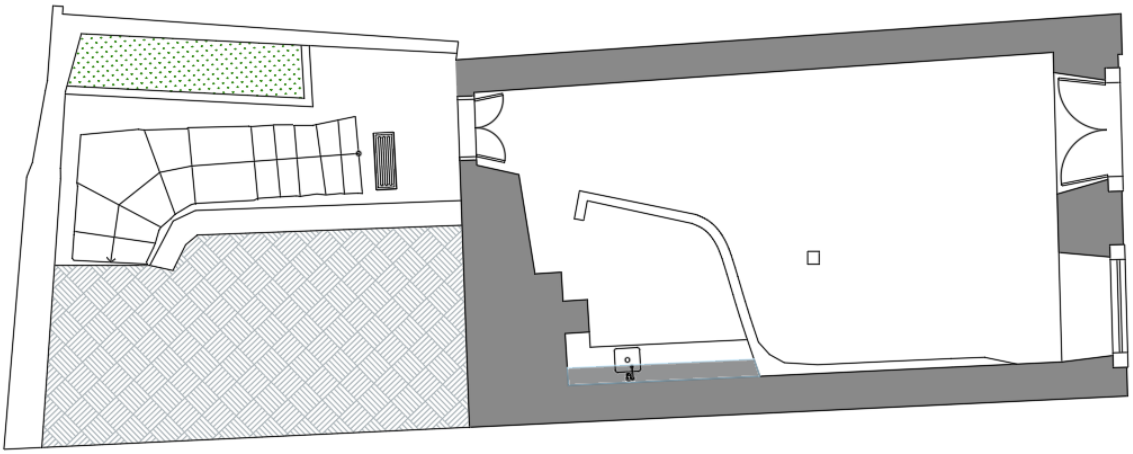
Figura 40 - Pátio Interno atualmente

Fonte: Acervo da autora, 2025.

Como dito anteriormente, era no puxado que ficavam os escravizados e, conforme pode ser visto nas imagens, em 1973 a senzala havia sido descaracterizada[21]. Por meio do conhecimento desses dados, e das características arquitetônicas, conforme dito anteriormente, é possível conjecturar que a edificação teve um acesso separado para os escravizados. Ainda, como pode ser visto nas imagens abaixo, a planta do subsolo da edificação demonstra esse acesso, sendo ainda corroborado, por meio das imagens realizadas em visita de campo (Figura 42 e Figura 43).

[21] Segundo consta no Autos de Devassa - Inquérito instaurado pelas autoridades coloniais para atribuição de responsabilidades pelo movimento. Os "Autos de Devassa" é composto de 10 volumes, dos quais o primeiro foi publicado em 1976 e o último em 1983 - e como argumenta Liana Reis (1989), foi de suma importância a participação de mulheres, brancas e negras, no processo de Conjuração Mineira. Nesse sentido, destacam-se alguns nomes em razão de terem alguma ligação afetiva/familiar com os inconfidentes e que por isso, de alguma forma, evidenciam a presença da mulher escravizada no contexto de articulação do movimento. É por esse processo que pode-se conhecer o nome de duas ex-escravizadas que viviam na Casa de Gonzaga: Elena Maria da Silva Gonzaga e Antônia da Costa. Elena Maria da Silva Gonzaga se apresenta no referido documento como crioula, de 60 anos e foi questionada sobre as amizades de Tomás António Gonzaga, já que morava na edificação. Segundo Reis (1989, p. 91), em depoimento nos Autos de Devassa: "[...] não poder dar maiores informações pelo fato de ser uma simples serviçal, condição que não lhe permitia conhecer os hábitos do ouvidor". Já Antônia da Costa se apresenta no documento como "da nação Mina" e assistente do Virassaia, que também servia na casa de Gonzaga. Esta, na condição de "forra", teria tentando procurar ajuda de terceiro quando da prisão de Tomas Gonzaga (Reis, 1989).

Figura 41 - Planta Baixa Subsolo Casa de Gonzaga



Fonte: Metaverso Consórcios, 2024.

Figura 42 - Vista do caminho até os fundos da edificação

Fonte: Acervo da autora, 2025.

Figura 43 - Vista do caminho até os fundos da edificação

Fonte: Acervo da autora, 2025.

Ainda sobre a organização espacial dos elementos nas fachadas, muitos dos sobrados se ergueram sobre as casas de pavimento térreo, de forma que há uma marcação dos materiais de duas épocas distintas nas residências e diferenças na sua ornamentação, como por exemplo, o número e o material utilizado nas esquadrias. Enquanto que no primeiro pavimento as vergas retas caracterizavam elementos mais

rústicos, no segundo pavimento era possível observar as esquadrias verticais, com um tratamento mais aligeirado de seus detalhes (Vasconcellos, 1977). Apesar de atribuir a diferentes épocas a diferenciação de tais elementos, o autor complementa acerca da importância relativa que se pretendeu dar aos diferentes pavimentos, como se segue:

> A diversidade de tratamento dos sobrados não só das fases diferentes das edificações como da variedade dos sistemas construtivos adotados e ainda, por vezes, apenas da importância relativa que se pretendeu atribuir aos dois pavimentos, o primeiro de apoio, secundário, o segundo nobre (Vasconcellos, 1977 p. 185).

Figura 44 – Sobrado em Vila do Ribeirão do Carmo (atual Mariana) - século XVIII

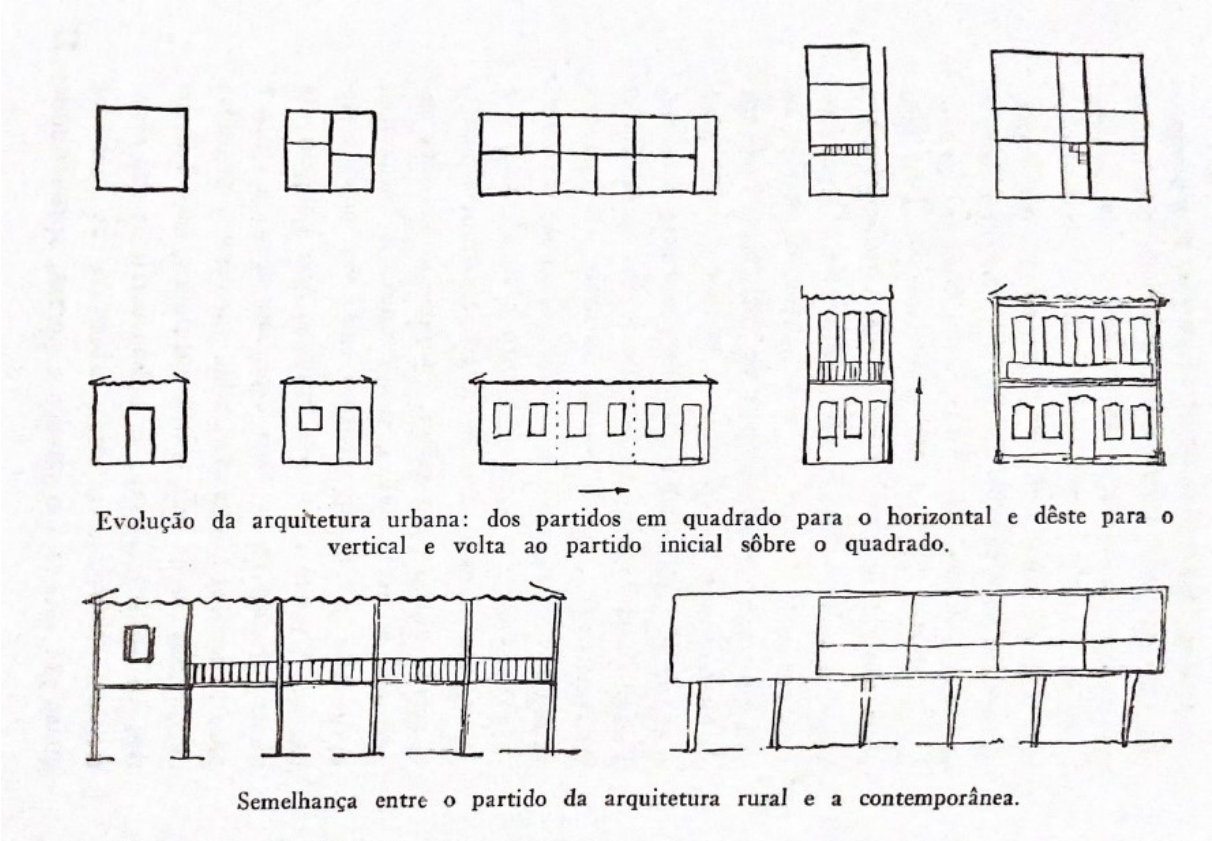
Fonte: Novais (1997).

Ainda com relação ao aspecto urbanístico, à medida que o povoamento cresce, escasseiam-se os terrenos arruados e os lotes disponíveis ficam cada vez menores. As casas de amplas fachadas se restringem de modo que o centro da esfera pública se transforma em várias moradias, marcadas pela produção de casas geminadas em parcelas de testada estreita e sem afastamento, o que limitaria bastante, para a época, outras soluções (Martins, 2021). Assim, as casas típicas de vilas e cidades brasileiras na época da colonização, descritas por vários estrangeiros, eram agarradas umas às outras, sem terrenos disponíveis para a necessária expansão (Vasconcellos, 1960).

As casas vão lançar-se para o alto, o que resulta nos sobrados, muitas vezes substituindo as casas térreas. Entretanto, a constituição dos sobrados se deu também em razão da necessidade de abrigar dependências anexas, indispensáveis à vida ou ao trabalho de seus residentes (Vasconcellos, 1960). Dessa forma, as tipologias dos sobrados mineiros irão se configurar de forma a apresentar "[...] atividade em baixo, moradia em cima", dando atendimento às funções múltiplas da construção (Vasconcellos, 1960, p.77).

O sobrado era significado social de riqueza, resultado da necessidade de espaço ou uma legitimação da distinção social, de forma que, para além dos segmentos sociais, a diferença também se notabilizava de modo que nos sobrados o pavimento térreo era utilizado por escravizados, animais[22] e/ou comércio (sobrados mistos). Quando não detentor desses elementos, permanecia muitas vezes vazio (Reis Filho, 1970).

Figura 45 - Evolução e arranjos semelhantes na arquitetura residencial



Fonte: In Vasconcellos (1960, p. 78).

Os sobrados, enquanto residência das famílias mais ricas, eram abrigo de uma comunidade, liderada tanto por homens e como por mulheres, que comandavam a família patriarcal, incluindo agregados e escravizados. A família estendida, segundo Rolnik (1985), tinha regras não escritas, com relação aos comportamentos dos domiciliados: "[...] cada um sabe qual era o seu lugar", como uma recomendação básica que não deveria ser esquecida. Dessa maneira, pode-se dizer que a estratificação social do sobrado era vertical, ou seja, a segregação espacial daquele espaço, era definida a partir do pavimento, como dito anteriormente, de forma que os escravizados se alojavam no pavimento térreo, nas lojas e até mesmo

[22] Interessante a constituição aqui de escravizados e animais ocupando o mesmo nível da edificação – o térreo - já que, segundo Mamadou Ba no documentário Debaixo do Tapete (2023), a ideia da escravatura e do colonialismo era a de expulsar determinadas pessoas da humanidade e transformá-la em coisas. Aqui, pelo entendimento da autora, estabelecer um cômodo para escravizados e animais é um significado da falta de humanidade como era vista da pessoa negra no período.

nos porões. No segundo pavimento é que os cômodos para a família estavam dispostos.

Nessa organização do próprio espaço e dos fluxos, dependências para os animais, carros, arreios, mantimentos, senzalas para os escravizados, depósito de utensílios e ferramentas estavam dispostos no nível térreo ou subsolo. O corredor agora ganha uma subdivisão, caracterizada pela escada, disposta entre a sala de frente e as alcovas, localizadas no segundo pavimento. Ressalta-se que, somente quando os proprietários tinham o comércio como fonte de renda os cômodos térreos eram mais valorizados, já que eram utilizados para abrigar tal comércio, reforçando a ideia de domicílio como uma unidade de produção e consumo (Reis Filho, 1970).

Figura 46 – Planta de edificação em sobrado – 1° pavimento

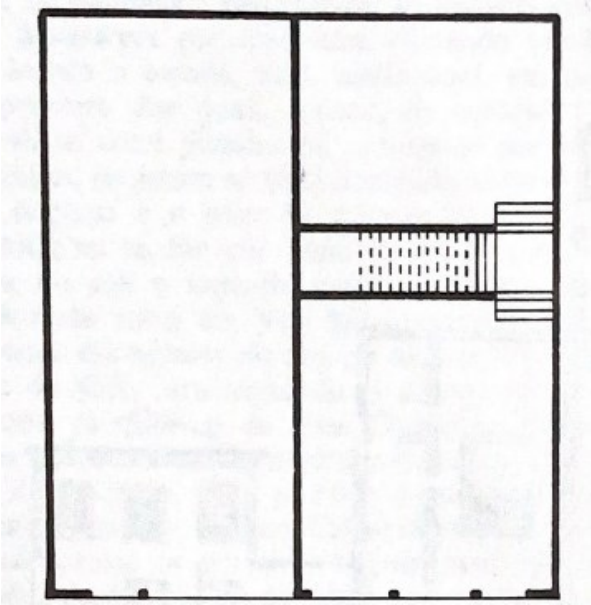
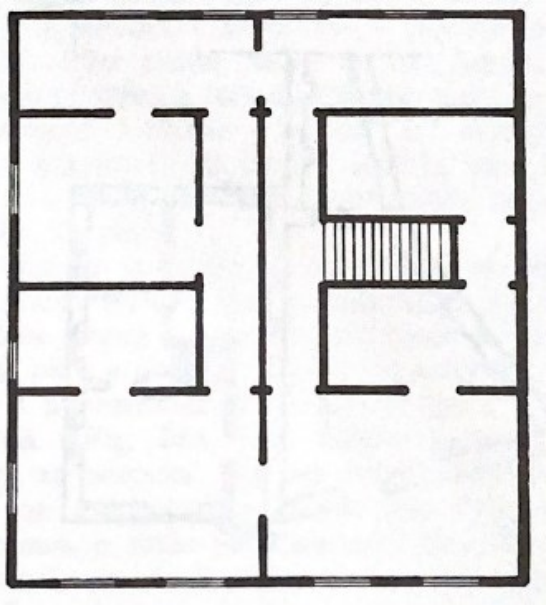


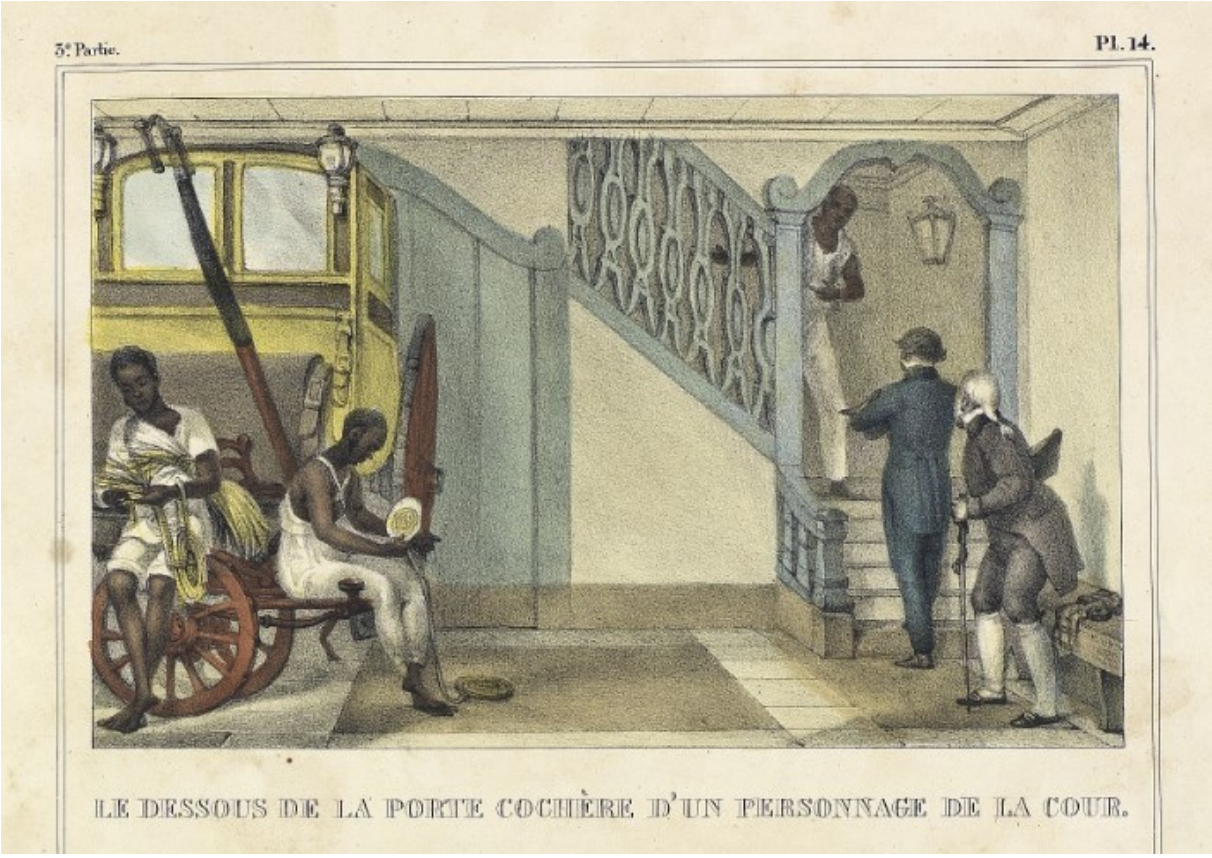
Figura 47 - Planta de edificação em sobrado – 2° pavimento



Fonte: In Vasconcellos (1977, p. 142).

A obra denominada “Le dessous de la porte cochère d´un personnage de la cour” de Debret retrata essa configuração espacial das residências já que mostra o primeiro pavimento de uma residência. Na imagem é possível notar na porção esquerda uma carruagem, onde estão apoiados dois homens negros, uma escada - na porção direita - que possivelmente dá acesso ao segundo andar da edificação, onde há dois homens brancos, recepcionados por um homem negro. A ilustração demonstra a utilização do primeiro andar das edificações em sobrados, já que, quando não era utilizado por lojas, ou seja, para comércios, era deixado para a acomodação dos escravizados e animais. Esta pode ser a razão do termo “personagem da corte” no título da obra, caracterizando assim, a riqueza material dos donos da edificação representada.

Figura 48 - Obra Le dessous de la porte cochère d´un personnage de la cour (1839), de Jean-Baptiste Debret



Fonte: Brasiliana Iconográfica, 2025. Disponível em: https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19637/le-dessous-de-la-porte-cochere-d-un-personnage-de-la-cour-le-bando-proclamation-municipale.

Ainda sobre a presença de escravizados na edificação e os ordenamentos que essa presença vai conformar nos sobrados, destaca-se a edificação localizada na rua Conde de Bobadela – rua direita – em Ouro Preto, datada do séc. XVIII onde recentemente foram encontradas inéditas cenas africanas no porão da edificação. As cenas, compostas por alguns baixos-relevos e desenhos antropomorfos, zoomorfos e zooantropomorfos, mostram o cotidiano das sociedades que viviam do outro lado do Atlântico, das quais alguns indivíduos vieram para a América Portuguesa na condição de escravizados. Pessoas trabalhando em um pilão, mulheres em um navio, animais que não fazem parte da fauna brasileira foram grafados, na então senzala, por pessoas escravizadas (Klink, 2024). Ainda segundo o autor, esses seriam “[...] agentes que sobreviveram aos árduos, nauseabundos e violentos processos do tráfico atlântico e, que podem ou não ser vinculados à autoria destes singulares traços” (Klink, 2024, p. 3).

Figura 49 - Fachada da edificação

Fonte: Adaptado de Klink, 2024.

Figura 50 - Esquema típico de um sobrado

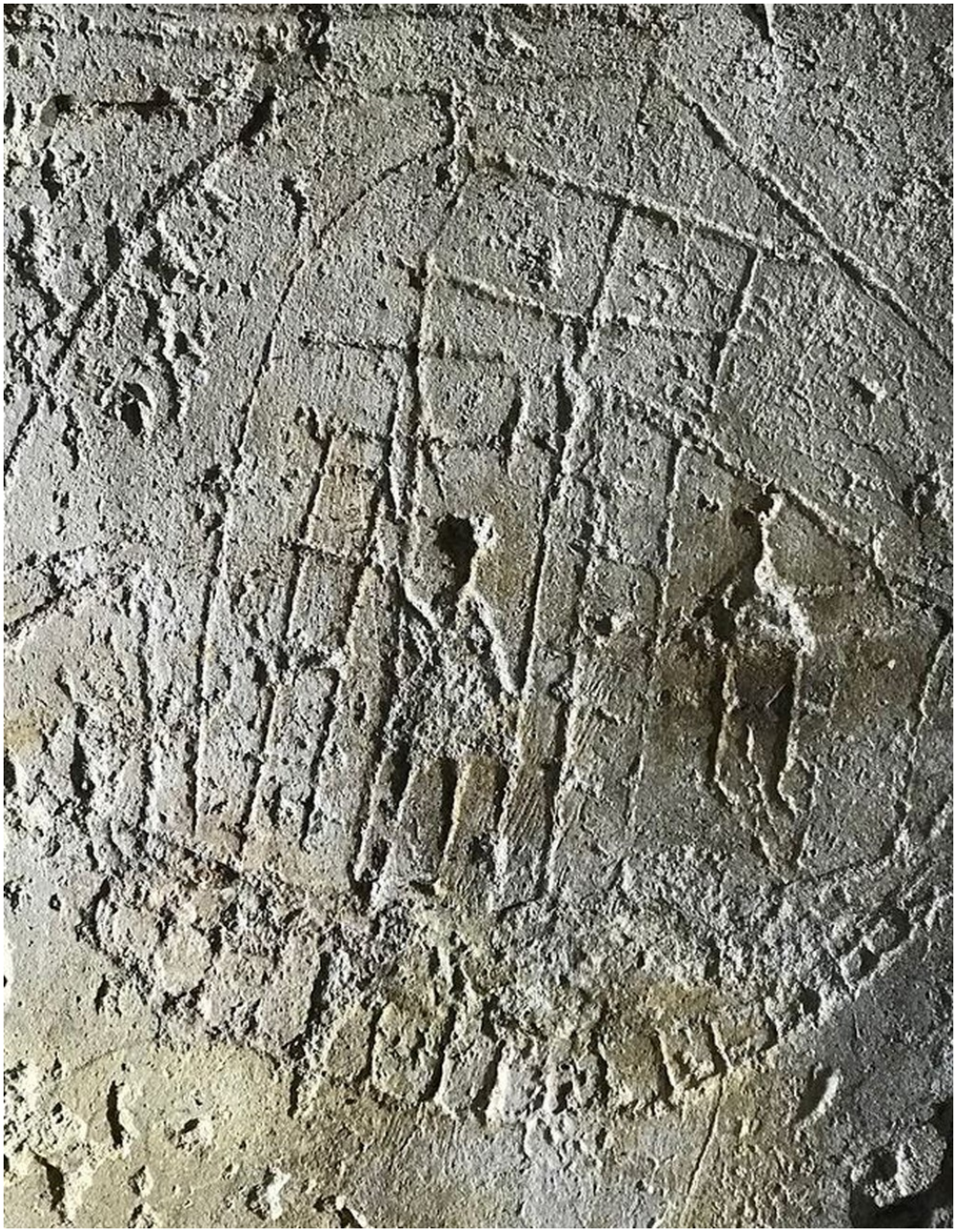
Fonte: Reis Filho, 1970, p. 29.

A tipologia da edificação se assemelha muito à ilustrada por Reis Filho (1970) ao afirmar sobre a produção e o uso da casa que se baseava no trabalho escravo. A edificação localizada na rua Conde de Bobadela tem dois pavimentos acima do nível da via pública de forma que a fachada frontal apresenta três portas no nível ao rés do chão e uma sacada corrida com duas portas balcão no nível acima. Internamente, os pavimentos são mediados por uma escada em U (em 'L' para acessar o porão e a camarinha – recuado em alguns metros do alinhamento vertical da fachada). E, é provável que uma das portas ao rés do chão tenha servido de acesso à residência, enquanto as demais abriram portas para loja, oficina ou outro estabelecimento comercial (Martins, 2021). Ainda, segundo o autor, a edificação estava dividida de forma que

> [...] o rés-do-chão poderia ser configurado de forma livre, nas edificações mais estreitas, ou compartimentado, conforme a necessidade de apoio das peças estruturais de madeira, que serviriam para a sustentação das paredes internas acima instaladas. No andar sobrado, o programa de necessidades era um pouco mais complexo, para se abrigarem adequadamente as funções de receber, dormir e de trabalho doméstico. Contudo, em geral, o agenciamento do programa de necessidades repetiu a disposição em sequência dos cômodos, comum às casas pluricelulares, com as salas seguidas de alcova(s) e a cozinha na parte posterior – porém, sem acesso direto ao quintal em mesmo nível, que, em alguns casos, para a resolução dessa limitação, poderia vir a receber uma escada externa aos fundos, para conectar esses espaços (Martins, 2021, p. 414).

Nessa residência, as senzalas estariam localizadas no porão da edificação, no subsolo, onde recentemente o painel com as cenas foram encontradas. Ressalta-se que as supostas senzalas estariam sem conexão com a rua, sendo acessadas apenas por meio de escadas. Segundo Hipólito, historiador e guia turístico local, a cena encontrada se configura como "[...] um ponto de partida para entendermos a origem dessa população que forjou essa cidade" (Pimentel, 2019).

Figura 51 - Cena de duas pessoas em navio



Fonte: Pimentel, 2019.

Figura 52 - Cena de pessoa trabalhando em pilão

Fonte: Pimentel, 2019.

Figura 53 - Painel completo localizado no porão da edificação

Fonte: Acervo da autora, 2025.

Com relação à varanda de fundos, de acordo com Lemos (1978), ele pode ser entendida como o lugar onde se comia e conversava – lugar de refeições e estar que se consagrou na habitação brasileira. Ainda nesse aspecto, a cozinha estava localizada, na maioria das vezes, como puxado, para além da varanda, assim como disposta na casa térrea, comunicando-se com o exterior – o quintal – seja no mesmo nível, ou acima e quando descia, a circulação se dava por uma escada exterior ao corpo da edificação principal (Lemos, 1978). Ainda corroborando com o arquiteto, Vasconcellos também discorre sobre a extroversão da cozinha e as características arquitetônicas do fundo dos lotes, conforme Figura 50, já que

> [...] os fundos se esparramam num à vontade típico, ajeitando-se como podem à difícil topografia local, resolvendo com franqueza e naturalidade os seus programas, orgânicos e funcionais. Varandas, puxados, escadas, cozinhas, o forno, o chiqueiro, pousam em qualquer lugar disponível, despreocupadamente, agarradas as construções umas às outras, ajudando-se mutuamente, como se só desta cooperação dependesse a sobrevivência (Vasconcellos, 1977, 173).

Após o advento dos sobrados, observa-se o surgimento dos chamados 'sobradões' nobres — edificações que vão reeditar a paisagem do povoado, corroborado por Vasconcellos (1960, p. 79), ao afirmar que o aspecto característico das povoações de maior porte, incluindo Vila Rica, "[...] só se perturbaria com o aparecimento dos sobradões nobres, os solares, pertencentes a alguns poucos senhores de maior pecúnia". Tais edificações, destinadas também à moradia, vão retornar à tipologia mais quadrada da edificação, com proporções mais vantajosas, com braço longitudinal duplicado, organizado em cruz. Ressalta-se que, com a expansão da casa, o corredor é substituído pelo vestíbulo de entrada e de saída, como uma central de distribuição para os demais cômodos. Nesse tipo de edificação, não há mais predominância de verticalidade e da horizontalidade, de forma que ambos os sentidos se anulam, conferindo ao conjunto uma solidez estática[23] (Vasconcellos, 1960).

É importante ressaltar que o corredor vai perder a sua centralidade, como observado na organização espacial da casa térrea. Isso porque agora não mais fará a ligação rua-quintal, reduzido assim, muitas vezes, de forma lateral, ou ainda se duplica, de forma a separar a zona de recepção e a zona privada. Com relação aos fundos, segundo Vasconcellos (1977, p.155) "[...] o interior é vedado ao estranho, que jamais tem acesso aos pátios ou aos quintais das residências". Dessa forma, os fundos da edificação, caracterizados muitas vezes como a zona de serviço das residências, não são vistos por estrangeiros.

Um exemplo dessa característica é a edificação que hoje denomina-se "Casa dos Contos" sendo um dos maiores exemplares residenciais, não somente de Minas Gerais, mas de toda a América Portuguesa. Datada do final do século XVIII – estava acabada em 1787 – a edificação pertenceu a João Rodrigues de Macedo, figura influente nas transações comerciais, sociabilidade e influência na antiga colônia. A

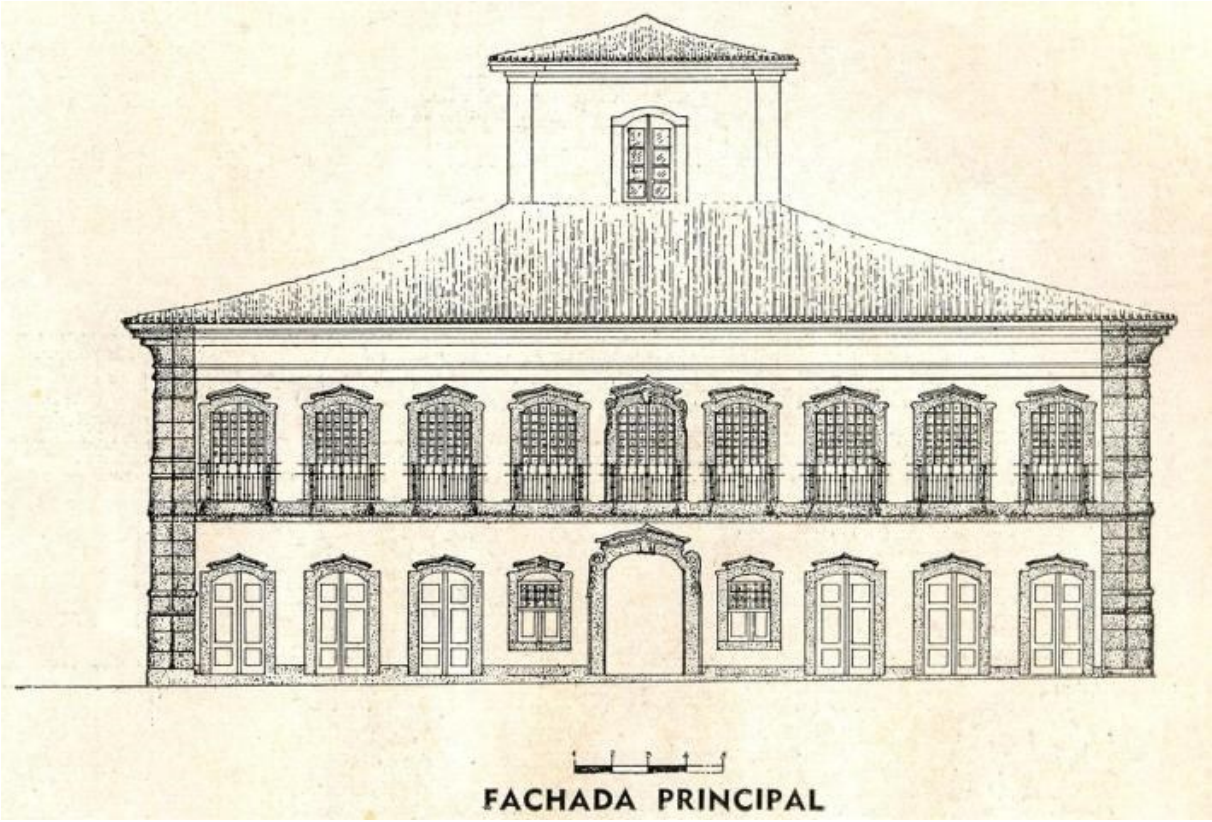
---

[23] Caracterizada por essa solidez estática, aliada à diminuição dos elementos barrocos, que vai anunciar a vinda do neoclassicismo, em se tratando de estilos arquitetônicos (Vasconcellos, 1960, p. 80).

edificação abrigava o trabalho, no primeiro pavimento, referente à casa dos contratos e a residência do então contador, no segundo pavimento da construção. A edificação ainda traz um mirante que oferece visão privilegiadas de parte da então Vila Rica. Conforme pode ser visto na planta baixa do primeiro pavimento (Figura 55), não mais o corredor tinha centralidade na planta, sendo agora substituído pelo vestíbulo (Bandeira, 2000). Segundo o autor,

> O que lá se pode ver ainda permite reconstituir a vida do velho solar no tempo do contratador: no andar térreo, à esquerda de quem entra, as salas assoalhadas onde se achavam os seus escritórios, com, aos fundos, o forno de fundição do ouro, em comunicação com outro enorme forno, este de padaria. construído no primeiro andar; à direita, os aposentos lajeados **onde dormia a escravatura**; em continuação ao pátio, dominado por ampla varanda de madeira, o quintal calçado de pedrinhas irregulares, com o seu tanque para abeberar as tropas dos que vinham a negócios com o contratador (Bandeira, 2000, p. 96, grifo nosso).

Figura 54 - Croqui da fachada principal da Casa dos Contos

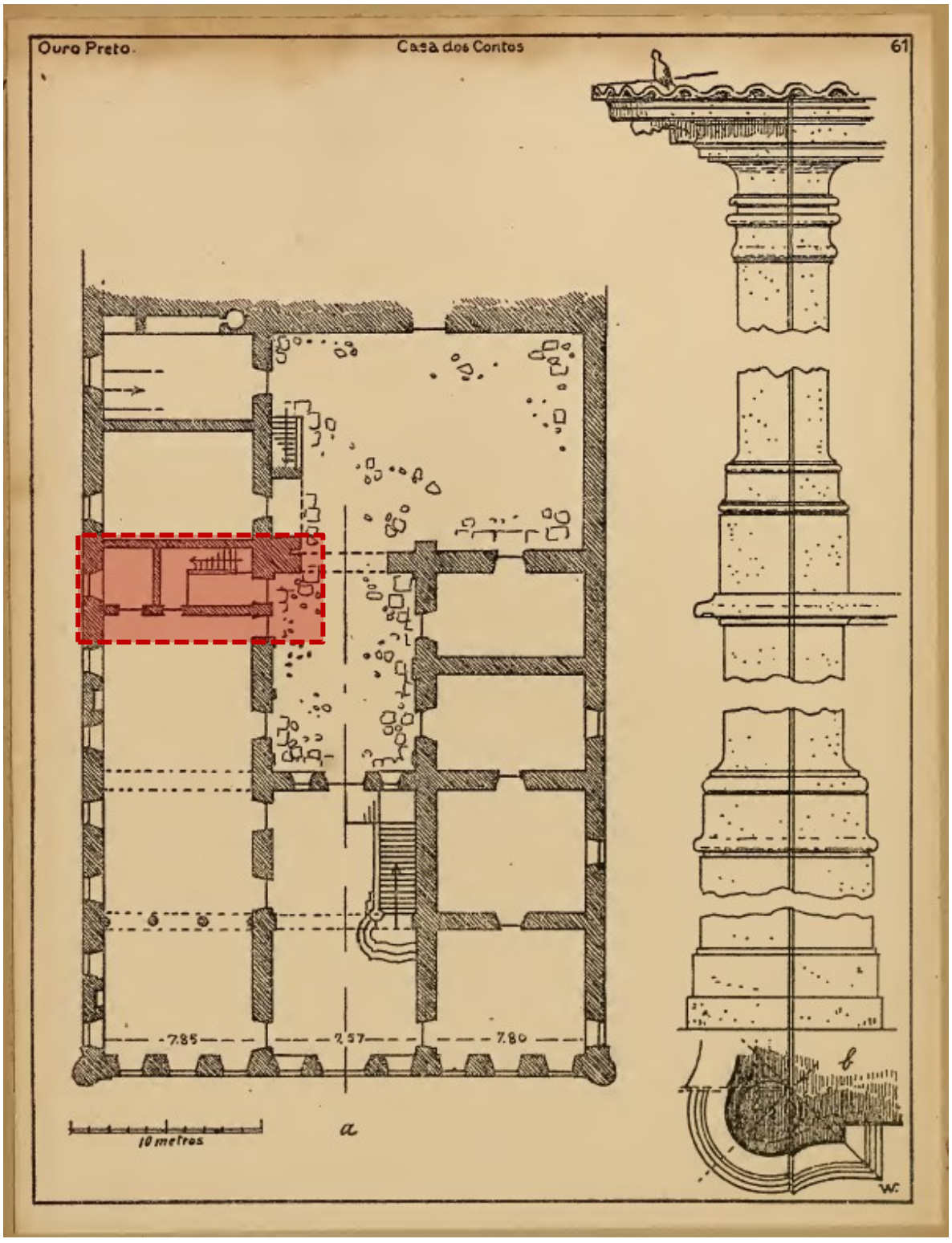


Fonte: Melo Júnior (2010, s/p).

O vestíbulo, segundo preconiza Corona e Lemos (1972, p. 470) "[...] designa a entrada principal de qualquer edifício. A porta principal". Assim, o vestíbulo se abre ao exterior da edificação, e evidencia a relação do edifício com a paisagem. Nele, instala-se a escada com dois lances, encostada nas paredes que contornam alguns dos cômodos localizados no primeiro pavimento. Esse ordenamento de fluxos também ocorre no segundo pavimento, com a ausência do corredor, mas com a presença de um segundo vestíbulo quando finaliza as escadas. A seguir, as salas do pavimento superior, as quais se abrem para

as janelas de peitoril, que garantem a iluminação natural (Costa, 2023). Na imagem abaixo está destacado o acesso para a senzala, localizada no porão.

Figura 55 - Planta baixa do primeiro pavimento da Casa dos Contos



Fonte: Adaptado de Rodrigues (1945, p. 61).

Figura 56 - Ilustração do pátio da edificação, com destaque para o acesso à senzala

Fonte: Adaptado de Rodrigues (1945, p. 58).

Para além dos aposentos lajeados à direita do vestíbulo, destinado à escravaria, a edificação também possuía, no porão, espaço destinado à senzala doméstica da edificação. Este pode ser acessados pelo pátio da edificação, em sua porção esquerda, conforme ilustrado na Figura 56. A senzala, que ainda sobrevive ao tempo, faz parte da exposição permanente da atual edificação, que abriga o museu Casa dos Contos. O cômodo possui apenas quatro janelas que dão para os fundos da edificação, hoje, um parque denominado Horto dos Contos, como pode ser visto na figura abaixo.

Figura 57 - Vista da fachada lateral da Casa dos Contos a partir da ponte do Horto dos Contos

Foto: Acervo da autora, 2025.

Com relação à função de museu exercida pela edificação atualmente, dá-se atenção ao recorte da história em que a edificação abrigou as funções administrativas da coroa portuguesa, ou seja, à contabilidade real e os vínculos com as instituições fazendárias. Dessa forma, contadas sobre o ponto de vista dos poderes, relaciona-se com os aspectos econômicos e colonialistas (Costa, 2023). Ressalta-se ainda que, até o ano de 2022, o museu abrigava, no cômodo das senzalas, instrumentos de tortura de negros escravizados, que foram devolvidos ao proprietário com o intuito de se adequar às práticas museais atuais. Sobre esse aspecto, ressalta-se que,

> [...] a edificação do Museu Casa dos Contos é um testemunho de uma história centralizada em questões de poder, domínio e violência. Associada ao seu idealizador e ao contexto que a consagrou como Casa dos Contos, a memória histórica que se evidencia é a europeia, colonial. [...] Dadas as devidas problematizações, a edificação pode ser um espaço muito mais rico em termos de história, vivência e museu se outras histórias vierem à tona (Costa, 2023, p. 196).

Ainda, dada a topografia singular de Vila Rica, algumas residências acompanhavam tal conformação irregular, que também estabeleceram a separação de várias áreas internas. Nesse sentido, a existência da mineração em terrenos de topografia acidentada vai conformar outra arquitetura e subdivisão dos edifícios, de formas variáveis, com outros tipos de organização espacial e ordenamento de fluxos. É o caso da residência de Pascoal da Silva Guimarães, atual Centro Cultural Palácio do Ouro, no Morro de Pascoal da Silva[24]. A edificação destaca-se no cenário pelo fato de, apesar de estar localizada na área urbana de Vila Rica, em razão da presença de atividade mineradora, tem características que se assemelham à tipologia de casa rural, como a senzala em edificação separada o que, nas palavras de Vasconcellos(1977, p. 131) complica-se "[...] em função do duplo compromisso urbano e rural".

[24] Pascoal da Silva Guimarães foi um destacado minerador e comerciante do século XVIII em Minas Gerais. Acumulou grande fortuna na extração de ouro e desempenhou papel relevante entre a elite colonial mineira no auge do ciclo do ouro. Envolveu-se indiretamente na Revolta de Felipe dos Santos (1720), marcada pela resistência às políticas fiscais portuguesas no auge da mineração colonial (Souza, 2004).

Figura 58 - Fachada frontal e lateral do Palácio do Ouro

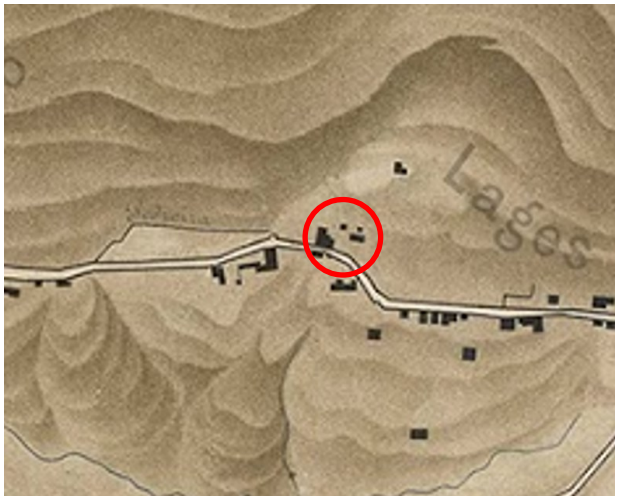
Fonte: Google Imagens, 2024.

Conforme pode ser visto nas imagens abaixo, por meio da vista de satélite é possível identificar a residência na Planta da Cidade de Ouro Preto, em 1888, com a mesma configuração da atual.

Figura 59 - Vista da edificação

Fonte: Google Imagens, 2024.

Figura 60 - Vista da edificação em Planta da Cidade de Ouro Preto em 1888



Fonte: Adaptado de Vasconcellos, 1977.

A propriedade é composta por quatro edificações distintas em que a primeira constitui-se de um sobrado, de planta quadrada, construído em conformação com a topografia do terreno de forma que no

primeiro nível havia um cômodo que era destinado ao armazenamento de materiais e mantimentos. O segundo nível era destinado à senzala para os escravizados domésticos, ou seja, aqueles caracterizados por exerceram atividades relacionadas ao âmbito da casa e de seu senhor (Costa, 1988). Ressalta-se que o nível era acessado por meio do primeiro, em escada ou então pelo terceiro, também por meio de escada localizada no meio da edificação, na sala de jantar, que dava acesso ao rés do chão.

O terceiro nível era destinado à habitação em si que era acessada por uma escada, de forma que o primeiro cômodo, ainda fora do corpo da edificação, era destinado à capela. A habitação, de planta quadrada tinha a sala à frente e os cômodos ladeando as extremidades por meio de um corredor. Ao centro da habitação ficavam as alcovas, destinadas "[...] para o quarto de hóspedes, despensas ou mesmo depósitos" (Vasconcellos, 1977, p. 139). Aos fundos, em formato de 'L' estava localizada a cozinha, fora do corpo da edificação e sem comunicação interna com ela "[...] solução que se encontra também, com frequência, nas casas rurais da região" (Vasconcellos, 1977, p. 137).

A propriedade ainda abriga três outras edificações, localizadas paralelamente ao domicílio. Outra edificação, também em tipologia de sobrado que aproveita o desnível do terreno, sem comunicação interna entre os pavimentos, abriga uma senzala e um cômodo para vigilância no primeiro pavimento e espaço destinados à administração das atividades no pavimento superior. Acredita-se que essa senzala, disposta fora do corpo principal da habitação, estava destinada aos escravizados que trabalhavam na mineração. Como pode ser visto nas Figura 63 e Figura 64, tais cômodos tinham apenas uma porta de entrada e seteiras para ventilação e iluminação.

Figura 61 – Senzala destinada aos escravizados domésticos da edificação

Foto: Acervo da autora, 2025.

Figura 62 - Cozinha fora do corpo da edificação, aos fundos

Foto: Acervo da autora, 2025.

Figura 63 - Vista da edificação com senzala no primeiro pavimento

Foto: Acervo da autora, 2025.

Figura 64 - Senzala para escravizados das atividades minerárias da edificação

Foto: Acervo da autora, 2025.

2.2.2 Arquitetura residencial rural

A atividade da mineração, em razão do caráter específico, estabelece seus próprios padrões econômicos e se caracteriza como atividade dinâmica, o que vai dispensar os beneficiamentos que retardam os lucros agrícolas dado seu intenso florescimento comercial em detrimento dos trabalhos agrícolas. Nesse sentido, o comércio se tornou a segunda grande atividade lucrativa em Vila Rica, de forma que a agricultura, segundo Mello (1985, p. 221) "[...] muito lenta e trabalhosa para o ritmo dinâmico do pronto e certo enriquecimento" ficará em segundo plano, no final do século XVII até o final do setecentos . Assim, as reduzidas propriedades rurais existentes estavam em segundo plano no cenário mineiro.

Ao longo do século XVIII, a agricultura passa a ter certa importância na dinâmica econômico-social da Capitania. Aos poucos, percebe-se o afloramento não só dela como de outras atividades econômicas na região e o que, após meio século de exploração de ouro, fazia-se sentir o aparecimento de novas atuações produtivas, tão importantes quanto a mineração (Guimarães, Reis, 2007). Assim, algumas propriedades rurais da época comprovam essa diversificação econômica e a grandeza de um mercado local com o desenvolvimento de atividades que vão absorver a mão de obra livre e a escravizada (Holanda, 1995).

Conforme mencionado na introdução deste tópico, as edificações rurais foram surgindo ao longo dos caminhos, com o intuito de abastecer a região, a partir da decadência da atividade mineradora. Entretanto, é importante salientar que a mineração e a agropecuária não se conformavam como práticas antagônicas, mas complementares entre si, uma vez que antigos mineradores se transformam em fazendeiros com as terras devolutas (Cruz, 2008).

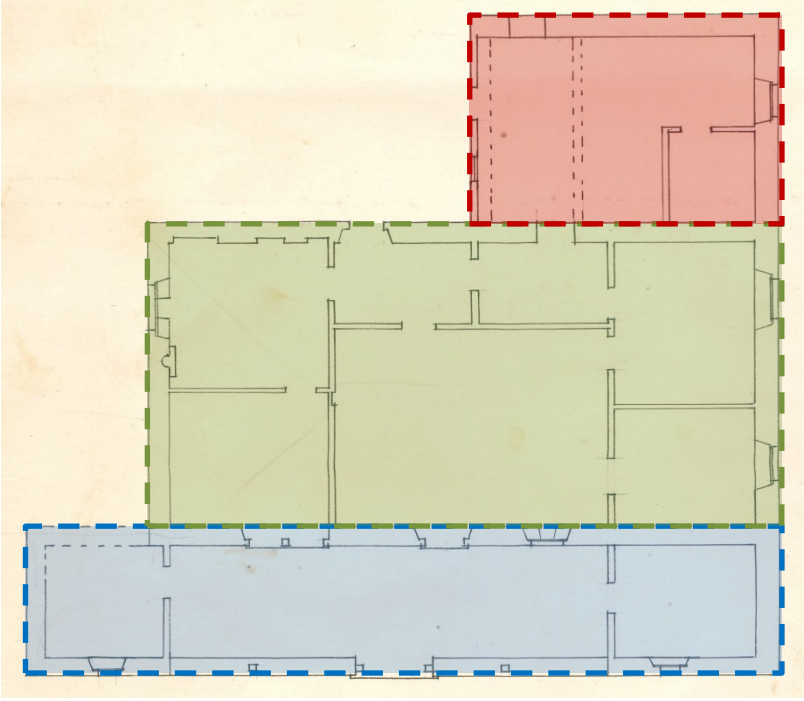
> Antigos mineradores e negociantes se transformam em fazendeiros; artesãos e empregados se fazem posseiros de terras devolutas. Citadinos ruralizados espalham-se pelos matos, selecionando a terra já não pela riqueza aurífera, mas por suas qualidades para moradia e cultivo. […] muitas parentelas antes ricas, mas de bens minguantes, emigraram com sua escravaria para sesmarias conseguidas em territórios ermos. Aí reconstituem núcleos de vida autárquica, novamente orgulhosos de só dependerem do comércio para o provimento do sal, mal escondendo, atrás dessa vaidade, a sua penúria (Ribeiro, 1995, p. 380).

No que se refere à arquitetura, segundo Mello (1985), ao contrário de grandes latifundiários no Nordeste caracterizados pelos engenhos, em Minas não se configura como uma arquitetura rural básica e estável. Ainda segundo a autora, essas edificações ocupavam áreas periféricas das vilas e não constituem propriedades de grande vulto (Mello, 1985). No território mineiro, em razão do caráter predominantemente urbano de ocupação, a arquitetura, em um primeiro momento, é reduzida a propriedades menores, com a produção de gêneros tais como tabaco, doces, queijos, tecidos de algodão e produtos de couro (Guimarães, Reis, 2007). Dado o seu caráter de transitoriedade, tais exemplares dessa primeira fase são escassos. Em um segundo momento, surgem edificações de plantas quadradas, mantidas na fachada a tradicional organização da casa bandeirista, com uma varanda fronteira entalada

entre uma pequena capela e o quarto de hóspedes. Ainda segundo a autora, esses elementos são adaptados e anexados às construções rurais mineiras sem adotar outras típicas características bandeiristas (Gaspar, 2016).

Cita-se, a esse exemplo, a Casa Setecentista, localizada no distrito de Amarantina, no município de Ouro Preto, propriedade cuja lógica de sua implantação e planta exemplificam construções residenciais de origem paulista erguidas a partir do século XVII. Caracterizada pelo partido retangular, em planta onde se distinguem três faixas: (i) de fronteira, composta pelo quarto de hóspede e da capela, nas duas extremidades, e de uma varanda, ao centro, constituindo ampla varanda da casa, marcado em azul; a (ii) no interior, a edificação é composta por uma sala central e os quartos dispostos de forma lateralmente, marcado em verde; e (iii) os compartimentos de serviço, em destaque em vermelho (Vasconcellos, 1977).

Figura 65 - Planta da Casa Setecentista



Fonte: IPHAN, 2009.

Figura 66 - Vista da Casa bandeirista de Amarantina

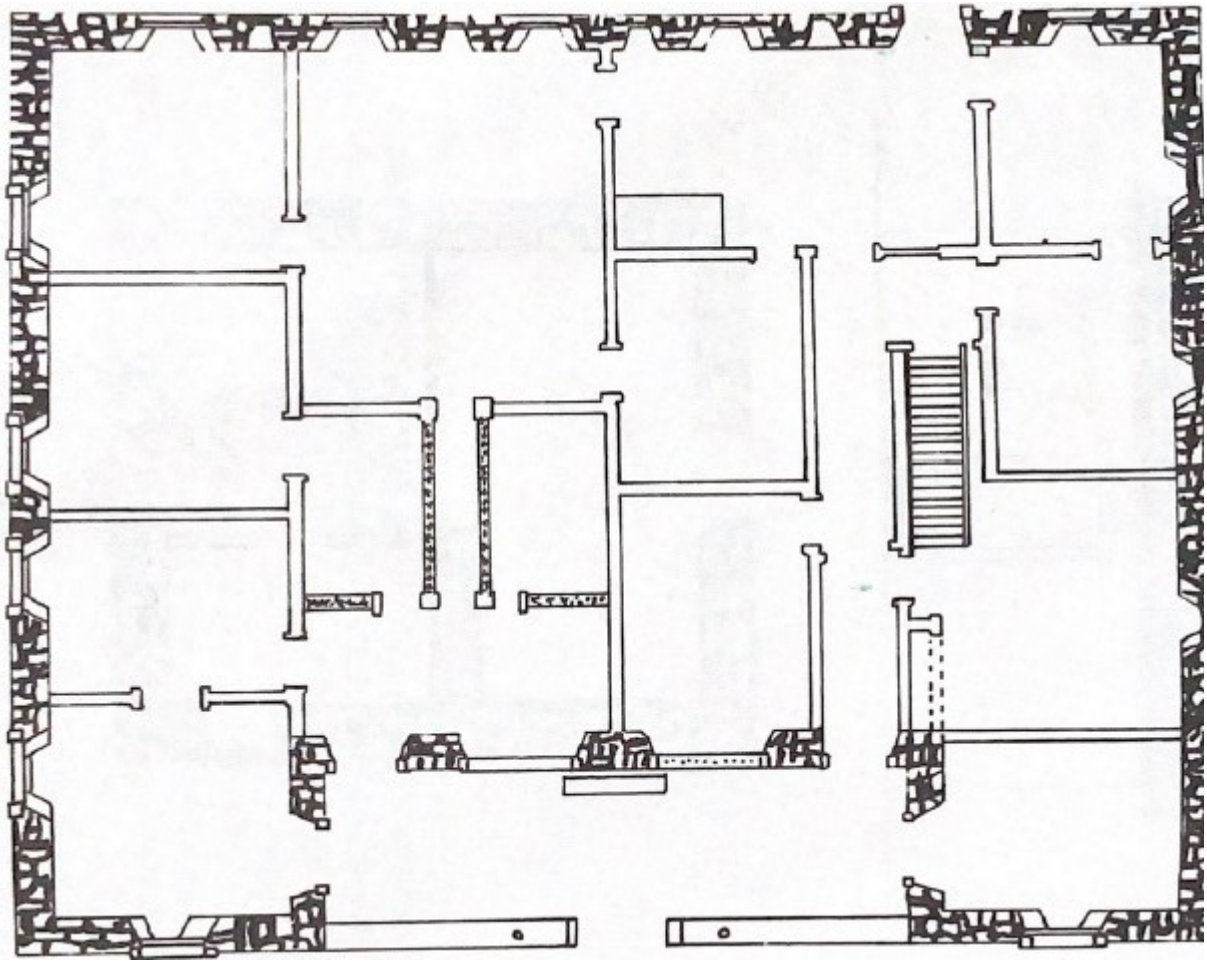
Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Preto (2010, p. 539).

O panorama muda com o declínio do ouro, em meados dos 1700, em razão da sua escassez e difícil obtenção por parte dos grandes senhores. Nesse momento, surgem as fazendas maiores, pertencentes a esses mineradores que se enriqueceram nos tempos de maior abundância aurífera. Ainda que mantivessem a exploração de lavras, muitos optaram pela diversificação dos investimentos em rendas agrícolas. Nesse período, no que se refere à arquitetura, é preservada a capela e o quarto de hóspedes em uma faixa que estabelece a nítida distinção entre as áreas sociais e íntimas (Mello, 1985).

> Assim, a "casa grande" é quase sempre chamada "sede" e, ao contrário dos engenhos, é disposta de forma isolada, com um terreiro à frente. Mas este terreiro não é claramente delimitado por outras dependências, sendo que "raras sujeitam-se a acostamento de engenhos e paióis. Senzalas aproveitam de porões ou de prolongamentos posteriores da fazenda (Mello, 1985, p. 225).

Outro exemplar com tais características é a Fazenda do Manso, localizada no Parque Estadual do Itacolomi, edificação térrea construída no início do séc. XVIII, com volume retangular erguido sobre plataforma natural; com cobertura em quatro águas com telhas de capa e canal (IEPHA, 2014). Pela entrada centralizada chega-se à varanda, à qual tem-se acesso, pela direita, ao quarto de hóspedes - cômodo que não tem nenhuma comunicação com o restante da edificação. À esquerda há a capela doméstica, dando passagem para o interior da residência, com acesso a alguns dormitórios. Essa espacialização demonstra que havia um lugar separado de todos os usos domésticos (Machado, 2019). Ainda, segundo Vasconcellos (1977, p. 139), “[...] quase todas as capelas que, sem dúvida, existiram nas residências da Vila, com o tempo foram sendo substituídas por simples oratórios móveis ou nichos”.

Figura 67 - Planta baixa Fazenda do Manso



Fonte: Vasconcellos, 1977, p. 130.

De acordo com o encontrado pelo IEPHA/MG, o centro é ocupado por duas salas e dois dormitórios, separados dos demais por um corredor que liga a varanda à cozinha, em seu eixo longitudinal que separa os espaços da parte comercial e inclui, nesta última, os hóspedes e os depósitos. Aos fundos, cozinha, sala de jantar, despensa e dormitório de escravizados/serviçais. Ainda há uma circulação vertical, caracterizada pela escada, que dá acesso ao porão (Vasconcellos, 1977). Segundo Mello (1985), tal porão pode ser acessado na parte de trás da edificação, devido ao aproveitamento da declividade do terreno, solução esta já de adaptações às condições locais.

Este ambiente, podemos supor, ser mais um local onde ficavam os escravizados. Ressalta-se que no Guia de Bens Tombados do IEPHA, publicação de onde algumas informações sobre a fazenda foram retiradas, não há nenhum desenho gráfico e imagens que demonstrem o porão da edificação, nem mesmo com relação à escada que leva a tal ambiente. E também, não há dizeres sobre outras edificações que compunham o conjunto da fazenda, para além da sede.

Figura 68 - Fachada principal da sede da Fazenda São José do Manso

Fonte: IEPHA, 2014b.

Outra edificação exemplar desse período é a Fazenda Pé do Morro, localizada ao longo da Estrada Real[25], atual município de Ouro Branco. Sua origem está relacionada com o abastecimento da região de forma que a casa sede data de meados do século XVIII, implantada de forma isolada, com pátio anexo e demais edificações como a capela, moinho, paiol e casa de monjolo. A edificação sede possui partido em 'L' tendo sido construída em duas fases distintas: (i) no século XVIII foi construído um bloco linear composto por cozinha, estrebaria, salões, quartos, alcova e varanda, de forma que o desnível do terreno foi aproveitado como porão, utilizado como senzala, onde ficavam os escravizados; e (ii) construída no século XIX, usada para hospedagem, com inspiração urbana e em uso nessas áreas rurais (IEPHA, 2014b). A planta baixa, a seguir, demonstra essas duas fases, que podem ser distinguidas em razão de diversos fatores, dentre eles, da espessura das paredes.

[25] A Estrada Real é um conjunto de caminhos da época Imperial que abrangem os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, atravessando a Mata Atlântica, entre a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar.

Figura 69 - Planta baixa da edificação sede da Fazenda Pé do Morro

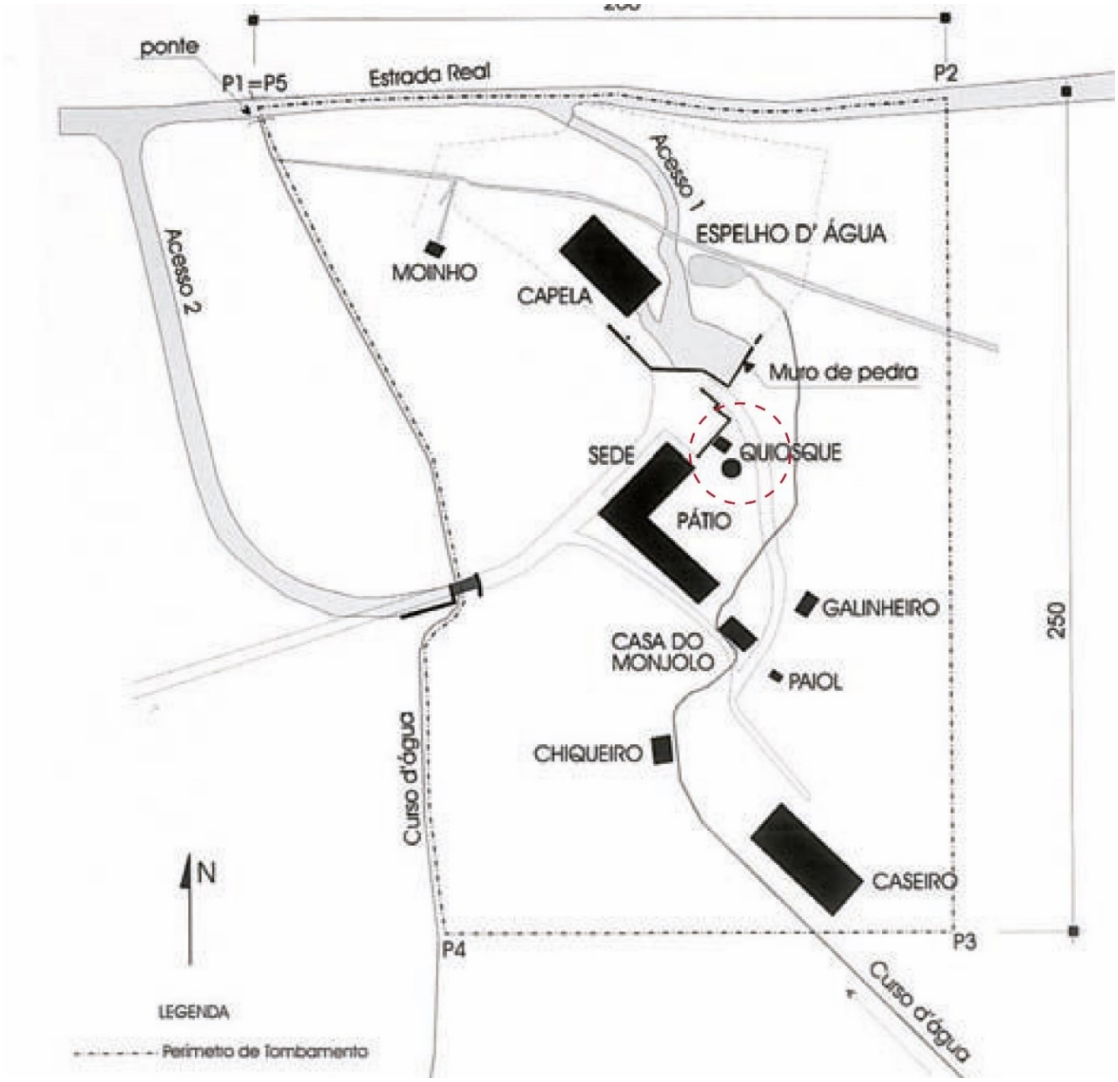
Fonte: IEPHA, 2014b.

Figura 70 - Vista da entrada do porão, utilizado originalmente como senzala da Fazenda Pé do Morro

Fonte: IEPHA, 2009.

A intervenção que ocorreu no século XIX inclui não apenas o anexo em ‘L’ da edificação sede, mas cria uma conexão interna entre os dois blocos. Manteve a comunicação interna entre os cômodos e criou uma circulação vertical entre o porão e o primeiro pavimento da edificação. Segundo o IEPHA (2009), o novo arranjo em ‘L’ também redefiniu o uso do pátio fronteiriço ao antigo edifício, que se transforma em quintal de serviços. Ressalta-se, ainda, que, na década de 1970, quando a Açominas adquiriu a fazenda, houve uma restauração na referida propriedade de forma a devolver a volumetria original da edificação sede e demais intervenções, incluindo a demolição de uma construção anexa, próxima à sede, para, de acordo com o IEPHA (2014b, p. 242), “[...] dar lugar a uma churrasqueira e a um quiosque com cobertura de sapé”. Ainda, conforme o órgão, as pesquisas não revelam informações suficientes sobre tais edificações. A implantação do referido conjunto é demonstrada na imagem abaixo.

Figura 71 - Implantação do Conjunto da Fazenda Pé do Morro



Fonte: IEPHA, 2014b.

Posteriormente, com o crescimento das vilas e arraiais, implantam-se propriedades maiores, que se estendem pelos vales à margem das áreas de mineração, com atividades ditas agropecuárias. Entretanto, é a partir do declínio do ouro, na segunda metade do século XVIII, que essas edificações vão ter uma presença mais significativa na economia, porém em regiões distantes dos centros de mineração e sob a forma de ruralismo autossuficiente (Mello, 1985).

Além disso, há a presença das chácaras, caracterizada pela zona rural mineira nesse período pela planta em forma de 'L' ou 'U'. Nesse caso, os cômodos da zona de serviço – principalmente as cozinhas - vão estar dispostos ao fundo. Nas palavras de Vasconcellos (1960, p.80), "[...] amplas o bastante para servir as refeições da escravaria e mesmo dos senhores rurais". Próximo à passagem da cozinha para o exterior está localizada a bica d´água, constituindo-se, assim, a primeira utilização de água corrente nas moradias. Há de se notar, ainda, que na maioria dessas residências, há a presença de outras edificações, como apêndices do volume principal, a exemplo de engenhos de cana – movidos a água ou por animais

– paióis, senzalas, casas de purgar, casas de agregados, cavalariças, dentre outras (Vasconcellos, 1960).

Cita-se, neste momento, a Fazenda Boa Esperança, ligada ao contexto de ocupação da região do Vale do Paraopeba, atual município de Belo Vale, período de mineração de ouro e ferro na região, cuja construção é datada do final do século XVIII. Segundo o inventário do processo de tombamento (IEPHA, 2014, p. 58), "[...] é um exemplo ainda existente de nossas tradicionais fazendas mineiras", erguida por trabalhadores escravizados entre 1760 e 1822, ano de sua inauguração. A fazenda pertenceu a uma figura mineira influente no cenário político e econômico, Romualdo José Monteiro de Barros, o Barão de Paraopeba, que, à época, contava com cerca de 141 escravizados[26] (Machado, 2019). A fazenda encabeçava um complexo sistema produtivo agrícola que chegou a abastecer, inclusive, a então capital Ouro Preto. Pelo inventário do Barão de Paraopeba, esta é a descrição da fazenda:

> Propriedade de casas de vivenda denominada Boa Esperança, a qual é grande e muito bem construída, com muitas e diversas camadas com uma rica e bem arranjada capela que se acha ao lado direito da varanda na qual existem diversos Santos, quase toda dourada e em muito bom estado, com seu respectivo paiol feito de pedra e bom engenho de fazer farinha, trapizonga de moer mamona para azeite, moinho corrente pronto, engenhoca de moer cana, senzalas para escravos, tudo coberto de telhas, terreiro grande no qual existe um bom tanque feito de pedra com chafariz de repuxo com quatro pés de árvores frutíferas nos cantos assim como um grande quintal todos murado repartido e acanteirado de pedras lavradas e regos de água por todo ele simetricamente repartido no qual existem muitas diversas árvores frutíferas não só do país como da Europa, e os pastos de logradores da Serra em campos (Magalhães, 2024).

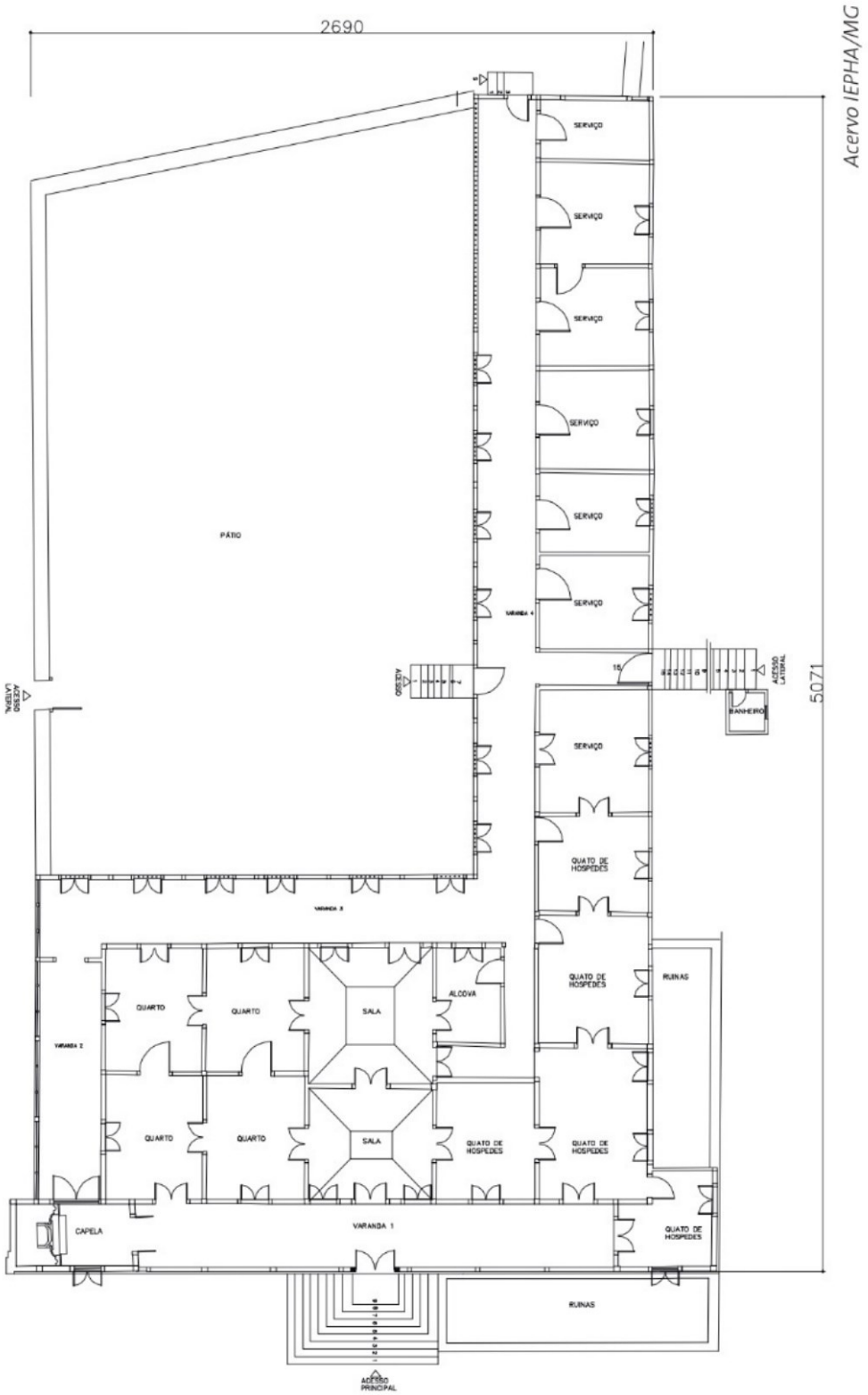
A casa sede da fazenda apresenta características de um tipo de arquitetura muito comum no meio rural de Minas Gerais no século XVIII e XIX. O pátio frontal é cercado por muro de pedra com um portão que leva até a um pátio do paiol. A casa implanta-se em formato de "L", cuja construção é de madeira e pau a pique, erguida em um único nível. O acesso é feito por três escadas distribuídas pelo casarão (Magalhães, 2024). A mais ampla e marcante localiza-se na fachada principal, com uma grande varanda frontal apoiada em arcos. Em sua extremidade esquerda, nota-se a presença da capela, com obras de arte em estilo rococó do final do séc. XVIII e início do séc. XIX (Machado, 2019).

À sua direita, um cômodo com entrada independente do acesso principal à casa que, segundo Lemos (1978), destina-se a hóspedes e aos viajantes de passagem pela região que buscavam abrigo das longas viagens. Os cômodos íntimos são concentrados na parte frontal da casa e possuem interligação entre si. Há ainda um corredor avarandado, que circunda quase toda a área da edificação, permitindo circulação e visibilidade para o pátio interno. Por fim, há um puxado, segundo Lemos (1978), denominado zona de serviço, fora do corpo principal da casa – zona que contempla apenas a denominação de "serviço",

[26] Para Magalhães (2024), a família Monteiro de Barros teria negociado 567 escravizados, dos quais o Barão negociou 289. Já os inventários post mortem que serão apresentados relatam totais de 151 e 56 escravizados sob a posse do Barão de Paraopeba e de Joaquim José, seu herdeiro, respectivamente.

conforme Figura 72, que representa a planta baixa da fazenda, de autoria do IEPHA/MG (APPA, 2022).

Figura 72 - Planta baixa da sede da Fazenda Boa Esperança



Fonte: IEPHA, 2014.

Figura 73 - A sede, as sapucaias e a senzala da Fazenda Boa Esperança

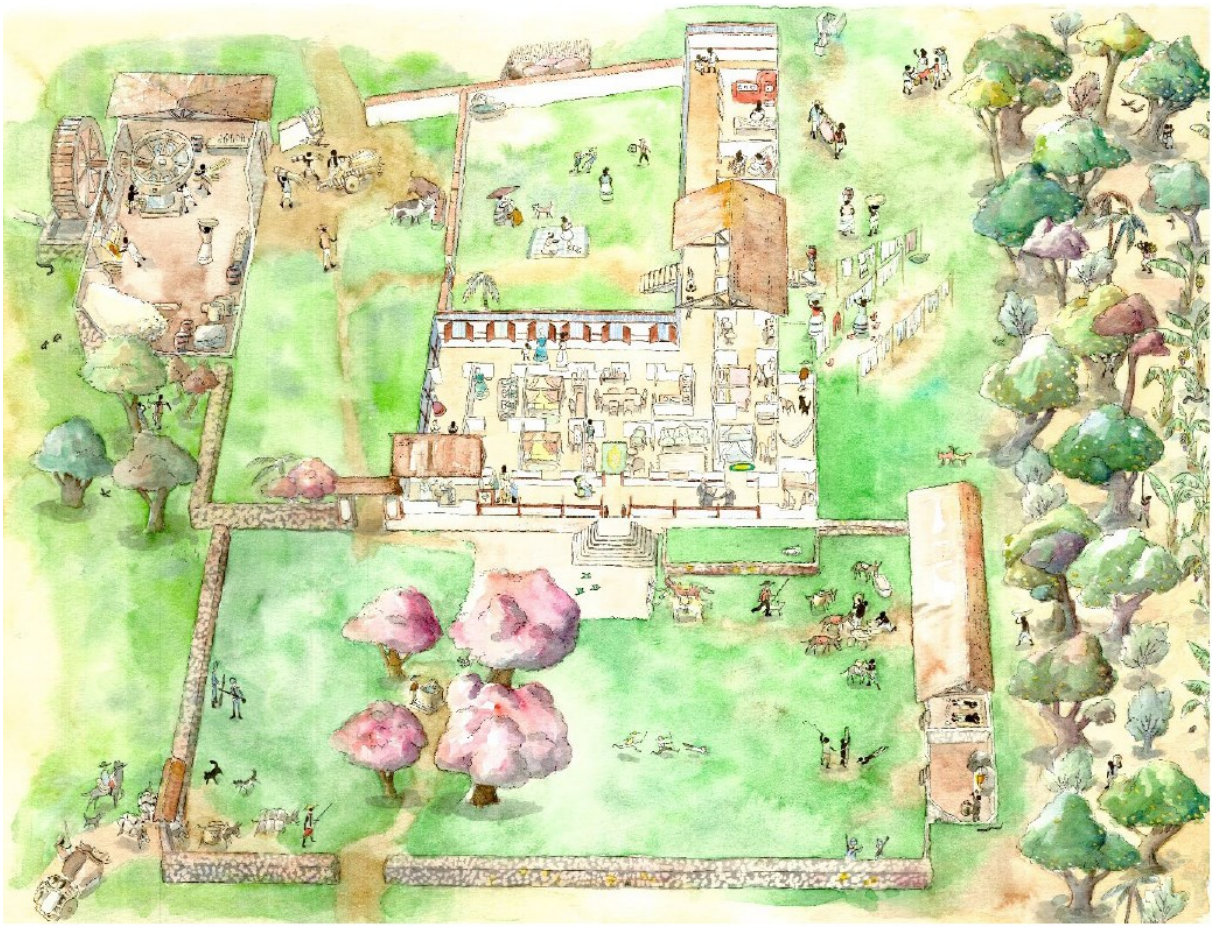
Fonte: IEPHA, 1975.

O complexo da fazenda, para além do casarão, abrange pátios e quintais que delimitam o terreno. À direita da casa, na parte frontal do terreno, há alicerces do que teria sido uma das senzalas. Segundo o inventário do Barão, há indicação de senzalas (Figura 73), fechadas por telhas no terreno, mas não especifica quantas e a sua localização específica. À esquerda da casa, no pátio interno onde se localizava a área de trabalhos, há neste, uma grande construção de pedra que teria sido um paiol ou engenho de fazer farinha. Há ainda ruínas de moinho e vestígio de engenho de serra à beira de um córrego que era usado para movimentar uma pequena usina. Há ainda tanque de pedra e vestígios de canaleta de pedras-sabão, usados em conjunto com chafariz no sistema de abastecimento de água da fazenda (APPA, 2022).

Tal configuração e disposição das edificações indica a localização mais usual dos componentes das fazendas, com relação à edificação sede com, segundo Mello (1985, p. 229), "[...] as senzalas em um dos lados, ficando em situação mais secundária as construções que abrigavam as funções técnicas complementares, como moinhos e engenhos". A imagem abaixo, trata-se de uma iconografia feita pela

Equipe B[27], no contexto de um projeto museógrafo, de forma a trazer para a narrativa museal, o cotidiano da fazenda.

Figura 74 - Iconografia do cotidiano na Boa Esperança



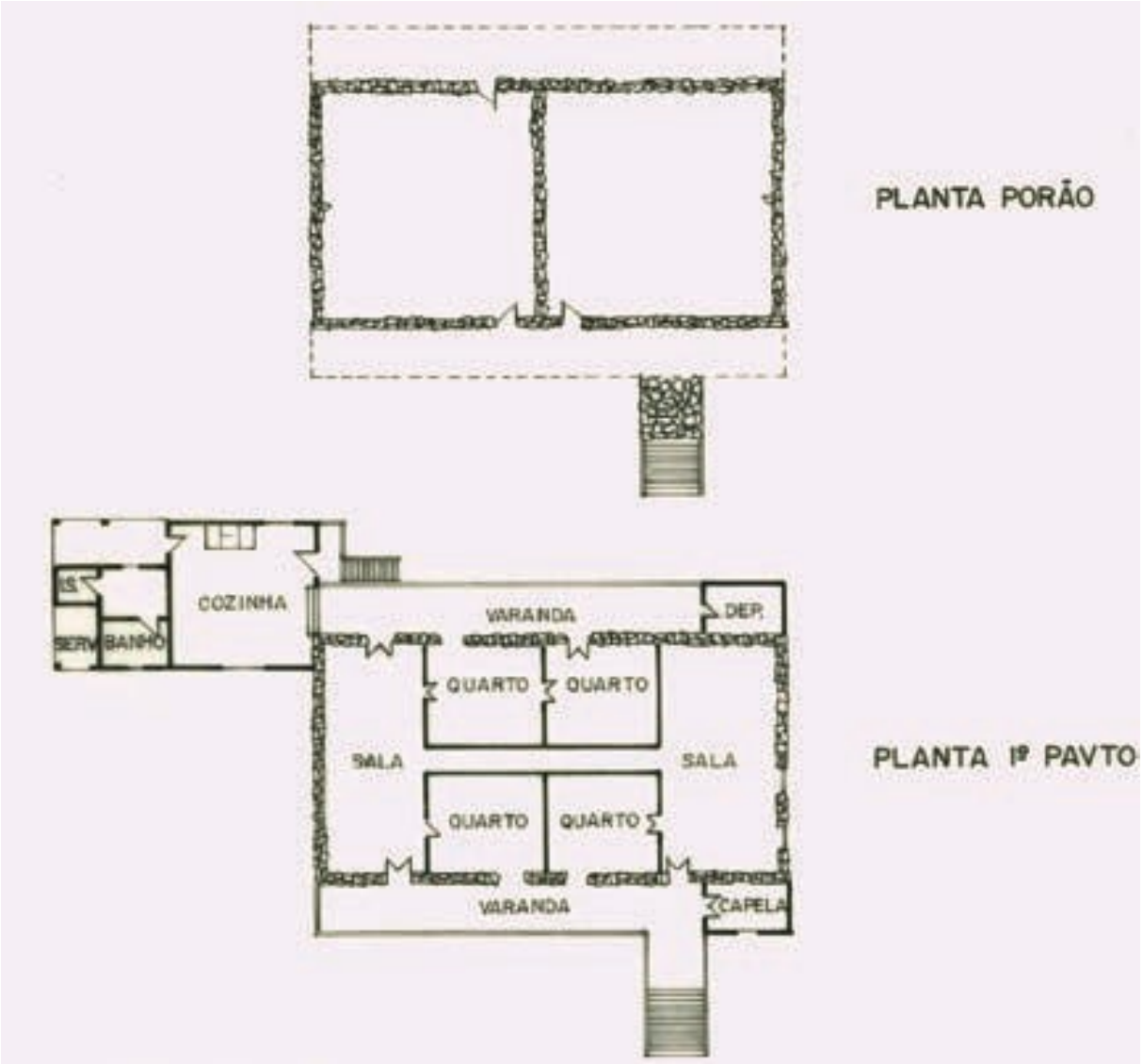
Fonte: Acervo da empresa Equipe B, em Magalhães (2024).

Outra edificação desse período é a Fazenda Vista dos Martins, localizada na região do Alto Paraopeba, no município de Brumadinho. A casa sede é datada da metade do século XVIII, reconhecida como um "marco do trabalho construtivo do século XVIII" (IEPHA, 1977, p. 18). Segundo o IEPHA (2014a, p. 70), o conjunto arquitetônico da fazenda é composto por "[...] casa-sede, pátios frontal e posterior, curral de pedras, estábulo, ruínas de senzalas, roda d'água, usina, pomar e horta". Caracterizada por solução arquitetônica singular, a planta da edificação sede se dá em dois pavimentos, de planta retangular de forma que no térreo há dois grandes cômodos quadrados de alvenaria de pedras - localização onde supomos ser o local de permanência dos escravizados. No segundo pavimento é onde se desenvolve a habitação, também de forma simétrica com dois salões nas extremidades, interligados por um estreito

[27] A Equipe B é um escritório de arquitetura que atua em todo território nacional e desenvolve projetos culturais nos campos da museografia, expografia e promoção do patrimônio.

corredor, onde situam-se os quartos (IEPHA, 2014a).

Figura 75 - Planta da edificação sede da Fazenda dos Martins



Fonte: IEPHA, 2014a.

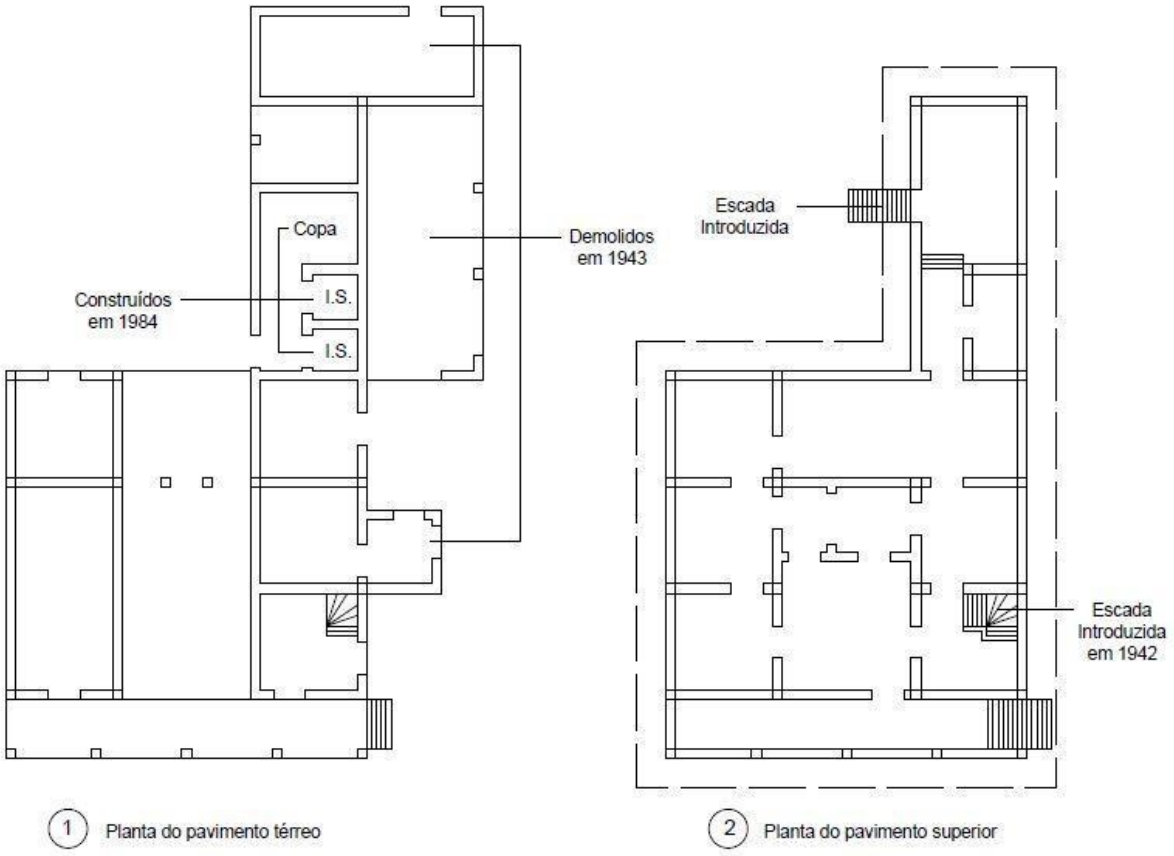
A varanda, ambiente singular em construções rurais do século XVIII, está presente em cada uma das testadas do corpo da casa e na varanda da frente ainda há uma capela na extremidade direita e um depósito na varanda dos fundos. Como pode ser visto na planta abaixo é possível perceber ainda a presença de um anexo onde localiza-se a cozinha e outros ambientes de serviço (IEPHA, 2014a). Assim como ocorre com a Fazenda do Manso, no Guia de Bens Tombados do IEPHA, publicação de onde algumas informações sobre a fazenda foram retiradas, não há nenhum dizer sobre outras edificações que compunham o conjunto da fazenda, para além da sede.

Figura 76 - Fachada posterior da edificação sede da Fazenda dos Martins. Destaque para o anexo posterior e escada de serviço

Fonte: IEPHA, 2014a.

Por fim, semelhante à tipologia da Fazenda dos Martins, há a Fazenda do Leitão, atual Museu Histórico Abílio Barreto, localizada no antigo arraial do Curral Del Rey. A propriedade foi construída em 1883, momento de predomínio de uma economia de subsistência e de produção para o mercado local e das vizinhanças. Composta de dois pavimentos, o primeiro era destinado à unidade produtiva, marcado por um cômodo central, amplo e aberto, que distribuía a circulação para compartimentos menores, lateralmente dispostos, que eram destinados à acomodação de escravizados e depósito. Já o pavimento superior era destinado à habitação do fazendeiro e sua família, com uma varanda em toda a fachada principal que dava acesso à sala, passando pelos quartos laterais e alcovas ao centro. Um corredor à esquerda fazia a ligação com os demais quartos e a sala de jantar. Aos fundos, havia um prolongamento que dava acesso à cozinha (Retes, Siqueira, 2016).

Figura 77 - Planta baixa da sede da Fazenda do Leitão



Fonte: Retes, Siqueira, 2016.

Com relação à sede da Fazenda do Leitão, assim como à sede da Fazenda dos Martins, é importante salientar a não existência de ligação interna entre os pavimentos, ou seja, de escada interna que ligasse os dois pavimentos. Nesse sentido, assim como exposto em algumas edificações urbanas, o segundo pavimento da edificação estava destinado à habitação enquanto o primeiro era reservado a despensas, garagens e acomodação de escravizados. Com relação a essa característica, Retes e Siqueira (2016) afirmam:

> A partir da adaptação da planta baixa do casarão, como construído em 1883, ao sistema de nodes é possível perceber de que maneira o espaço é organizado para separar os outsiders (visitantes, escravos, pessoas que não pertencem ao núcleo familiar branco em geral), dos insiders através da separação entre os andares sem ligações. O pavimento superior corresponde a um local de acesso privado, onde apenas os moradores e visitas íntimas podiam frequentar, o local privado à família (Retes, Siqueira, 2016, p. 8).

Acrescente-se, com relação aos anos posteriores, que a Fazenda do Leitão teve vários usos ao longo dos anos até que, em meados dos anos de 1940, houve a restauração da edificação, por Abílio Barreto, conjuntamente com o SPHAN, responsável também pela criação do museu. A restauração fora feita de forma que, nas palavras de Silva (2003, p. 32), o arquiteto responsável pela obra, Sylvio de Vasconcellos "[...] privilegiou a apreciação estética desse bem cultural em detrimento das novas marcas deixadas por

sua história, pois foram removidos todos os agregados (cômodos anexos à estrutura da casa) apesar desses agregados terem sido testemunhos dos usos correspondentes ao período de 1896 a 1939". Essas modificações incluíram a construção e escada interna, construção de anexo para exposição, além de paisagismo caracterizando o estilo de edificação rural (Retes, Siqueira, 2016).

Figura 78 - Imagem da sede da Fazenda do Leitão entre 1935-1939

Fonte: Retes, Siqueira, 2016.

Dado o referido panorama, é importante salientar que, segundo Melo (1985, p. 273), "[...] em nenhuma outra região do país a arquitetura refletiu, de forma tão completa, abrangente e bela, as condições econômicas e sociais de uma epoca". Nesse sentido, esse panorama teve a intenção de refletir, de forma mais profunda, uma síntese de como a arquitetura foi reflexo da sociedade que a produziu. Assim, a casa rural vai se conformar, de certa forma, ao longo do tempo, como centro da vida social por agenciar todos os aspectos da existência da sociedade brasileira.

A colonização do território brasileiro marcou a introdução de diversas inovações, entre elas um novo modo de habitar, bem como o uso de materiais e técnicas construtivas que ampliaram as possibilidades arquitetônicas. Ao mesmo tempo, esse contexto trouxe profissionais especializados e um novo saber técnico, responsáveis por transformações significativas na arquitetura residencial. As moradias sofreram alterações importantes ao longo do século XIX, e tais mudanças não se limitavam apenas aos aspectos construtivos.

Situações como a Abolição da Escravidão e a instituição da República instalaram uma nova ordem social não só nas lavouras das fazendas, mas também na arquitetura residencial, que passaria a se organizar de forma independente dessa mão de obra, substituída por empregados remunerados ou pelos próprios moradores. As mudanças na organização espacial interna das casas, nas novas técnicas e tecnologias relacionadas à construção, além das transformações gerais pelas quais passou o país nesse século, foram determinantes para o desenvolvimento da arquitetura brasileira e para o estabelecimento das bases e das condições fundamentais para o surgimento de novas possibilidades para a arquitetura discutidas no século XX.

3 DE IMPÉRIO PARA REPÚBLICA

3.1 O lugar na dimensão social: a questão trabalhista

Na empresa Brasil, o trabalho é negro e o lucro é branco (Rogero, 2024, p.87).

Segundo Bourdieu (1997), os seres humanos estão situados em um lugar e, assim, ocupam um espaço, de forma que este pode ser definido como o espaço físico. *Habitus* poderia ser entendido, nesse contexto, como um sistema de disposições duráveis e transferíveis, adquiridos por meio da socialização que orientam percepções, pensamentos, gostos, sentimentos e práticas dos indivíduos. Ou seja, é a internalização das condições sociais objetivas. Assim, os agentes sociais, que são ao mesmo tempo individuais e coletivos ocupam um espaço físico e social, de modo que a sua posição com relação aos demais indivíduos da sociedade determina suas condutas. Estas são analisadas a partir de um tripé conceitual entre campo, *habitus* e capital.

Sendo o capital social fruto do *habitus* a que uma pessoa é submetida em seu meio social, não é apenas a questão econômica a responsável pela inserção do indivíduo a um ciclo de privilégio, mas atuam também, nessa configuração, os efeitos do lugar. O espaço social atua como espaço físico de modo hierarquizado, como forma de explicar as distâncias sociais, de modo que o espaço habitado passa a ser um mecanismo de simbologia do espaço social (Bourdieu, 2007). É nesse sentido que o conceito de *habitus* e raça pode ser entrelaço e atuar, em ambos os conceitos, os efeitos do lugar.

Segundo Almeida (2019), o significado do termo raça sempre esteve atrelado ao ato de estabelecer classificações, de forma que se constituiu como um fenômeno da modernidade, em meados do século XVI. Ainda, não se constitui como um termo fixo, de forma que é alterado pelas circunstâncias históricas regido por contingências, conflitos, poder e decisões, ou seja, é uma constituição política e econômica estabelecida pela sociedade. Dessa forma, a expansão mercantilista e a descoberta do "novo mundo" forneceram um sentido específico à ideia de raça (Almeida, 2019).

> Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas (Almeida, 2019, p. 18).

Assim, a partir do século XVI as grandes navegações e a exploração do continente americano surgiram para que as potências mundiais expandissem o poder político e territorial bem como a conquista de outros recursos naturais. A conquista foi baseada em uma relação de dominação-subordinação, chamada de colonialismo, entre a metrópole e a colônia, o que vai se constituir como a base do sistema econômico do mercantilismo (Garcia, 2009). Entretanto, para a sustentação dessa economia, foi utilizado mão de obra escravizada. O escravismo, um complexo sistema econômico e social de exploração da mão de

obra que data das primeiras civilizações do mundo.

Com relação à escravidão de pessoas africanas e afrodescendentes, segundo Pinheiro (2023), houve uma desumanização desses indivíduos, ao retirar-lhes a (i) alma e a (ii) razão, o que os reduziu a corpos, no dualismo ocidental entre corpo-pensamento, corpo-alma. Segundo Carneiro (2005), o mecanismo trata-se de uma redução do ser à sua particularidade que aprisiona o indivíduo não ocidental, pelo "eu hegemônico" à ideia de universalidade que, ao expressar a sua diversidade humana, o rebaixa ao estatuto de "outro", ou um "não-ser". A partir disso, a classificação humana baseada no critério da raça se torna elemento fundamental para a definição da qualidade deste ser, utilizado segundo Almeida (2019), para neutralizar as desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio desses seres. Assim, para Bonilla-Silva (*et al*, 2023),

> Categorias como "índios" e "negros" foram inventadas, nos séculos XVI e XVII, para justificar a conquista e a exploração de vários povos. A invenção de tais categorias implica um processo dialético de construção; isto é, a criação de uma categoria de "outros" que envolve a criação de uma categoria de "eu" (Bonilla-Silva *et al*, 2023, p. 270, tradução nossa).

Acredita-se que o empreendimento colonial, bem como as ideologias vinculadas para justificar a escravidão negra contribuem, segundo Silva (2018), dentre outros aspectos, com a invisibilização do povo africano e sua diáspora. O mecanismo se conforma como uma espécie de homogeneização atribuída à ideia de raça, que categoriza sociedades latino-americanas e africanas como o outro, tendo o "eu hegemônico" como referência. Nesse sentido, o racismo advindo do empreendimento colonial, presente na visão culturalista generaliza, segundo Souza (2009), o outro e sua cultura, considerada simples, primitiva e em um patamar inferior de evolução. Dessa forma, para Fanon (2022), a raça passa a funcionar como mecanismo de distinção entre quem tem o reconhecimento de sua humanidade como atributo exclusivo – que seriam as pessoas brancas – e as espécies consideradas como não humanas – os não brancos.

No Brasil, não é possível compreender de forma verdadeira o país sem que se leve em conta as percepções de negros e indígenas, a quem, segundo Fanon (2022, p. 23), "[...] o próprio processo de construção do país des/subumanizou, marginalizou e procurou exterminar". Com base na análise histórica, no que diz respeito à questão trabalhista, é importante recolocar a questão racial como elemento central na formação do atual mercado de trabalho brasileiro. O trabalho escravizado, principal sistema produtivo do Brasil na época da América Portuguesa, instituído por meio do tráfico de africanos, constituiu- se como uma grande cadeia produtiva no território. Foi em decorrência dessa exploração e mão de obra que o país se tornou economicamente viável (Alencastro, 2018).

O fim do trabalho escravizado no território brasileiro se deu por um caminho lento e gradual, por meio de diversas insurreições, rebeliões, lutas e, assim, pela promulgação de algumas leis no decorrer desse

processo. Dentre elas, citam-se as seis principais: (i) a Lei de 1818, que proibia o tráfico de pessoas em territórios africanos acima da linha do Equador; (ii) Lei Feijó, de 1831, também conhecida como "lei para inglês ver"[28], considerada um dos maiores casos de corrupção sistêmica na história do Brasil (Pessoa, 2018); (iii) Lei Bill Aberdeen, de 1845, que considerava pirataria o tráfico marítimo de escravizados; (iv) Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que proibia o tráfico negreiro. Esta última foi, segundo Theodoro (2008), o marco inicial da substituição da mão de obra escrava para o trabalho livre.

Com o fim do fluxo de escravizados, por meio das exigências da Inglaterra, houve um enfraquecimento do sistema escravocrata, o que se caracterizou como um duro golpe à continuidade do sistema. A lei, entretanto, foi a precursora em uma série de instrumentos legais que estimularam o debate acerca do fim da escravidão no território brasileiro e o futuro econômico do país (Theodoro, 2008). Ainda, houve outras legislações antes do fim oficial da escravidão, como a Lei do Ventre Livre, em 1871, em que filhos de escravas nascidos no Brasil eram considerados livres e a Lei Saraiva -Cotegipe, também conhecida como Lei dos Sexagenários, que garantia liberdade para escravizados com mais de 60 anos de idade (Santos, 2022).

No debate acerca do fim da escravidão havia duas posições centrais: os abolicionistas e os grandes senhores de escravizados, os escravistas. O primeiro grupo se destacou pela introdução das ideias acerca da abolição, em uma perspectiva baseada na transição, ou seja, um desaparecimento gradual da escravidão e a garantia de trabalho. Importante nome desse grupo foi André Rebouças que tinha um projeto de abolir a escravidão vinculado a um projeto de modernização do país. Em seu projeto de lei, que pretendia o fim da escravidão chamado de "democracia rural", estavam contempladas a divisão das terras, concessão de direitos plenos aos ex-excravizados, reforma do funcionamento da vida social, ou seja, a incorporação plena do proletário escravizado à nação brasileira – uma abolição inconclusa (Rogero, 2024). Inconclusa porque a referida lei que foi aprovada constava apenas o seguinte:

> A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia-Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:
> Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.
> Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.
> Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.
> Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º ano da Independência e do Império.
> Princesa Imperial Regente (Brasil, 1888).

[28] Apesar de a lei prever que nenhum africano escravizado entraria no Brasil a partir daquela data, chama-se de "lei para inglês ver" porque só funcionou na aparência já que, na prática, foi cumprida apenas por cerca de quatro anos, momento pelo qual o volume de desembarque de africanos escravizados caiu para o menor patamar da história. Entretanto, em um segundo momento, foi deslegitimada em favor dos interesses dos escravistas (Rogero, 2024, p. 94).

O segundo grupo, em uma visão contrária, compostos pelos conservadores e senhores de escravizados, defendia a manutenção da escravidão como forma de salvar a economia brasileira. Eles apostavam na escravidão como uma espécie de 'projeto de futuro' que, assim como um projeto de nação, a propriedade escrava seria garantia de equidade e liberdade. Nesse sentido, as legislações ora salientadas eram estratégias de garantir a manutenção e prolongar ao máximo o fim da escravidão (Santos, 2022). O silêncio escravista, nas palavras de Santos (2022, p. 126), "[...] era uma espécie de 'espelho d'água' que escondia as muitas correntes turvas desse rio chamado Brasil".

A trajetória brasileira será marcada justamente pelo que se manteve, ou melhor, pelo que se escolheu manter de forma que a história do racismo brasileiro é pautada pelas 'permanências' (Santos, 2022). Segundo Rogero (2024), a opção por não ter incluído medidas compensatórias na lei de abolição do regime escravocrata, de certa forma, salvou uma parte desse sistema escravista, já que a referida lei não dizia como implementariam o fim da escravidão, o que aconteceria com os ex-escravizados e nem como seriam os contratos de trabalho dali em diante. Assim, o Brasil constituído após 1888 não permitiu, segundo Santos (2022, p. 169), "[...] que a abolição, o progresso, a igualdade, a liberdade e a irmandade fossem conceitos usufruídos por todos que respondiam ao gentílico de brasileiro" de modo que, entre império e república, houve muitas permanências.

Para Mattos (2014), o campo dos estudos do pós-abolição tem crescido cada vez mais nos últimos anos, e se consagra, no Brasil a partir dos anos 2000. Se a década de 1980 representou um marco para a historiografia da escravidão, os anos 2000 podem ser considerados como decisivos para a historiografia sobre as diversas formas e condições de liberdade no pós-abolição. A configuração atesta a emergência de um campo de investigação comprometido em reconstruir trajetórias, processos e experiências da população negra após a proibição legal da escravidão, ou seja, o famoso 13 de maio de 1888.

> Realizada por revolução negra, legislação ou guerra civil, a emancipação não apenas eliminou uma instituição em crescente antagonismo com a sensibilidade moral da época, como também introduziu questões dificílimas acerca do sistema de organização econômica e de relações sociais que substituiria a escravidão (Foner, 1988, p, 17).

Oliveira (2022), em sua pesquisa que analisa a participação de homens e mulheres negros no processo de desmonte da escravidão e luta pela liberdade, ressalta a importância que os olhares dos pesquisadores sejam direcionados para o cotidiano e a marginalização relegada a negros/as. Principalmente nos anos que se seguiram o pós-abolição, de forma a considerar as diversas estratégias de sobrevivência enfrentadas e o universo cultural que os conferiram inteligibilidade. Gomes (2007) também ressalta que é preciso que o liberto saia de uma certa invisibilidade histórica, que lhe fora atribuída com o fim da escravidão e, para isso, o pesquisador deve percorrer os rastros deixados por aqueles sujeitos, que até então lhes foram negados. As duras condições a que os escravizados teriam sido submetidos no período escravocrata não teriam fim com a abolição – ao contrário, o acompanhariam por meio de, segundo

Oliveira (2015, p. 81), "[...] obstáculos materiais e simbólicos, na tentativa de dificultar ou impedir a construção e consolidação da liberdade. E um desses mecanismos foi a questão trabalhista.

Apesar de, no Brasil, o processo de abolição do trabalho escravo não ter ocorrido com uma guerra civil – como aconteceu com outros países da América Latina – o ano de 1888 é considerado por muitos autores como um marco temporal separador de dois países. Nesse sentido, em geral, os autores que tratam da questão trabalhista no país ou costumam iniciar pelo final do século XIX – regime escravocrata – ou então iniciam nas primeiras décadas do séc. XX – trabalho assalariado (Lara, 1998). Assim, há uma dicotomia entre as noções de trabalho escravo e de trabalho livre, centralizada principalmente sobre o último, de forma que evidencia uma acepção da noção de trabalho vinculado ao assalariamento (Negro; Gomes, 2006).

> Identificada com a história do trabalho livre (assalariado), a história social do trabalho no Brasil contém, em si mesma, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo. Milhares de trabalhadores que, durante séculos, tocaram a produção e geraram a riqueza no Brasil ficam ocultos, desaparecem num piscar de olhos. A oposição irreconciliável entre escravidão e liberdade cristalizou-se como um postulado quase sempre inquestionado, e o final do século XIX passou a configurar o assim chamado período de substituição do escravo (negro) pelo trabalhador livre (branco e imigrante), "o período da transição", da "formação do mercado de trabalho livre" no Brasil (Lara, 1998, p. 26).

Assim, a abolição da escravidão coloca a população negra em uma situação de igualdade política e civil em relação aos demais cidadãos sem, entretanto, a possibilidade de inclusão socioeconômica. Sem trabalho, sem terras e sem educação, a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre, feita por intervenção direta e indireta do Estado, sob inspiração da ideologia racista pode ser entendida como o reflexo de oportunidades desiguais de ascensão social após a abolição (Theodoro, 2008). Isso porque a abolição ainda era sinônimo de um nascimento e consolidação de uma visão eurocêntrica e modernizante, trazidos com a mudança para o regime republicano. Momento esse, segundo Theodoro (2008, p. 32), em que "[...] não havia, ou havia pouco espaço de existência".

A partir disso, o que se vê, por meio de leis, decretos e normativas, é a desigualdade e a pobreza a partir da questão racial no país. As políticas públicas deslocavam a população negra livre para colocações subalternas[29] da sociedade de forma que a questão racial passa a ser percebida como um entrave ao desenvolvimento nacional, por meio de uma representação do estigma em relação à cor da pele. Ainda, o processo de embranquecimento, por meio dos incentivos à imigração, impulsionado pelo Estado, dava-se com objetivo de propagar a vertente de pensamento de que somente com isso o país poderia progredir

[29] Segundo Spivak (2010), os subalternos são aqueles que estão marginalizados dentro das estruturas de poder e cuja voz é sistematicamente silenciada. O conceito vai além de uma simples posição de inferioridade econômica ou social de forma que se trata de uma exclusão estrutural que impede a agência e a enunciação autônoma desses sujeitos.

(Theodoro, 2008). Isso coloca a população negra em um processo longo de pobreza e miséria que culminará, ao longo dos anos, no que chama-se de racismo estrutural.

> Num momento em que o movimento abolicionista e, como consequência, o debate sobre possíveis formas de substituição de mão de obra se intensificavam, Lacerda[30] foi taxativo sobre a "inaptidão dos nossos selvagens para os trabalhos penosos e prolongados. Trazidos para o meio civilizado, eles continuavam a revelar a mesma inaptidão" (Santos, 2022, p. 158).

Segundo Almeida (2019), o termo racismo estrutural foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais, à medida que demonstra que o racismo transcende o âmbito da ação individual e, ao frisar a dimensão do poder como elemento construtivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro. Dessa forma, torna-se possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional (Almeida, 2019). Ainda nesse sentido, a abolição 'inconclusiva' da escravidão foi a base para diminuir as complexidades e contradições, ao criar uma relação quase direta entre a luta pelo final do regime e a percepção da igualdade racial (Santos, 2022).

A história da formação do mercado de trabalho no Brasil revela que, se por um lado a ideologia da modernidade do país, bem como o seu progresso e crescimento não comportava a visão do pobre, sobretudo do pobre e negro, por outro lado a sociedade brasileira sempre tem convivido com a pobreza e com a desigualdade, fazendo destas uma espécie de ponto de apoio de sua reprodução (Theodoro, 2008). Segundo Theodoro (2008), no país que convive e vive da desigualdade, o negro, ao perder o lugar central no mundo do trabalho com o fim da abolição da escravatura, não deixa de exercer um papel social como prestador de serviços aos quais as classes médias recorrem ostensiva e sistematicamente.

Com base na análise histórica sobre a transição da mão de obra escravizada para o trabalho livre, e considerando as ideias de Bourdieu, a divisão de classes no Brasil se caracteriza pela cor da pele, devido à corporalidade. Segundo Silva (2018), ainda que o sujeito apresente capital econômico, a cor da pele atua como diferenciador das demais, fato que contribuiu para a segregação socioespacial. O capital simbólico, que se liga diretamente à corporalidade e que, intrinsecamente deriva do racismo, é um mecanismo de forma que a cor da pele se torna marcador social da diferença.

Segundo Jaccoud (2008, p.61), "[...] a hierarquia racial reforça os diferentes lugares na sociedade". Assim, esse mecanismo influencia na distribuição de oportunidades e lugares, atua no espaço social e, ainda, naturaliza a desigualdade social existente no território brasileiro a partir da composição racial da

[30] João Batista de Lacerda foi um antropólogo do Museu Nacional (uma das instituições mais prestigiadas do Brasil) tido como um dos cientistas brasileiros que atuaram nas últimas décadas do séc. XIX o qual acreditava que negros e índios não estavam na mesma escala evolutiva.

pobreza. É nesse sentido que a desigualdade de classe e raça se misturam e se confundem, o que faz com que cresça a invisibilidade da questão racial nos discursos. Desse modo, o racismo atua em uma relação dialética entre corporalidade, individualidade e cidadania. Segundo Silva (2018):

> (i) corporalidade, ligada a dados objetivos, relacionados à localização, à mobilidade, à como uma pessoa é vista por seu corpo; (ii) individualidade, associada a dados subjetivos relacionados à consciência do eu, do nós, do outro e dos outros no mundo; e (iii) cidadania, que envolve dados políticos e propósitos jurídicos, relacionados ao exercício e ao conhecimento dos direitos, assim como a capacidade de reivindicar seu exercício pleno (Silva, 2018, p. 76).

O racismo é alimento é retroalimentado pela desigualdade em todas as duas dimensões já que adota a ideia de incorporação universal de direitos. Dessa maneira, segundo Holston (2013), torna- se "[...] um regime entrincheirado de privilégios legalizados e desigualdades legitimadas". A desigualdade racial se conforma como um problema que se estrutura na formação social do país e, por esse motivo, todas as atividades profissionais carregam esse estigma. No âmbito da arquitetura e do urbanismo não poderia ser diferente, seja na forma como as cidades se estruturam ou até mesmo na arquitetura residencial (Pena, 2020). Circunstância que esse trabalho aborda o lugar reservado ao corpo negro, na transição de Ouro Preto e Belo Horizonte, com foco na arquitetura residencial dos primeiros anos da recém capital mineira.

3.2 O lugar do Negro em Belo Horizonte

> [...] o fim da escravidão não seria a extinção da marginalização econômica, social e política da maior parte da população. Se a República trouxe uma série de mudanças na organização do estado brasileiro, **a raça continuou sendo justificativa da segregação e da discriminação.** Outros mecanismos de exclusão foram criados (Santos, 2022, p. 185, grifo nosso).

Nesse conjunto de mudanças ocorridas no final do séc. XIX, para além da Abolição da Escravidão, um ano mais tarde, ocorre a mudança de regime político no país: de um Império, passa agora a ser denominado República. Entretanto, para Santos (2022) a história do racismo no país está diretamente relacionada com a permanência de uma estrutura social, cultural e política ao garantir a manutenção da lógica discriminatória e excludente no país. Assim, verifica-se que, mesmo com as referidas transformações, houve permanências com relação à compreensão racial do mundo de forma que a mudança de regime não significou o nascimento de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

No caso das Minas Gerais, sabe-se que houve um período áureo no séc. XVIII que acabou mudando de forma com a desaceleração do ciclo do ouro e, consequentemente, a transposição da hegemonia econômica para o estado de São Paulo, em razão da produção cafeeira. Desse modo, em se tratando de seus núcleos urbanos, a Ouro Preto do século XIX representava esse cenário de crise econômica e social por meio do esvaziamento da população, diminuição do comércio, de forma que a cidade, segundo Lima

(2015, p. 52), "[...] já não lembrava mais o importante centro político, econômico e cultural da centúria anterior, sustentando-se somente pela continuidade do seu papel como sede do poder administrativo". Ainda, para muitos viajantes que passaram pela cidade pelos oitocentos, como Richard Burton, Agostinho Francisco Paraizo e Theodomiro Alves Pereira, Ouro Preto se resumia em um lugar apenas consumidor, sem nada a produzir, de forma que era incapaz de providenciar um futuro grandioso para o estado mineiro (Lima, 2015).

Importante é salientar que à época do auge do ciclo em Minas Gerais provocou a intensificação do tráfico de escravizados – tanto do continente africano, quanto das regiões norte e nordeste do país - bem como o crescimento da imigração portuguesa (Cardoso, 2001). Assim, nesse período, a então capital Vila Rica detinha um dos maiores planteis escravistas do Brasil, com uma mão de obra significativa que, na transição para o mercado livre, ou seja, com o fim da abolição, necessitou de uma menor dependência da imigração estrangeira como vista no estado de São Paulo (Botelho, 2007b). Assim sendo, o panorama geral da então capital do estado, no período do final do séc. XIX, a maior parte da população do território era constituída por pessoas negras. Assim, segundo Silva (2018, p. 127), "[...] como o corpo negro carrega em si a marca do escravismo, Ouro Preto carrega em sua arquitetura a glória e a decadência do ouro e da monarquia, símbolos do "atraso" não desejados para uma capital da República".

É nesse sentido que se inicia a discussão gerada na cidade acerca da mudança da capital do estado para um lugar que representasse mais os ideais republicanos desse 'novo' tempo. Importante é salientar que a mudança da capital não se deu por unanimidade, já que havia dois grupos que pensava de formas distintas sobre o tema: (i) os que desejavam a mudança da capital, que se mostrava ultrapassada e defasada frente aos ideais urbanos no Ocidente; e (ii) os que acreditavam que com projetos modernizantes, Ouro Preto poderia manter o status político e ainda, garantir a sua própria sobrevivência. Entretanto, após uma série de projetos arquitetônicos e urbanísticos apresentados, que objetivavam a modernização da cidade, a decisão pela mudança foi tomada em dezembro de 1893 e assim, inicia-se um grande período sociocultural no estado de Minas, com a mudança da capital do estado para a atual Belo Horizonte (Barreto, 1996).

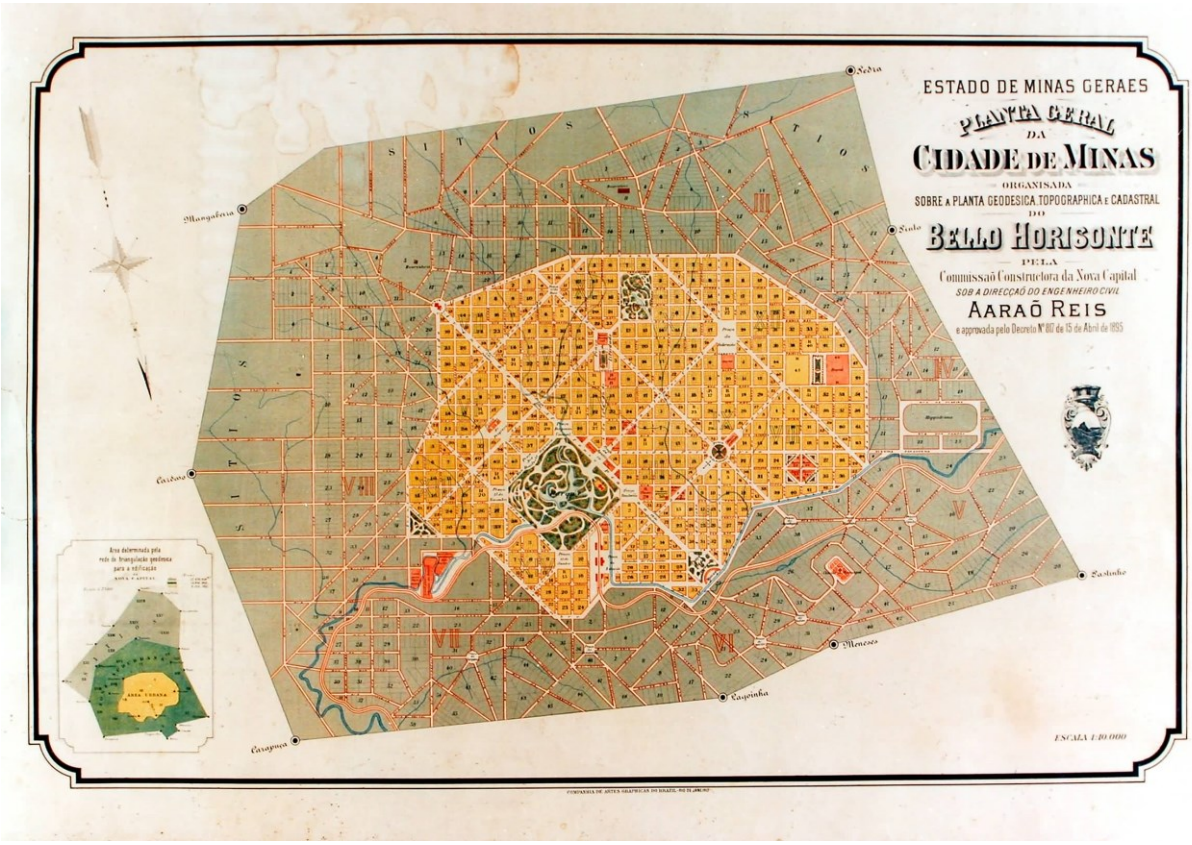
Durante o governo da república provisória, e também nos subsequentes, a inadequação de algumas cidades aos ideais republicanos fora tida como problemas a serem resolvidos. Levaram em consideração ainda as transformações socioeconômicas e políticas que provocaram mudanças fundamentais tanto na aparência, como no próprio conteúdo das cidades. Tais reformas e remodelações objetivavam planificar novas capitais que representassem os valores ideológicos e culturais da era republicana (Lemos, 2010). No caso do estado de Minas Gerais, tais remodelações se deram pela transferência da capital, chefiada pela então Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC).

A nova capital, então denominada Cidade de Minas, tornou- se um referencial que sintetizava a vontade de mudança que tomou todo o território brasileiro no final do séc. XIX. Ao responder aos anseios das elites econômicas, a cidade tinha o objetivo de unificar o Estado e, ainda, garantir o seu desenvolvimento e prosperidade (Lemos, 2010). Tais fatos não poderiam ser vislumbrados na antiga capital em parte do período colonial e imperial - local onde o sentido de atraso frente aos novos ideais era ainda o fato de o território ter sediado o principal reduto monarquista do estado (Lima, 2015). Assim, diferente do que ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo, locais onde as capitais permaneceram as do período monárquico, em Minas Gerais cria-se uma nova capital, nas palavras de Pereira (2015, p. 2), "[...] ao contrário das principais sedes administrativas do país, nascia sem a indelével marca da escravidão, que é, em geral, a via por meio da qual se faz referência à população negra".

O projeto da nova capital, elaborado pela CCNC, chefiado por Aarão Reis, pautado por uma organização funcional, estética, hierárquica e estrategicamente distribuída no espaço previa três zonas: (i) urbana, que corresponde atualmente à área central, a mais detalhada, composta por uma malha ortogonal por ruas e avenidas. Essa zona, cujo desenho é inspirado pelo urbanismo moderno, era definida por eixos hierarquizados, escalas singulares cujo traçado determinista denota ordem e coerência. Ainda, o desenho é complementado pela topografia ao criar planos escalonados e a determinação hierarquizada dos serviços, bem como a paisagem cultural, marcada pela Serra do Curral onde valores, estabilidade e forma são delineados (Lemos, 2010). Simbolizava, também, a monumentalidade, simetria e a grandiosidade que se queria ao representar a autoridade e o poder do governo na era republicana (Guimarães, 2015).

Já a (ii) zona suburbana foi desenhada com lotes de proporções maiores e um traçado mais flexível, com as ruas mais estreitas. Nessa zona, foram implantadas atividades de infraestrutura para abastecer a então zona urbana como: hipódromo, cemitério, reservatórios, casas de máquinas de esgoto e demais, pautados por preceitos higienistas. Por fim, a (iii) zona agrícola era tida como uma transição entre as demais zonas e a zona rural, cuja finalidade era abastecer a cidade com gêneros alimentícios. Essa região, posteriormente, foi adaptada a uma nova implantação, de desenvolvimento agrícola promovido pelo estado, por meio de colônias agrícolas (Pereira, 2012).

Figura 79 - Planta Geral da Cidade de Minas – em amarelo, a Zona Urbana, seccionada pela Av. do Contorno e em verde, a Zona Suburbana



Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1895.

O projeto da nova capital era inspirado pelas concepções iluministas, especialmente as francesas, tendo como grande referência as propostas do Barão Haussmann para Paris que se destaca pelas ideias higiênicas, segregacionistas e a ordem explícita da discriminação e controle social. Assim, de forma inevitável, tais características estiveram presentes no plano de Aarão Reis para a nova capital do estado por meio da definição de uma espacialização social elitista, que separava e privilegiava certos grupos, em relação a outros. Essa organização espacial e social aponta para uma discriminação social que dificulta a permanência da antiga população do arraial na Zona Urbana (Lemos, 2010). Assim, criada para ser o centro político-administrativo do estado, o projeto da nova capital se concretiza na primeira utopia urbana brasileira (Guimarães, 2015).

As primeiras contradições alicerçadas poderão ser vistas na recém-construída capital mineira por meio de sua organização social espacializada que iria se manifestar em razão da composição social inicial do território. Em 1897, quando a Cidade de Minas foi inaugurada, já existiam cerca de 500 casas particulares e cerca de 200 destinadas aos servidores públicos. A distinção social fora marcada, nesse primeiro momento, pela localização e fatores construtivos como técnicas, dimensões e materiais, bem como a estética dessas edificações, que será mais bem tratada na seção subsequente (Lemos, 2010).

O projeto de Aarão Reis refletia os anseios da sociedade à época, na busca de construir uma cidade protótipo do urbanismo mais avançado, cuja concepção seria a base e o limite da sociedade que desejava, ou seja, moderna, organizada e com funções definidas e espacialmente localizadas. A preocupação central do projeto era a concretização de uma cidade cujo processo de ocupação se orientaria por princípios da racionalidade técnica, sem levar em consideração as dinâmicas e forças sociais (Guimarães, 2015). Assim, cerca de nove anos após a abolição da escravidão e oito após a instauração da república, inaugurou-se a nova capital, marcada pelos signos da modernidade, a cidade que sobrepõe ao então Arraial Bello Horizonte, antigo Curral Del Rei (Silva, 2018). Sobre os vestígios dos antigos moradores e as ruínas do Arraial, abriram-se as ruas e avenidas principais e logo se ergueram os edifícios necessários ao aparato estatal (Botelho, 2007c).

Pereira (2019) em sua pesquisa intitulada *Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço em Belo Horizonte*, a qual toma como mote a produção do apagamento racial nas narrativas históricas e estudos sobre a cidade, relata sobre o panorama estabelecido no Arraial do Curral Del Rei antes da chegada da CCNC. Segundo a historiadora, a eliminação do Curral Del Rey implicava a eliminação do legado de populações de origem africana que, após a transição do regime de trabalho escravizado para o livre e a própria abolição da escravidão, fixaram- se no território. Esse apagamento se dava inicialmente pela espacialização, ao serem removidos do território, pelas práticas sociais e as suas representações socioculturais e políticas.

Esse território, escolhido para sediar a nova capital, foi fundado no início do século XVIII, marcado pelos resquícios da escravidão, que se dividia entre escravizados e libertos, ou seja, por corpos negros. Segundo Pereira (2019), em 1894, a população era composta por cerca de 69,75% pardos e pretos de todo o povoado. Assim, não mais voltados para a exportação de ouro, a maioria da população estava vinculada a trabalhos agrícolas de subsistência, de forma que as mudanças na economia mineira em decorrência da exploração do ouro não foram suficientes para significativas alterações na população local.

No povoado, predominavam as grandes posses, como as fazendas do Leitão, do Barreiro, do Cercado e Nogueira, cujas famílias eram proprietárias de unidades agrícolas da região. Assim, a paisagem era marcada por casas longe uma das outras, com grandes quintais e árvores frutíferas, com abundância de água nascida dos quintais e dos cursos d'água em geral. Baixos muros, grandes terrenos de pastos ou de roças, dispostos os lotes do povoado, de forma que, além das residências, havia também a presença de telheiros, horta, pomar e pátio ou terreiro (Barbosa, 2020). A Fazenda do Leitão, um dos únicos remanescentes do antigo povoado, apresentada no item 2.2.2, pela Figura 78, era composta da casa principal e ainda havia edificações de apoio ao seu redor, como celeiro, engenho, depósito e outros.

Padre Dias (1897, p. 105), em relatório sobre o cotidiano do arraial revela a convivência dos dois tempos:

“[...] casas velhas, cafuas, choupanas, ruas estreitas e tortas ... um contraste de velharias e novidade: ao pé de uma cafua de barro, coberta de capim ou zinco, eleva-se um edifício elegante e sólido”. O autor se refere ao processo, à medida que se processam as obras relacionadas à nova capital e à construção de novas edificações. Há ainda, a convivência das antigas residências. Esse fato ocorre no território, apesar de, com as desapropriações, havia a obrigação de demolição das edificações por parte dos proprietários (Barbosa, 2020).

A maioria dessas edificações, consideradas como “casas velhas, cafuas, choupanas” foram demolidas, sem registro de remuneração, como a da mulher conhecida popularmente como “Maria Papuda”, na região onde se construiu o Palácio do Governo, a atual Praça da Liberdade (Pereira, 2019). Contudo, não há levantamento acerca do programa das edificações, nem mesmo do material e ou levantamento de suas plantas; apenas por meio de fotografias da paisagem do povoado, que contrasta em muito com o projeto organizado hierarquicamente, de Aarão Reis. Na Figura 80, aparece a Rua de Sabará no primeiro plano das imagens, contrastando, aos fundos, com a construção de prédios públicos da nova capital.

Figura 80 - Vista da Rua de Sabará

Fonte: APCBH/CCNC, 1894.

Assim como desconsidera-se o sítio existente, ou seja, o que havia de infraestrutura e edificações no território, o projeto da nova capital desconsidera, também, seus antigos moradores, que foram afastados para a periferia da nova cidade. Entretanto, ao mesmo tempo em que se observa a migração desses

moradores, há o incentivo à imigração (Silva, 2018). Assim, além da população proveniente de Ouro Preto, também se observa a vinda de imigrantes estrangeiros, momento em que houve uma expansão pela vinda desses indivíduos. Vale considerar, também, a migração da população de outras cidades de Minas Gerais, bem como provenientes do Nordeste – este último, representando a maioria do contingente em busca de novas oportunidades que a cidade poderia oferecer (Botelho, 2007c).

Nesse período, observa-se uma divisão racializada além do espaço urbano – já que a população negra não teve a mesma oportunidade de acesso à terra dos imigrantes estrangeiros, que assim tiveram acesso determinado pelo Estado. Destacam-se também, as oportunidades de trabalho (Silva, 2018). Tema da seção anterior, grande número de imigrantes europeus foram empregados, na nova capital mineira, nas obras de construção da cidade e, assim, se beneficiavam do processo de constituição de colônias agrícolas entre 1898 e 1914. Entretanto, para a população negra, a maioria dos postos de trabalho eram através da informalidade, o que, segundo Pereira (2015) contribuiu para a demarcação e o não acesso a direitos.

Em síntese, para além do traçado urbano hierarquicamente projetado, marcado por ambivalências e injustiças, mais do que um simples desenho, as ruas, os bairros e as próprias edificações são impregnados de significado social (Lemos, 2024). Para Dutra (1990), no projeto de cidade republicana há a constituição de uma sociedade regida e controlada pelo princípio do trabalho, demarcada e regulada pelos princípios de cidadania que, embutida na profissão, são assim restritos ao lugar que o indivíduo ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei.

> [...] esse plano [república brasileira] era em grande parte organizado pela instituição escravista, cuja racialização determinou a vida dos cativos, os limites da liberdade de seus descendentes alforriados e, em última instância, o próprio exercício da cidadania no Brasil Império. Tudo isso num mundo em que o escravizado era sempre um não branco e que não brancos (mesmo livres) eram tidos como gente da pior qualidade (Santos, 2022, p. 185).

Cassoli (2018) relata uma série de episódios que aconteciam na então nova capital mineira, nos primeiros decênios, com relação ao trabalho desses indivíduos, marcados por olhares desconfiados de uma sociedade que acabava de sair de um longo passado escravocrata. Em seus relatos, destacam-se as profissionais do ‘lar alheio’ e suas relações familiares que, ao problematizar as vivências das mulheres afrodescendentes, no pós-abolição, dedicaram- se aos serviços domésticos. Esse processo inclui a formação do mercado de trabalho livre no Brasil.

Anteriormente, Cowling (2012), em trabalho acerca do fundo de emancipação, gênero, abolição e os diferentes significados da liberdade feminina na corte imperial, discorre acerca do papel social de mulheres recém-libertas nos anos de 1880. Na percepção das elites, essas mulheres estavam marcadas pela negação do trabalho, a incapacidade de lidar com a liberdade e a ausência de hábitos familiares.

Para Santos (2022), esse pensamento partia do princípio da subalternidade dessas mulheres, vistas apenas como reprodutoras e de uma exclusão sistêmica com relação ao seu trabalho.

Então, essa ausência de hábitos familiares era vista como a principal responsável pela inviabilização e a transmissão dos bons hábitos familiares de mulheres afrodescendentes. Por essa lógica de pensamento, elas deveriam receber uma educação pautada pelos valores morais, definidos pelas elites consumidoras desse serviço, com o intuito de atender a dois objetivos: (i) a continuidade do serviço doméstico advindo do período escravista e (ii) a formação moral das mães dos futuros cidadãos (Cassoli, 2018). Dessa forma, o controle sobre o trabalho e os corpos femininos não se limitava a este espaço de forma que a educação do recém-liberto para o trabalho norteou as ações do Estado em prol da necessidade da formação do trabalhador/cidadão (Cowling, 2012).

Dentre essas ações, destaca-se o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial do Estado, realizado em Belo Horizonte, em 1903, cujo objetivo era educar o trabalhador mineiro pela reelaboração da noção de trabalho e de formação do cidadão para a República. Percebe-se, então, a vinculação entre a formação do trabalhador e a formação do cidadão por meio de vestígios da escravidão no mundo do trabalho. Nesse sentido, buscava-se encontrar um caminho eficiente que abandonasse a concepção de degradação do trabalho e indisciplina, tidos como herança da escravidão, a partir de uma concepção de trabalho assalariado (Cassoli, 2018). Para Cowling (2012), o congresso utilizou do próprio conceito racializado de gênero e de cidadania ao projetar em mulheres afrodescendentes apenas duas funções: (i) criadas domésticas ou (ii) mães de família, título esse geralmente reservado a mulheres de elite.

É nesse sentido que se destaca o serviço doméstico exercido por mulheres afrodescendentes nas primeiras décadas de Belo Horizonte. Esse serviço, que transita entre o mundo da escravidão, aparece agora no mundo do trabalho livre como base nas relações de trabalho na qual novos parâmetros de hierarquia social se formavam. Apesar de não haver registros oficiais desse serviço, as posturas municipais dos primeiros anos da capital pontuam certa preocupação com a organização do espaço, a higiene, o sanitarismo e a mendicância. Esse ofício vai aparecer nos autos policiais, como os apresentados por Cassoli (2018), em meio a um mosaico dessas novas/velhas relações de trabalho, como pode ser visto no depoimento a seguir, de Maria Antônia[31], investigada por acusação de infanticídio em 1906, na capital:

> [disse a testemunha] que a primeira casa onde esteve empregada foi a do italiano José Mário, perto da farmácia Magalhães, onde esteve quase sete meses, dali saiu para a

[31] Maria Antônia da Costa era uma mulher afrodescendente de 18 anos e solteira. Em 1906 foi acusada de infanticídio, por via pública, chegando ao redator do jornal de Minas Gerais e da polícia. Sua mãe, Senhorinha da Costa, era natural de Santa Quitéria, viúva de Miguel Soares Bahia e residia no bairro Barro Preto. Ambas trabalhavam como lavadeiras e cozinheiras. Haviam se mudado para a capital um ano antes do episódio (Cassoli, 2018).

> casa da viúva Camargos, à rua Claudio Manoel, onde lavou roupa durante um mês, em seguida esteve substituindo sua mãe que estava doente e era empregada na casa da viúva Camargos e do Sr. Arthur Felicíssimo, esteve empregada cinco dias em casa do Dr. Affonso Penna Junior, tendo então adoecido escarrando sangue e tendo se tratado em casa quase um mês. Declarou que da casa do Sr. Arthur Felicíssimo passou a empregada na casa quase um mês do Sr. João de Miranda onde esperou apenas cinco dias a chegada de outra empregada que veio de Morro Velho (...) da casa do Dr. João de Miranda esteve três meses lavando roupa e empregada na fábrica de meias do Calafate; que do Calafate passou de novo a empregada em casa do Dr. Arthur Felicíssimo, onde esteve três meses (...) antes de se empregar em casa do Dr. Affonso Penna esteve mais de um mês lavando roupa em casa do Dr. Carvalho de Britto, onde entrava de manhã cedo e saía à tarde, sempre em companhia do pupilo de sua mãe, Francisco da Cunha (Cassoli, 2018, p. 8).

Por meio do relato é possível vislumbrar os seus espaços de circulação pela nova capital. Em se tratando de fluxos, a acusada residia no Barro Preto - criado em 1900 quando se inicia a concessão de lotes gratuitos a operários, denominado 8ª seção suburbana – e se deslocava para a então zona urbana da capital. Rua Cláudio Manoel, próximo à Praça da Liberdade, Avenida Amazonas (residência de Arthur Felicíssimo) e rua dos Aimorés (residência de Affonso Penna Júnior) tinham uma característica em comum: estavam todas localizadas na zona urbana da capital, espaço hierarquizado onde residiam apenas pessoas de destaque social e político na capital mineira. E o fato de ela ter mencionado tais localidades em seu testemunho corroboram com o fato de as posturas municipais exigirem 'atestados de idoneidade fiscal e moral', ou seja, requisitos de moralidade e honestidade esperados dessas mulheres (Cassoli, 2018).

O outro caso apresentado por Cassoli (2018) refere-se a Virgínia, mulher afrodescendente que prestava serviços domésticos na casa de Luis Silva Bicalho, acusada de roubar joias. A historiadora ressalta que Virgínia fazia parte de um grande número de mulheres que foram trazidas da antiga capital para a nova sede do governo, juntamente com os seus 'patrões' para atender às necessidades de suas famílias. Ela residia no morro da Estação (também identificado como Alto da Favela) já que, para essas mulheres, residir no mesmo local de trabalho, após o fim da abolição, teria um significado mais amplo. Para Cowling (2015, p. 159), "[...] quando os escravos atingiam a liberdade, eles procuravam sair da casa do ex-senhor, se fosse possível, adotando arranjos de moradia que os ajudassem a aliviar a pobreza e a marginalização social".

Por fim, Cassoli (2016) apresenta o caso de Anna, mulher afrodescendente, empregada doméstica na casa de Marçal Benigno, então Chefe de Seção da Agricultura, acusada de ter encontros com um soldado do 5° Batalhão e, por isso, ser necessário constatar sua "donzelidade"[32]. Esta é mais uma prova acerca de como diferentes liberdades, moralidade e modelos eram pretendidos para a honestidade feminina de

[32] Donzelidade é a condição atribuída à mulher jovem considerada virgem, associada à pureza, recato e submissão, usada historicamente como mecanismo de controle moral e social sobre os corpos femininos.

tais mulheres. Segundo o depoimento do chefe de seção:

> É fato que o soldado a desencaminhou por tal forma que ela já não tinha calma para cumprir as obrigações do emprego e até já saltava janelas para ir ter com ele. É fato, também, que, por duas vezes minha mulher encontrou a porta do **quarto da empregada** destramelada durante a noite, não sabendo nós outros se isso era mera distração ou se combinação para que ele viesse a dormir com ela mais tarde. Ela deve ser submetida a exame médico, para se constatar a sua donzelidade [sic] ou não (Cassoli, 2016, p. 23, grifo nosso).

Sendo assim, era preferível que essas mulheres estivessem empregadas, de forma a residir no local, com o intuito de garantir a vigilância pública ao limitar que elas circulassem no espaço urbano. O trânsito em via pública, pela cidade, era tido pelas elites como um grande facilitador para a subversão e próprio do controle que os patrões queriam exercer sobre o corpo e a vida dessas mulheres. Assim, segundo Cassoli (2016), a vigilância pública e a privada se complementavam e, na maioria das vezes, uniam-se com o objetivo de controle.

Entende-se que, apesar das mudanças ocorridas nesse periodo de transição de dois longínquos regimes – escravidão e império –, certas permanências determinam linhas de continuidade entre a escravidão e a liberdade. Estas, não foram drasticamente rompidas nas primeiras gerações de libertos de forma que o maior desafio enfrentado por essas mulheres foi o de se movimentarem, segundo Cassoli (2018, p. 15), nos "[...] estreitos espaços delimitados pelos projetos de formação do trabalhador/cidadão, da precária cidadania republicana e de construírem a sua própria liberdade".

O capítulo abaixo trata de analisar as aqui denominadas 'arquiteturas da modernidade": um conjunto de arquiteturas, por meio de projetos de arquitetura residencial dos primeiros decênios da capital mineira. Pretende-se analisar esses materiais com relação aos materiais de acabamentos, fluxos, fator de inserção de terrenos, localização, dentre outros. Com isso, pretende-se entender como os conceitos de liberdade, movimento e controle dos corpos, desenvolvido nesse item, foi exercido nessas espacialidades, e quem foram os agentes responsáveis e/ou legitimadores dessas ações.

3.3 Arquiteturas da modernidade

A modernização mineira, por meio do projeto da nova capital em substituição do Arraial Bello Horizonte, para Pereira (2019), guardava a particularidade de não romper por completo com a tradição da América Portuguesa, já que, efetivamente, não se distanciava dos valores político-ideológicos que sustentavam a dinâmica de uma sociedade de base escravista. Não há, pois, uma contradição entre a destruição do antigo Curral Del Rey para a construção da nova capital, nem mesmo às remodelações do espaço que a sucederam. Segundo Angotti-Salgueiro (1987), as desapropriações de casas e o consequente desterro dos habitantes que ali viviam, para dar lugar aos funcionários que chegam, constituiu um dos grandes agentes dessa remodelação.

Em documentos analisados do período, há relatos de mais de 400 propriedades que foram desapropriadas em um primeiro momento, de forma que essas pessoas, em sua maioria negras, foram forçadas a emigrar em um curto espaço de tempo, abandonar seus lares, plantações, hábitos e costumes. Essa é a primeira etapa da alteração da paisagem, que se transforma com a destruição dos antigos domicílios – considerados fora do padrão pretendido pela modernização - o primeiro passo para a organização capitalista urbana que planejava moradias setorizadas (Angotti-Salgueiro, 1987). Apesar de essas desapropriações terem sido devidamente remuneradas aos antigos proprietários de bens imóveis, algumas delas foram imediatamente ocupadas pelas famílias dos membros da CCNC, enquanto que a população que ali residia se acomodava em barracões e cafuas (Pereira, 2019).

> [...] milhares de pessoas abruptamente encheram o arraial demolindo tudo que lhes apontasse o chefe, fosse uma tapera ou um templo, conscientes de que estavam assentando o alicerce do progresso... e orgulhosos por isso (...) foi uma cena triste o êxodo dos habitantes, a maior parte mudando-se para as circunjacências do arraial e outros para outras terras (Angotti-Salgueiro, 1987, p. 110).

As desapropriações e a mudança da paisagem faziam parte do conjunto de remodelações da nova capital por meio do rompimento da ligação física entre o habitat e o trabalho, ou seja, pela demarcação funcional das edificações no projeto da nova cidade (Angotti-Salgueiro, 1987). Com relação a essa interferência da CCNC no campo da arquitetura, para além do traçado urbano, cita-se a Lei n° 03, de 1893, que fixa o lugar em que deve ser construída a Capital do Estado. O artigo 2 da referida legislação, em seu terceiro item, autoriza o governo a "[...] estabelecer em regulamento os planos, condições higiênicas e arquitetônicas que devem presidir as edificações, assim como o tempo e o modo das concessões" (Minas Gerais, 1893). Portanto, legitima-se essa interferência, ou seja, a chancela governamental na propriedade privada, ao orientar o projeto da cidade moderna (Guimarães, 2015).

Tal modernização também era representada pela própria CCNC, composta de especialistas, cujas ações pautavam pela racionalidade e o saber técnico. Nesse sentido, havia certa legitimidade pela escolha de um poder executivo forte, centralizador e moderno, capaz de ser assim visto como os agentes planejadores da capital e, ao mesmo tempo, modernizantes da máquina burocrática brasileira (Guimarães, 2015). Conforme mencionado no item 3.1, tal articulação pode ser vista como uma reedificação das ideias da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade), ao partir do pressuposto de que havia um limite evidente dessa liberdade, já que foram pensadas por e para um grupo específico e previamente estabelecido de indivíduos – em suma, homens brancos – assim como os integrantes da CCNC (Santos, 2022). A autora ainda reitera que essa igualdade era entre iguais - de homens brancos e seus descendentes diretos - assim como a liberdade.

A concepção do projeto que se baseava na crença do poder e no domínio da racionalidade técnico-científica sobre a realidade social, julgava ser possível impor um estilo arquitetônico e um traçado urbano, e principalmente, uma dinâmica específica ao espaço (Guimarães, 2015). Destaca-se a

legitimação dos técnicos - engenheiros e arquitetos - ao se configurarem como atores responsáveis pelos aspectos modernizantes do projeto, bem como pela novidade urbanística, características de ordenação do espaço e introdução de novidades tecnológicas. O projeto urbanístico da nova capital e os projetos das residências se conformam como uma exposição clara de interesses e o início de uma operação sobre a realidade espacial (Magalhães, 1989).

A imagem abaixo, denominada nos arquivos da CCNC apenas como ‘Casa 176’, mostra uma das casas do antigo arraial com parte da equipe técnica à frente e uma mulher negra ao fundo da cena. Musa (2022), em trabalho ímpar que buscou se aprofundar nos registros fotográficos da construção da cidade planejada e da anti-cidade criada pelos engenheiros, discorre:

> [...] É o que a presença de Dona Silveira nos mostra. Suas mãos prepararam os alimentos que nutriram os engenheiros e seus familiares. Se Belo Horizonte dependeu da existência deles, a vida deles dependeu do sustento preparado por ela. Ela que aparece à porta – seria a da cozinha? – com os pés descalços e o olhar que escapou do fotógrafo. Passa por cima daquele que está ao seu lado e alcança um ponto não fotografado da imagem, para quem, o quê, onde ela olha? Ela não está à sombra deles, não foi capturada por eles. Dona Silveira pode ter escolhido estar ali, ou agora aqui entre nós. Ela escolheu a posição do braço, soltou o pé esquerdo para fora do degrau, encostou no marco da porta, esboçou o sorriso e olhou para o lado de fora da câmera, do fotógrafo e da fotografia. O corpo é o habitat dessa mulher, a partir dele, ela negocia sua presença. Um olhar, um passo para frente, para o lado, um leve esboço de expressão no rosto pode mudar a configuração de um espaço e a narrativa de um tempo (Musa, 2022, p. 128).

Figura 81 – Casa n° 176 Arraial de Belo Horizonte

Fonte: Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas, entre 1895 e 1896.

Assim, pautados pela interferência no âmbito privado, ou seja, na organização espacial das residências, quando os funcionários e os proprietários de imóveis em Ouro Preto receberam seus lotes, eram obrigados a realizar a construção dentro das exigências relacionadas às futuras construções da nova capital, seguindo o mesmo estilo arquitetônico. As exigências também eram dadas a alguns antigos moradores do arraial, que ganharam novos lotes em razão das desapropriações (Santos, 2011). Sendo assim, as reformas ocorridas na capital, assim como em outras localidades desse período, enunciavam propostas inéditas de relações sociais que exigiriam cidades e edificações tidas como 'adequadas'. Estas seriam tão expressivas que, nas palavras de Santos (1982, p. 35), "[...] induziriam, pela própria forma e disposição, a inovação no trabalho, na família, na religião e no lazer".

Acrescenta-se que, essas exigências também contribuíram para a uniformidade da paisagem urbana na cidade, de forma que, segundo Lemos (1998), havia a intenção de se estabelecer um novo *modus vivendi* e, nesta dinâmica, o papel do urbanismo e da arquitetura seriam de suma importância. Dentre uma série de projetos ora apresentados pela Comissão Construtora da Nova Capital, estavam listados também projetos de sete tipos de casas para residências dos funcionários públicos da capital. Elencados na exposição de Aarão Reis para o então Presidente do Estado – Crispim Jacques Bias Fortes – em 1895,

esses projetos vão influenciar todas as subsequentes edificações no território naquele período (Magalhães, 1989).

Figura 82 - Casas de funcionários públicos

Fonte: Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas, 1896.

Ao considerar a planificação distributiva dessas edificações, o estado vai privilegiar o lugar de moradia de determinadas classes em detrimento de outras, destinadas aos funcionários públicos, que foram obrigados a se transferirem de Ouro Preto. A diferença era imposta a partir do tamanho das residências, de modo que destinavam-se casas maiores aos funcionários de mais alto cargo, e as menores àqueles que tinham funções entendidas como “menos qualificadas” (Silva, 2018). Tais imóveis foram divididos em seis categorias. O tipo ‘A’ era destinado a funcionários de menor graduação e as do tipo ‘F’ para os secretários e desembargadores (Lemos, 2010).

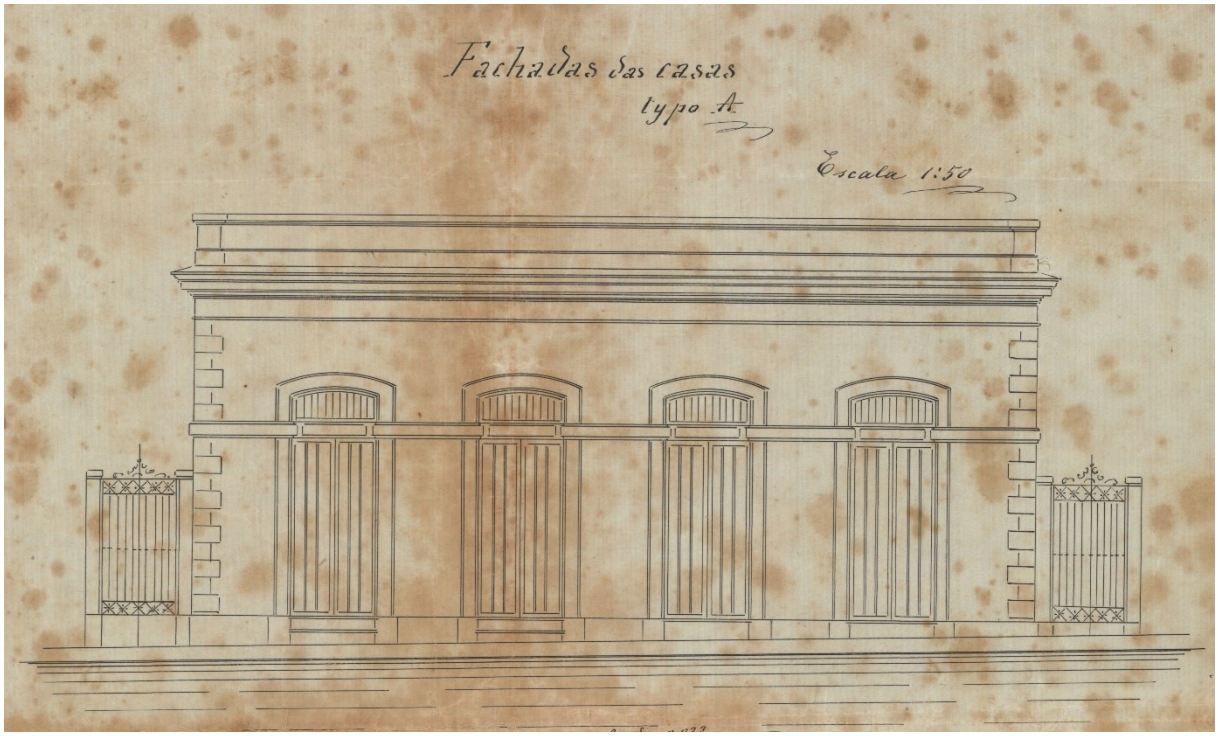
Identificados pelas letras A, B, C, D, E e F, apresentavam certas diferenças, que envolviam ainda características de implantação, materiais e outros elementos, mas seguiam a mesma lógica tipológica. Essas novas edificações apresentavam algumas características fundamentais que corrompiam certos aspectos nas habitações existentes no antigo arraial. Dessa forma, essas casas-tipo transcendem a demanda da habitação dos funcionários públicos do estado, já que serviram para divulgar os preceitos orientadores da paisagem da nova capital (Santos, 2011). A discriminação social, também, estava presente, explicitada nesse processo pela localização, técnicas, dimensões, materiais e pela estética

propriamente dita (Lemos, 2010). Como descreve a autora,

> O enquadramento da casa tipo A era o mais simples, possuindo, na fachada frontal, apenas uma ou duas janelas. Já a casa tipo B tinha um enquadramento mais amplo, possuindo duas ou três janelas frontais e porão baixo. A casa tipo C possuía três ou quatro janelas, sendo duas delas geminadas, e, além do porão baixo, já apresentava também uma pequena varanda. A casa tipo D possuía quatro ou mais janelas e apresentava varanda ampla, em geral ocupando uma das fachadas laterais; seu porão passa ser habitável, podendo ser utilizado como área funcional da residência. A casa tipo E era considerada um palacete, tendo dois pavimentos, com varanda totalmente incorporada à plástica do prédio. Finalmente, a casa tipo F, ainda mais ampla que a anterior, ocupava um terreno de área bem maior (Lemos, 1998, p.107).

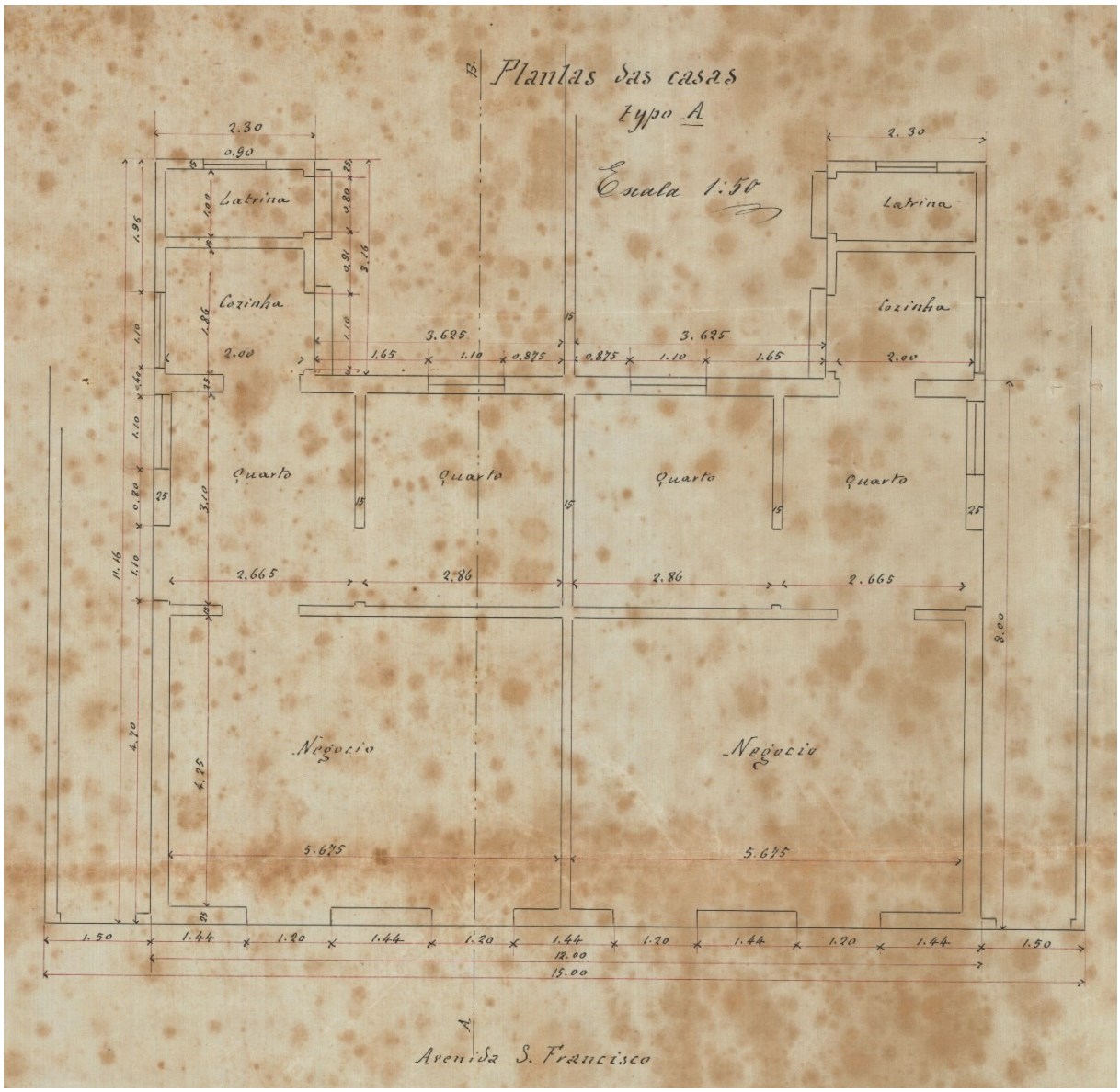
Assim, nas primeiras décadas do século XX, observa-se a continuidade de uma lógica estabelecida pelo urbanismo como regente de todos os níveis da organização do espaço. Essa organização não seria diferente na arquitetura residencial, já que são mantidas as características da volumetria, a escala e a própria temática, e a alteração se restringia apenas ao tratamento estilístico das formas. Mudam-se de lugar as coisas, bem como as pessoas, com a mudança da capital, e isso interfere nas relações ali estabelecidas assim como no espaço, no âmbito individual e coletivo (Magalhães, 1989). Surge então um novo conceito, corporificado pelo reordenamento da luz e da matéria, que influenciava vontades, comportamentos e novos caminhos sensoriais.

Figura 83 - Fachada do projeto tipo A



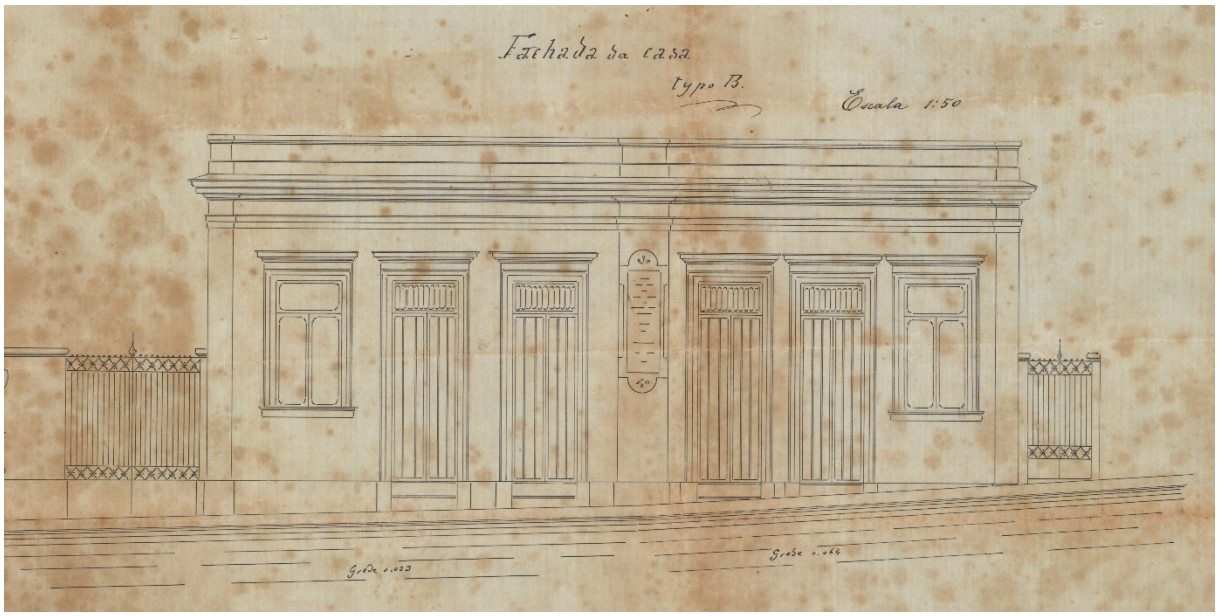
Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Figura 84 - Planta baixa do projeto tipo A



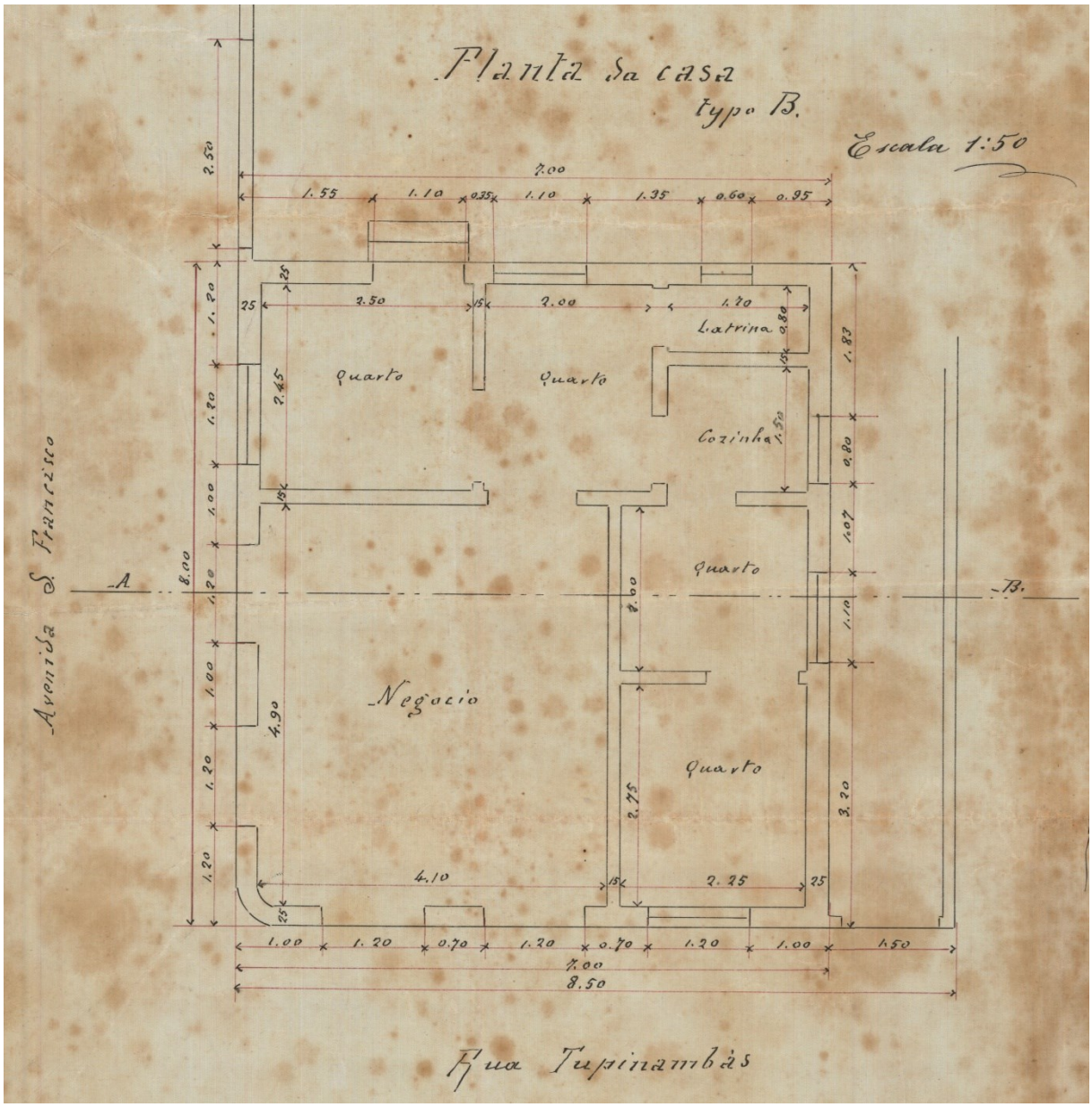
Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Figura 85 - Fachada do projeto tipo B



Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Figura 86 - Planta baixa do projeto tipo B

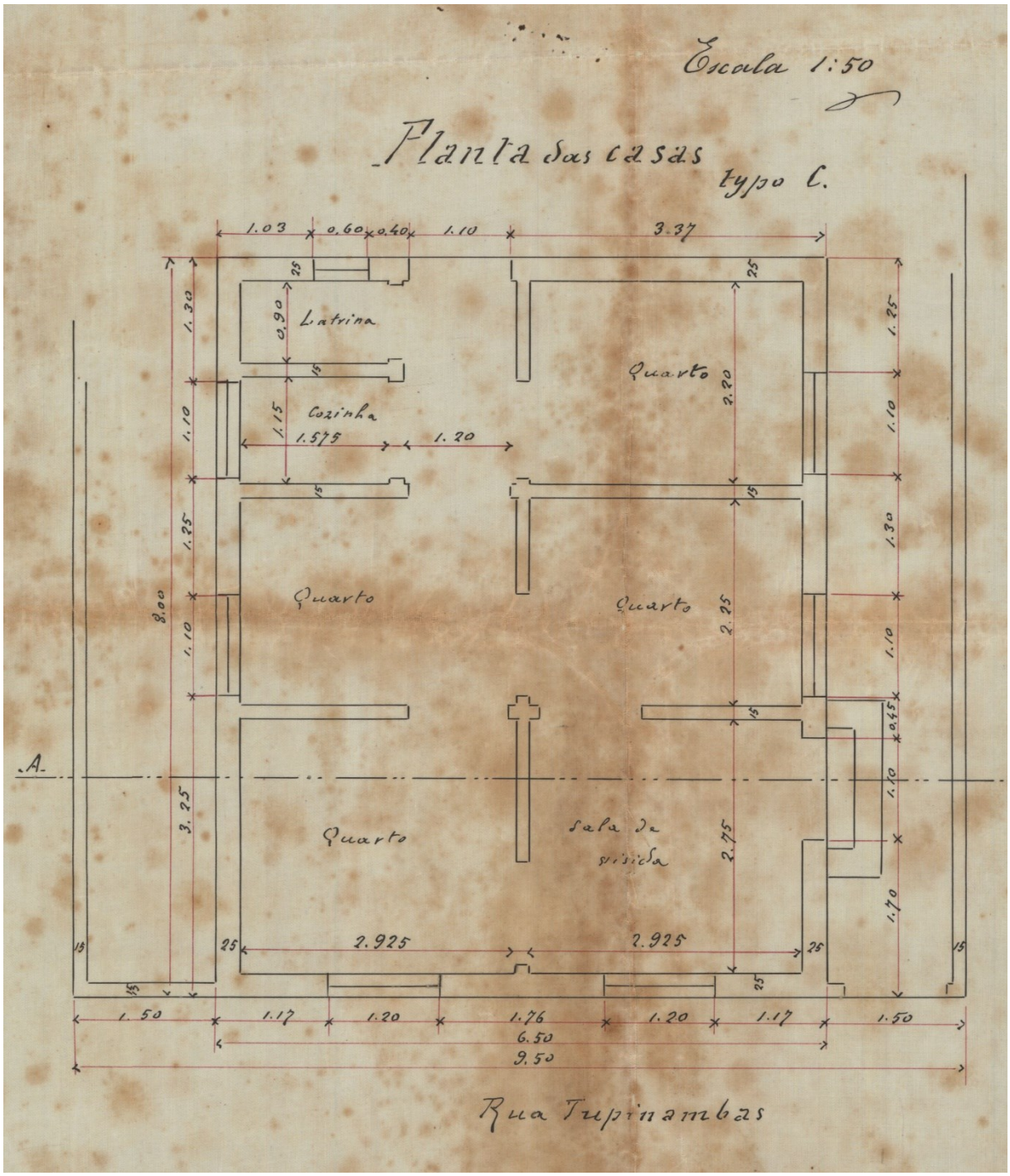


Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Figura 87 - Fachada do projeto tipo C

Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Figura 88 - Planta baixa do projeto tipo C



Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

As casas-tipo da CCNC desempenharam um papel central na definição do padrão habitacional nas primeiras décadas do século XX em Belo Horizonte, ao refletirem tanto as transformações nas relações sociais quanto nas configurações espaciais da nova capital. A padronização promovida pela CCNC influenciou a produção arquitetônica residencial como um todo e se mostrou um dos mecanismos pelos quais as relações de poder se consolidaram na paisagem urbana. Compreende-se que a definição dos projetos habitacionais ora ali apresentados se configurou como uma das estratégias institucionalizadas

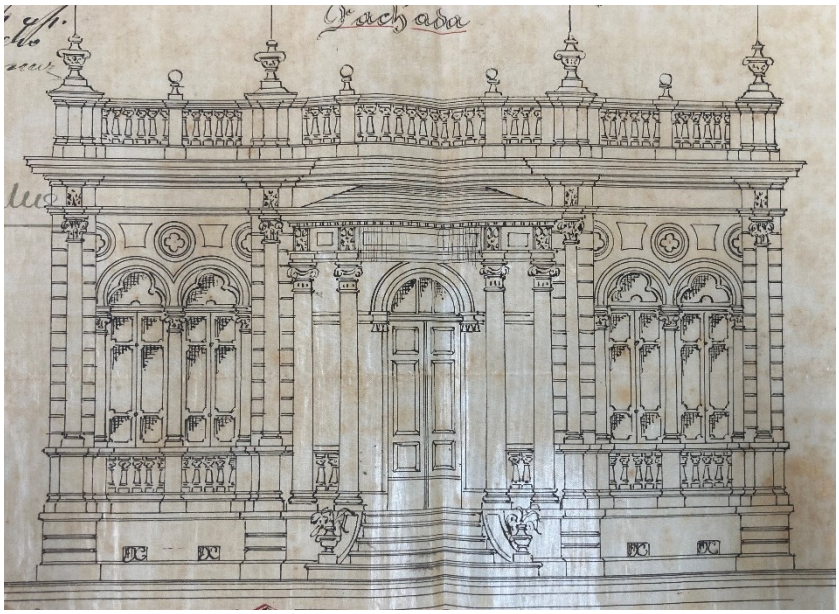
na produção do espaço.

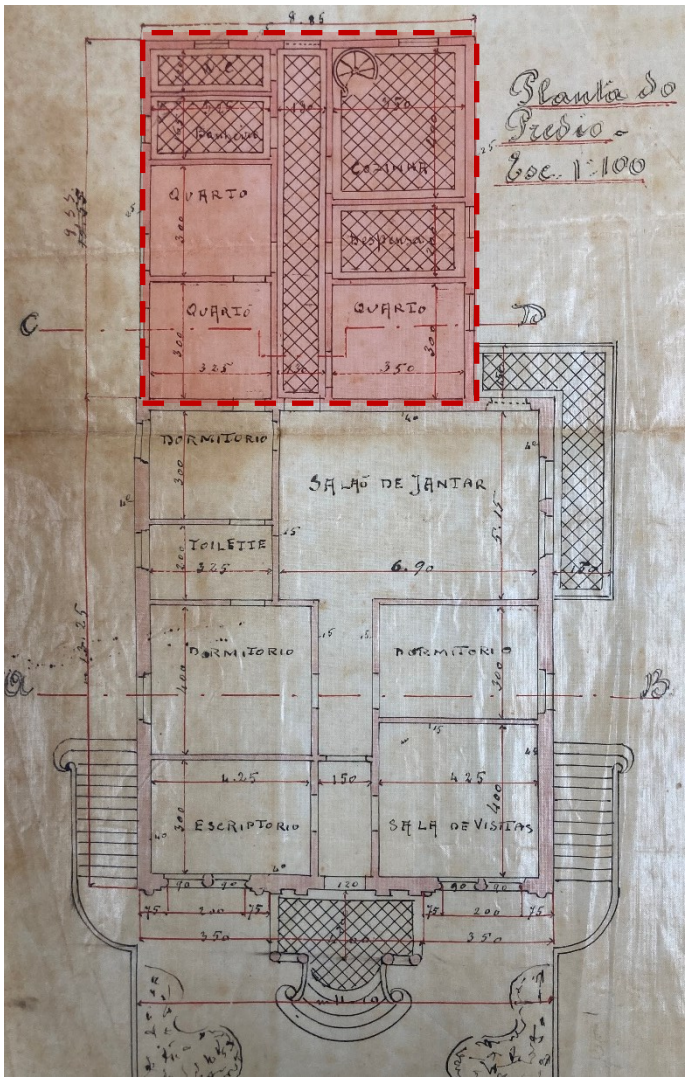
Os projetos foram feitos sob os novos princípios de salubridade, higiene e conforto, vigentes no período, de forma que a maioria das casas apresentavam características semelhantes. Em suma, contavam com apenas um pavimento, com um porão alto, ventilado por pequenas aberturas gradeadas voltadas para a rua. O porão criava a demanda de uma escada de acesso ao primeiro pavimento, elemento que contribuía para reforçar a posição de destaque da edificação com relação ao porão e também em relação à própria via pública (Santos, 2011). Nos tipos mais abastados, os tipos 'E' e 'F', o porão possuía altura suficiente para ser habitável, segundo Lemos (1998), de forma que o tornava apto para sediar a área funcional da residência.

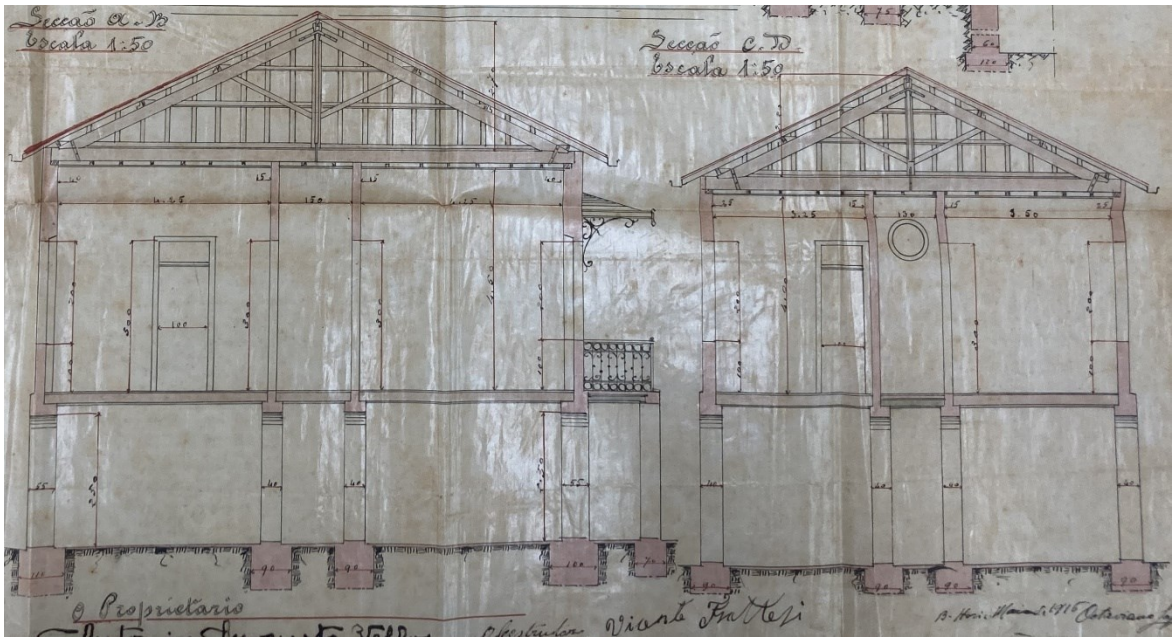
Esse é o caso da edificação localizada na Rua Bernardo Guimarães, n° 1200 (ainda existente), cujo projeto de Octaviano Lapertosa, data de 1916. De acordo com os cânones do ecletismo, vigentes na paisagem cultural, pode-se notar o predomínio das técnicas e composição de inspiração neoclássica. A edificação, como pode ser visto na Figura 89, é recuada do alinhamento da rua, com um pórtico na entrada, o qual estabelece a transição entre a via pública e a residência. A entrada à edificação se dá pela fachada principal, pela porta principal de acesso, ladeada por duas janelas de cada lado. Pela planta da edificação há vestíbulo de entrada, com escritório e sala de visitas setorizada dos demais cômodos da edificação por uma porta. Essa zona é seguida por um corredor central circundado por dormitórios, *toilette* e salão de jantar, que também é setorizada. Aos fundos, há quartos, despensa, banheiro e cozinha. Esta última possui circulação vertical helicoidal que dá acesso ao porão, habitável.

Os desenhos técnicos encontrados não nos deixam pistas dos cômodos e/ou atividades exercidas no porão da edificação, já que não há planta deste pavimento. Entretanto, nota-se que a edificação possui duas escadas nas laterais, que também dão acesso a esse nível da edificação. A edificação apresenta ainda alpendre lateral, acessada pelo salão de jantar, coberto por madeira e telha em colunas de ferro.

Figura 89 – Plantas, cortes e fachada da edificação na Rua Bernardo Guimarães, 1200 em 1916







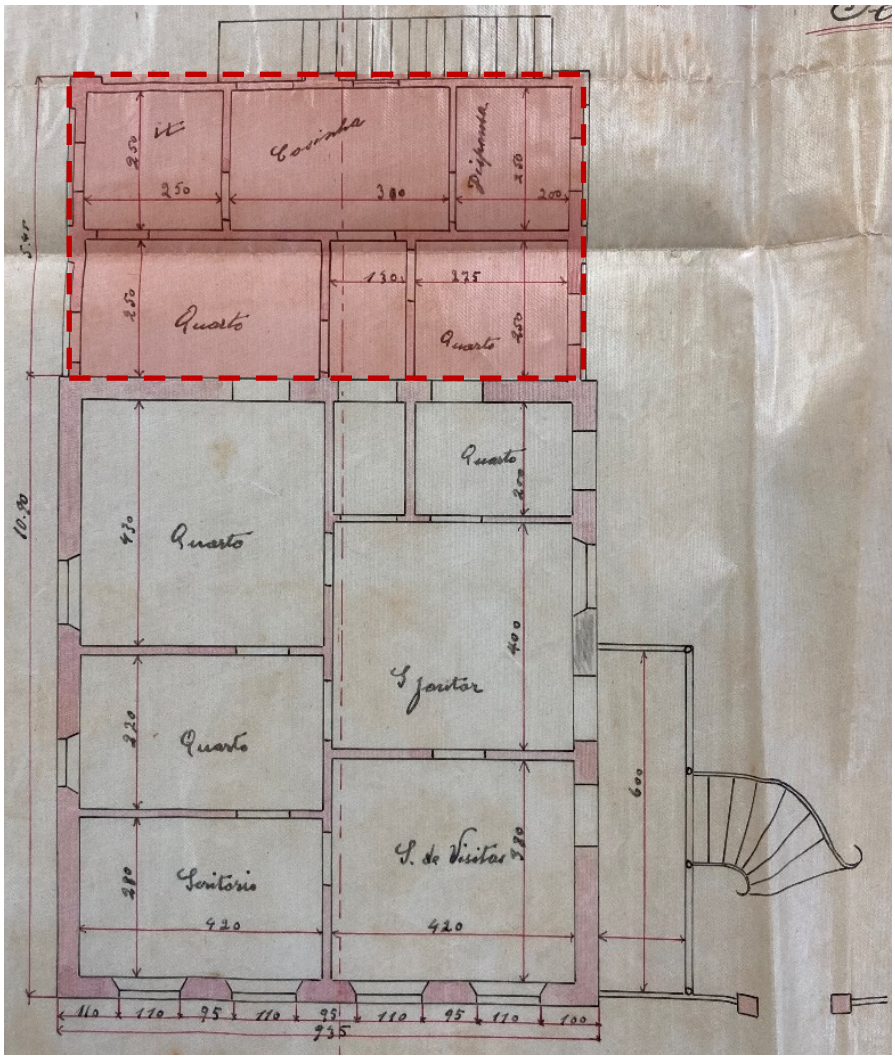
Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

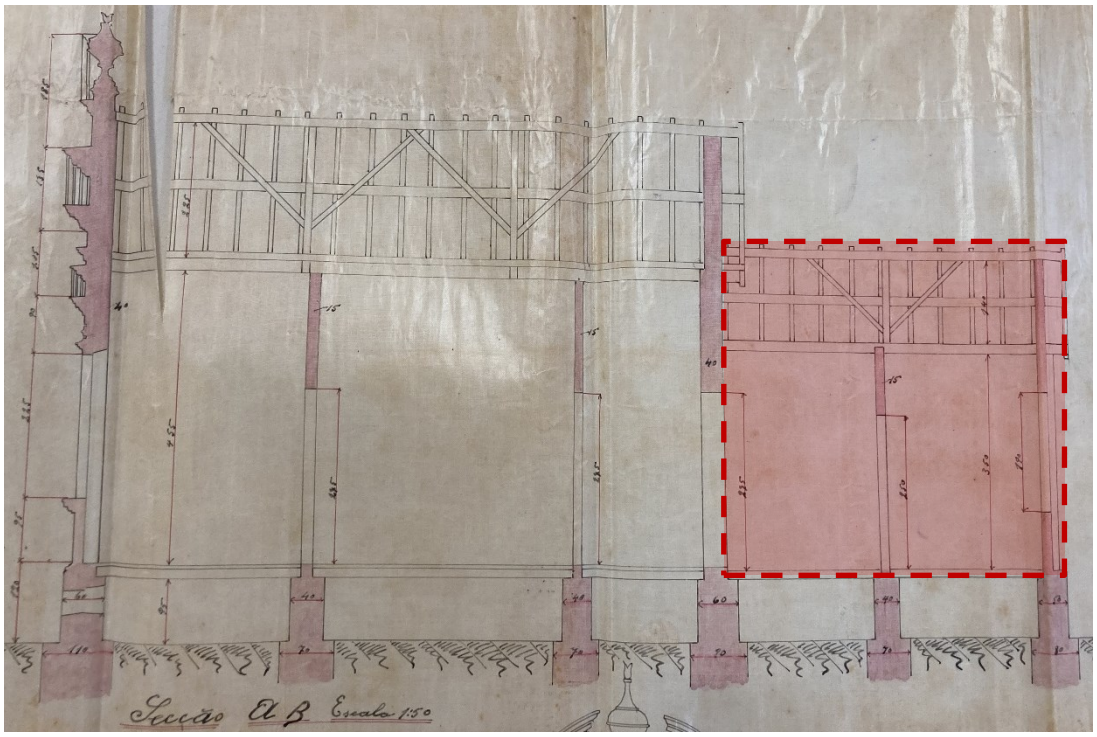
Também são encontradas diversas edificações em que a implantação era realizada no alinhamento da rua, com um afastamento lateral onde se instalava a entrada principal - quando as edificações possuíam alpendre lateral. A fachada, elemento primordial das edificações, serve como a comunicação da residência com os transeuntes e contribuía de forma significativa como recurso visual ao evidenciar as posses da família, bem como a posição social de seu proprietário (Santos, 2011). De ornamentação diferenciada e sofisticada, contava com elementos de diferentes referências, de várias ordens, bem como a data da construção e as iniciais do proprietário em alguns casos.

> Enquanto os interesses do poder se fazem valer concretamente através da ação sobre o espaço, da disposição material da cidade, da construção da sua imagem material – o espaço que faz, que persuade via sensorialidade -, valores impostados e abstratos serão explicitados através da representação, da disposição simbólica, da construção da sua imagem formal – o espaço que fala, que persuade via consciência, servindo de ponto de venda da excelência do regime (Magalhães, 1989, p. 149).

Um exemplar desse modelo trata-se da edificação localizada na Avenida Afonso Pena, n°1954, cujo projeto de João Morandi, é datado de 1908. A edificação projetada em um pavimento conta com acesso lateral, por alpendre, assim como diversas outras desse período. É possível adentrar na edificação tanto pela sala de visitas, que dá acesso ao escritório, na faixa fronteira da edificação, quanto pela sala de jantar. Esta é ladeada por quartos e um corredor central que a liga diretamente com outra parte da edificação, setorizada por uma camada espessa de alvenaria. Essa outra parte é composta por dois quartos, despensa, cozinha e banheiro – que só pode ser acessado pela cozinha, sem comunicação com os demais cômodos. Possui ainda pé direito cerca de 1m menor que o restante da edificação. Salienta-se que a cozinha possui, ainda, acesso aos fundos, por uma escada.

Figura 90 – Fachada, planta e corte da edificação na Avenida Afonso Pena, 1954 em 1908



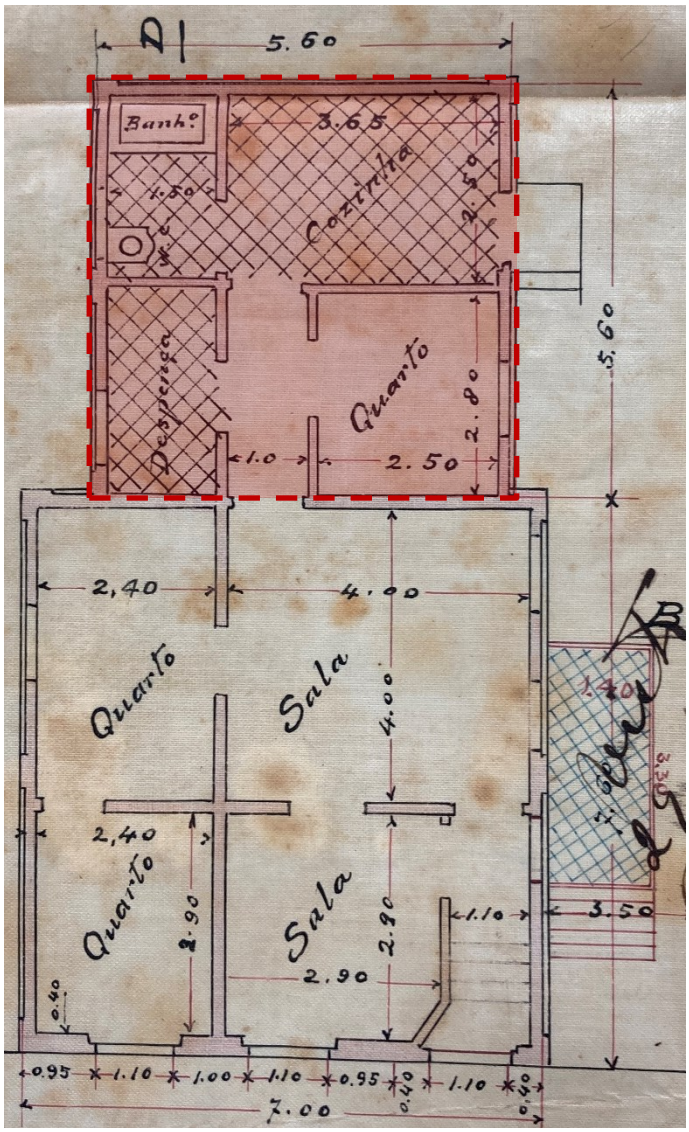


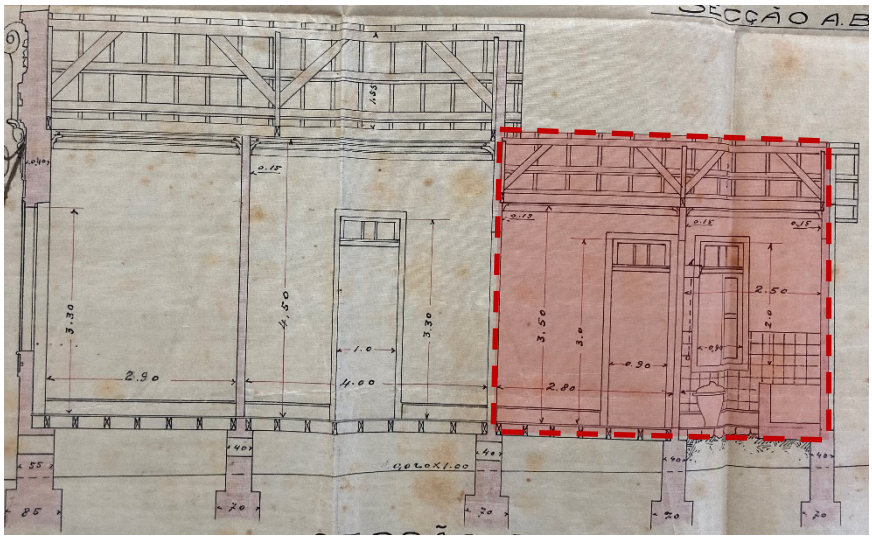
Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

A influência das casas-tipo fez-se sentir também em diversas questões, seja na disposição dos cômodos, nos acessos à edificação seja na distribuição dos fluxos. Nesse sentido, destaca-se a distribuição dos cômodos que, devido à influência dos projetos das casas-tipo, vai moldar os demais projetos ao se tratar de organização interna. Ainda prevalecia a divisão tradicional nos três setores: de receber, de estar/íntima e de serviço (Santos, 2011). A edificação localizada na Rua Espírito Santo, n°1481, sem autoria, projetada inicialmente em 1917, evidencia a questão.

O projeto inicial da edificação previa a entrada na fachada frontal da edificação, que daria acesso à sala circundada pelos quartos. Em seguida, ligada por uma circulação central seria possível acessar a outra parte da edificação, deslocada da cobertura principal (pé direito mais baixo), que inclui quarto, despensa, banheiro e cozinha – esta última, com acesso à lateral da edificação, de forma que poderia ser acessada sem passar pelos demais cômodos da residência. Essa espacialidade confirma o disposto por Angotti-Salgueiro (1987, p. 124), ao notar que os cômodos da cozinha, despensa e instalações sanitárias eram frequentemente deslocados para um puxado, com pé direito mais baixo que os 4,5m usuais do restante da edificação, enquanto que “[...] nos fundos, espichavam-se beirais largos, varandas rurais e pomares, muitas vezes em franco desacordo com o formalismo e requinte das fachadas”.

Figura 91 - Plantas, cortes e fachada da edificação na Rua Espírito Santo, 1481 em 1917.



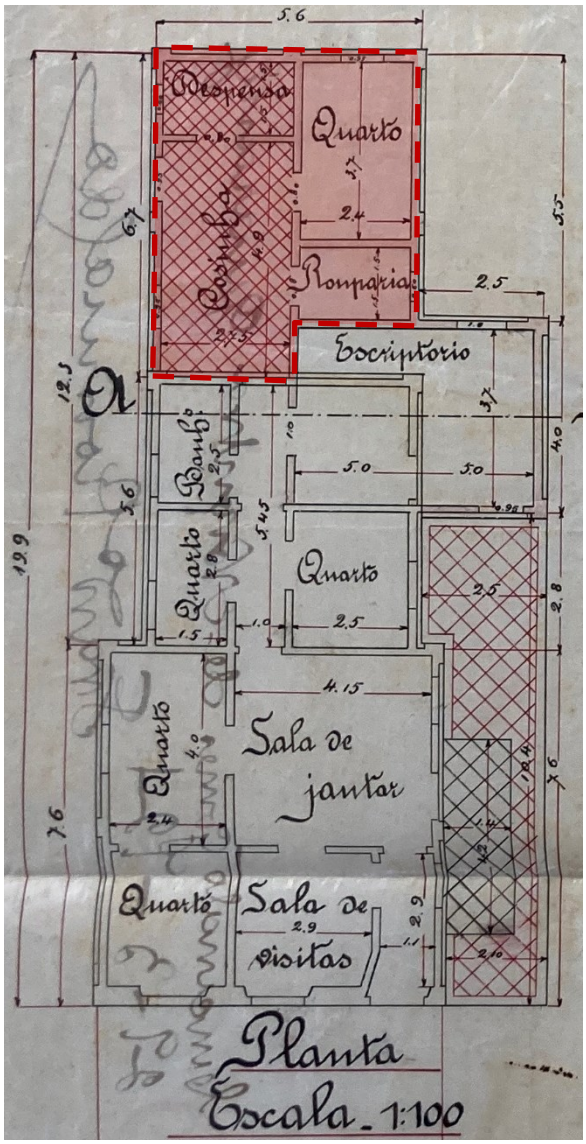


Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Entretanto, quatro anos mais tarde, a planta sofreu alterações, em razão do aumento de cômodos. Cozinha e despensa vão para os fundos, ao dar lugar aos quartos. A cozinha agora tem acesso pela outra lateral da edificação, e ainda possui comunicação direta com um quarto e um cômodo denominado ‘rouparia’. Entre o anexo posterior aos fundos e o corpo da edificação principal, instala-se um escritório, que é acessado pela varanda lateral da residência, de forma independente e única. As duas salas, antes sem denominações específicas, agora se diferenciam entre sala de visitas e sala de jantar. Não há modificação na organização espacial das três zonas, como mencionado anteriormente, ordenação que será clara para as edificações residenciais no período, mesmo que não se apresente de forma tão rígida.

Em suma, a área destinada ao recebimento de visitas correspondia à sala de estar e à sala de jantar, geralmente posicionadas na porção frontal da residência. A parte íntima ou de convivência familiar incluía os dormitórios, a copa (ou sala de almoço) e os banheiros. Estes ambientes se distribuíam em diferentes setores da casa, sendo possível encontrar quartos tanto na frente quanto no centro ou nos fundos da edificação. Por sua vez, a copa e os banheiros ficavam, em geral, próximos à cozinha — esta, juntamente com a despensa e outros espaços voltados às atividades domésticas, compunham a chamada área de serviço. Esta última costumava ser situada nos fundos da casa, mantendo ligação direta com o quintal (Santos, 2011).

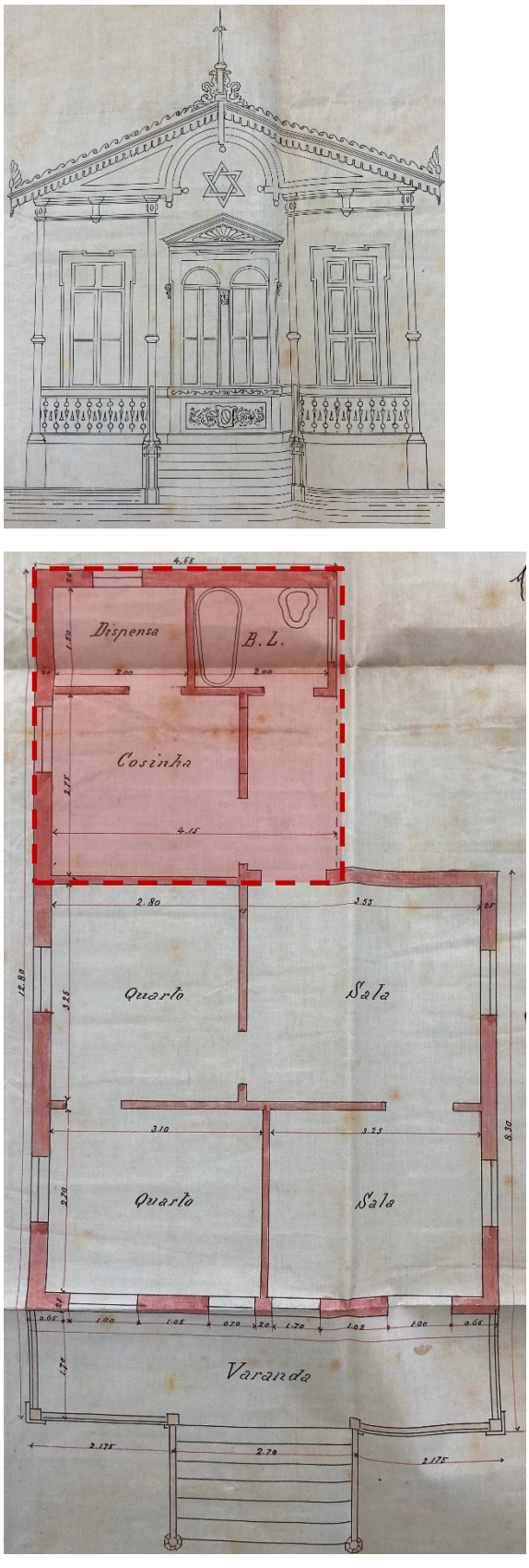
Figura 92 - Planta da edificação na Rua Espírito Santo, 1481 em 1921



Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Há casos de edificações em que a setorização entre as três zonas será mais evidente, mesmo dada a simplicidade das residências e o menor número de cômodos, como é o caso da edificação situada na rua Sergipe, n° 200. Projetada em 1898, sem autoria, cujo partido em 'L' setoriza as zonas de receber e estar/íntima da zona de serviço. O acesso a edificação se dá pela fachada frontal, centralizada cujo porão alto implica a necessidade de escadas para tal. Ao adentrar na edificação, o primeiro cômodo trata-se da sala, seguida por outro cômodo de mesmo nome, ladeado por dois quartos. Setorizados do corpo principal, os fundos, em L, estão a cozinha, despensa e banheiro. Note-se que assim como o banheiro, a cozinha possui comunicação com o exterior, de forma independente.

Figura 93 - Fachada e planta da edificação na Rua Sergipe, n° 200 em 1898



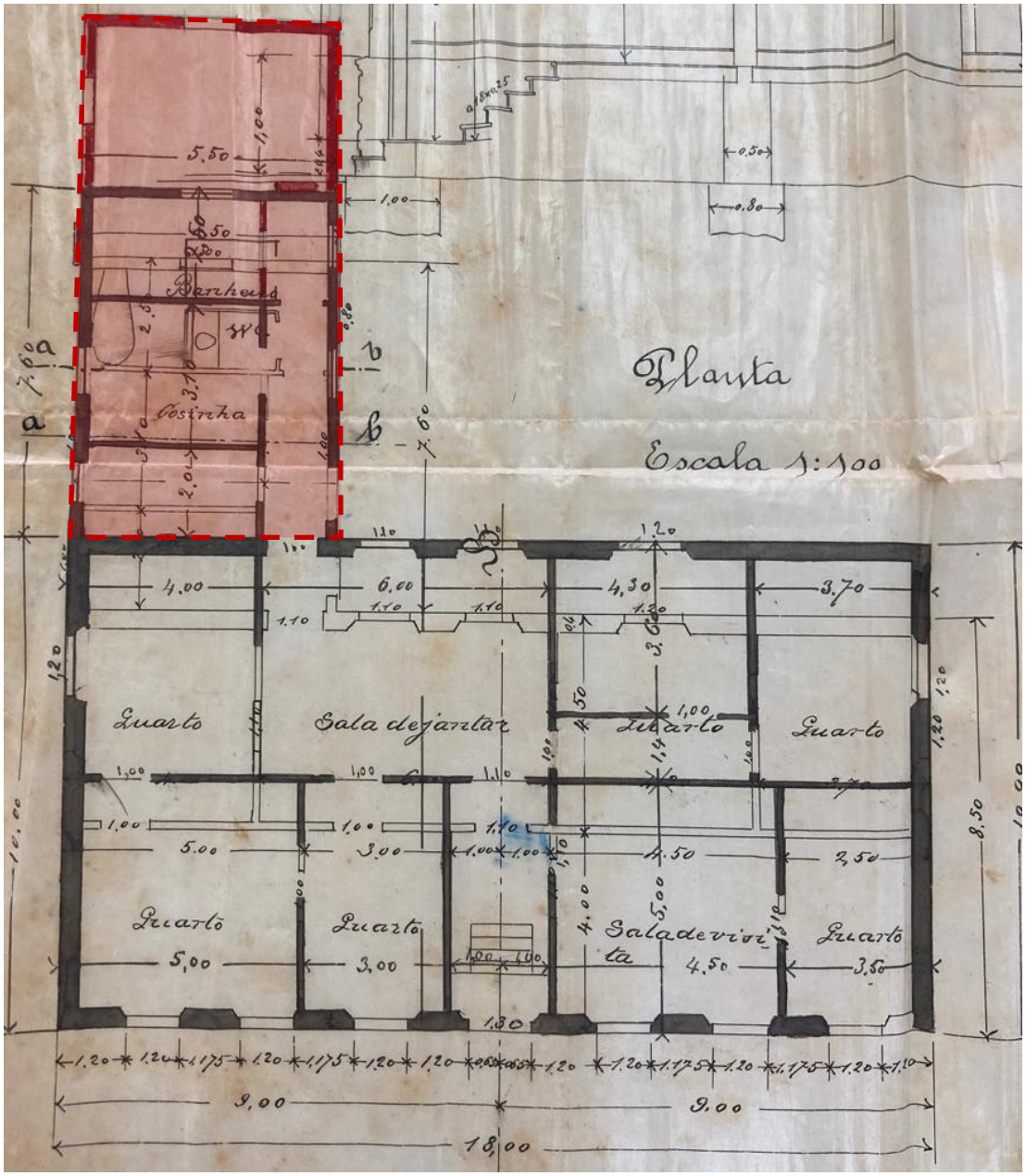
Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Segundo Menezes (1998), a preocupação primordial ao se fazerem os projetos residenciais era a fachada para a rua, símbolo de poder na recém-capital. Entretanto, com relação às plantas, obedeciam ao mesmo padrão, adaptável a várias referências de linguagens nos acabamentos e detalhes das fachadas. Havia o predomínio de distribuição dos cômodos em duas filas, que iam da fachada principal aos cômodos situados ao fundo, a cozinha e/ou banheiro. Em seguida, havia sala de visitas, sala de jantar, quarto, copa, organizados pelo eixo do corredor central. Outra composição frequentemente utilizada é a sequência de quartos nas extremidades, terminados por cozinha e banheiro, aos fundos, entremeados pela varanda e as salas de visitas e sala de jantar em corpo recuado e intermediário.

A comunicação dos cômodos da zona de recepção com os demais também sofreu modificações. De um lado, a residência apresentava um corredor frequentemente localizado no centro da planta, perpendicular ao alinhamento da rua, dividindo a edificação em duas partes. Por outro, o trânsito entre os ambientes era realizado por meio dos próprios cômodos, de forma que estes sobrepunham as suas funções principais com a circulação propriamente dita (Santos, 2011). Esses elementos fundamentais de circulação horizontal, segundo Reis Filho (1970), eram os mesmos objetos pelos quais se havia feito, durante séculos, a organização dos espaços na habitação urbana. Eles se constituíam, por esta razão, como verdadeiros eixos das plantas.

É o caso da edificação situada na Rua da Bahia, n° 1694, projeto de 1897, e se apresenta como um dos remanescentes das primeiras edificações da cidade. Implantada no alinhamento da rua, possui acesso central e afastamentos laterais vedados pelos muros. De partido retangular, o acesso central se dá por um vestíbulo que dá acesso à sala de jantar ou à sala de visitas. Os quartos estão localizados nas extremidades e, aos fundos, setorizados do corpo principal da edificação estão a cozinha e o banheiro. Ressalta-se que esse corpo, setorizado do restante da edificação, possui acesso independente. Pela planta da edificação é possível perceber que o projeto trata de um acréscimo, mas não há nome do cômodo acrescido.

Figura 94 – Planta e fachada de ampliação da edificação na Rua da Bahia, 1694 em 1897



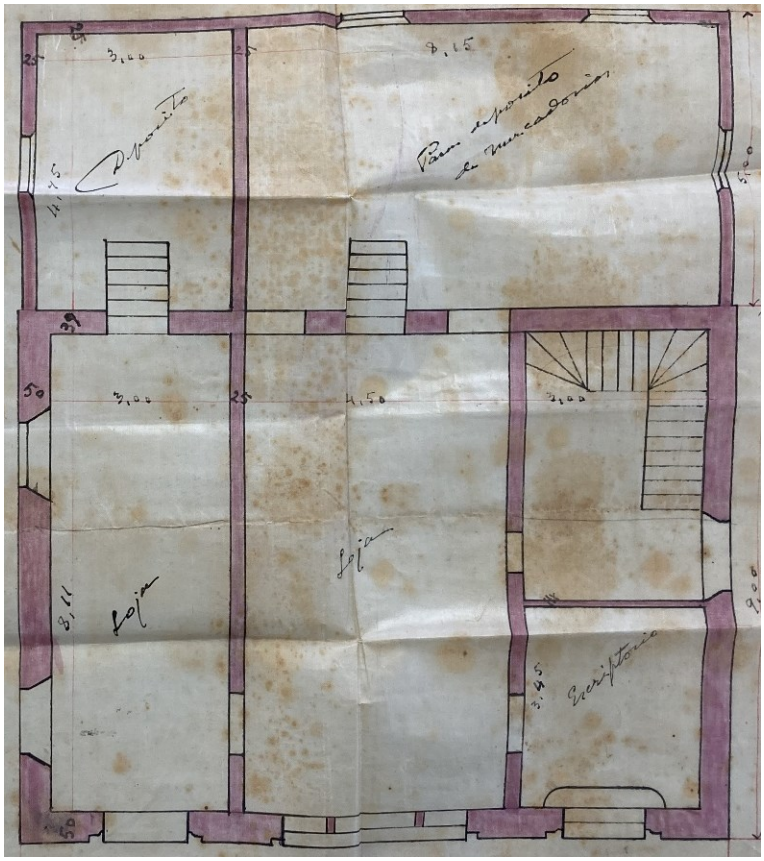
Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

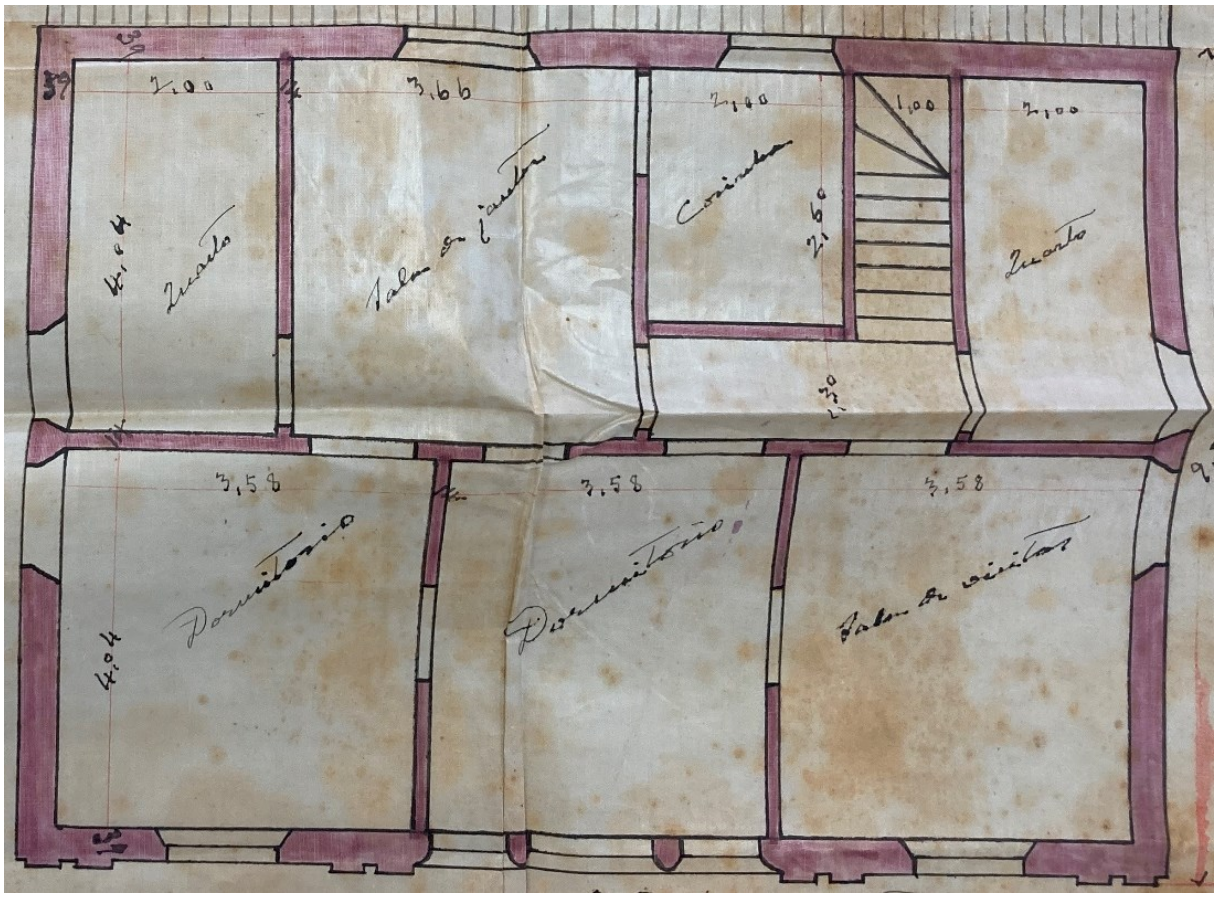
Ao longo dos anos, especialmente na década de 1920, consolidou-se uma nova configuração do espaço que integrava residência e atividade comercial, os chamados palacetes-comércio. Essas edificações de dois pavimentos, situadas no centro comercial da nova capital, abrigava no térreo lojas ou serviços diversos, enquanto o andar superior era reservado à moradia da família proprietária (Santos, 2011). Mais característicos do pós-Primeira Guerra Mundial, tratava-se de edificações cujas fachadas, segundo Angotti-Salgueiro (1987, p. 130) "[...] se acotovelam para participar da cena citadina, símbolo de status social, confirmam o fim da crise econômica". Essa configuração espacial poderia combinar ainda comércio de aluguel no pavimento térreo e habitação familiar no superior, quando não destinado ao comércio de bens propriamente ditos.

A tipologia mista pode ser verificada na maioria das cidades mineiras que se modificaram nos primeiros anos do século XX, marcadas pela sobrecarga progressiva da ornamentação das fachadas (Angotti-Salgueiro, 1987). Internamente, tais edifícios apresentavam semelhanças com as casas exclusivamente residenciais, com relação à organização espacial interna. Entretanto, não apresentavam entrada deslocada para o alpendre lateral, de forma que o acesso se dava por escada, localizada no primeiro pavimento, antecedida por uma porta que fazia a ligação entre a casa e a rua. Quando havia quintais aos fundos, o acesso também podia se dar através de escada ligada à cozinha ou a outro cômodo da zona de serviço (Santos, 2011).

A edificação localizada na Avenida João Pinheiro, n° 164 (cuja fachada ainda existe), ilustra a organização. A edificação, cujo projeto data de 1897, aprovado pelo então engenheiro-chefe, foi construída no alinhamento da rua, de planta retangular. O primeiro pavimento abrigava duas lojas, escritório e depósito de materiais. Já o segundo era destinado à moradia, acessado pelo portão lateral, que dava para um vestíbulo onde se encontra a escada. Por esta circulação, ao chegar ao outro nível da edificação havia um corredor que dava acesso aos quartos nas extremidades, sala de visitas à esquerda e sala de jantar à direita. Ainda à direita havia a cozinha, como pode ser visto na Figura 95 abaixo.

Figura 95 - Fachada e plantas da edificação na Avenida João Pinheiro, 164 em 1897



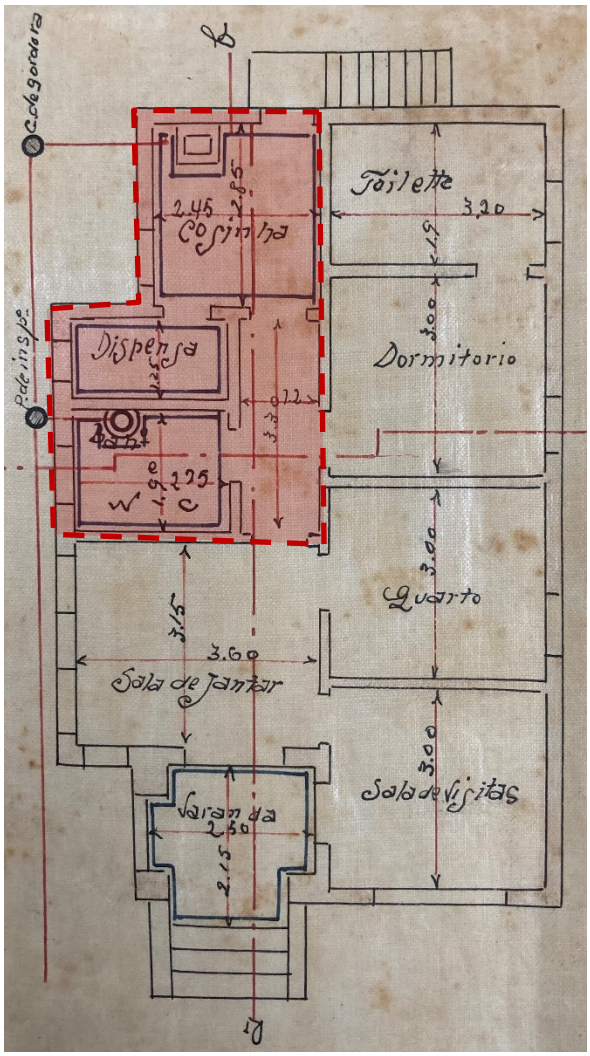


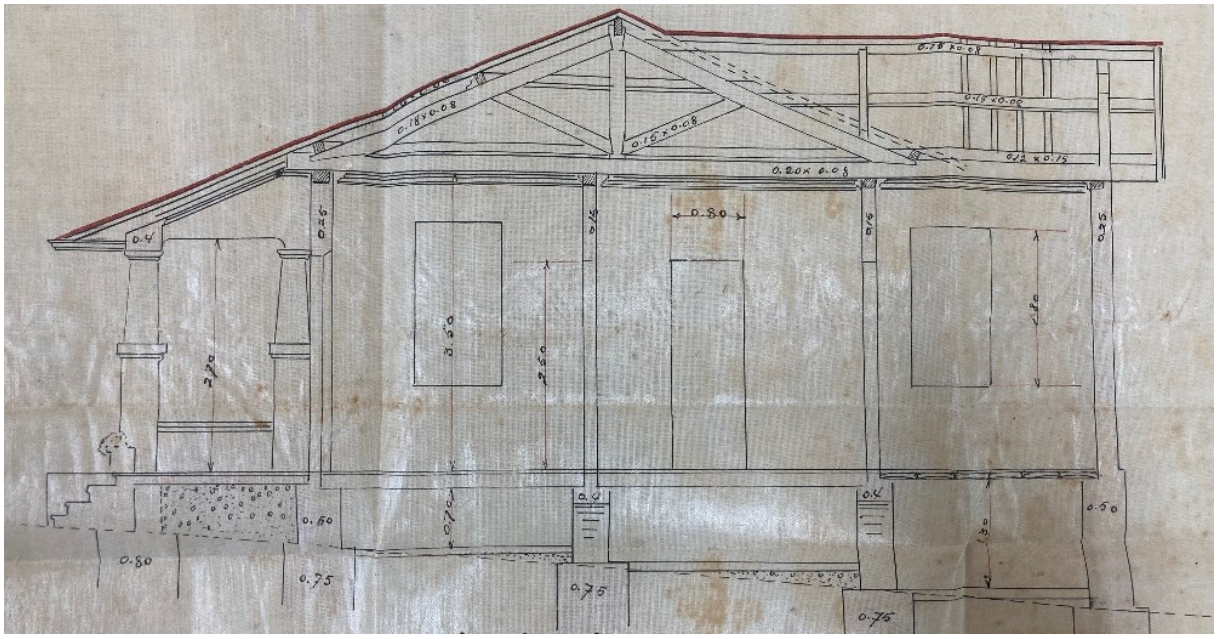
Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

A partir da segunda década do século XX, especialmente em seus anos finais, surgem novas possibilidades e alternativas para as edificações residenciais. A presença de diferentes linguagens arquitetônicas e ornamentais introduz elementos inéditos tanto nas fachadas quanto nos interiores. Observa-se um aumento nas construções recuadas em relação ao alinhamento frontal, o que possibilita tratamentos volumétricos mais diversos e configurações arquitetônicas diferenciadas. Surgem as construções no modelo dos *bungalows* que, segundo Lemos (1998, p. 109), "[...] apresentavam beirais sustentados por consolos artificiais, empenas falsas e pequenos pórticos, na entrada da residência, com telhados apoiados por mão-francesa".

É o caso da edificação situada na Rua Sergipe, n°353, de 1924, de autoria do Escritório de Arquitetura 'Dario Renault Coelho", demonstrado na Figura 96. A residência, de apenas um pavimento, que se apresenta como '*projecto de bungalow*', elevada ao solo, introduz uma escada de acesso, à varanda. Por este acesso se vai a sala de visitas e à sala de jantar e na sequência, a um corredor central, há dois quartos seguidos por *toilet* na porção direita. Na porção esquerda estão o banheiro, despensa e aos fundos, a cozinha, com acesso independente externo, por meio de circulação vertical fora do corpo da edificação, como pode ser visto na Figura 96 abaixo.

Figura 96 - Plantas, corte e fachada da edificação na Rua Sergipe, n° 353 em 1924



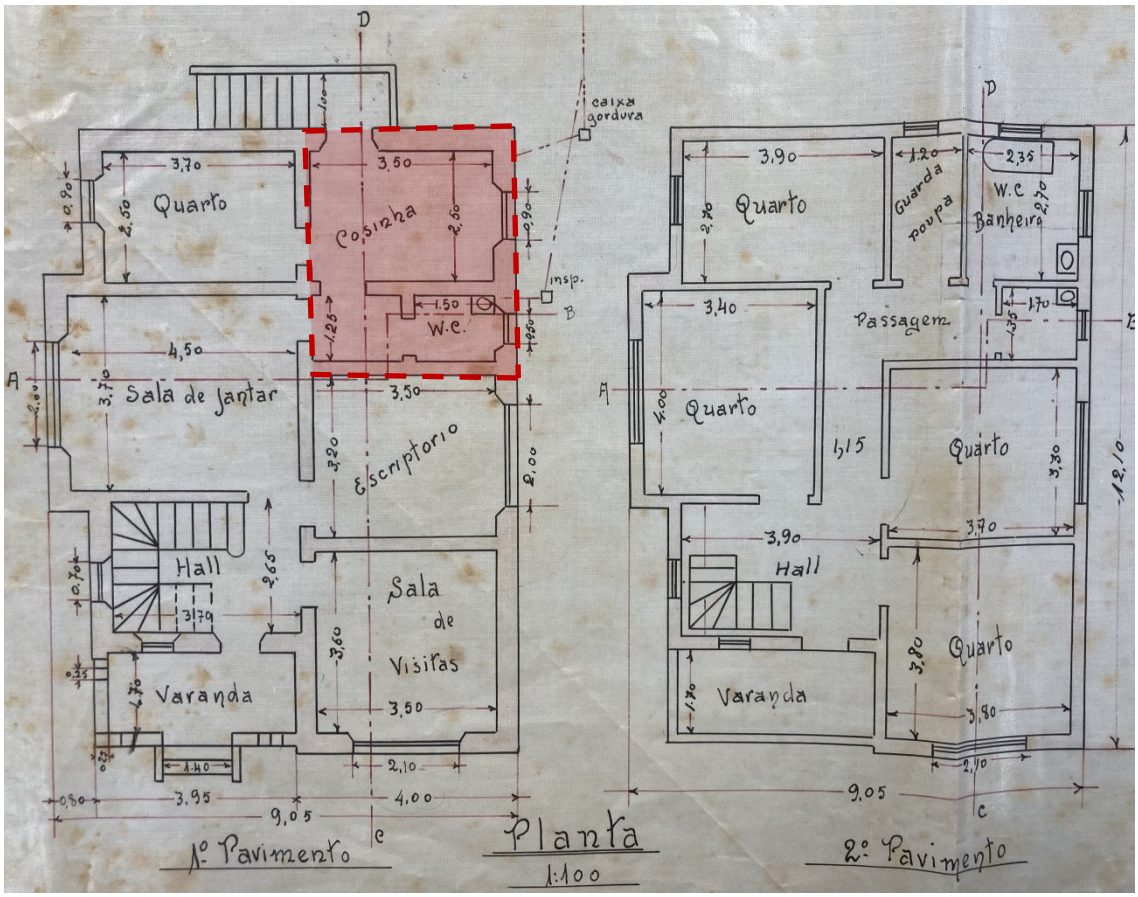


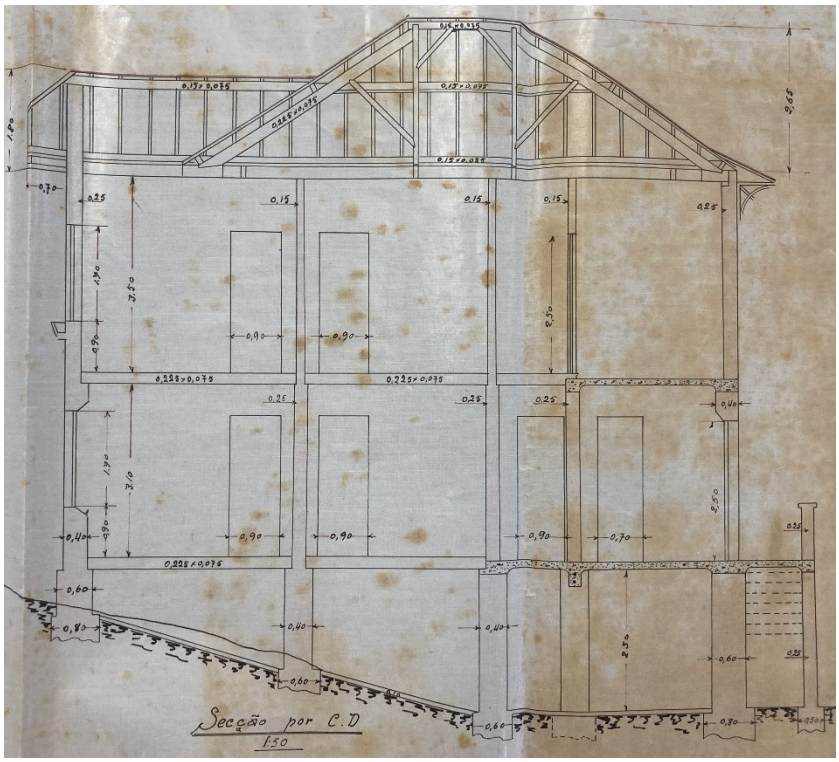
Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Tal denominação para a edificação é a mesma elencada por Gomes (1998) dada à casa-grande de engenhos construídos no século XIX mencionado no item 2.1. Ambas as casas registravam características em comuns como a construção em um único pavimento, telhado contínuo cobrindo o corpo da edificação e os alpendres, planta retangular e paredes periféricas com tijolos mais grossos que as internas. Segundo o autor, essas edificações pouco modificaram ao longo dos anos, no que diz respeito às divisões internas. Destaca-se ainda a semelhança acerca da presença de porão de forma que a edificação se eleva do solo, por meio de patamares planos, aos quais se tem acesso por meio de escadas.

Há ainda a edificação situada na rua Bernardo Guimarães, n°1226 (ainda existente, apesar de modificada), cujo projeto é de Paulo da Cunha em 1927, que mescla as influências dos *bungalows* com outros estilos. A edificação era composta por dois pavimentos e acesso ao primeiro pavimento se dava por escada, para assim acessar a varanda. Por esta, tinha-se acesso à edificação por um hall de entrada que dava acesso à sala de visitas e ao escritório. Na fachada frontal, seguida pela circulação, havia a sala de jantar, banheiros, cozinha e um dormitório. No segundo pavimento, acessado por escadas, também havia um hall por onde se acessavam os quartos e o banheiro. Note-se que, assim como o exposto por Lemos (1998), a edificação apresenta o deslocamento da sala de banho para a área íntima da residência já que, não mais contígua à cozinha: há agora, a presença de um pequeno *wc* na zona de serviço.

Figura 97 - Fachada, plantas e cortes da edificação na Rua Bernardo Guimarães, 1226 em 1927





Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Conforme dito nos itens anteriores, a mudança social que ocorreu no final do século XIX com o fim da escravidão e a instituição da república vão reeditar o cenário também no ambiento da arquitetura. As edificações aqui mencionadas revelam um padrão com relação ao ordenamento do espaço, fluxos, e o programa das edificações que advém do período da América Portuguesa. A área de serviço passou por grandes transformações, entretanto a sua localização dentro da casa ainda traz vestígios da tradição, ao continuar implantada nos fundos da habitação.

> As entradas de serviço, por exemplo, eram frequentadas tanto por serviçais como por trabalhadores indesejáveis e temidos, fazendo com que a "porta dos fundos" fosse o acesso por excelência da população negra ao mundo dos brancos (Santos, 2022, p. 200).

Essa organização espacial das residências refletiu e reforçou as relações raciais presentes na sociedade da época. A porta dos fundos, destinada tanto a serviçais quanto a outros grupos considerados "indesejáveis", exemplifica a segregação e a desigualdade presentes na arquitetura, sendo um reflexo material das hierarquias sociais racializadas. Essa organização revela como o espaço construído participava na manutenção de um ordenamento racial, sendo a porta dos fundos um dos mecanismos pelos quais se delimitava o local reservado às populações negras na dinâmica social e urbana.

As transformações com relação ao estilo e organização espacial das residências ocorrerão a partir da década de 1920, em decorrência das transformações geopolíticas internacionais, que se diferenciam no cenário arquitetônico urbano e se distanciaram das primeiras construções como as casas-tipo não mais

foram influenciadas por elas (Lemos, 1998). Outras referências, inclusive de regionalismos estrangeiros, também foram incorporadas à arquitetura residencial de Belo Horizonte e chegaram à cidade por meio das revistas especializadas e do cinema, que já integrava a dinâmica urbana e contribuía para a difusão de novos imaginários e objetos de desejo no cotidiano da população (Santos, 2011).

Nesse período, observa-se uma mudança de pensamento que, segundo Angotti-Salgueiro (1987, p.132), "[...] desorienta a *esthetica* das cidades e o emprego de todos os *estylos*, isolada ou combinadamente não mais satisfaz aos novos arquitetos". Assim, estes passam a buscar suas fontes de inspiração no meio histórico, por meio do renascimento do estilo característico da América Portuguesa como relação às características arquitetônicas, ornamentos, acabamentos e fluxos. No estado de Minas Gerais, o governo assume a introdução dessa reforma por meio de um "[...] levantamento fotográfico e arquitetônico de Mariana, Ouro Preto e Congonhas do Campos, para a catalogação de motivos e ornatos a serem utilizados nas construções novas e na remodelação dos edifícios públicos" (Angotti-Salgueiro, 1987, p.132).

Segundo Tavares (2022), similar ao que aconteceu com as artes visuais e a literatura, nas décadas seguintes haverá um esforço em formular um sistema teórico de produção da arquitetônica. Esse sistema se dará por meio do reconhecimento, nas imagens do passado, de importantes evidências e contribuições no processo de elaboração dos símbolos e significados da modernidade. Assim, a arquitetura do período da América Portuguesa passou a exercer grande influência na educação e promoção arquitetônica das décadas seguintes, como símbolos de ideologias de um novo tempo. Modernidade emerge, então, nesse contexto, de forma antagônica, ao representar, ao mesmo tempo, um sinal de mudança e as dificuldades de se romper definitivamente com o passado.

4 O LEGADO DO RACISMO ESTRUTURAL NA ARQUITETURA

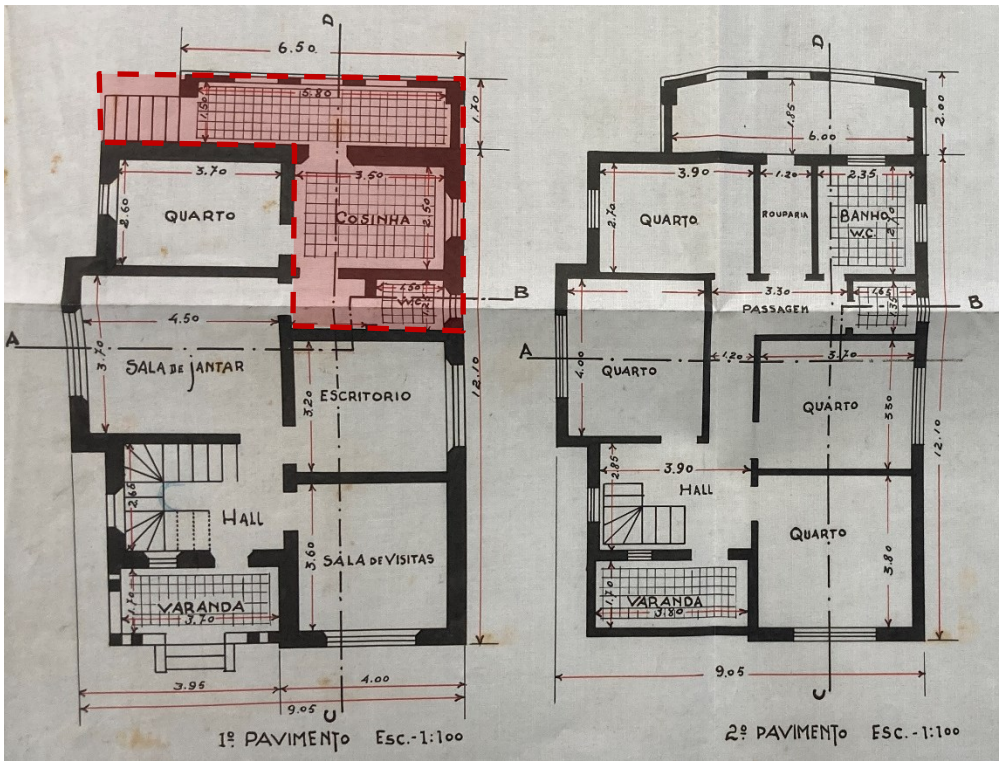
4.1 As contradições das modificações

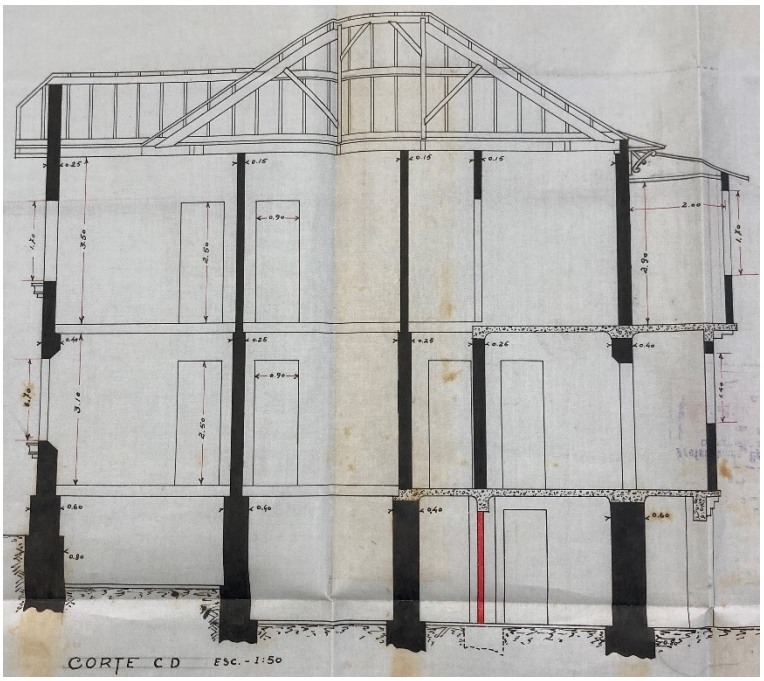
Passados cerca de 20 anos da inauguração da nova capital de Minas, segundo Angotti-Salgueiro (1987, p. 132), houve "[...] uma febre de construções de setembro de 1924 a agosto de 1925, quando se instala a construção de 535 prédios e de 195 dependências". A afirmação pode ser confirmada nos registros encontrados no Arquivo Público de Belo Horizonte (APCBH), ao registrar diversas modificações nas edificações residenciais neste, e nos períodos subsequentes. Este item se dedica a compreender tais modificações e sua relação com os vestígios de racialização da casa belo-horizontina.

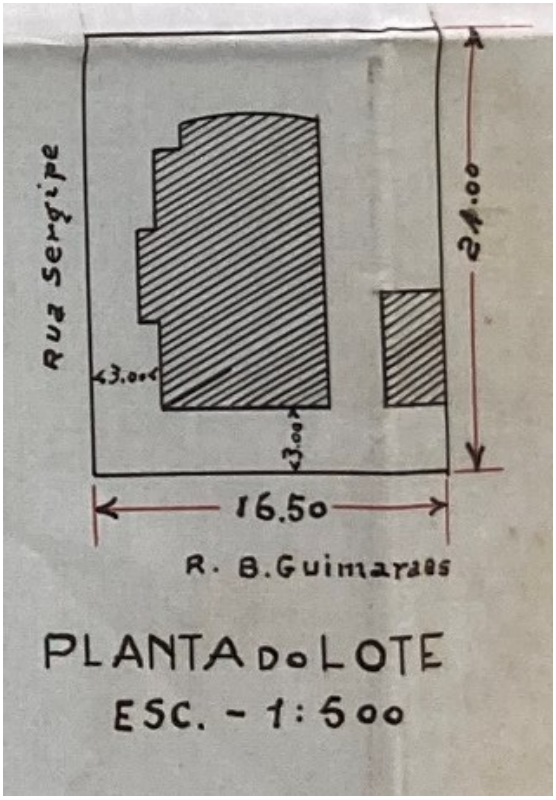
Após as primeiras décadas do século XX, observa-se uma maior autonomia por parte de arquitetos e proprietários, que passaram a interferir nos projetos da CCNC e nos padrões previamente por ela estabelecidos. Dessa forma, as casas-tipo vão perder parte de sua influência na definição da arquitetura residencial em Belo Horizonte. Os proprietários e os arquitetos passaram a dispor de maior autonomia na concepção dos projetos, ao se afastarem gradualmente das diretrizes institucionalizadas, o que resultou na execução de modificações nas edificações. Dessa maneira, a produção arquitetônica refletiu as preferências pessoais e as transformações nas relações sociais ao ser capaz de expressar uma diversidade maior de configurações espaciais. Assim, será abordada uma série de modificações realizadas nas edificações da seção anterior.

A edificação da Rua Bernardo Guimarães, n° 1226, denominada *bungalow* vai sofrer modificações em 1931, conforme plantas encontradas no APCBH. Como pode ser analisada nas imagens abaixo, haverá a inclusão de um alpendre, aos fundos da edificação do primeiro pavimento, que liga a cozinha com o quintal e uma varanda, na mesma posição, no segundo pavimento na Figura 98. Ainda, o porão torna-se habitável, ao receber um cômodo sem nome, com a presença de uma porta e a demolição de uma parede. Por fim, há ainda a construção de uma edícula, localizada na extremidade direita do lote.

Figura 98 - Plantas e cortes da edificação na Rua Bernardo Guimarães, 1226 em 1931



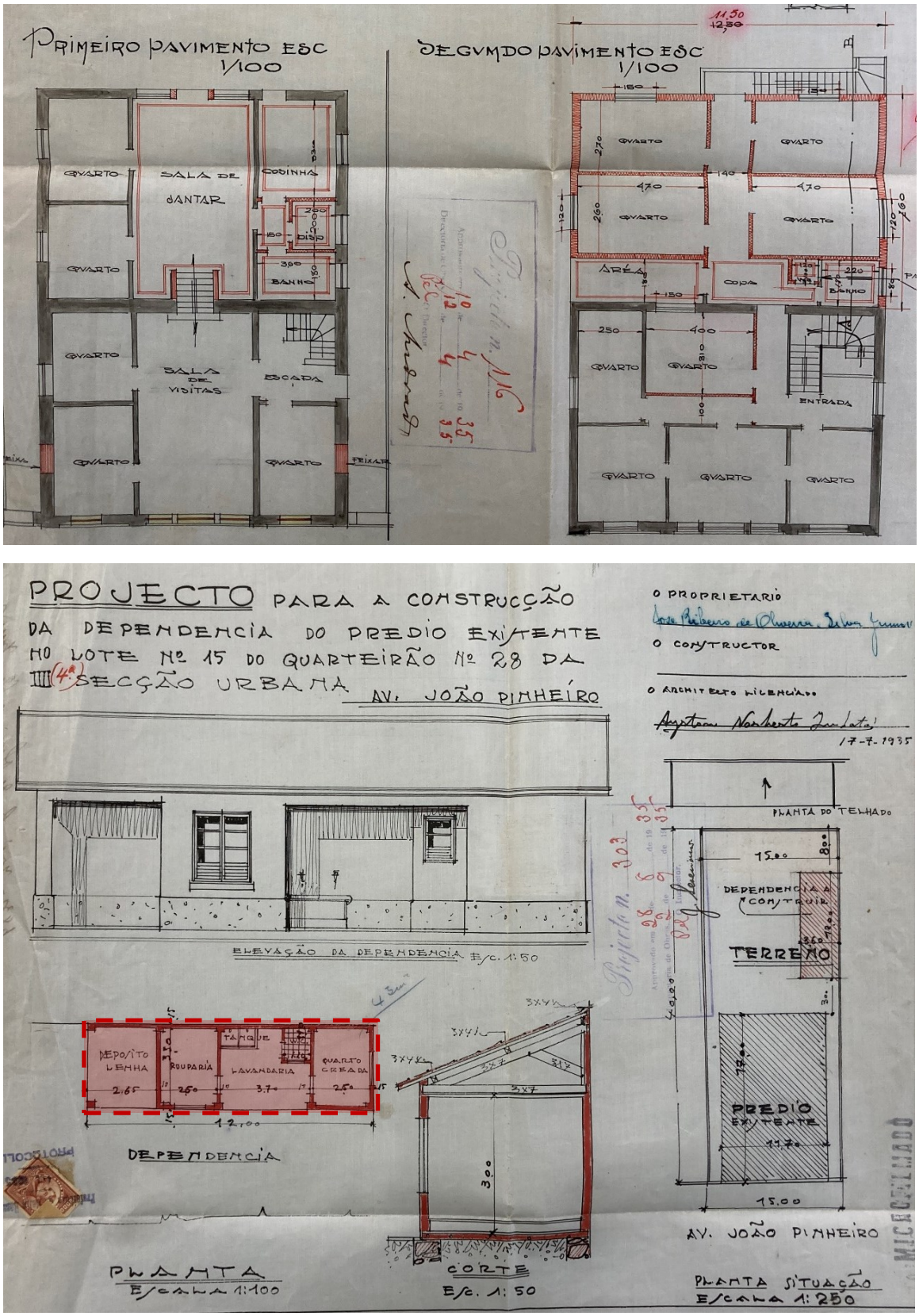




Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Na edificação localizada na Avenida João Pinheiro n° 164, marcada pelo uso misto, residencial e comercial, as modificações foram ainda mais expoentes, já que em 1935, a planta baixa não indica mais a atividade comercial no primeiro pavimento. Com isso, a edificação se transforma em uma residência de ampla dimensão, composta de 12 quartos, dois banheiros, cozinha, copa, sala de visitas e sala de jantar. Há ainda uma modificação no segundo pavimento, com a expansão da edificação aos fundos, de forma que a parte da cobertura se torna habitável. No que se refere a remodelação dos cômodos, a cozinha agora se instala no primeiro pavimento, com acesso ao quintal, assim como a sala de jantar. No mesmo ano há registro de protocolo para construção da dependência a ser anexada à antiga construção, localizado aos fundos, na extremidade direita do lote, composta de depósito de lenha, rouparia, lavanderia, *wc* e quarto de “creada”.

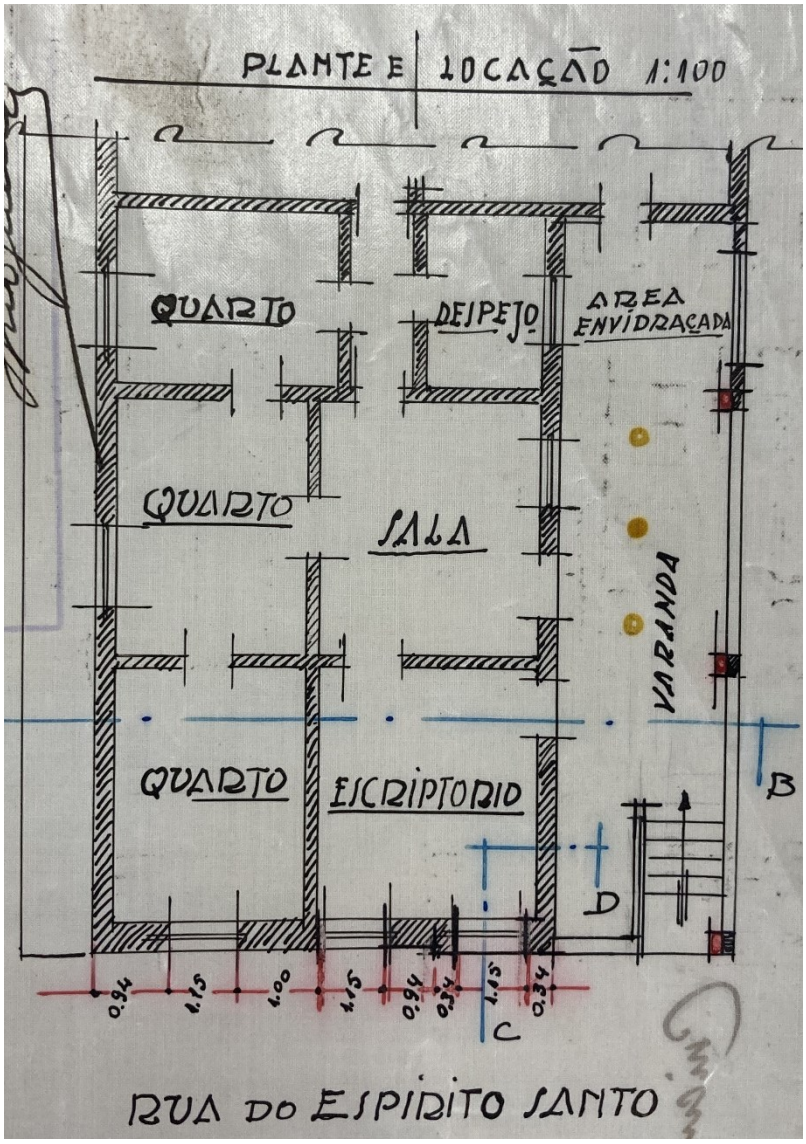
Figura 99 - Fachadas, plantas e cortes da edificação na Avenida Afonso Pena, 164 em 1935



Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

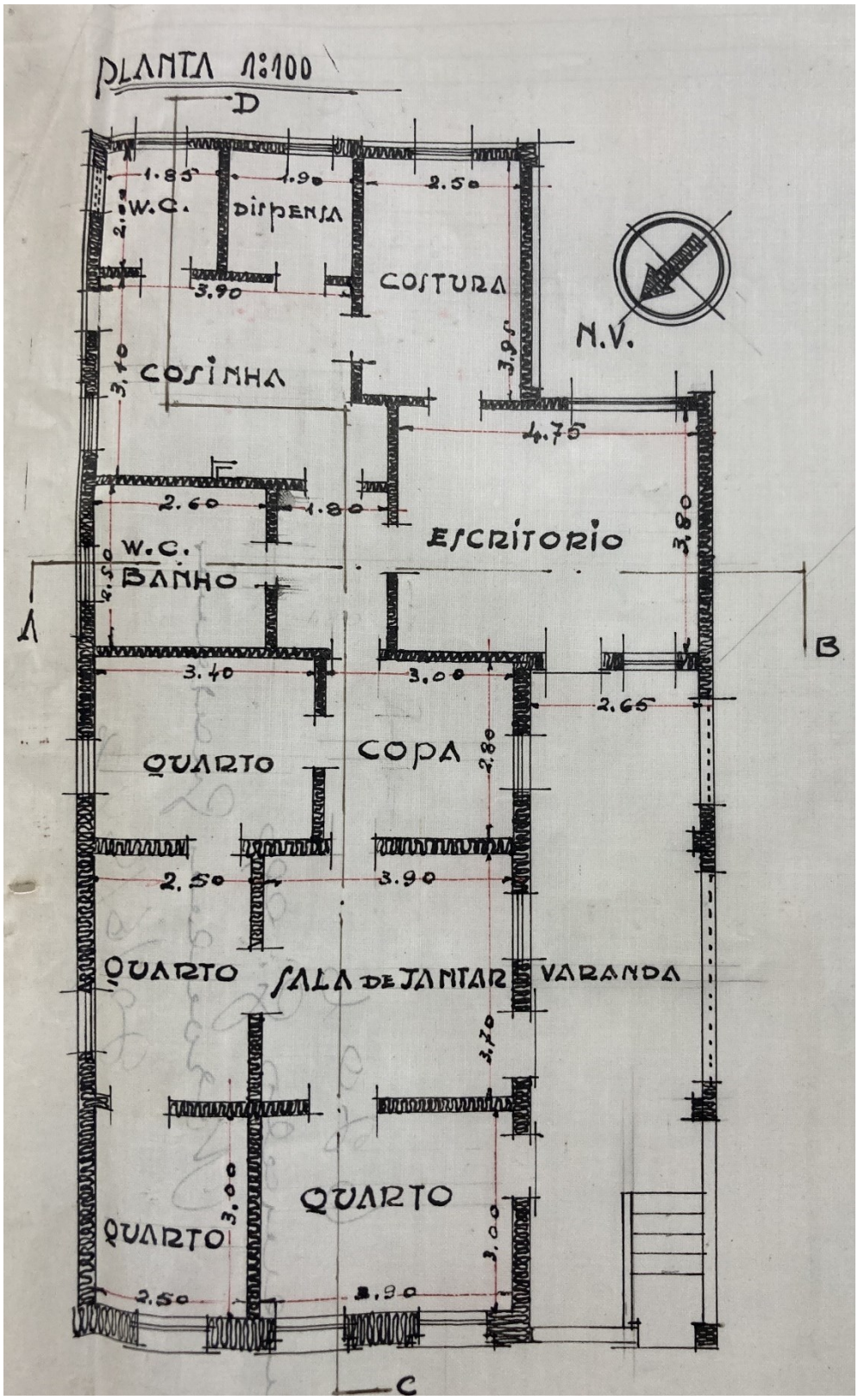
Em 1939, a edificação situada na Rua Espírito Santo, n° 1481, já com registros de modificações, vai se remodelar novamente. Há uma modificação de cômodos na área social da edificação já que a sala de visitas vira escritório. Na área íntima, o quarto se torna alinhado ao corpo da edificação, localizado na extremidade esquerda e à sua frente, o que era outro quarto passa a se denominar “despejo”. Por fim, a edificação foi ampliada em 1942, interna e externamente. O escritório volta a ser quarto, o despejo agora se transforma em copa e o quarto aos fundos agora se denomina “costura”. Externamente, assim como na edificação da Avenida João Pinheiro, também há a construção de uma dependência, composta de *wc*, tanque, despejo e quarto de “creada”.

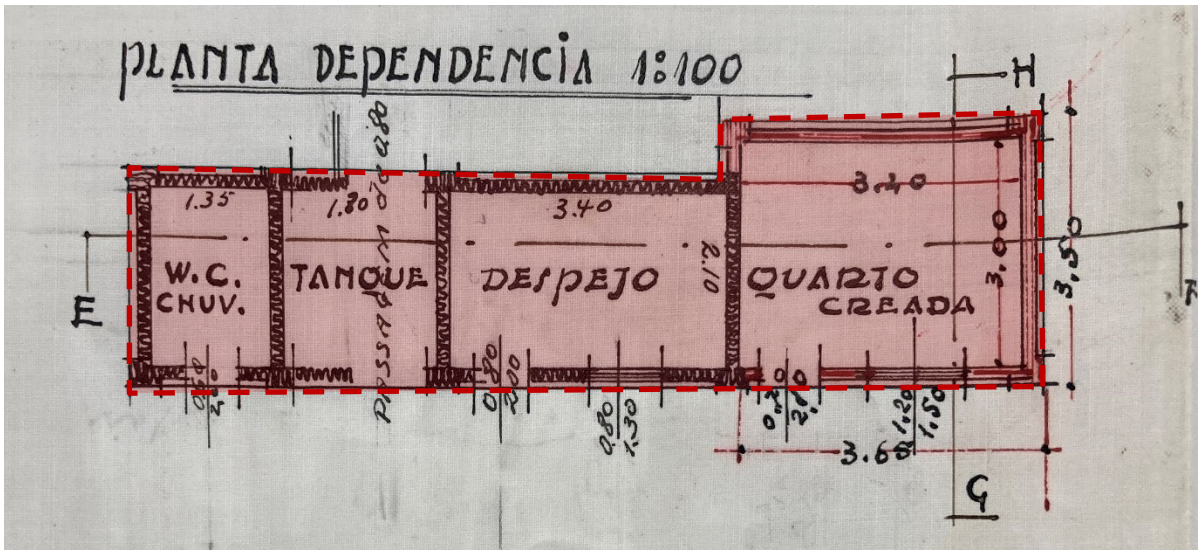
Figura 100 - Planta da edificação na Rua Espírito Santo, 1481 em 1939



Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Figura 101 - Planta da edificação na Rua Espírito Santo, 1481 em 1942

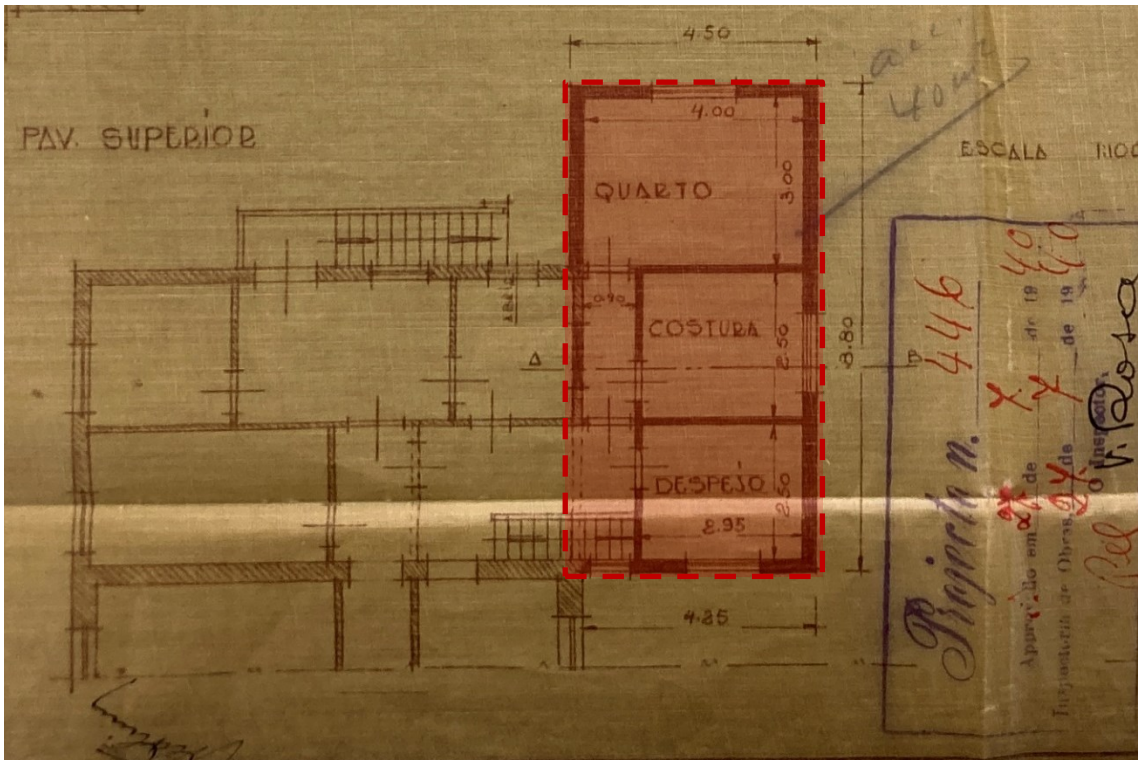


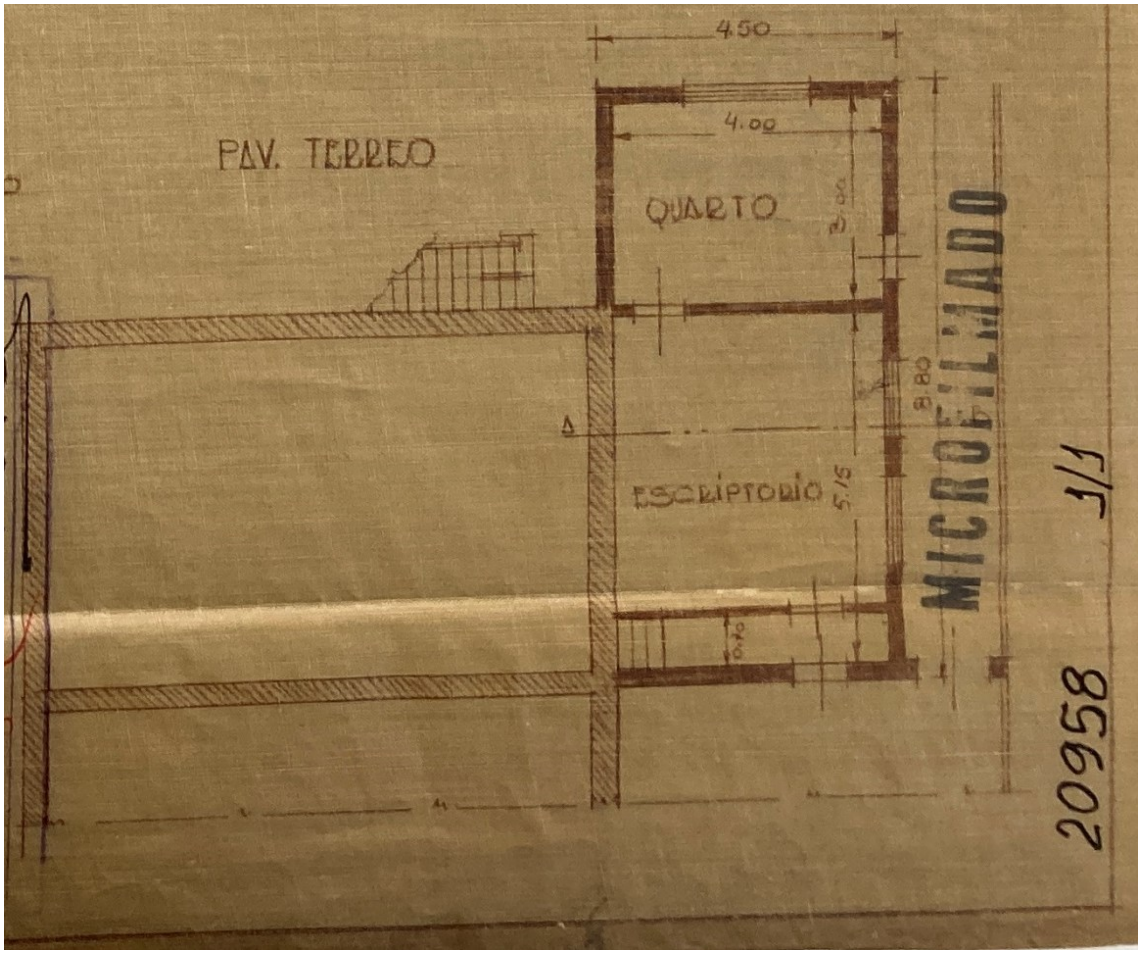


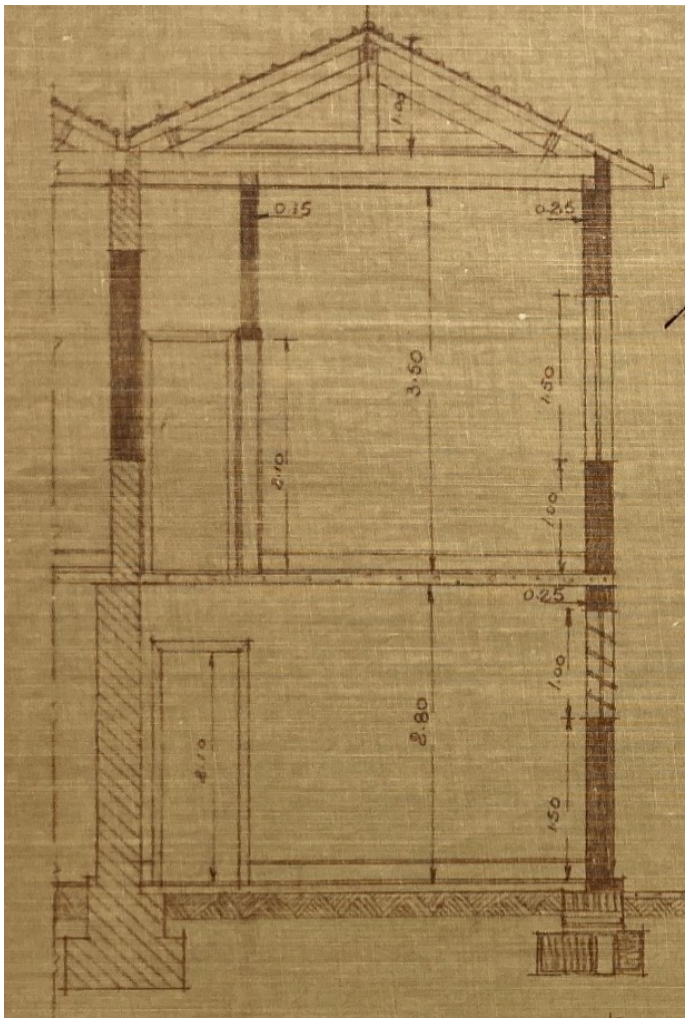
Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

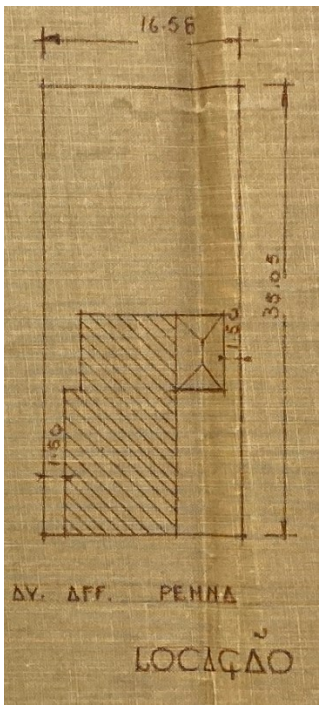
A edificação localizada na Avenida Afonso Pena, n° 1954 sofrerá modificações em 1940, com o acréscimo de um corpo na lateral direita da edificação existente. Este, reúne quarto, costura e despejo no pavimento superior (o mesmo nível da edificação existente), conectados à zona de serviço da edificação, acessados por meio de um corredor em ‘L’. Isso vai fazer com que um dos quartos ali presentes se transforme em um lugar de passagem. O projeto prevê, ainda, um quarto e escritório no primeiro pavimento (abaixo do nível da edificação existente).

Figura 102 - Plantas, cortes e situação da edificação na Avenida Afonso Pena, 1954 em 1940





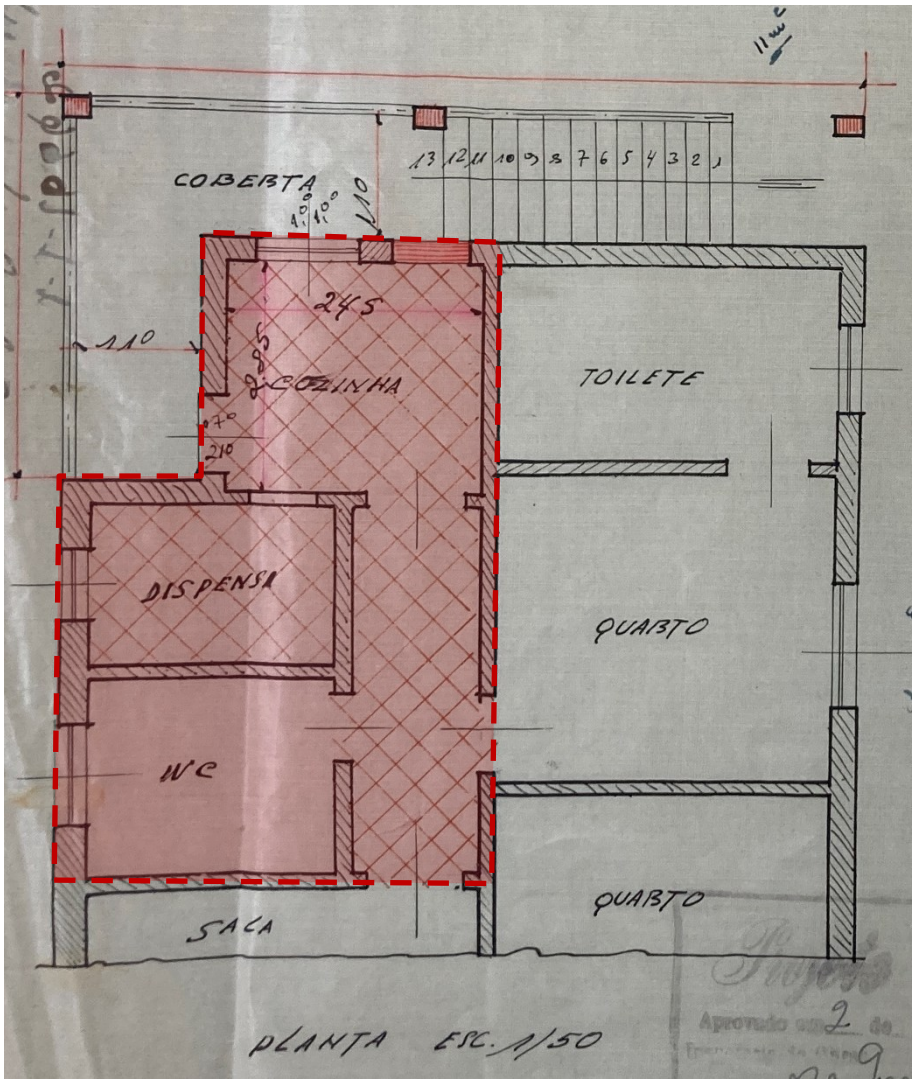


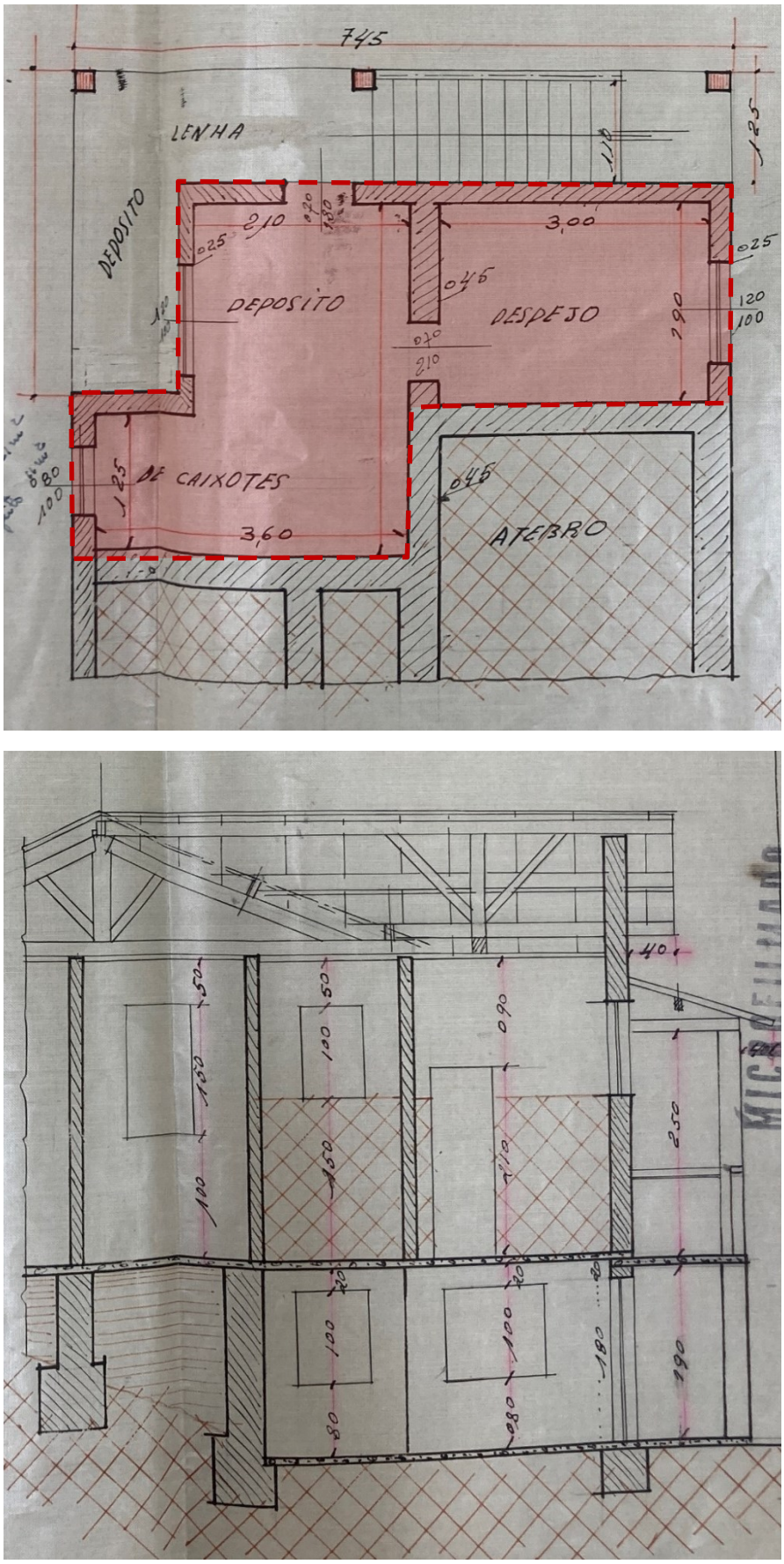


Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Mais tarde, em 1954, é a edificação da Rua Sergipe, 353 que recebe modificações, por meio do acréscimo da edificação pelos fundos. Haverá a implantação de um alpendre que ligará a cozinha com o quintal. Ainda, no primeiro nível da edificação, próximo ao solo, há agora cômodo de depósito e despejo. Assim, o pé-direito desse nível, que antes era de 1,30m, passa a ter 2,00m e ser habitável.

Figura 103 - Plantas e cortes da edificação da Rua Sergipe, 353 em 1954

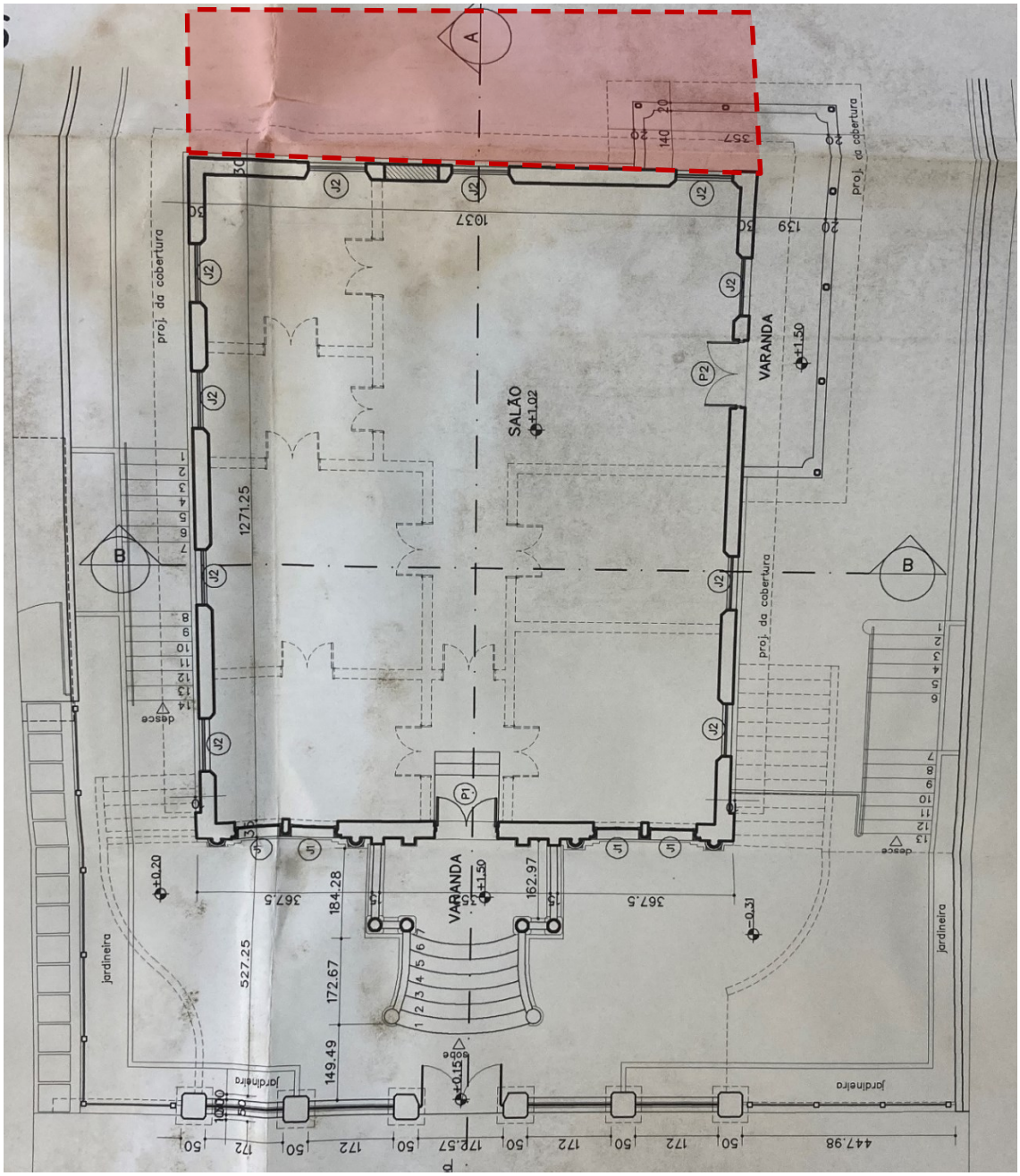


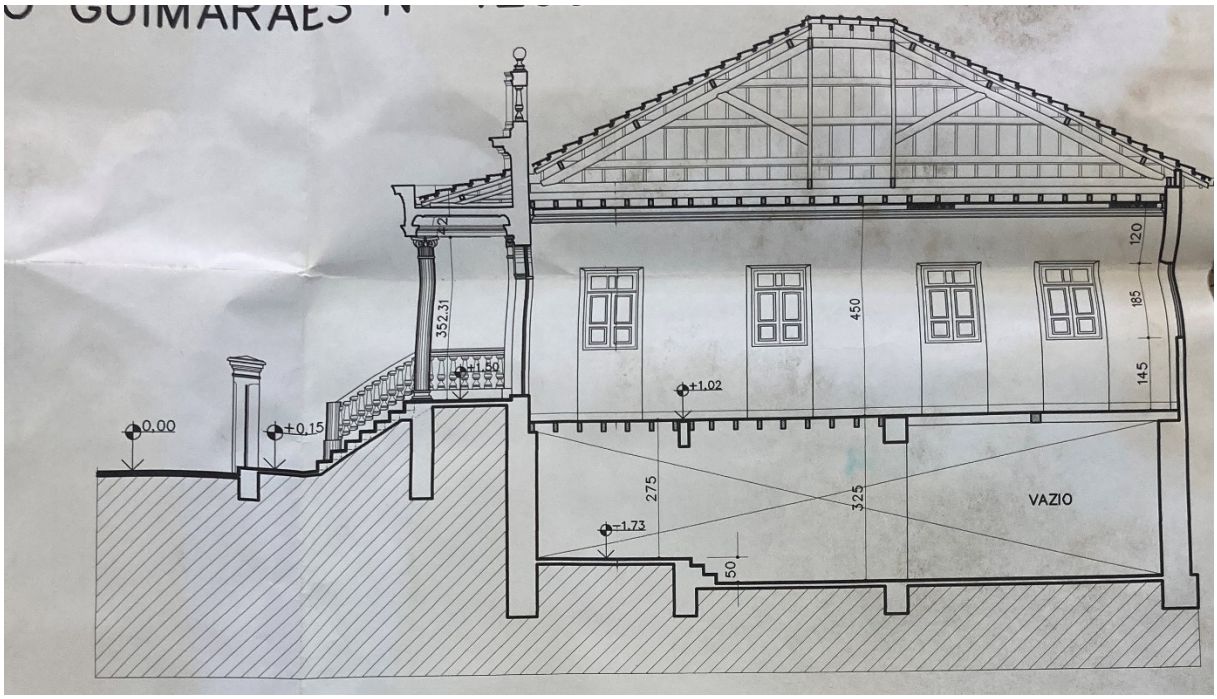


Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Por fim, das edificações apresentadas no item 3.3, a última a sofrer modificações posteriores será a residência localizada na Rua Bernardo Guimarães, 1200. Em 2000, a edificação foi reformada, juntamente com a edificação na mesma rua, de número 1226, também apresentada neste trabalho, para a construção de um edifício multifamiliar. Dentre as remodelações ocorridas no período, destaca-se a demolição de todo o corpo da edificação da zona de serviço que inclui cozinha, despensa, *wc* e banheiro.

Figura 104 - Planta e corte da edificação na Rua Bernardo Guimarães, 1200 em 2000





Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte, 2025.

Para Angotti-Salgueiro (1987), as modificações realizadas nas edificações estavam relacionadas com a tentativa falha das instituições em aplicar uma política sistemática de regulamentação de traçados a uma população com nítidos contrastes sociais e econômicos. Na prática, essas modificações revelam as contradições e a utopia de uma cidade e de uma casa ideal, idealizada pelos líderes republicanos. A instituição de uma arquitetura embutida de setores hierarquizados idealizados pela CCNC – as casas-tipo - marcadas por espacialização que desconsideram a presença e o direito de povos esquecidos, antevê o futuro e os modos com que a arquitetura, e mesmo a cidade, se comportarão nos anos subsequentes.

4.2 Espaço como elemento constituinte da segregação racial

> O espaço silenciou, desvinculou, excluiu e separou os negros de sua história e povo, e esse foi só início de uma constante prática racista através do espaço (Rodrigues, 2020, p. 66).

Desde os primórdios da colonização, o espaço foi mecanismo para a estruturação e fomento da experiência do racismo, utilizados pelos grupos dominantes, durante o sistema escravista no Brasil (Gomes, 2019). Essa foi a separação sofrida pelos povos africanos escravizados com a implantação do empreendimento colonial (Lefebvre, 2006). Essa é a marcação da espacialidade feita por meio dos mercados de escravizados, a casa-grande, os campos e as colheitas, as senzalas e as próprias formas de transporte (McKittrick, 2011).

Acrescente-se que é possível delinear o caminho histórico imposto aos corpos negros, desde o rapto

violento de suas terras no continente africano, representado pelo simbolismo das portas do não retorno[33], a travessia forçada nos navios negreiros, e o desembarque nos portos do território brasileiro. A partir daí, seguiram-se as etapas de aprisionamento em fortificações, a comercialização nos mercados de escravizados e, por fim, a destinação aos espaços de trabalho forçado. Assim sendo, segundo Rodrigues (2020), esse percurso histórico vai projetar uma desvinculação espacial dos sujeitos com suas identidades, bem como seu povo. As espacializações em várias escalas se tornaram referências imprescindíveis para evidenciar, registrar e solidificar a manutenção e o sucesso da escravidão, utilizado como objeto de rompimento.

> A escravidão transatlântica, a partir do navio negreiro e para além dele, baseava-se em várias práticas de violência espacializada que visavam corpos negros e lucravam com o apagamento de um sentido de lugar negro (McKittrick, 2011, p. 948, tradução nossa).[34]

Os deslocamentos na cidade, os percursos do morar são conduzidos pela corporeidade, e podem ser entendidos como uma dimensão do espaço geográfico composto por um conjunto de interações e dinâmicas espaciais estabelecidas por diferentes sujeitos em disputa, definidas a partir das ações de corporeidades. O conflito se concretiza nesse espaço, que participa do mundo ao tornar possíveis as ações e potencialidades dos sujeitos. Assim, pode-se entender o espaço do morar como referencial, espaço onde o corpo se exerce por meio de relações (Chaveiro, 2012).

Segundo McKittrick (2011), a construção social está enraizada em sistemas de opressão e desigualdade, de forma que a ideia de um sentido de habitar no espaço tem sido, muitas vezes, negada a pessoas negras. Ainda que o habitar seja construído por meio de narrativas, memórias, histórias e mitos, e que essas edificações sejam fundamentais para a construção da identidade e do senso de pertencimento de indivíduos e comunidades. Observa-se sobre geografias contínuas da diferença, de forma que a casa grande, enquanto espacialidade e sociabilidade, serviu como um "[...] local geográfico significativo por meio do qual a raça se tornou conhecida". Nesse sentido, os sujeitos foram disciplinados de formas diferentes ao longo do tempo e do espaço (McKittrick, 2011).

Ao atrelar os fundamentos raciais com a categoria de espaço, entende-se que a racialização do espaço é um processo à medida que a condição da raça, identificada pela vivência no espaço tem uma dimensão racial. As oportunidades na sociedade são, dessa forma, espacializadas e racializadas - uma díade (Lipsitz, 2007). Ainda para o autor, em razão da discriminação racial, indivíduos de raças diferentes são

---

[33] São portos de embarque de negros escravizados em direção ao outro lado do Atlântico, ou seja, o ponto de ruptura ou de desenraizamento cultural e religioso. Uma passagem de mão única, representando a última parcela de terra africana pisada por milhares de vidas sequestradas

[34] *Transatlantic slavery, from the slave ship and beyond, was predicated on various practices of spatialized violence that targeted black bodies and profited fromerasing a black sense of place.*

relegados a locais físicos diferentes. Essas interconexões entre raça e espaço são consequências diretamente da herança racial e espacial que nos foi legada no passado, produtos de um determinado período da história: o longo processo de escravidão ocorrido nas Américas.

Desde a chegada dos povos escravizados ao Brasil, lhes foi imposta uma espacialidade que refletia a ausência de um local físico próprio dentro da sociedade colonial. Inicialmente desembarcavam e eram encaminhados aos mercados de negros, onde, a partir de sua venda, seguiam para seus locais de trabalho, os quais geralmente se dividiam em duas possibilidades principais: a centralidade urbana e posterior à rural - conforme apresentado no item 2 (Rodrigues, 2020). Nesse sentido, é possível conjecturar que, no período da América Portuguesa– momento da historiografia do território brasileiro marcado pelo regime de escravidão - havia um espaço para o corpo negro na habitação brasileira, fragmentada material ou socialmente.

No meio rural, os escravizados eram destinados a fazendas e engenhos, em condições de extremo isolamento social. Havia uma separação rígida entre os proprietários das terras e os trabalhadores escravizados, marcada por uma distância espacial significativa entre a casa-grande e os espaços destinados ao trabalho e ao cárcere[35], como o caso das senzalas. Já no contexto urbano, os escravizados habitavam áreas específicas das residências, geralmente localizadas nos primeiros pavimentos dos sobrados, ao compartilhar o espaço com animais, depósitos ou estalagens. Também podiam estar alocados nas chamadas zonas de serviço, áreas da casa reservadas aos trabalhos domésticos e manuais, como cozinhas e pátios internos.

Tudo indica que essas formas de ocupação do espaço não apenas refletiam a lógica da dominação e da subordinação racial, como também a reforçavam. O local tornava-se uma ferramenta ativa no funcionamento da estrutura escravista e racista, contribuindo para a reprodução constante das hierarquias sociais (Rodrigues, 2020).

> Isto quer dizer que os fundamentos raciais da modernidade, dos quais a escravatura transatlântica e o colonialismo são características salientes, situam as pessoas e os lugares negros fora da modernidade, tal como as pessoas e os lugares negros servem como trabalhadores tácitos da modernidade, tal como as pessoas e os lugares negros participam plenamente na narrativa intelectual da modernidade (McKittrick, 2011, p. 949, tradução própria)[36] .

Os diagramas apresentados a seguir ilustram esses lugares, de forma que o Engenho Nogueira (Figura

---

[35] Para Oliveira (2022), as senzalas não podem ser consideradas habitações de escravos, já que não se pode atrelar tais edificações com a condição do habitar.

[36] *This is to say that the racial underpinnings of modernity, of which transatlantic slavery and colonialism are salient features, situate black people and places outside modernity just as black people and places serve as the unspoken labourers of modernity, just as black people and places fully participate in the intellectual narrative of modernity.*

105) e o sobrado urbano (Figura 106) configuram-se como o espaço estabelecido por McKittrick (2011), enquanto locais geográficos denominados "*plantation*s" - espaços que se inseriram no centro da modernidade e geraram geografias complexas para pessoas negras. As espacialidades são então produzidas por meio de práticas espaciais diversas nas quais o racismo mantinha pessoas negras em um determinado lugar predeterminado.

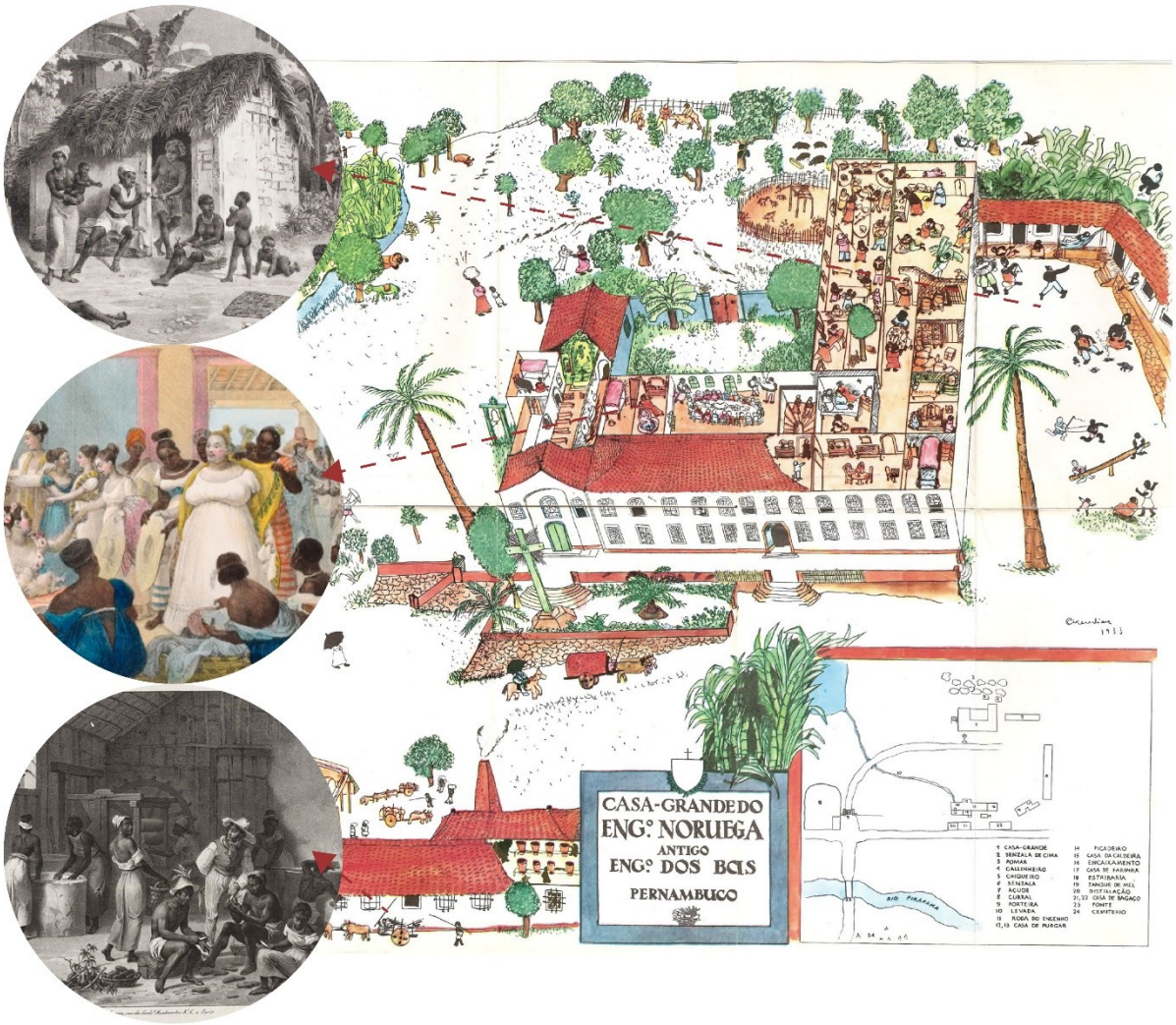
O primeiro diagrama apresenta a casa-grande como centro dessa organização espacial da "*plantation*" e foram utilizadas diversas outras narrativas ilustrativas, de grandes artistas, reconhecidos no imaginário brasileiro, para compor a cena. Dentre as narrativas tem-se, de cima para baixo: (i) a obra "*Habitation de négres*" (1827), de Johann Moritz Rugendas, que retrata o espaço, considerado como habitação por seu autor, de escravizado; (ii) a obra "*Une visite a la campagne*" (1835), de Jean-Baptiste Debret, que retrata mulheres brancas assessoradas por mulheres negras, escravizadas, quando da chegada à fazenda; e (iii) a obra "*Préparation de la racine de mendiocca*" (1835) de Johann Moritz Rugendas, que retrata o lugar de trabalho dos escravizados, possivelmente um engenho.

Já o segundo diagrama tem o sobrado no centro da organização espacial. Ao seguir a mesma lógica, retrata da esquerda para a direita: (i) a obra "*Une dame brésilienne dans son intérieur"* (1835), que retrata o cotidiano privado da mulher naquele período; (ii) a obra "*Le dessous de la porte cochère d´un personnage de la cour"* (1839), que retrata o primeiro pavimento de uma residência que abriga uma carruagem e homens negros no mesmo ambiente; e (iii) a obra "*Le diner*" (1835), que retrata a cena de um jantar. Todas as obras são de Jean-Baptiste Debret.

Cada uma das figuras foi escolhida para enquadrar-se em uma das narrativas da organização espacial da ilustração da casa. O diagrama representa espaços com entradas diferentes para os diferentes corpos, bem como circulações verticais, materiais de acabamentos, a localização do ambiente no contexto geral da edificação, dentre outros. Mostra, ainda, o controle com relação aos fluxos e aos movimentos, de forma que o corpo negro sofre mais restrição de movimentos que os demais, o que evidencia, nas palavras de McKittrick (2011, p. 955), uma separação entre "[...] espaços para nós e espaços para eles".

Um senso de lugar negro também pode ser entendido em conjunto com o "senso de lugar" de Massey (1994, P. 194) "[...] sobre o que se poderia chamar de geometria de poder de tudo; a geometria de poder da compressão do tempo e do espaço". Este ponto não diz respeito apenas à questão de quem se move e quem não se move, mas trata-se também de poder em relação aos fluxos e movimentos. Diferentes grupos sociais têm relações distintas com esse movimento, de qualquer forma diferenciado: algumas pessoas são mais responsáveis por ele do que outras, iniciam fluxos e movimentos, são mais receptoras ao modo que outras são efetivamente aprisionadas por ele (McKittrick, 2011).

Figura 105 – O cotidiano da casa-grande do Engenho Noruega – arquitetura rural



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Figura 106 - O cotidiano do sobrado de Reis Filho – arquitetura urbana

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

A "*plantation*" evidencia uma economia colonial-racial desigual que, embora articulada de forma diferente ao longo do tempo e do espaço, legalizou a servidão negra, ao mesmo tempo sancionou a falta de lugar e a restrição dos negros. Trazido para as Américas na condição de escravizado, o corpo negro foi tido como peça fundamental para o funcionamento da casa brasileira. O trabalho escravo marcou os corpos trabalhadores negros, segundo McKittrick (2011), como aqueles "*without*" - sem narrativas eurocêntricas legíveis, sem terra ou casa, sem propriedade de si mesmos, o que situa os corpos negros à uma condição de "sem lugar".

Assim como a escravidão, a maioria das formas contemporâneas de discriminação tem dimensões espaciais e raciais (Lipsitz, 2007). Tratam de ações concretas e epistêmicas, bem como de padrões estruturais destinados a prejudicar, matar ou coagir um determinado grupo de pessoas. Práticas espaciais diversas – em que os trabalhos estruturais do racismo mantiveram as culturas negras no lugar e as rotularam como sem lugar. Assim, aquilo que "estrutura" um senso negro de lugar são os princípios diaspóricos amarrados da colonialidade, da desumanização e da resistência. Trata-se de um lugar em

que a violência do deslocamento e da escravidão, produzida dentro de uma economia de plantation, estende- se e ganha um futuro geográfico. Assim, a plantação serve como um (não o único) locus geográfico significativo pelo qual a raça se torna conhecida (e os corpos são, portanto, disciplinados de forma diferente) através do tempo e do espaço. (McKittrick, 2011).

Este trabalho, pautado na ideia de que o espaço residencial doméstico foi racializado após o fim da escravidão, por meio de práticas sociais legitimadoras, estabelece um diálogo com as ideias de Lipsitz (2007), e entende que as práticas raciais que produzem a desigualdade racial na contemporaneidade: (i) estão cada vez mais encobertas, (ii) são incorporadas em operações rotineiras das instituições, (iii) evitam a terminologia racial direta e (iv) são invisíveis para a maioria da população branca (Bonilla-Silva *et al*., 2003). Ainda, as práticas são reiteradas pelo pensamento de Fanon (1980, p. 36) ao afirmar que em uma sociedade globalizada, "[...] o racismo já não ousa se apresentar sem disfarces".

Com relação às práticas racistas, segundo Bonilla-Silva *et al.* (2023), o fim da escravidão nas Américas e no continente Africano não culminou com o desenvolvimento de sociedades livre de raça, mas o estabelecimento de sistemas sociais com diferentes tipos de racialização. Segundo Bonilla-Silva *et al.*, (2023, p. 269), "[...] sociedades sem raças não estavam entre as alternativas disponíveis porque as populações não-escravas tinham a necessidade de preservar algum tipo de privilégio racial". Os interesses das raças, após o fim da escravidão, passam a ser detectados por suas práticas e mecanismos raciais com o intuito de manter pessoas negras, de certa forma, subordinadas.

Essas práticas e mecanismos vão mudar de ostensivas e iminentemente racistas, para indiretamente racista à medida que os processos de racialização serão incorporados em outras estruturas; vão adquirir autonomia e terão efeitos pertinentes no sistema social. Os sistemas sociais racializados são sociedades que, segundo Bonilla-Silva *et al.* (2023, p. 274), "[...] alocam recompensas econômicas, políticas, sociais e até mesmo psicológicas diferenciadas para grupos ao longo das linhas raciais; linhas socialmente construídas". Dentro desses sistemas sociais racializados, o lugar destinado a pessoas envolve alguma forma de hierarquia, já que produz relações definidas socialmente entre as raças.

É nesse sentido que se compreende as ações do campo do patrimônio cultural no ato da preservação da edificação localizada na Rua Bernardo Guimarães, n° 200. Ao privilegiar as zonas íntimas e de recepção para a referida preservação, e não a zona de serviço da edificação, trata-se, conforme o exposto por Bonilla-Silva *et al*. (2023), de um recompensa social diferenciada para os diversos grupos das linhas raciais, ao analisar os sujeitos que ocupam esses espaços. O que foi apagado no âmbito da preservação, ou seja, o que se deixou apagar, assim como os apagamentos das edificações (e respectivos corpos) indesejáveis no antigo Arraial Bello Horizonte para a construção da nova capital, leva a indicar uma das práticas racializadas da modernidade no Brasil, no início da República.

Embora a diferenciação racial se origine por meio das relações sociais como justificativa para o empreendimento colonial, após o fim da escravidão, ele adquire certa autonomia do sistema social. Essa ideologia fornece certas regras para se perceber e lidar com o "outro" em uma sociedade racializada. Nesse sentido, o empreendimento colonial dá origem a uma sociedade racializada, na qual as relações e práticas sociais, em todos os níveis, passam a se organizar a partir de distinções raciais (Bonilla-Silva *et al.*, 2023). E isso não seria diferente no campo da arquitetura residencial, ao que tudo indica, já que a célula social que ali se estabelece vai absorver e reproduzir as hierarquias e supremacias que organizam a sociedade, marcada na configuração espacial da casa (Berth, 2023).

Dessa forma, tudo aponta para que, a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), ao elaborar modelos-tipo de residências para serem distribuídos e edificados em Belo Horizonte, deixa registrado o eclipsamento, a desconsideração de qualquer vestígio do modo de usar e viver dos escravizados – assim como dos povos originários. Esses padrões, longe de neutros, carregavam vestígios das estruturas segregadas da América Portuguesa, ao organizar os espaços da edificação segundo uma lógica hierárquica que associava funções subalternas — como o trabalho doméstico — a áreas isoladas, periféricas e de menor valor simbólico. Acredita-se que a arquitetura padronizada reforçava marcadores sociais e raciais na organização espacial dessas edificações e perpetuava, sob a aparência da modernidade, uma ordem espacial racializada.

É nesse sentido que o trabalho analisou uma série de arquiteturas residenciais do período da América Portuguesa, e os projetos das edificações em Belo Horizonte, cidade planejada após a abolição da escravidão e a instauração da República. Tudo leva a crer que, após cerca de 388 anos de escravidão no Brasil – a maior dimensão racial que vai restringir as oportunidades de vida e liberdade da população africana e afrodescendente - há a permanência de um conjunto de práticas sociais racializadas no modo de se projetar as casas por meio de materiais, fluxos, implantação, programa, dentre outros. Modo esse que não vai se alterar com o fim do regime escravocrata.

Bonilla-Silva *et al*. (2023) aponta esse conjunto de relações e práticas como a estrutura racial de uma sociedade que passa a se configurar como um mapa organizacional que orienta e molda as ações dos atores na sociedade. Para Bonilla-Silva *et al.* (2023, p. 274), "[...] depois que uma sociedade se torna racializada, a racialização desenvolve uma vida própria. Embora interaja com estruturas de classe e gênero no sistema social, torna-se um princípio organizador das relações sociais em si". Sendo assim, pode-se dizer que as ações dos técnicos da CCNC e dos arquitetos que projetaram edificações residenciais nos primeiros anos de Belo Horizonte, dentre outros atores desse sistema social, vão se configurar como atores raciais ao legitimar as estruturas hierarquizadas.

O trabalho reitera a utilização do conceito de racismo estrutural do ponto de vista de racialização, em que o arcabouço teórico da edificação residencial no período da América Portuguesa, e a sua relação

com os primeiros anos de Belo Horizonte teve o intuito de explicar as maneiras em que os vestígios raciais permaneceram e foram reeditados. Tudo sugere que esses vestígios raciais são cristalizados em nível ideológico de um sistema social de forma que os projetos (bem como fluxos, fator de inserção de terrenos, localização, etc.), as modificações dos projetos nos anos subsequentes e as práticas patrimoniais indicam (embora de forma distorcida) a posição estereotipada do povo negro na sociedade.

Os vestígios se originaram ainda na América Portuguesa, pela forma que se estabeleciam as edificações residenciais, tanto no meio urbano quanto no rural e por meio de visões rígidas e distorcidas sobre a natureza física, cultural ou moral desses povos, estabeleceram- se e se reeditaram ao longo dos anos. Esses vestígios se relacionam diretamente com a posição social do povo negro no sistema racializado, já que vieram para o território brasileiro na condição de escravizado. Acredita-se que, no campo da arquitetura residencial, esses vestígios foram reproduzidos em várias capitais brasileiras, como no caso belo-horizontino. Eles refletem a posição de discriminação e separação, muitas vezes atribuída a esse grupo pela sociedade.

Por fim, ao se observar a articulação da esfera da racialidade e a esfera da arquitetura residencial, torna-se necessário empreender uma investigação em diferentes contextos para entender e identificar as origens e ideologias históricas presentes no espaço (Lipsitz, 2007). Este estudo buscou evidenciar como a dinâmica da racialização do espaço operou no âmbito da arquitetura residencial, em um recorte espacial e temporal específico – no território mineiro da América Portuguesa e em Belo Horizonte no início do século XX. Embora se trate de uma análise circunscrita — tanto no tempo quanto no espaço — ela permite lançar luz sobre processos mais amplos, que ainda carecem de aprofundamento teórico no campo da arquitetura.

Ainda que não se proponha como uma teoria plenamente formulada sobre a racialização do espaço arquitetônico, este trabalho representa um ponto de partida. Um primeiro passo para o reconhecimento e a investigação dessas dinâmicas em outros contextos, ao contribuir para a construção de uma leitura crítica e ampliada da arquitetura lida como produto e produtora de relações sociais marcadas pelo racismo estrutural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou compreender a casa para além de seus aspectos físicos ou materiais, com base no seu entendimento como uma manifestação sociocultural, cujas funções e usos se sobrepõem dentro do espaço de acordo com critérios sociais, históricos e ideológicos. O ato de morar não se limita a um ato técnico ou funcional; trata-se de uma expressão cultural que reflete e reproduz os valores e as hierarquias sociais. O espaço carrega valores e subjetividades e, consequentemente, reflete as relações sociais que historicamente moldaram a forma de produzir e organizar a sociedade brasileira. Em um país construído sobre as bases da escravidão, tais aspectos se materializam também na arquitetura residencial, tanto no meio urbano quanto no rural.

Dentro dessa perspectiva, esta pesquisa procurou entender como os espaços ocupados pelos negros escravizados e as senzalas, com todas as suas complexidades sociais, reverberou na criação de zonas menos favorecidas e nas edículas das residências construídas nas primeiras décadas do século XX em Belo Horizonte, a partir da análise da presença e permanência da racialidade em sua configuração. Durante o período da América Portuguesa, a racialização do espaço era evidente: havia um espaço previamente estabelecido para o corpo negro, nas edificações, de forma setorizado e hierarquizado. Entretanto, mesmo após a abolição e a instauração da República, acredita-se que esse cenário se manteve com inúmeras permanências, de forma que a transição entre Império e República foi, em muitos aspectos, apenas simbólica. Sem políticas públicas de reparação e inclusão, os negros continuaram a ocupar posições subalternas no mercado de trabalho, perpetuando um sistema social que, em essência, manteve elementos da estrutura escravista.

Entende-se que o racismo estrutural, conceito que evidencia como o racismo, ultrapassa o campo da ação individual e se insere nas relações de poder entre grupos sociais, manifesta-se diretamente na maneira como os espaços, cidades e edificações foram — e ainda são — organizados. A desigualdade racial, portanto, não se restringe ao discurso, mas estrutura-se materialmente na sociedade brasileira, inclusive no campo da arquitetura e do urbanismo. Acredita-se que o caso de Belo Horizonte, projetada como a nova capital de Minas Gerais, ilustra bem esse processo.

A mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte não foi apenas uma questão de gestão, mas um movimento simbólico de ruptura com o passado escravocrata e colonial. Ouro Preto, associada à glória e à decadência do ciclo do ouro e marcada por uma população majoritariamente negra, representava um Brasil do qual as elites republicanas buscavam se afastar. Por outro lado, Belo Horizonte foi concebida como o símbolo da modernidade, da ordem e do progresso, afastada das memórias visíveis da escravidão.

Nesse processo, tudo sugere que a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) desempenhou um

papel central, ao se configurar como agente modernizador tanto do espaço urbano quanto da arquitetura residencial. Ao elaborar modelos-tipo de residências padronizadas para serem implementadas na nova capital, a CCNC evidencia o apagamento e a negação de qualquer traço dos modos de habitar e de se relacionar com o espaço próprio das populações escravizadas e dos povos originários. Esses modelos, longe de serem isentos de significados, reproduziam elementos das estruturas sociais segregacionistas da América Portuguesa. Ao definir a organização interna das edificações, segundo uma hierarquia espacial, relegou as atividades consideradas subalternas — como o serviço doméstico — a ambientes afastados, marginais e desvalorizados.

Embora Belo Horizonte representasse uma ruptura em termos de discurso, acredita-se que nela ainda se observam vestígios das dinâmicas racializadas da América Portuguesa. A cidade foi palco de uma arquitetura que, embora formalmente distinta daquela do período colonial e distante do modernismo pleno, manteve elementos ideológicos da sociedade escravista. As casas-tipo, elaboradas pela CCNC, influenciaram as demais edificações e propagaram conceitos de espacialização que reforçavam desigualdades e exclusões, evidenciadas em elementos como as portas que davam acesso aos fundos, destinadas à circulação da população negra e de outros grupos socialmente marginalizados.

Com o passar das primeiras décadas do século XX, as casas-tipo da CCNC começaram a perder influência direta, dando lugar a uma maior autonomia dos arquitetos e proprietários em relação ao desenho arquitetônico. As reformas realizadas nas residências revelaram uma intensificação das práticas segregacionistas. Esse cenário refletiu as contradições de uma cidade e de um modelo de casa idealizado pelas elites que, embora inspirados em ideais modernos, preservaram as hierarquias raciais e sociais do passado.

Ao analisar o espaço como um dos elementos constituintes da segregação racial, esta pesquisa sugere que o ambiente construído sempre desempenhou papel ativo na reprodução das dinâmicas de exclusão. Desde os mercados de escravizados, as casas-grandes, os campos de trabalho e as senzalas, até as formas contemporâneas de segregação urbana, a arquitetura residencial refletiu e sustentou as hierarquias sociais e raciais. O espaço residencial, especialmente durante o período da América Portuguesa, já previa um lugar específico para o corpo negro, social e materialmente fragmentado — prática que, reinterpretada, persistiu em Belo Horizonte, com a localização da zona de serviço nos fundos da edificação e a implantação das edículas, influenciadas pelas casas-tipo da CCNC, bem como o padrão espacial das demais edificações residenciais da capital.

Em síntese, o fim da escravidão no Brasil não resultou em sociedades livres de hierarquias raciais, mas em sistemas sociais distintos, atravessados por novas práticas de racialização. A partir desse momento, os mecanismos de exclusão e discriminação passaram a se estruturar de forma menos ostensiva, mas igualmente eficaz. Em tais sistemas, o lugar social atribuído aos indivíduos, diretamente associado à cor

da pele, mantém formas de hierarquização e distinção, inclusive por meio das práticas arquitetônicas e urbanísticas.

A atuação do patrimônio cultural, ao privilegiar a preservação das áreas nobres e de recepção das edificações em detrimento das zonas de serviço ou espaços associados ao trabalho subalterno, ilustra uma prática racializada que ainda persiste. Trata-se de uma forma de consagrar o passado por meio das narrativas seletivas, que silenciam ou distorcem as contribuições dos grupos racializados à história e à construção material das cidades.

Sendo assim, reitera-se que há uma continuidade de práticas sociais racializadas na concepção e organização da arquitetura residencial, expressas no uso dos materiais, na disposição dos fluxos internos, na implantação e nos programas arquitetônicos, sem que o fim formal do regime escravocrata tenha revertido essa lógica. Como continuidade desta investigação, propõe-se aprofundar o estudo das interseções entre Arquitetura Residencial e Pensamento Racial no Brasil. Esta análise buscou articular uma leitura multidisciplinar da arquitetura, relacionando-a com os discursos raciais, e investigar o papel do patrimônio cultural na legitimação das exclusões e apagamentos. Consolida-se o entendimento de que os espaços, mesmo sob o verniz da modernidade, perpetuam as hierarquias herdadas de um passado escravocrata.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. *In*: NOVAIS, Fernando (Org.). **História da vida privada no Brasil, 1**: cotidiano e vida privada na América. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Editora Letramento, 2019.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais**: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro (1680-1822). 2002. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. doi:10.11606/T.8.2002.tde-09012023-154627. Acesso em: 2024-11-07.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. Ouro Preto: dos gestos de transformação do "colonial" aos de construção de um "antigo moderno". **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 125–163, 1996. DOI: 10.1590/S0101-47141996000100014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5339. Acesso em: 11 jun. 2024.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Helena. O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. *In*: Annateresa Fabris. (Org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987, v. , p. 104-145.

ARTES, Amélia.; MENA-CHALCO, Jesus. **Expansão da temática relações raciais no banco de dados de teses e dissertações da Capes**. Educação e Pesquisa, v. 43, n. 4, p. 1.221-1.238, 2017.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)**. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Editora Itatiaia Limitada, 1980, vol. XIX.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Arquitetura do Açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990.

BANDEIRA, Manuel. **Guia de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2000.

BARBOSA, Daniela. **Nas fronteiras do habitar horizontino**: Significados, sentidos e representações no modo de morar moderno. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva: história média. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. v.2, 913 p. (Coleção Mineiriana; Série Clássicos).

BATISTA, Rita Gomes. **Memória do habitar**: Fundamentos para uma “arquitetura das emoções”. Ramo de Doutoramento: Arquitetura. Especialidade: Teoria e História da Arquitetura. Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor. Lisboa, 2018. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/16378. Acesso em novembro de 2023.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa**: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BRASIL. **Lei Federal n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. Recuperado em 6 de abril de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm.

BRASIL. **Lei Federal n°3353, de 13 de maio de 1888.** Declara extincta a escravidão no Brazil. Dada no Palácio do Rio de Janeiro em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

BONILLA-SILVA, E.; OLIVEIRA SILVA, F.; PERUSSATTO, M.; MORAIS DE ASSUNÇÃO, M. F. **Repensar o racismo**: Rumo a uma interpretação estrutural. Revista de Teoria da História, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 256–283, 2023. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/76858. Acesso em: 9 maio. 2025.

BOTELHO, Tarcísio R. Escravidão: Demografia, resistência e cotidiano. *In*: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **As Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007a.

BOTELHO, Tarcísio R. A família escrava em Minas Gerais no século XVIII. *In*: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **As Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007b.

BOTELHO, Tarcísio R. A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX. **Cadernos de História, Belo Horizonte,** PUC Minas, v. 9, n. 12, p. 11-33, 2º sem. 2007c.

BOURDIEU, Pierre. **Efeitos de lugar**. In: BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. São Paulo: Ed.Vozes, 1997. p.159-166.

CAMILO, Vandelir. **Necromemória**: Reflexões sobre um conceito. eBook Kindle. 2020.

CARDOSO, Marcos Antônio. **O movimento negro em Belo Horizonte**: 1978-1998 Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História, 2001.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do Outro como não ser como fundamento do ser**. Tese sobre Filosofia da Educação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo.1 ed. São Paulo, 2005.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário da Arquitetura Brasileira.** São Paulo: EDART, 1972.

CORREIA, Telma Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil -1870/1950**. São Carlos. Editora RiMa: FAPESP. 2004. 102p.

CASSOLI, Marileide Lázara. 'Suspeitam das criadas que tinham, principalmente de uma pretinha...': histórias de liberdade no pós-abolição. Minas Gerais, 1897-1920. In: 8 Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2018, Porto Alegre. **Anais do 8 Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. v. 1.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro. **Moradia de escravos em Salvador no século XIX**. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 11, p. 95-104, 1988. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24554. Acesso em: 20 jan. 2025.

COSTA, Raíssa de Keller e. **História da paisagem do Conjunto dos Contos, Ouro Preto, MG (1750-2023).** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) apresentada ao Programa Ambiente Construído

e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

COWLING, Camillia. O fundo de emancipação "livro de ouro" e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880. *In*: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio. (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 222.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Fazendas do sul de Minas: arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX**. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008. doi:10.11606/D.18.2008.tde-17022009-113505. Acesso em: 2025-03-10.

CRUZ, Eliana Alves. **Solitária**. 1° ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.

DÁVILA ARQUITETURA. **Projeto final de recuperação e restauração da Casa de Gonzaga**. Volume 2. Belo Horizonte, 2003.

DEBAIXO DO TAPETE. Direção: Carlos A. Costa. Produção de Catarina Demony. Lisboa, Portugal: Zero em Comportamento, 2023.

FONER, Eric. **Nada além da liberdade**: a emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980. p. 40.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FONSECA, Claúdia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, 731 p. ISBN: 978-85-423-0307-0. https://doi.org/10.7476/9788542303070.

FREYRE, G. **Um engenheiro francês no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala** - Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. Recife: Global Editora, 1933.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

GASPAR, Tarcísio de Souza. **Tapanhuacanga em ruínas: história do Palácio Velho de Ouro Preto** (c. 1660-1825). 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-26082016-152822. Acesso em: 2025-02-28.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em Antigas Capitais**: Salvador, Cidade D'oxum, e Rio de janeiro, Cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Editora Garamond. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Geraldo. Arquitetura do açúcar. *In*: UNESCO (Org.). **Arquitetura na Formação do Brasil**. 2 ed. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Brasília, 2006.

GOMES, Geraldo. **Engenho & Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998. v. 1. 135p.

GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Olívia Maria Gomes. (org). **Quase Cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: Do Primeiro leilão de Cativos em Portugal até Morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Editora Globo Livros. 2019.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cidade, povo e nação** [recurso eletrônico]: gênese do urbanismo moderno / organização Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Robert Pechman. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: observatório das Metrópoles: iNCT, 2015.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. *In*: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **As Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. eBook Kindle.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220p.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IEPHA - MG. **Guia de bens tombados**. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, volume 1. Belo Horizonte, p. 296. 2014a. (85-66502-02-7).

IEPHA - MG. **Guia de bens tombados**. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, volume 2. Belo Horizonte, p. 300. 2014b. (85-66502-02-7).

IEPHA - MG. **Processo de Tombamento Fazenda Boa Esperança. Código: PTE 018**. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG. Belo Horizonte, p. 109. 1975.

IEPHA/MG. **Processo de Tombamento da Fazenda dos Martins, Brumadinho**. 1977. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG. Belo Horizonte, p. 109. 1975.

IEPHA/MG. **Processo de Tombamento Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Capela de Santana e da Casa-Sede da Fazenda Pé-do-Morro, Ouro Branco**. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG. Belo Horizonte, p. 113. 2009.

IPHAN. **Guia de Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938**, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ . Acesso em: 10/10/2024.

IPHAN. **Ficha catalográfica de monumento**: Casa grande e capela do Engenho Freguesia – Museu do Recôncavo. Processo 01502.001797/2024-50. Ministério da Cultura. Brasília, 2024.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: O debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. *In*: THEODORO, M. (Org.) **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:** 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. p. 131-166. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5605. Acesso em: 20 jun. 2025.

JUNQUEIRA Schettino, Patrícia Thomé. **A mulher e a casa**. estudo sobre a relação entre as

transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca do século XIX. Tese Doutorado – Universidade Federal Minas Gerais, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244p.

KILOMBA, Grada. Roda Viva | Grada Kilomba | 13 /05/ 2024. Entrevistadores: Vera Magalhães et al. 1 vídeo (1 h 19 min 32 s). Canal Roda Viva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=1&v=up-F2Pzf0LY&embeds_referring_euri=https%3A%2F%2Fcultura.uol.com.br%2F&source_ve_path=Mjg2NjY. Acesso em: 16 jun. 2025.

KLINK, Leonardo Villaça. . **Mãos e traços na parede**: os baixos-relevos em um contexto de escravidão como subsídios ao estudo da trajetória, da presença e da lembrança africana, Ouro Preto/MG (séculos XVIII-XIX). SAECULUM , v. 28, p. 263-283, 2024.

LAKS, Daniel Marinho. **Modernismos em modernidades incipientes**: Mário de Andrade e Almada Negreiros. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthoropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

LEMOS, Carlos A. C. **Cozinhas, etc**. Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo: Editora Perspectiva, v. Debates - V. 94, 1978.

LEMOS, Carlos A. C. **Casa paulista**: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo, EDUSP, 2015.

LEMOS, Carlos A. C. **A história da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LEMOS, Celina Borges. **Antigas e novas centralidades**: a experiência do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2010.

LEMOS, Celina Borges. Belo Horizonte e seu lendário Centro antigo: vivências e narrativas da paisagem. *In*. CARSALADE, Flávio de Lemos (Org.). **Civilização e liberdade**: diálogos entre França e Minas na arquitetura e no urbanismo. 1° ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

LEMOS, Celina Borges. A cidade republicana – Belo Horizonte, 1897/1930. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org). **Arquitetura da Modernidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.79-125.

LEMOS, Celina Borges. **Determinações do espaço urbano**: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. 1988. 389 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar. *In*: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **As Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LIMA, Kleverson Teodoro de. **"Ouro Preto":** da cidade memória à cidade-monumento (1897-1937), 2015. Dissertação (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

LIPSITZ, George. **The Racialization of Space and the Spatialization of Race**: Theorizing the Hidden Architecture of Landscape. Landscape Journal Vol. 26, No. 1 (2007), pp. 10-23 (14 pages). Published By: University of Wisconsin Press. Bonilla-Silva E. (2013). Racism without racists: Color-Blind racism and the persistence of inequality in America (4th Ed.). Rowman and Littlefield. Google Scholar.

MACHADO, David Prado. **A privatização da fé**: capelas domésticas nas minas gerais dos séculos XVIII e XIX. 2019. 2 v. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MAGALHÃES, Leandro dos Santos. **Fazenda Boa Esperança**: reconstrução digital dos espaços e memória dos escravizados. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. **Belo Horizonte**: um espaço para a República. 1. ed. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - Imprensa Universitária, 1989. v. 1. 216p .

MARTINS, Régis Eduardo. **A casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais: releitura sobre a casa urbana das regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes (séculos XVIII e XIX)**. 2021. 481 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

MASSEY, Doreen. Part III: Space, place and gender. *In*: MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. 3 ed. Minneapolis, MI: University of Minnesota Press, 2001, p. 117-173.

MCKITTRICK, Katherine. **On plantations, prisons, and a black sense of place**. Social & Cultural Geography 12.8, pp. 947-963, 2011.

MELO JÚNIOR, Donato. A Casa dos Contos de Ouro Preto. **Coisas de Arquitetura**. 9 ago. 2010. Disponível em: https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/08/09/a-casa-dos-contos-de-ouro-preto/. Acesso em: 10 nov. 2024.

MELLO, Suzy de. **Barroco Mineiro**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MENEZES, Ivo Porto. **Belo Horizonte**. Residências. Arquitetura. 01. ed. Belo Horizonte: Centro de Referência Audiovisual / CRAV, 1998. v. 01.

MINAS GERAIS. **Lei Adicional n° 03 de 1893**. Fixa o lugar em que deve ser construída a Capital do Estado, e dá outras providências. Estado de Minas Gerais, 1893. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEA/3/1893/. Acessado em: 29 de maio de 2025.

MONTE MÓR, R. L. M. A Fisionomia das Cidades Mineradoras. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2001 (Texto para Discussão).

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **As Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MUSA, Priscila Mesquita. **Quem vê cara não vê ancestralidade**: arquivos fotográficos e memórias insurgentes de Belo Horizonte. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022.

NASCIMENTO, Fabiana Léo Pereira. **Os capitães-generais e a resistência quilombola (1711-1722):** A construção de um discurso contra a rebelião escrava nas Minas auríferas. Orientador: Luiz Carlos Villalta. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 217–240, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100012. Acesso em: 02 fev. 2025.

NOGUEIRA, Rodrigo; PASSOS, Flora. **Arquitetura tradicional de Ouro Preto:** Preciosa por ser negra. Anais eletrônicos do encontro internacional do grupo de estudos multidisciplinares em arquiteturas E urbanismos do sul - maloca, v. 1, n. 1, p. 104-112, 2017.

NOVAIS, Fernando (org.). **A história da vida privada no Brasil**. Companhia das Letras. 1997.

OLIVEIRA, Bárbara Maria Cavalcanti de Oliveira. **Senzala:** uma memória indesejada. 2022. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

OLIVEIRA, Joana D'Arc de. **Da senzala para onde?** Negros e negras no pós-abolição em São Carlos-SP (1880-1910). 2015. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015. doi:10.11606/T.102.2016.tde-08032016-093431. Acesso em: 2024-05-02.

OURO PRETO. **Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico de Ouro Preto – MG**: Complementação. Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto,2012. Disponível em: https://www.ouropreto.mg.gov.br/turismo/arquivos/dossies/Dossi%C3%AA%20de%20Tombamento_N%C3%BAcleo%20Hist%C3%B3rio%20de%20Ouro%20Preto_Parte%20I.pdf. Acesso em: 14 set. 2024.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. 1996. 229f. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. P. 133.

PENA, João Soares. **O quarto de empregada e a morte de Miguel**. Portal Geledés em 6 de julho de 2020. Disponível em https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2445/2109. Acesso em julho de 2021.

PEREIRA, Josemeire Alves. **Dos que vão e dos que ficam**: migrantes negros em Belo Horizonte (1897c – 1950c). 2015. Disponível em: https://www.sudeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/9/1438013329_ARQUIVO_Dosquevaoedosqueficam_artigoJosemeireAlvesPereira_IXEncontroRegionalSudestedeHistoriaOral.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

PEREIRA, Josemeire Alves. **Para Além do Horizonte Planejado**: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX). Tese (Doutorado em História) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP, 2019.

PEREIRA, Josemeire Alves. **O tombamento do "Casarão da Barragem" e as representações da favela em Belo Horizonte.** Orientador: Silvana Barbosa Rubino. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2012.

PEREIRA, Sonia Gomes. A historiografia da arquitetura brasileira no século XIX e os conceitos de estilo e tipologia. **Estudos Ibero-Americanos,** [S. l.], v. 31, n. 2, 2005. DOI: 10.15448/1980-864X.2005.2.1342. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/1342. Acesso em: 20 de abril. 2025.

PESSOA, Thiago Campos. A "Delacao Alcoforado" e o comercio ilegal de africanos no Vale do Café: notas de pesquisa. *In*: XAVIER, Regina Celia Lima; OSORIO, Helen (org.). **Do tráfico ao pós-abolição**: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 165-206.

PIMENTEL, Thais. **Desenhos descobertos em porão que já foi senzala de Vila Rica revelam inéditas cenas africanas**. G1 Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/10/31/gravuras-descobertas-em-porao-que-ja-foi-senzala-de-vila-rica-revelam-ineditas-cenas-africanas.ghtml. Acesso em: 13 de novembro de 2024.

PINHEIRO, Barbara Caroline. S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta Brasil, 2023. 160p. ISBN 978-85-422-2125-1.

PINHO, Wanderley. **História de um engenho do Recôncavo**: Matoim, Caboto e Freguesia, 1522-1944. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Inventário do Patrimônio Cultural do distrito de Amarantina**. Ouro Preto: PMOP/SMPDU, 2010.

RAPOPORT, Amos. **House form and culture**. Englewood Cliffs, 1969.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo. Editora Jandaira, 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

REIS, Liana Maria. A mulher na Inconfidência: Minas Gerais (1789). **Revista do Departamento de Historia**, 9 (1989): 86-95. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572772017da24f738c4b79ee/1462202882322/8_Reis%2C+Liana+Maria.pdf. Acesso em: 10 de jan. 2025.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RETES, Bianca; SIQUEIRA, André Cruz Moreno. As paredes que têm voz: História do Museu Histórico Abílio Barreto. **Revista De Arqueologia Pública**, v. 9, p. 58-71, 2016. DOI: 10.20396/rap.v9i4.8643521. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8643521. Acesso em: 4 mar. 2025.

RODRIGUES, Danielle. **Modulações da produção do espaço na segregação racial:** mecanismos espaciais que estruturam e reproduzem elementos das práticas racistas e da negritude no Brasil.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

RODRIGUES, José Wasth. **Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil**. São Paulo: Martins Editôra, 1945. v. I a VIII. Disponível em: https://archive.org/details/documentrioarquijoswiii/page/n43/mode/2up. Acesso em: 10 out 2024.

ROGERO, Tiago. **Projeto Querino**: um olhar afrocentrado sobre a história do Brasil. São Paulo: Fósforo, 2024.

ROLNIK, Raquel. **Lar, doce Lar (a história de uma fórmula arquitetônica).** AU. Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. ano 1, n° 3, 1985. Referências adicionais: Brasil/Português; Meio de divulgação: Impresso; ISSN/ISBN: 01028979.

SAIA, Luís. **Morada Paulista**. 3ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2012.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Processo de crescimento e ocupação da periferia**. Rio de Janeiro, IBAM, 1982.

SANTOS, Suellen Dayse Versiani dos. **A casa brasileira do século XIX e seus desdobramentos na produção residencial de Belo Horizonte**: influência dos antecedentes coloniais e o papel do neoclassicismo e do ecletismo. André Guilherme Dornelles Dangelo. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizontem, 2011.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. 1° ed. São Paulo: Todavia, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo no Brasil: Quando Inclusão Combina com Exclusão. *In*: BOTELHO, André & SHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Cidadania, um Projeto em Construção:** Minorias, Justiça e Direitos. São Paulo: Editora Clora Enigma, 2012. p. 94-107.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 - 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Carla de Castro e. O casarão do MHAB: usos, tombamentos e conservação. In **MHAB: 60 anos de história**, Caderno 1. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2003.

SILVA, Eduarda Monti. **Minas Gerais Terra Indígena**: um estudo sobre a ocupação territorial histórica indígena e sua relação com o surgimento das cidades mineiras. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022.

SILVA, Lisandra Mara. **Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade**: cenário Belo Horizonte. 260 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte, 2018.

SIMAS, Luiz Antônio. **Exu, Benjamin e as centelhas de esperança**. 2021. Disponível em: https://iree.org.br/exu-benjamin-e-as-centelhas-de-esperanca/. Acesso em: 16 jun. 2024.

SIQUEIRA, André; CARVALHO, Bianca. As paredes que têm voz: História do Museu Histórico Abílio Barreto. **Revista De Arqueologia Pública**, v. 9, p. 58-71, 2016. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-5_a4c3101631a56213417b760ddbef7f32. Acesso em: 10 jan 2024.

SOARES, Rodrigo de Oliveira. **O morar, entre o ato e o objeto**: Um estudo do espaço a partir das subjetividades. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposiosanpuh/32-snh26. Acesso em: dezembro de 2021.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro**: A pobreza mineira no século XVIII. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SOUZA, Igor. **Série | Fragmentos da história de cana de açúcar da Bahia** | ep01_memórias de engenho. Direção: Gisela Tapioca e Railson Cotias. Produção: Anderson Rosemberg. Roteiro: Francisco Pimenta, Gisela Tapioca, Igor Souza e Railson Cotias. Fotografia de acervo Arqueólogos, Yan Passos Onawale, Google Imagens, Creative Commons Imagens. Youtube, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JF-soi0pgAc. Acesso em: 3 jun. 2025.

SOUZA, Laura Vergueiro. **Opulência e miséria das Minas Gerais**. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

SPIVAK. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brazileiro**. Rio de Janeiro, 1839.

TAVARES, Paulo. **Lucio Costa era racista**? Notas sobre raça, colonialismo e a arquitetura moderna brasileira. São Paulo: n-1 edições, 2022.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. *In*: THEODORO, M. (Org.) **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:** 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. p. 131-166. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5605. Acesso em: 05 mar 2024.

VASCONCELLOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. **História Antiga de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1904.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **A família mineira e a arquitetura contemporânea**. O Globo, Rio de Janeiro, 31 jan. 1961. p. 18.

VASCONCELLOS, Sylvio. **Arquitetura:** dois estudos. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1960.

VASCONCELLOS, Sylvio. **Vila Rica**. Formação e desenvolvimento - residências. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977. 214p.

VAUTHIER, L. L. Casas de Residência no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 7. Rio de Janeiro, 1943.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012. v. 1. 332p.